IGEPREVTO

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Tocantins

INSTITUTO DE GESTÃO PREVIDENCIÁRIA DO ESTADO DO TOCANTINS

Processo: 2018/24830/003020

Data do Processo : 20/09/2018

Interessado: IGEPREV- INSTITUTO DE GESTÃO PREVIDENCIARIA DO ESTADO DO TOCANTINS

Assunto: PROCESSO DE CREDENCIAMENTO 2018 DO VOTORANTIM ASSET MANAGEMENT DTVM LTDA.

CIDADE	UF	CEP

OUTRAS ANOTAÇÕES

ANDAMENTO

MOVIMENTAÇÃO DO PROCESSO	DATA		RUBRICA DO FUNCIONÁRIO
	ENTRADA	SAÍDA	

IGEPREV
Fl 02
ASS

IGEPREVTO
Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Tocantins

MEMORANDO/Nº 103/2018/DINVEST SGD: 2018/24839/015464

Em 20 de setembro de 2018.

De: Diretoria de Investimentos
Para: Protocolo

Assunto: **Autuar Processo de Credenciamento do Votorantim ASSET Management DTVM Ltda**

Senhor Responsável,

Solicito a atuação do processo de credenciamento da instituição financeira **VOTORANTIM ASSET MANAGEMENT DTVM TDA**, conforme Edital de Credenciamento nº 001/2018 de 09/05/2018 publicado no Diário Oficial do Estado nº 5108.

Atenciosamente,

(Documento Assinado Eletronicamente)

MILENE MARTINS RAMOS
Diretora de Investimentos

IGEPREV
Fl. 03
Ass.

IGEPREV
Fl.
Ass.

CVM Comissão de Valores Mobiliários

ATO DECLARATÓRIO CVM Nº 5805, DE 19 DE JANEIRO DE 2000

O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência que lhe foi delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21/07/93, autoriza a VOTORANTIM CAPITAL DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA, C.N.P.J. nº 03.384.738, a prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários, previstos na Instrução CVM nº 306, de 05 de maio de 1999.

CARLOS EDUARDO P. SUSSEKIND
SUPERINTENDENTE DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES INSTITUCIONAIS

IGEPREV
Fl. 04
Ass.

São Paulo, 12 de janeiro de 2000.

À
CVM – COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
At.: Sr. **Carlos Eduardo P. Sussekind**
Superintendência de Relação com Investidores Institucionais
Rua Sete de Setembro de, 111 – 33º andar
Rio de Janeiro - RJ

Ref.: **OFÍCIO/CVM/GIC/Nº 0022/00, DATADO DE 06/01/00**

Prezado Senhor,

Conforme disposto na Deliberação CVM nº 202, datada de 25/10/1996, solicitamos a essa Superintendência **RECONSIDERAÇÃO DE DECISÃO**, formalizada através de Ofício supra citado, uma vez que, somente nesta data, esta instituição obteve documentação necessária para suprir exigência formalizada através de Ofício/CVM/GIN/Nº 3070/99, datado de 19/10/99 (doc. anexo).

Para tanto, encaminhamos, em anexo, Alteração Contratual da Votorantim Capital D. T. V. M. Ltda., nomeando seus gerentes delegados à sócios-gerentes. A referida Alteração Contratual encontra-se devidamente aprovada e arquivada no Banco Central do Brasil e Junta Comercial do Estado de São Paulo, respectivamente, tornando, assim, possível o credenciamento da mesma junto a esse órgão para fins de administração de Fundo Mútuo de Investimento em Ações.

Colocamo-nos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

Atenciosamente,

VOTORANTIM D.T.V.M. LTDA.
Reynaldo Quartim Barbosa Figueiredo
Milton Roberto Pereira

CVM Comissão de Valores Mobiliários

OFÍCIO/CVM/SIN/GIC/Nº 347 /2000

Rio de Janeiro, 04 de Fevereiro de 2000

Assunto: Credenciamento de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários
PROCESSO/CVM/Nº RJ99/ 4887

Senhor Diretor,

Estamos encaminhando, em anexo, o original do Ato Declaratório CVM nº 5805 de 19 de janeiro de 2000, publicado no Diário Oficial da União de 27/01/2000 , Seção I, página 10, relativo ao credenciamento solicitado através da correspondência datada de 05/10/99.

A respeito, advertimos que o referido credenciamento não implica na autorização para o exercício das atividades de intermediação com quaisquer valores mobiliários, distribuição de quotas de fundos de investimento ou custódia de valores mobiliários, que estão sujeitos à legislação específica.

Outrossim, informamos que os prestadores de serviço de administração de carteira de valores mobiliários, deverão pagar trimestralmente, inclusive no trimestre civil do seu credenciamento, a taxa de fiscalização dos mercados de títulos e valores mobiliários, instituída pela Lei nº 7.940/89, no valor de 400 UFIR.

Atenciosamente,

1.0641

Luís Felipe Marques Lobianco
Gerente de Credenciamento de Investidores Institucionais

A
VOTORANTIM CAPITAL D. T. V. M. LTDA
At.: Sr. Reynaldo Quartim Barbosa Figueiredo
Av. Roque Petroni Jr., 999 / 10º Andar
04707-910 SÃO PAULO/SP

Anexo. Ato Declaratório
RD/

VotorantimAsset

Não aplica ao modelo das Declarações do Edital 14/03/2018

IGEPREV
Fl. _____
Ass. _____

IGEPREV
Fl. 05
Ass.

55 11 5171 1000
Votorantim Asset Management
Av. Das Nações Unidas, 14171
Torre A | 11° andar
04794 000 | São Paulo | SP
www.vam.com.br

DECLARAÇÃO SOBRE SEGREGAÇÃO DE RECURSOS

Votorantim Asset Management D.T.V.M. Ltda, inscrita sob o CNPJ nº 03.384.738/0001-98, neste ato representada na forma do seu Estatuto Social, declara que segrega a administração de recursos de terceiros da eventual administração de recursos próprios, possuindo todas as salvaguardas e controles operacionais previstos em lei e regulamentações.

São Paulo, 01 de Março de 2018.

19º TABELIÃO

19º TABELIÃO

Rafael Guebara
Procurador

Reinaldo Lacerda
Diretor
CPF: 041.189.718-79

Votorantim Asset Management D.T.V.M. Ltda.

13.º TABELIÃO DE NOTAS DE SÃO PAULO - SP - Bel. AVELINO LUÍS MARQUES
RUA PRINCESA ISABEL, 363 - BROOKLIN PAULISTA - CEP 04601-001 - TEL/FAX: (11) 5041-7622

Reconheço Por Semelhança S/V Economico a(s) firma(s) de
REINALDO HOLANDA DE LACERDA (0275617),RAFAEL GUEVARA .
(0391800).
São Paulo, 15 de Março de 2018. Em Test. _____ da verdade.
FERNANDO JOSE RIBEIRO - ESCREVENTE
CESAR DE SANTANA - .
Nº 0124/150318
Válido somente com o Selo de Autenticidade - Valor: R$12,00

Colégio Notarial do Brasil
11203
FIRMA 2
1098AA0466835

Capital Colégio de Notas da

Votorantim Asset DTVM
WRH
Dep. Jurídico

VotorantimAsset

IGEPREV Fl 6 Ass.

IGEPREV Fl 66 Ass.

55 11 5171 1000
Votorantim Asset Management
Av. Das Nações Unidas, 14171
Torre A | 11° andar
04794 000 | São Paulo | SP
www.vam.com.br

DECLARAÇÃO DE EXPERIÊNCIA RPPS

VOTORANTIM ASSET MANAGEMENT DTVM LTDA., sociedade autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários a administrar fundos de investimento e administrar carteiras de valores mobiliários, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, nº 14.171, Torre A, 11º andar, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 03.384.738/0001-98, tem experiência na gestão de recursos de Regimes Próprios de Previdência Social – RPPS, e/ou de recursos de Entidades Fechadas de Previdência Complementar.

São Paulo, 01 de Março de 2018.

Votorantim Asset Management D.T.V.M. Ltda.
Reinaldo H. Lacerda
Diretor
CPF: 041.189.718-79

Rafael Guebara
Procurador

13.º TABELIÃO DE NOTAS DE SÃO PAULO - SP - *Bel. AVELINO LUÍS MARQUES*
RUA PRINCESA ISABEL, 363 - BROOKLIN PAULISTA - CEP 04601-001 - TEL/FAX: (11) 5041-7622
Reconheço Por Semelhança S/V Econômico a(s) firma(s) de
REINALDO HOLANDA DE LACERDA (0295617), RAFAEL GUEBARA .
(0391800).
São Paulo, 15 de Março de 2018. Em Test. ____ da verdade.
FERNANDO JOSÉ RIBEIRO - ESCREVENTE
CESAR DE SANTANA .
Válido somente com o Selo de Autenticidade 1-3 Valor: R$12,00
NP-0121/150318
Colégio Notarial do Brasil
FIRMA 2
1098AA0466834

Votorantim Asset DTVM
WRH
Dep. Jurídico

VotorantimAsset

IGEPREV
Fl 07
Ass.

55 11 5171 1000
Votorantim Asset Management
Av. Das Nações Unidas, 14171
Torre A | 11° andar
04794 000 | São Paulo | SP
www.vam.com.br

IGEPREV
Fl 06
Ass.

DECLARAÇÃO DE EXPERIÊNCIA RPPS

VOTORANTIM ASSET MANAGEMENT DTVM LTDA., sociedade autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários a administrar fundos de investimento e administrar carteiras de valores mobiliários, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, nº 14.171, Torre A, 11° andar, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 03.384.738/0001-98, tem experiência na gestão de recursos de Regimes Próprios de Previdência Social – RPPS, e/ou de recursos de Entidades Fechadas de Previdência Complementar.

São Paulo, 01 de Março de 2018.

Votorantim Asset Management D.T.V.M. Ltda.

Reinaldo H. Lacerda
Diretor
CPF: 041.189.718-79

Rafael Guebara
Procurador

13.º TABELIÃO DE NOTAS DE SÃO PAULO - SP - Bel. AVELINO LUÍS MARQUES
RUA PRINCESA ISABEL, 363 - BROOKLIN PAULISTA - CEP 04601-001 - TEL/FAX: (11) 5041-7622
Reconheço Por Semelhança S/V Economico a(s) firma(s) de REINALDO HOLANDA DE LACERDA (0295617), RAFAEL GUEBARA . (0391800).
São Paulo, 15 de Março de 2018. Em Test. ____ da verdade.
FERNANDO JOSE RIBEIRO - ESCREVENTE
CESAR DE SANTANA - .
Nº 0121/150318
Válido somente com o Selo de Autenticidade Valor: R$12,00

Colégio Notarial do Brasil
FIRMA 2
1099AA0466834

Votorantim Asset DTVM
WRH
Dep. Jurídico

VotorantimAsset

IGEPREV
Fl 08
Ass.

IGEPREV
Fl 62

55 11 5171 1000
Votorantim Asset Management
Av. Das Nações Unidas, 14171 - ASS.
Torre A | 11° andar
04794 000 | São Paulo | SP
www.vam.com.br

DECLARAÇÃO SOBRE VOLUME DE RECURSOS DE TERCEIROS ADMINISTRADOS

Votorantim Asset Management D.T.V.M. Ltda, inscrita sob o CNPJ nº 03.384.738/0001-98, neste ato representada na forma do seu Estatuto Social, declara que tem sob sua administração e/ou gestão recursos de terceiros no Brasil em montante superior a R$ 2.000.000.000,00 (dois bilhões de reais).

São Paulo, 01 de Março de 2018.

Votorantim Asset Management D.T.V.M. Ltda.

Reinaldo H. Lacerda
Diretor
CPF: 041.189.718-79

Rafael Guebara
Procurador

13.º TABELIÃO DE NOTAS DE SÃO PAULO - SP - *Bel. AVELINO LUÍS MARQUES*
RUA PRINCESA ISABEL, 363 - BROOKLIN PAULISTA - CEP 04601-001 - TEL/FAX: (11) 5041-7622
Reconheço Por Semelhança S/V Economico a(s) firma(s) de REINALDO HOLANDA DE LACERDA (0295617), RAFAEL GUEBARA . (0391800).
São Paulo, 15 de Março de 2018. Em Test. ____ da verdade.
FERNANDO JOSE RIBEIRO - ESCREVENTE
CESAR DE SANTANA - . Nº 0119/150318
Válido somente com o Selo de Autenticidade - Valor: R$12,00

Colégio Notarial do Brasil
111403
FIRMA 2
1098AA0466837

Votorantim Asset DTVM
WRH
Dep. Jurídico

3.1.1. C

VotorantimAsset

IGEPREV Fl. 9 Ass.

IGEPREV Fl. 53 Ass.

55 11 5171 1000
Votorantim Asset Management
Av. Das Nações Unidas, 14171
Torre A | 11° andar
04794 000 | São Paulo | SP
www.vam.com.br

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE PENALIDADES CVM E BACEN

VOTORANTIM ASSET MANAGEMENT DTVM LTDA., sociedade autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários a administrar fundos de investimento e administrar carteiras de valores mobiliários, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, nº 14.171, Torre A, 11º andar, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 03.384.738/0001-98 declara que não há aplicação de penalidades pela Comissão de Valores Mobiliários e pelo Banco Central do Brasil motivada por lesão aos seus investidores, nos últimos 5 (cinco) anos.

São Paulo, 01 de Março de 2018.

Votorantim Asset Management D.T.V.M. Ltda.
Reinaldo H. Lacerda
Diretor
CPF: 041.189.718-79

Rafael Guebara
Procurador

13.º TABELIÃO DE NOTAS DE SÃO PAULO - SP - Bel. AVELINO LUÍS MARQUES
RUA PRINCESA ISABEL, 363 - BROOKLIN PAULISTA - CEP 04601-001 - TEL/FAX: (11) 5041-7622
Reconheço Por Semelhança S/V Economico a(s) firma(s) de
REINALDO HOLANDA DE LACERDA (0295617), RAFAEL GUEBARA .
(0391800). . . . . .
São Paulo, 15 de Março de 2018. Em Test. ____ da verdade.
FERNANDO JOSE RIBEIRO - ESCREVENTE
CESAR DE SANTANA - .
Válido somente com o Selo de Autenticidade - Valor: R$12,00
Colégio Notarial do Brasil
FIRMA 2
1098AA0486830

Votorantim Asset DTVM
WRH
Dep. Jurídico

3.1.1.e

VotorantimAsset

IGEPREV Fl. 10 Ass.

IGEPREV Fl. 18 Ass.

55 11 5171 1000
Votorantim Asset Management
Av. Das Nações Unidas, 14171
Torre A | 11° andar
04794 000 | São Paulo | SP
www.vam.com.br

DECLARAÇÃO – SIGNATÁRIA DO CÓDIGO DE ÉTICA

VOTORANTIM ASSET MANAGEMENT DTVM LTDA., sociedade autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários a administrar fundos de investimento e administrar carteiras de valores mobiliários, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, n° 14.171, Torre A, 11° andar, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o n° 03.384.738/0001-98, declara que é signatária do Código de Ética da ANBIMA, e também declara que a Empresa possui Código de Ética e Conduta, Manual de Compliance, Manual de Risco, Manual de marcação a mercado.

São Paulo, 01 de Março de 2018.

18° TABELIÃO

18° TABELIÃO

Votorantim Asset Management D.T.V.M. Ltda.

Reinaldo H. Lacerda
Diretor
CPF: 041.189.718-79

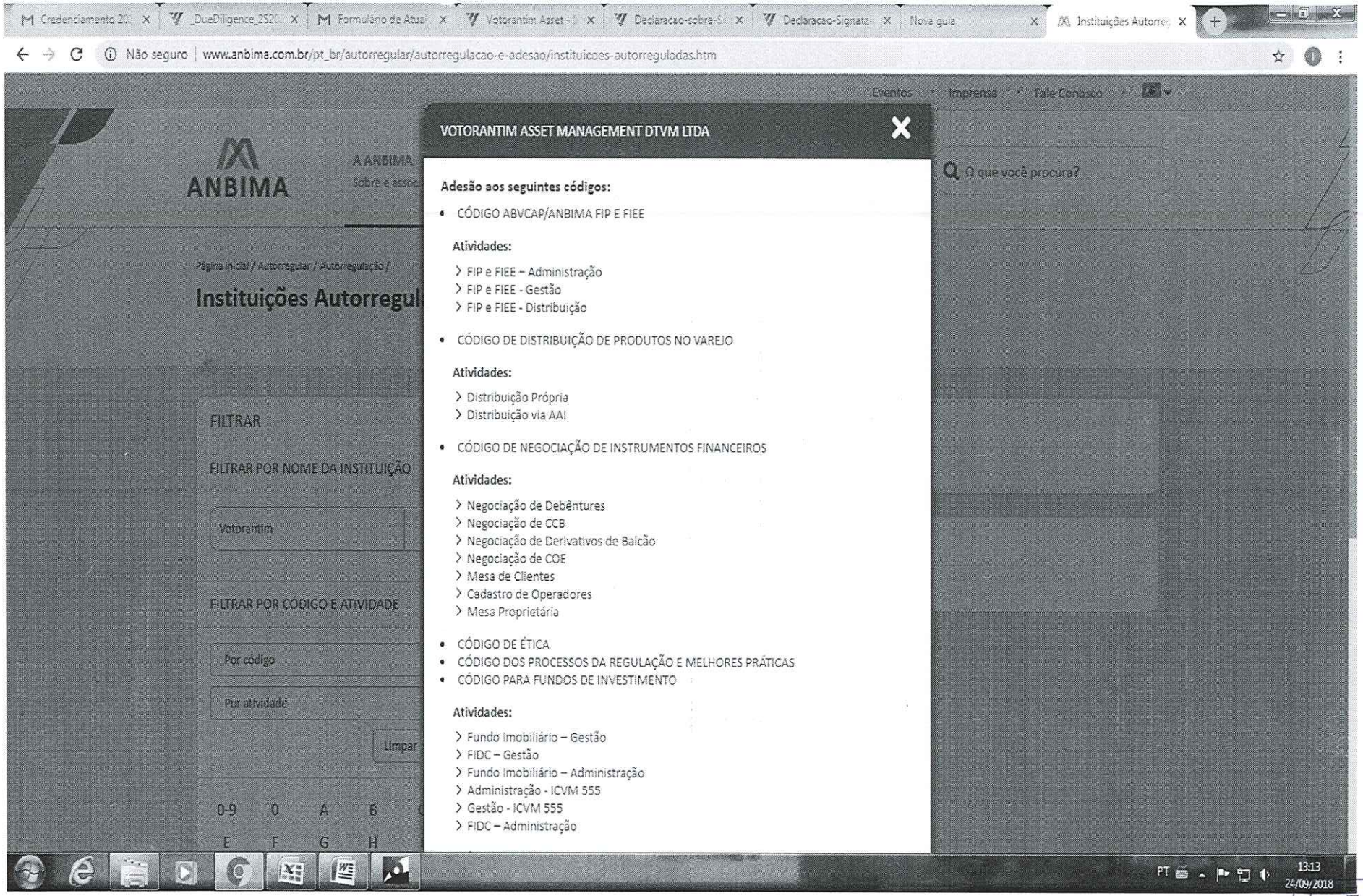
Rafael Guebara
Procurador

13.° TABELIÃO DE NOTAS DE SÃO PAULO - SP - Bel. AVELINO LUÍS MARQUES
RUA PRINCESA ISABEL, 365 - BROOKLIN PAULISTA - CEP 04601-001 - TEL/FAX: (11) 5041-7622

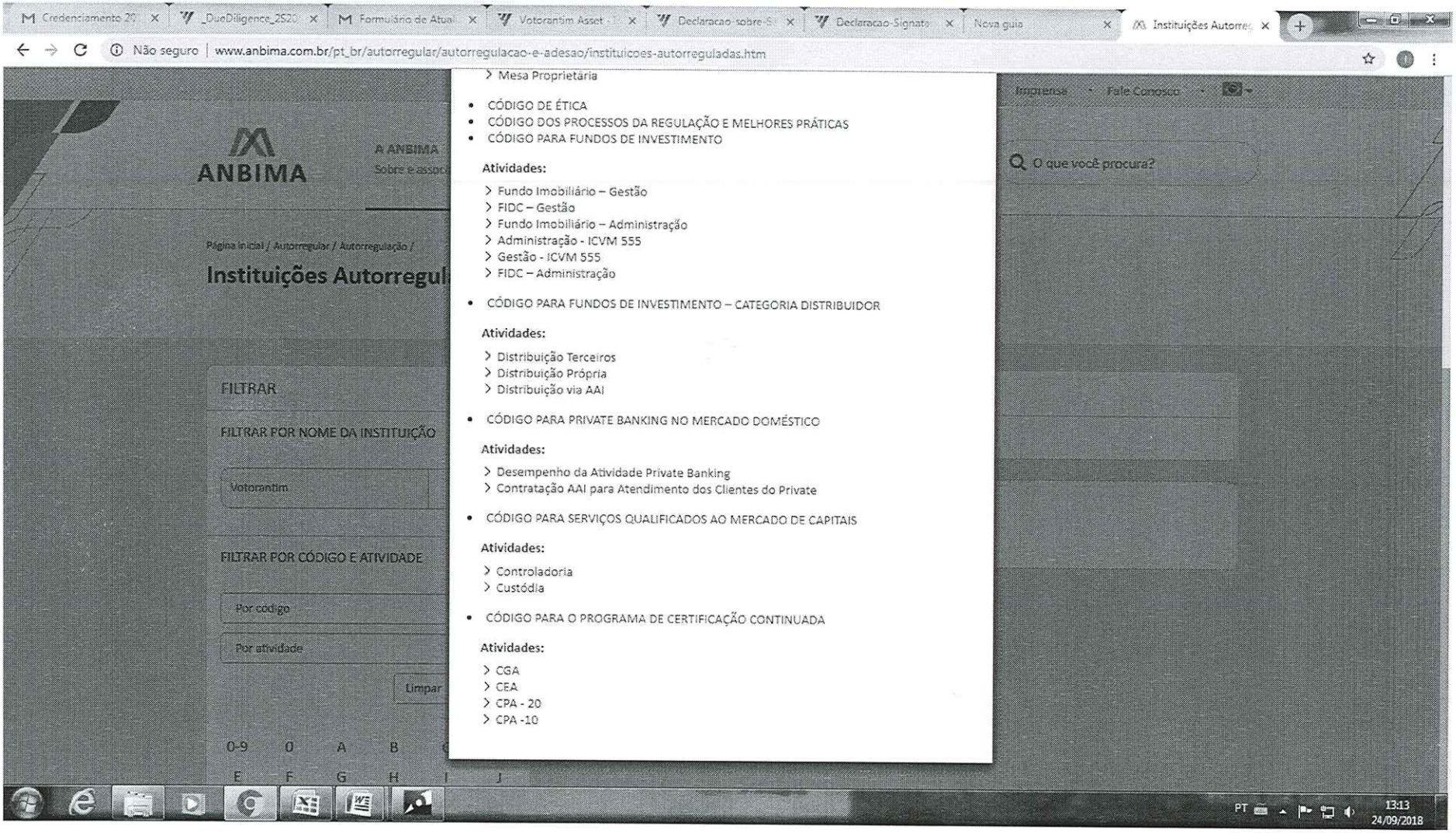
Reconheço Por Semelhança S/V Economico a(s) firma(s) de REINALDO HOLANDA DE LACERDA (0295617), RAFAEL GUEBARA . (0391800). . . . . .
São Paulo, 18 de Março de 2018. Em Test. ____ da verdade.
FERNANDO JOSE RIBEIRO - ESCREVENTE
CESAR DE SANTANA - .
Nº 0118/150318
Válido somente com o Selo de Autenticidade - Valor: R$12,00

Colégio Notarial do Brasil
Seção São Paulo
011203
FIRMA 2
1098AA04866832

Votorantim Asset DTVM
WRH
Dep. Jurídico


Credenciamento 20
_DueDiligence_2520
Formulário de Atual
Votorantim Asset -
Declaracao-sobre-S
Declaracao-Signatar
Nova guia
Instituições Autorre
Não seguro | www.anbima.com.br/pt_br/autorregular/autorregulacao-e-adesao/instituicoes-autorreguladas.htm
Eventos
Imprensa
Fale Conosco
ANBIMA
A ANBIMA
Sobre e assoc
O que você procura?
Página inicial / Autorregular / Autorregulação /
Instituições Autorregul
FILTRAR
FILTRAR POR NOME DA INSTITUIÇÃO
Votorantim
FILTRAR POR CÓDIGO E ATIVIDADE
Por código
Por atividade
Limpar
0-9
0
A
B
E
F
G
H
VOTORANTIM ASSET MANAGEMENT DTVM LTDA
Adesão aos seguintes códigos:
• CÓDIGO ABVCAP/ANBIMA FIP E FIEE
Atividades:
› FIP e FIEE – Administração
› FIP e FIEE - Gestão
› FIP e FIEE - Distribuição
• CÓDIGO DE DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS NO VAREJO
Atividades:
› Distribuição Própria
› Distribuição via AAI
• CÓDIGO DE NEGOCIAÇÃO DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS
Atividades:
› Negociação de Debêntures
› Negociação de CCB
› Negociação de Derivativos de Balcão
› Negociação de COE
› Mesa de Clientes
› Cadastro de Operadores
› Mesa Proprietária
• CÓDIGO DE ÉTICA
• CÓDIGO DOS PROCESSOS DA REGULAÇÃO E MELHORES PRÁTICAS
• CÓDIGO PARA FUNDOS DE INVESTIMENTO
Atividades:
› Fundo Imobiliário – Gestão
› FIDC – Gestão
› Fundo Imobiliário – Administração
› Administração - ICVM 555
› Gestão - ICVM 555
› FIDC – Administração
PT
13:13
24/09/2018

IGEPREV



IGEPREV
Fl. 12
Ass.

JUCESP
22 02 17

IGEPREV
Fl. 13
Ass.

JUCESP PROTOCOLO
0.169.431/17-4

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ALTERAÇÃO E C
SOCIAL DA VOTORANTIM ASSET MANAGEMENT
VALORES MOBILIÁRIOS LTDA. E C

CNPJ/MF nº 03.384.738/0001-98
NIRE 35215931334

Pelo presente instrumento particular e na melhor forma de direito, as Partes:

BANCO VOTORANTIM S.A., instituição financeira com sede na Capital do Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, nº 14.171, Torre A, 18º andar, Vila Gertrudes, CEP 04794-000, inscrito no CNPJ/MF sob nº 59.588.111/0001-03, NIRE 35300525353 por seus representantes legais, **Alvaro Jorge Fontes de Azevedo**, brasileiro, casado, economista, portador da Cédula de Identidade RG nº 05759709-8 SSP/RJ e inscrito no CPF/MF sob nº 809.204.977-72; e **José Roberto Salvini**, brasileiro, casado, advogado, portador da Cédula de Identidade RG nº 19.277.003-2 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob nº 129.538.808-10, ambos com endereço comercial na Capital do Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, nº 14.171, Torre A, 18º andar, Vila Gertrudes, CEP 04794-000; e

JOÃO ROBERTO GONÇALVES TEIXEIRA, brasileiro, casado, economista, portador da Cédula de Identidade RG nº 05243221-8 IFP/RJ e inscrito no CPF/MF sob nº 806.452.757-00, com endereço comercial na Capital do Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, nº 14.171, Torre A, 18º andar, Vila Gertrudes, CEP 04794-000;

únicos sócios da **VOTORANTIM ASSET MANAGEMENT DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.** ("Sociedade"), sociedade limitada com sede na Capital do Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, nº 14.171, Torre A, 11º andar, Vila Gertrudes, CEP 04794-000, inscrita no CNPJ/MF sob nº 03.384.738/0001-98, com seu ato constitutivo registrado perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo sob NIRE 35215931334;

e, ainda, **ELCIO JORGE DOS SANTOS**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 12.471.036-0 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob nº 035.957.778-40, com endereço comercial na Capital do Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, nº 14.171, Torre A, 18º andar, Vila Gertrudes, CEP 04794-000, na qualidade de sócio ingressante,

têm, entre si, justo e contratado o seguinte, que mutuamente aceitam e outorgam:

21º TABELIÃO DE NOTAS DE SÃO PAULO
Rua Libero Badaró, 386 - 1º andar
AUTENTICAÇÃO
Autêntico o presente cópia reprográfica
a original apresentado. Dou fé.
08 FEV. 2017
Rudnei Payao
Válido somente com selo de autenticidade
SELOS PAGOS POR VERBA
COLÉGIO NOTARIAL DO BRASIL
112292
AUTENTICAÇÃO

Votorantim Asset
Dep. Jurídico

JUCESP
22 02 17

IGEPREV
Fl. 14
Ass.

1. O sócio **JOÃO ROBERTO GONÇALVES TEIXEIRA**, titular e legítimo possuidor de 39.577 (trinta e nove mil, quinhentas e setenta e sete) quotas, com valor nominal unitário de R$ 0,01 (um centavo de real), perfazendo o total de R$ 395,77 (trezentos e noventa e cinco reais e setenta e sete centavos), todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, neste ato, retira-se da Sociedade, cedendo e transferindo a totalidade das quotas de sua titularidade para o Sr. **ELCIO JORGE DOS SANTOS**, supra qualificado, que neste ato ingressa na Sociedade.

2. A presente cessão e transferência de quotas foi realizada de acordo com os termos e condições constantes no instrumento particular firmado nesta data entre os Srs. **JOÃO ROBERTO GONÇALVES TEIXEIRA** e **ELCIO JORGE DOS SANTOS**, sub-rogando-se o Sr. **ELCIO JORGE DOS SANTOS** em todos os direitos e obrigações inerentes às quotas cedidas.

3. O sócio **BANCO VOTORANTIM S.A.** renuncia expressamente ao exercício do direito de preferência na aquisição das quotas cedidas pelo Sr. **JOÃO ROBERTO GONÇALVES TEIXEIRA**, previsto na Cláusula Quarta do Contrato Social, e concorda com a cessão de quotas ora deliberada.

4. Em razão da cessão de quotas acima, os sócios aprovaram a destituição do Sr. **JOÃO ROBERTO GONÇALVES TEIXEIRA** do cargo de Sócio Administrador da Sociedade, a partir desta data, elegendo, em substituição o Sr. **ELCIO JORGE DOS SANTOS**, anteriormente qualificado, para ocupar o cargo de Sócio Administrador da Sociedade, no mandato em curso, que se estenderá até a posse dos eleitos em 30/04/2017, passando a assim se compor a Administração:

ADMINISTRAÇÃO

Sócio Administrador: ELCIO JORGE DOS SANTOS, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 12.471.036-0 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob nº 035.957.778-40;

Administradores: ALVARO JORGE FONTES DE AZEVEDO, brasileiro, casado, economista, portador da Cédula de Identidade RG nº 05759709-8 SSP/RJ e inscrito no CPF/MF sob nº 809.204.977-72; **JOSÉ ROBERTO SALVINI**, brasileiro, casado, advogado, portador da Cédula de Identidade RG nº 19.277.003-2 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob nº 129.538.808-10; **REINALDO HOLANDA DE LACERDA**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 10.582.208 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob nº 041.189.718-79; **ROBERT JOHN VAN DIJK**, brasileiro, casado, administrador, portador da Cédula de Identidade RG nº 6.729.594-0 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob nº 040.330.638-89; **SANDRA CRISTINA ORLANDI PETROVSKY**, brasileira, solteira, economista, portadora da Cédula de Identidade RG nº 18.206.078 SSP/SP e inscrita no CPF/MF sob nº 151.388.038-16; e **WAGNER ROBERTO PUGLIESE**, brasileiro, casado, contador, portador da Cédula de Identidade RG nº 10.311.777-5 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob nº 006.233.488-37; todos com endereço comercial na Capital do Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, nº 14.171, Torre A, 18º andar, Vila Gertrudes, CEP 04794-000.

Votorantim Asset
Dep Jurídico

JUCESP
22 02 17

IGEPREV
Fl. 15
Ass.

5. A posse do Sócio Administrador ora eleito fica condicionada à prévia homologação de seu nome pelo Banco Central do Brasil. O Sócio Administrador ora eleito declarou que não está incurso em nenhum dos crimes previstos em lei que o impeçam de exercer a atividade mercantil e que atende às demais exigências constantes do Contrato Social e da legislação em vigor.

6. Em decorrência do disposto no item 1 acima, a Cláusula Terceira do Contrato Social passa a vigorar com a seguinte nova redação:

> *"**CLÁUSULA TERCEIRA – DO CAPITAL SOCIAL***
>
> *O Capital Social é R$ 50.884.073,91 (cinquenta milhões, oitocentos e oitenta e quatro mil, setenta e três reais e noventa e um centavos), totalmente integralizado pelos subscritores, dividido em 5.088.407.391 (cinco bilhões, oitenta e oito milhões, quatrocentas e sete mil, trezentas e noventa e uma) quotas, com o valor nominal de R$ 0,01 (um centavo de real) cada uma, assim distribuídas entre os sócios:*
>
> *1. **BANCO VOTORANTIM S.A.** é possuidor de 5.088.367.814 (cinco bilhões, oitenta e oito milhões, trezentas e sessenta e sete mil, oitocentas e quatorze) quotas, no valor nominal total de R$ 50.883,678,14 (cinquenta milhões, oitocentos e oitenta e três mil, seiscentos e setenta e oito reais e quatorze centavos);*
>
> *2. **ELCIO JORGE DOS SANTOS** é possuidor de 39.577 (trinta e nove mil, quinhentas e setenta e sete) quotas, no valor nominal total de R$ 395,77 (trezentos e noventa e cinco reais e setenta e sete centavos).*
>
> ***Parágrafo Primeiro** - As quotas do capital social são indivisíveis perante a Sociedade e cada uma delas dá direito a um voto nas deliberações sociais.*
>
> ***Parágrafo Segundo** - A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social."*

7. Resolvem os sócios consolidar o Contrato Social, que, contemplando as alterações acima deliberadas, passa a vigorar com a seguinte redação:

"CONTRATO SOCIAL

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA DENOMINAÇÃO, DA SEDE E DA DURAÇÃO

A sociedade girará com a denominação de **VOTORANTIM ASSET MANAGEMENT DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.** ("Sociedade"), com sede na Capital do Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, nº 14.171, Torre A, 11º andar, Vila Gertrudes, CEP 04794-000, e terá duração por prazo indeterminado.

21º Tabelião de Notas de São Paulo - Rua Tabelião Passarelli, 115 - Vila Olímpia
Autentico a presente cópia reprográfica, por mim extraída, dou fé.
São Paulo 08 FEV. 17
Rudnei Payão
Válido somente com selo de autenticidade
SELOS PAGOS POR VERBA
Colégio Notarial do Brasil
112292
AUTENTICAÇÃO

JUCESP
22 02 17

IGEPREV
Fl. 16
ASSI.

Parágrafo Único - A Sociedade possui filiais nas seguintes localidades: (i) Avenida Dr. José Bonifácio Coutinho Nogueira, nº 150, Sala 402, Parte – Edifício Galleria Plaza, Jardim Madalena, CEP 13091-611, na Cidade de Campinas, Estado de São Paulo; (ii) Rua Carlos de Carvalho, nº 555, conjuntos 221 e 222, Parte – Edifício Centro Empresarial, Engenheiro José Joaquim – Centro, CEP 80430-180, na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná; (iii) Avenida Soledade, nº 550, 11º andar, Parte, Bairro Petrópolis, CEP 90470-340, na Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul; (iv) Rua Visconde de Pirajá, nº 250, Sala 201, Parte, Edifício Amsterdam Sauer, Ipanema, CEP: 22410-000, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro; (v) Avenida Afonso Pena, 4.100, 15º andar, Cruzeiro, CEP 30130-009, na Capital do Estado de Minas Gerais; (vi) Avenida 136, 960, Sala 704, Setor Marista, CEP 74180-040, na Capital do Estado de Goiás; (vii) Rua Alfredo Chaves, 1274, Salas 601 e 602, parte, Centro, CEP 95020-460, na Cidade de Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul; (viii) Avenida Antonio Carlos Magalhães, nº 3244, 17º andar, Salas 1710 e 1711, Edifício Empresarial Thomé de Souza, Bairro Caminho das Árvores, CEP 41820-000, na Cidade de Salvador, Estado da Bahia; e (ix) Avenida Engenheiro Antonio de Góes, nº 60, 3º andar, Sala 301, Parte, Bairro do Pina, CEP 51010-000, na Cidade de Recife, Estado do Pernambuco.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO SOCIAL

A Sociedade tem por objeto social:

I - subscrever, isoladamente ou em consórcio com outras sociedades autorizadas, emissões de títulos e valores mobiliários para revenda;

II - intermediar oferta pública e distribuição de títulos e valores mobiliários no mercado;

III - comprar e vender títulos e valores mobiliários por conta própria e de terceiros, observada regulamentação baixada pelo Banco Central e pela Comissão de Valores Mobiliários nas suas respectivas áreas de competência;

IV - encarregar-se da administração de carteiras e da custódia de títulos e valores mobiliários;

V - incumbir-se da subscrição, da transferência e da autenticação de endossos, de desdobramento de cautelas, de recebimento e pagamento de resgates, juros e outros proventos de títulos e valores mobiliários;

VI - exercer funções de agente fiduciário;

VII - instituir, organizar e administrar fundos e clubes de investimento;

VIII - constituir sociedade de investimento - capital estrangeiro e administrar a respectiva carteira de títulos e valores mobiliários;

IX - praticar operações no mercado de câmbio de taxas flutuantes;

X - praticar operações de conta margem, conforme regulamentação da Comissão de Valores Mobiliários;

XI - realizar operações compromissadas;

2º TABELIÃO DE NOTAS DE SÃO PAULO
R. Ministro Godoi, 386 - 1º andar
AUTENTICAÇÃO
Autentico a presente cópia conforme o original apresentado. Dou fé.
S. Paulo 08 FEV. 2017
Rudnei Paya
Válido somente com selo de autenticidade
SELOS PAGOS POR VERBA
COLÉGIO NOTARIAL DO BRASIL
112292
AUTENTICAÇÃO

Votorantim Asset
Dep. Jurídico

JUCESP
22 02 17

IGEPREV
Fl. 17
Ass.

XII - praticar operações de compra e venda de metais preciosos, no mercado físico, por conta própria e de terceiros, nos termos da regulamentação baixada pelo Banco Central do Brasil;

XIII - operar em bolsas de mercadorias e futuros por conta própria e de terceiros, observada regulamentação baixada pelo Banco Central e pela Comissão de Valores Mobiliários nas suas respectivas áreas de competência;

XIV - prestar serviços de intermediação e de assessoria ou assistência técnica em operações e atividades nos mercados financeiro e de capitais, e

XV - exercer outras atividades expressamente autorizadas, em conjunto, pelo Banco Central e pela Comissão de Valores Mobiliários.

Parágrafo Único - É vedado à Sociedade:

I - realizar operações que caracterizem, sob qualquer forma, a concessão de financiamentos, empréstimos ou adiantamentos a seus clientes, inclusive através da cessão de direitos, ressalvadas as hipóteses de operação de conta margem e as demais previstas na regulamentação em vigor;

II - cobrar de seus comitentes corretagens ou qualquer outra comissão referente a negociações com determinado valor mobiliário durante seu período de distribuição primária;

III - adquirir bens não destinados ao uso próprio, salvo os recebidos em liquidação de dívidas de difícil ou duvidosa solução, caso em que deverá vendê-los dentro do prazo de 1 (um) ano, a contar do recebimento, prorrogável até 2 (duas) vezes, a critério do Banco Central;

IV - obter empréstimos ou financiamentos junto às instituições financeiras, exceto aqueles vinculados a:

(a) aquisição de bens para uso próprio;

(b) operações e compromissos envolvendo títulos de renda fixa, conforme regulamentação em vigor;

(c) operações de conta margem de seus clientes, conforme regulamentação em vigor;

(d) garantias de subscrição ou aquisição de valores mobiliários objeto de distribuição pública;

V – dar ordens às sociedades corretoras para a realização de operações envolvendo comitente final que não tenha identificação cadastral na bolsa de valores.

<u>CLÁUSULA TERCEIRA</u> – DO CAPITAL SOCIAL

O Capital Social é R$ 50.884.073,91 (cinquenta milhões, oitocentos e oitenta e quatro mil, setenta e três reais e noventa e um centavos), totalmente integralizado pelos subscritores, dividido em 5.088.407.391 (cinco bilhões, oitenta e oito milhões, quatrocentas e sete mil, trezentas e noventa e uma) quotas, com o valor nominal de R$ 0,01 (um centavo de real) cada uma, assim distribuídas entre os sócios:

Rua Pedro Badaró, 30 - 1º Andar
Autenticação presente cópia conforme a original apresentado, dou fé.
S. Paulo 08 FEV. 2017
Rudnei Payan
Válido somente com selo de autenticidade
SELOS PAGOS POR VERBA
COLÉGIO NOTARIAL DO BRASIL
112292
AUTENTICAÇÃO

Votorantim Asset
Dep. Jurídico

JUCESP
22 02 17

IGEPREV
Fl. 18
Ass.

1. **BANCO VOTORANTIM S.A.** é possuidor de 5.088.367.814 (cinco bilhões, oitenta e oito milhões, trezentas e sessenta e sete mil, oitocentas e quatorze) quotas, no valor nominal total de R$ 50.883.678,14 (cinquenta milhões, oitocentos e oitenta e três mil, seiscentos e setenta e oito reais e quatorze centavos);

2. **ELCIO JORGE DOS SANTOS** é possuidor de 39.577 (trinta e nove mil, quinhentas e setenta e sete) quotas, no valor nominal total de R$ 395,77 (trezentos e noventa e cinco reais e setenta e sete centavos).

Parágrafo Primeiro - As quotas do capital social são indivisíveis perante a Sociedade e cada uma delas dá direito a um voto nas deliberações sociais.

Parágrafo Segundo - A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

CLÁUSULA QUARTA – DA CESSÃO DE QUOTAS

As quotas do capital social não poderão ser alienadas, cedidas ou transferidas a terceiros sem antes terem sido oferecidas aos demais sócios, aos quais, em igualdade de condições, fica assegurado o direito de preferência à aquisição.

CLÁUSULA QUINTA – DA DELIBERAÇÃO DOS SÓCIOS

As deliberações dos sócios serão tomadas em reuniões, presididas e secretariadas por sócios escolhidos entre os presentes, ficando dispensada quando todos os sócios decidirem por escrito sobre a matéria que seria objeto delas.

Parágrafo Primeiro - Ressalvados os casos previstos em lei, que exigirem quórum superior, as deliberações sociais serão tomadas pelos sócios representando a maioria do capital social, sendo válidos para registro e demais efeitos legais os instrumentos de alteração contratual subscritos pelos sócios que representem esse quórum.

Parágrafo Segundo – As reuniões serão convocadas pelos Sócios Administradores ou Administradores, por escrito, mediante carta a ser enviada a cada um dos sócios, com a antecedência de 8 (oito) dias, indicando o horário da reunião na sede social. Tais formalidades, quando todos os sócios comparecerem ou declararem por escrito cientes do local, data e ordem do dia, ficarão dispensadas.

8º TABELIÃO DE NOTAS DE SÃO PAULO
AUTENTICAÇÃO
Autentico a presente cópia conforme original apresentado. Dou fé.
São Paulo 08 FEV 17
Rudnei Payão
Válido somente com selo de autenticidade
SELOS PAGOS POR VERBA - AUT. JUCESP
112292
AUTENTICAÇÃO
1084AW0126266

Votorantim Asset
Dep Jurídico

JUCESP
22 02 17

IGEPREV
Fl. 19
Ass.

CLÁUSULA SEXTA – DA GERÊNCIA E ADMINISTRAÇÃO

A administração e gerência da Sociedade serão exercidas por pessoas físicas, sócias ou não, a serem nomeadas em ato separado, com prazo de mandato determinado de dois anos admitida a reeleição, devendo os administradores permanecerem nos respectivos cargos até a posse dos que forem eleitos em substituição. Os administradores sócios serão designados Sócios Administradores, e os administradores não sócios serão designados simplesmente Administradores. Um Sócio Administrador ou um Administrador será necessariamente indicado como responsável pela Administração de Recursos de Terceiros, conforme artigo 2º e parágrafo único da Resolução 2.451, de 27/11/97, do Conselho Monetário Nacional. As pessoas que exercem a administração e gerência da Sociedade exercerão os poderes normais e gerais de administração e representação da Sociedade, dispensada a caução, podendo ser destituídos de seus cargos pelos sócios a qualquer tempo e sem a necessidade de qualquer justificativa.

Parágrafo Primeiro – Os Sócios Administradores e Administradores preencherão os requisitos mencionados na Resolução nº 4.122/2012, do Conselho Monetário Nacional, e não estarão impedidos de exercerem a administração da Sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

Parágrafo Segundo - A Administradora **SANDRA CRISTINA ORLANDI PETROVSKY** é responsável pela Administração de Carteira de Valores Mobiliários da Sociedade perante a Comissão de Valores Mobiliários, conforme Artigo 2º e Parágrafo Único da Resolução nº 2.451, de 27/11/97, do Conselho Monetário Nacional, e Parágrafo 9º do Artigo 7º da Instrução CVM nº 306/99, com redação dada pela Instrução CVM nº 364/02.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA REPRESENTAÇÃO

Todos os atos que impliquem em assunção de responsabilidade pela Sociedade, inclusive avais ou outras garantias em favor de terceiros, serão sempre praticados:

(a) pelos Sócios Administradores ou pelos Administradores, sempre em conjunto de dois;
(b) por um Sócio Administrador ou por um Administrador em conjunto com um procurador;
(c) por dois procuradores, em conjunto, nomeados na forma do disposto no parágrafo único deste artigo;

21º TABELIÃO DE NOTAS DE SÃO PAULO
Rua Libero Badaró, 386 - 1º andar
AUTENTICAÇÃO
Autentico a presente cópia reprográfica conforme a original apresentado, dou fé.
São Paulo 08 FEV. 2017
Rudnei Payau
Valido somente com selo de autenticidade
SELOS PAGOS POR VERBA - AUTENTICAÇÃO
Colégio Notarial do Brasil
112292
AUTENTICAÇÃO
1084AW0126259

Votorantim Asset

JUCESP
22 02 17

IGEPREV
Fl. 29
Ass.

(d) por um único procurador, em casos especiais, investido de poderes específicos para a prática do ato para o qual foi constituído.

Parágrafo Único - A Sociedade, por seus Sócios Administradores, ou por um Sócio Administrador em conjunto com um Administrador, ou por dois Administradores em conjunto, poderá constituir procuradores, indicando no respectivo instrumento de outorga os poderes conferidos e o modo como exercê-los, fixando o prazo de validade, ressalvadas, quanto ao prazo, as procurações "ad judicia".

CLÁUSULA OITAVA – DO EXERCÍCIO SOCIAL

O exercício social termina em 31 de dezembro de cada ano, época em que se fará a apuração dos resultados e levantamento do balanço patrimonial e preparadas as correspondentes Demonstrações Financeiras, os quais serão submetidos à aprovação dos sócios, que deliberarão nos quatro primeiros meses seguintes ao término do exercício social.

Parágrafo Primeiro - Os lucros apurados no balanço geral poderão ser imediatamente distribuídos ou, então, retidos na Sociedade para oportuna distribuição ou capitalização, observado sempre o princípio de proporcionalidade das quotas que possuem os sócios na época de cada distribuição ou capitalização.

Parágrafo Segundo - Os prejuízos serão suportados pelos quotistas na proporção de suas quotas ou serão mantidos em conta de lucros ou prejuízos acumulados para posterior amortização.

Parágrafo Terceiro - A Sociedade levantará balanço semestral no dia 30 de junho de cada ano.

CLÁUSULA NONA – DA DISSOLUÇÃO

A Sociedade dissolver-se-á por deliberação de, no mínimo, três quartos do capital social. Havendo a dissolução, os sócios nomearão o respectivo liquidante, observando-se quanto à forma de liquidação, as disposições legais aplicáveis.

Parágrafo Primeiro - A Sociedade não se dissolverá por retirada de qualquer dos sócios, hipótese em que os quotistas remanescentes têm a preferência para a aquisição das quotas do sócio retirante, pelo valor patrimonial que lhes for atribuído com base no último balanço levantado.

Parágrafo Segundo – A Sociedade também não se dissolverá pela morte ou pela incapacidade judicialmente declarada de qualquer sócio. Caso não haja interesse pela aquisição das quotas do sócio pré-morto, serão asseguradas ao inventariante do respectivo espólio, enquanto as quotas permanecerem indivisas, as gestões necessárias junto à Sociedade para o exercício dos direitos que couberem ao referido espólio, procedendo-se, depois, de acordo com o que determinar o processo de inventário com trânsito em julgado.

20º TABELIONATO DE NOTAS DE SÃO PAULO
Liberdade, 316 - 2º andar
Autentico a presente cópia conforma
o original apresentado, dou fé.
S. Paulo 08 FEV. 2017
Rudnei Payão
Válido somente com selo de autenticidade
SELOS PAGOS POR VERBA
Cruzeiro Notarial
112292
AUTENTICAÇÃO
AAW0126203
Gerador Asset
Dep. Jurídico

JUCESP
22 02 17

IGEPREV
Fl. 21
Ass.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO

Para dirimir qualsquer divergências oriundas deste Contrato Social, fica eleito, desde já, o Foro Central da Capital do Estado de São Paulo, sob expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

A Sociedade rege-se pelo disposto nos artigos 1.052 a 1.087 do Código Civil e, subsidiariamente, pelo disposto na Lei 6.404/76.

Parágrafo Primeiro – Na hipótese de qualquer disposição do presente contrato perder sua eficácia em virtude de alteração na lei vigente, referida perda atingirá apenas dita disposição, sem prejudicar as demais estipulações contratuais.

Parágrafo Segundo - Este contrato obriga as partes contratantes e seus herdeiros ou sucessores, a qualquer título."

E, por estarem, assim, justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo.

São Paulo (SP), 09 de novembro de 2016.

SÓCIOS:

BANCO VOTORANTIM S.A.
Alvaro Jorge Fontes de Azevedo / José Roberto Salvini

JOÃO ROBERTO GONÇALVES TEIXEIRA

ELCIO JORGE DOS SANTOS

SÓCIO ADMINISTRADOR ELEITO:

ELCIO JORGE DOS SANTOS

21º TABELIÃO DE NOTAS DE SÃO PAULO
Rua Libero Badaró, 386 – 1º andar
AUTENTICAÇÃO
Autentico a presente cópia conforme a original apresentado. Dou fé.
S. Paulo 08 FEV. 2017

Testemunhas:

1. _____
Nome: PATRÍCIA FERRARI
RG: 41.892.310-7 SSP/SP

2. _____
Nome: Ana Paula Oliveira Ferreira Prado
RG: 40.332.547-7

Selo de autenticidade
SELOS PAGOS POR VERBA
112292
AUTENTICAÇÃO
0126217

Votorantim Asset
Dep. Jurídico

JUCESP PROTOCOLO
0.169.440/17-5
22/02/17

IGEPREV
Fl. 22
Ass.

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL DA VOTORANTIM ASSET MANAGEMENT DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA. E OUTRAS AVENÇAS

CNPJ/MF nº 03.384.738/0001-98
NIRE 35215931334

Pelo presente instrumento particular e na melhor forma de direito, as Partes:

BANCO VOTORANTIM S.A., instituição financeira com sede na Capital do Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, nº 14.171, Torre A, 18º andar, Vila Gertrudes, CEP 04794-000, inscrito no CNPJ/MF sob nº 59.588.111/0001-03, NIRE 35300525353 por seus representantes legais, **Alvaro Jorge Fontes de Azevedo**, brasileiro, casado, economista, portador da Cédula de Identidade RG nº 05759709-8 SSP/RJ e inscrito no CPF/MF sob nº 809.204.977-72; e **José Roberto Salvini**, brasileiro, casado, advogado, portador da Cédula de Identidade RG nº 19.277.003-2 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob nº 129.538.808-10, ambos com endereço comercial na Capital do Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, nº 14.171, Torre A, 18º andar, Vila Gertrudes, CEP 04794-000; e

ELCIO JORGE DOS SANTOS, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 12.471.036-0 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob nº 035.957.778-40, com endereço comercial na Capital do Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, nº 14.171, Torre A, 18º andar, Vila Gertrudes, CEP 04794-000;

únicos sócios da **VOTORANTIM ASSET MANAGEMENT DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.** ("Sociedade"), sociedade limitada com sede na Capital do Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, nº 14.171, Torre A, 11º andar, Vila Gertrudes, CEP 04794-000, inscrita no CNPJ/MF sob nº 03.384.738/0001-98, com seu ato constitutivo registrado perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo sob NIRE 35215931334;

têm, entre si, justo e contratado o seguinte, que mutuamente aceitam e outorgam:

1. destituir os Srs. Sandra Cristina Orlandi Petrovsky e Wagner Roberto Pugliese dos cargos de Administradores da Sociedade;

2. eleger os Srs. André Luis Duarte de Oliveira e Paulo Euclides Bonzanini, ambos adiante qualificados, como Administradores da Sociedade, para o mandato em curso, que se estenderá até a posse dos eleitos em 30/04/2017, passando a assim se compor a Administração:

JUCESP
22 02 17

IGEPREV
Fl. 23
Ass.

ADMINISTRAÇÃO

Sócio Administrador: ELCIO JORGE DOS SANTOS, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 12.471.036-0 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob nº 035.957.778-40;

Administradores: ANDRÉ LUIS DUARTE DE OLIVEIRA, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 20.149.063-8 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob nº 117.234.298-99; **ALVARO JORGE FONTES DE AZEVEDO**, brasileiro, casado, economista, portador da Cédula de Identidade RG nº 05759709-8 SSP/RJ e inscrito no CPF/MF sob nº 809.204.977-72; **JOSÉ ROBERTO SALVINI**, brasileiro, casado, advogado, portador da Cédula de Identidade RG nº 19.277.003-2 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob nº 129.538.808-10; **PAULO EUCLIDES BONZANINI**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 8.902.128-9 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob nº 709.589.718-20; **REINALDO HOLANDA DE LACERDA**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 10.582.208 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob nº 041.189.718-79; e **ROBERT JOHN VAN DIJK**, brasileiro, casado, administrador, portador da Cédula de Identidade RG nº 6.729.594-0 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob nº 040.330.638-89; todos com endereço comercial na Capital do Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, nº 14.171, Torre A, 18º andar, Vila Gertrudes, CEP 04794-000.

3. registrar que a posse dos Administradores ora eleitos fica condicionada à prévia homologação de seus nomes pelo Banco Central do Brasil. Os Administradores ora eleitos declararam que não estão incursos em nenhum dos crimes previstos em lei que os impeçam de exercer a atividade mercantil e que atendem às demais exigências constantes do Contrato Social e da legislação em vigor;

4. em decorrência da destituição da Sra. Sandra Cristina Orlandi Petrovsky, ora deliberada, e considerando a autorização dada pelo §7º do art. 4º da Instrução 558/15 da Comissão de Valores Mobiliários, para registrar a indicação da responsabilidade por administração de carteiras de valores mobiliários em atas da reunião da administração, excluir o Parágrafo Segundo da Cláusula Sexta do Contrato Social, alterando o Parágrafo Primeiro para Parágrafo Único; e

5. consolidar o Contrato Social, que, contemplando a alteração deliberada no item 4 anterior, passa a vigorar com a seguinte redação:

"CONTRATO SOCIAL

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA DENOMINAÇÃO, DA SEDE E DA DURAÇÃO

A sociedade girará com a denominação de **VOTORANTIM ASSET MANAGEMENT DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.** ("Sociedade"), com sede na Capital do Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, nº 14.171, Torre A, 11º andar, Vila Gertrudes, CEP 04794-000, e terá duração por prazo indeterminado.

JUCESP
22 02 17

IGEPREV
Fl. 24
Ass.

21º TABELIÃO DE NOTAS DE SÃO PAULO
Rua Libero Badaró, 425 - 1º andar
AUTENTICAÇÃO
Autentico a presente cópia reprográfica
original apresentado. Dou fé.
09 FEV. 2017

AUTENTICAÇÃO
1084AW0128296

Parágrafo Único - A Sociedade possui filiais nas seguintes localidades: (i) Avenida Dr. José Bonifácio Coutinho Nogueira, nº 150, Sala 402, Parte – Edifício Galleria Plaza, Jardim Madalena, CEP 13091-611, na Cidade de Campinas, Estado de São Paulo; (ii) Rua Carlos de Carvalho, nº 555, conjuntos 221 e 222, Parte – Edifício Centro Empresarial, Engenheiro José Joaquim – Centro, CEP 80430-180, na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná; (iii) Avenida Soledade, nº 550, 11º andar, Parte, Bairro Petrópolis, CEP 90470-340, na Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul; (iv) Rua Visconde de Pirajá, nº 250, Sala 201, Parte, Edifício Amsterdam Sauer, Ipanema, CEP: 22410-000, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro; (v) Avenida Afonso Pena, 4.100, 15º andar, Cruzeiro, CEP 30130-009, na Capital do Estado de Minas Gerais; (vi) Avenida 136, 960, Sala 704, Setor Marista, CEP 74180-040, na Capital do Estado de Goiás; (vii) Rua Alfredo Chaves, 1274, Salas 601 e 602, parte, Centro, CEP 95020-460, na Cidade de Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul; (viii) Avenida Antonio Carlos Magalhães, nº 3244, 17º andar, Salas 1710 e 1711, Edifício Empresarial Thomé de Souza, Bairro Caminho das Árvores, CEP 41820-000, na Cidade de Salvador, Estado da Bahia; e (ix) Avenida Engenheiro Antonio de Góes, nº 60, 3º andar, Sala 301, Parte, Bairro do Pina, CEP 51010-000, na Cidade de Recife, Estado do Pernambuco.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO SOCIAL

A Sociedade tem por objeto social:

I - subscrever, isoladamente ou em consórcio com outras sociedades autorizadas, emissões de títulos e valores mobiliários para revenda;

II - intermediar oferta pública e distribuição de títulos e valores mobiliários no mercado;

III - comprar e vender títulos e valores mobiliários por conta própria e de terceiros, observada regulamentação baixada pelo Banco Central e pela Comissão de Valores Mobiliários nas suas respectivas áreas de competência;

IV - encarregar-se da administração de carteiras e da custódia de títulos e valores mobiliários;

V - incumbir-se da subscrição, da transferência e da autenticação de endossos, de desdobramento de cautelas, de recebimento e pagamento de resgates, juros e outros proventos de títulos e valores mobiliários;

VI - exercer funções de agente fiduciário;

VII - instituir, organizar e administrar fundos e clubes de investimento;

VIII - constituir sociedade de investimento - capital estrangeiro e administrar a respectiva carteira de títulos e valores mobiliários;

IX - praticar operações no mercado de câmbio de taxas flutuantes;

X - praticar operações de conta margem, conforme regulamentação da Comissão de Valores Mobiliários;

XI - realizar operações compromissadas;

Votorantim Assoc. Dep. Jurídico

JUCESP
22 02 17

IGEPREV
Fl. 25
Ass.

21º TABELIÃO DE NOTAS DE SÃO PAULO
Rua Libero Badaró 186 - 1º andar
AUTENTICAÇÃO
Autentico a presente cópia conforme a original apresentado dou fé.
Paulo 09 FEV. 2017

AUTENTICAÇÃO 1084AW0128289

XII - praticar operações de compra e venda de metais preciosos, no mercado físico, por conta própria e de terceiros, nos termos da regulamentação baixada pelo Banco Central do Brasil;

XIII - operar em bolsas de mercadorias e futuros por conta própria e de terceiros, observada regulamentação baixada pelo Banco Central e pela Comissão de Valores Mobiliários nas suas respectivas áreas de competência;

XIV - prestar serviços de intermediação e de assessoria ou assistência técnica em operações e atividades nos mercados financeiro e de capitais, e

XV - exercer outras atividades expressamente autorizadas, em conjunto, pelo Banco Central e pela Comissão de Valores Mobiliários.

Parágrafo Único - É vedado à Sociedade:

I - realizar operações que caracterizem, sob qualquer forma, a concessão de financiamentos, empréstimos ou adiantamentos a seus clientes, inclusive através da cessão de direitos, ressalvadas as hipóteses de operação de conta margem e as demais previstas na regulamentação em vigor;

II - cobrar de seus comitentes corretagens ou qualquer outra comissão referente a negociações com determinado valor mobiliário durante seu período de distribuição primária;

III - adquirir bens não destinados ao uso próprio, salvo os recebidos em liquidação de dívidas de difícil ou duvidosa solução, caso em que deverá vendê-los dentro do prazo de 1 (um) ano, a contar do recebimento, prorrogável até 2 (duas) vezes, a critério do Banco Central;

IV - obter empréstimos ou financiamentos junto às instituições financeiras, exceto aqueles vinculados a:

(a) aquisição de bens para uso próprio;

(b) operações e compromissos envolvendo títulos de renda fixa, conforme regulamentação em vigor;

(c) operações de conta margem de seus clientes, conforme regulamentação em vigor;

(d) garantias de subscrição ou aquisição de valores mobiliários objeto de distribuição pública;

V - dar ordens às sociedades corretoras para a realização de operações envolvendo comitente final que não tenha identificação cadastral na bolsa de valores.

<u>CLÁUSULA TERCEIRA</u> – DO CAPITAL SOCIAL

O Capital Social é R$ 50.884.073,91 (cinquenta milhões, oitocentos e oitenta e quatro mil, setenta e três reais e noventa e um centavos), totalmente integralizado pelos subscritores, dividido em 5.088.407.391 (cinco bilhões, oitenta e oito milhões, quatrocentas e sete mil, trezentas e noventa e uma) quotas, com o valor nominal de R$ 0,01 (um centavo de real) cada uma, assim distribuídas entre os sócios:

Votorantim Asset

JUCESP
22 02 17

IGEPREV
Fl 26
ASS.

21º TABELIÃO DE NOTAS DE SÃO PAULO
Rua Libero Badaró, 300 - 1º andar
AUTENTICAÇÃO
Autentico a presente cópia conforme o original apresentado. Dou fé.
09 FEV. 17

AUTENTICAÇÃO
1084AW0126280
112292

1. **BANCO VOTORANTIM S.A.** é possuidor de 5.088.367.814 (cinco bilhões, oitenta e oito milhões, trezentas e sessenta e sete mil, oitocentas e quatorze) quotas, no valor nominal total de R$ 50.883.678,14 (cinquenta milhões, oitocentos e oitenta e três mil, seiscentos e setenta e oito reais e quatorze centavos);

2. **ELCIO JORGE DOS SANTOS** é possuidor de 39.577 (trinta e nove mil, quinhentas e setenta e sete) quotas, no valor nominal total de R$ 395,77 (trezentos e noventa e cinco reais e setenta e sete centavos).

Parágrafo Primeiro - As quotas do capital social são indivisíveis perante a Sociedade e cada uma delas dá direito a um voto nas deliberações sociais.

Parágrafo Segundo - A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

CLÁUSULA QUARTA – DA CESSÃO DE QUOTAS

As quotas do capital social não poderão ser alienadas, cedidas ou transferidas a terceiros sem antes terem sido oferecidas aos demais sócios, aos quais, em igualdade de condições, fica assegurado o direito de preferência à aquisição.

CLÁUSULA QUINTA – DA DELIBERAÇÃO DOS SÓCIOS

As deliberações dos sócios serão tomadas em reuniões, presididas e secretariadas por sócios escolhidos entre os presentes, ficando dispensada quando todos os sócios decidirem por escrito sobre a matéria que seria objeto delas.

Parágrafo Primeiro - Ressalvados os casos previstos em lei, que exigirem quórum superior, as deliberações sociais serão tomadas pelos sócios representando a maioria do capital social, sendo válidos para registro e demais efeitos legais os instrumentos de alteração contratual subscritos pelos sócios que representem esse quórum.

Parágrafo Segundo – As reuniões serão convocadas pelos Sócios Administradores ou Administradores, por escrito, mediante carta a ser enviada a cada um dos sócios, com a antecedência de 8 (oito) dias, indicando o horário da reunião na sede social. Tais formalidades, quando todos os sócios comparecerem ou declararem por escrito cientes do local, data e ordem do dia, ficarão dispensadas.

Votorantim Asset

JUCESP
22 02 17

IGEPREV
Fl. 27
Ass.

CLÁUSULA SEXTA – DA GERÊNCIA E ADMINISTRAÇÃO

A administração e gerência da Sociedade serão exercidas por pessoas físicas, sócias ou não, a serem nomeadas em ato separado, com prazo de mandato determinado de dois anos admitida a reeleição, devendo os administradores permanecerem nos respectivos cargos até a posse dos que forem eleitos em substituição. Os administradores sócios serão designados Sócios Administradores, e os administradores não sócios serão designados simplesmente Administradores. Um Sócio Administrador ou um Administrador será necessariamente indicado como responsável pela Administração de Recursos de Terceiros, conforme artigo 2º e parágrafo único da Resolução 2.451, de 27/11/97, do Conselho Monetário Nacional. As pessoas que exercem a administração e gerência da Sociedade exercerão os poderes normais e gerais de administração e representação da Sociedade, dispensada a caução, podendo ser destituídos de seus cargos pelos sócios a qualquer tempo e sem a necessidade de qualquer justificativa.

Parágrafo Único – Os Sócios Administradores e Administradores preencherão os requisitos mencionados na Resolução nº 4.122/2012, do Conselho Monetário Nacional, e não estarão impedidos de exercerem a administração da Sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA REPRESENTAÇÃO

Todos os atos que impliquem em assunção de responsabilidade pela Sociedade, inclusive avais ou outras garantias em favor de terceiros, serão sempre praticados:

(a) pelos Sócios Administradores ou pelos Administradores, sempre em conjunto de dois;
(b) por um Sócio Administrador ou por um Administrador em conjunto com um procurador;
(c) por dois procuradores, em conjunto, nomeados na forma do disposto no parágrafo único deste artigo;
(d) por um único procurador, em casos especiais, investido de poderes específicos para a prática do ato para o qual foi constituído.

Parágrafo Único - A Sociedade, por seus Sócios Administradores, ou por um Sócio Administrador em conjunto com um Administrador, ou por dois Administradores em conjunto, poderá constituir procuradores, indicando no respectivo instrumento de outorga os poderes conferidos e o modo como exercê-los, fixando o prazo de validade, ressalvadas, quanto ao prazo, as procurações "ad judicia".

JUCESP
22 02 17

IGEPREV
Fl 28

CLÁUSULA OITAVA – DO EXERCÍCIO SOCIAL

O exercício social termina em 31 de dezembro de cada ano, época em que se fará a apuração dos resultados e levantamento do balanço patrimonial e preparadas as correspondentes Demonstrações Financeiras, os quais serão submetidos à aprovação dos sócios, que deliberarão nos quatro primeiros meses seguintes ao término do exercício social.

Parágrafo Primeiro - Os lucros apurados no balanço geral poderão ser imediatamente distribuídos ou, então, retidos na Sociedade para oportuna distribuição ou capitalização, observado sempre o princípio de proporcionalidade das quotas que possuem os sócios na época de cada distribuição ou capitalização.

Parágrafo Segundo - Os prejuízos serão suportados pelos quotistas na proporção de suas quotas ou serão mantidos em conta de lucros ou prejuízos acumulados para posterior amortização.

Parágrafo Terceiro - A Sociedade levantará balanço semestral no dia 30 de junho de cada ano.

CLÁUSULA NONA – DA DISSOLUÇÃO

A Sociedade dissolver-se-á por deliberação de, no mínimo, três quartos do capital social. Havendo a dissolução, os sócios nomearão o respectivo liquidante, observando-se quanto à forma de liquidação, as disposições legais aplicáveis.

Parágrafo Primeiro - A Sociedade não se dissolverá por retirada de qualquer dos sócios, hipótese em que os quotistas remanescentes têm a preferência para a aquisição das quotas do sócio retirante, pelo valor patrimonial que lhes for atribuído com base no último balanço levantado.

Parágrafo Segundo – A Sociedade também não se dissolverá pela morte ou pela incapacidade judicialmente declarada de qualquer sócio. Caso não haja interesse pela aquisição das quotas do sócio pré-morto, serão asseguradas ao inventariante do respectivo espólio, enquanto as quotas permanecerem indivisas, as gestões necessárias junto à Sociedade para o exercício dos direitos que couberem ao referido espólio, procedendo-se, depois, de acordo com o que determinar o processo de inventário com trânsito em julgado.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO

Para dirimir quaisquer divergências oriundas deste Contrato Social, fica eleito, desde já, o Foro Central da Capital do Estado de São Paulo, sob expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Votorantim Asset
Dep. Jurídico

JUCESP
22 02 17

IGEPREV
Fl. 29
Ass.

21º TABELIÃO DE NOTAS DE SÃO PAULO
Rua Libero Badaró 380 - 2º andar
AUTENTICAÇÃO
Autentico a presente cópia conforme a original apresentado, dou fé.
S.Paulo 09 FEV. 2017

AUTENTICAÇÃO 1084AW0128281

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

A Sociedade rege-se pelo disposto nos artigos 1.052 a 1.087 do Código Civil e, subsidiariamente, pelo disposto na Lei 6.404/76.

Parágrafo Primeiro – Na hipótese de qualquer disposição do presente contrato perder sua eficácia em virtude de alteração na lei vigente, referida perda atingirá apenas dita disposição, sem prejudicar as demais estipulações contratuais.

Parágrafo Segundo - Este contrato obriga as partes contratantes e seus herdeiros ou sucessores, a qualquer título."

E, por estarem, assim, justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo.

São Paulo (SP), 23 de novembro de 2016.

SÓCIOS:

BANCO VOTORANTIM S.A.
Alvaro Jorge Fontes de Azevedo / José Roberto Salvini

ELCIO JORGE DOS SANTOS

ADMINISTRADORES ELEITOS:

ANDRÉ LUIS DUARTE DE OLIVEIRA

PAULO EUCLIDES BONZANINI

Testemunhas:

1. _____
Nome: PATRÍCIA FERRARI
RG: 41.792.310-7 SSP/SP

2. _____
Nome: Ana Paula Oliveira Ferreira Britto
RG: 40.338.527-7

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
JUCESP
CERTIFICO O REGISTRO SOB O NÚMERO 91.804/17-6
FLÁVIA R. BRITTO GONÇALVES
SECRETARIA GERAL

JUCESP
22 FEV 2017
SEDE

IGEPREV
Fl. 30
Ass.

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
03.384.738/0001-98 MATRIZ		10/09/1999

NOME EMPRESARIAL
VOTORANTIM ASSET MANAGEMENT DISTRIBUIDORA DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS LTDA.

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)
****

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
66.12-6-02 - Distribuidoras de títulos e valores mobiliários

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
Não informada

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
206-2 - SOCIEDADE EMPRESARIA LIMITADA

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
AV DAS NACOES UNIDAS	14171	: TORRE A; ANDAR: 11;

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
04.794-000	VILA GERTRUDES	SAO PAULO	SP

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
ACORREIA@BANCOVOTORANTIM.COM.BR	(11) 5185-1700

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	10/09/1999

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016.

Emitido no dia **28/09/2016** às **12:08:11** (data e hora de Brasília). Página: **1/1**

Consulta QSA / Capital Social Voltar

Preparar Página para Impressão

A RFB agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, clique aqui.
Atualize sua página

IGEPREV
Fl. 31
Ass.

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: VOTORANTIM ASSET MANAGEMENT DISTRIBUIDORA DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS LTDA.
CNPJ: 03.384.738/0001-98

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e

2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://rfb.gov.br> ou <http://www.pgfn.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 10:26:28 do dia 13/09/2018 <hora e data de Brasília>.
Válida até 12/03/2019.
Código de controle da certidão: **6486.8828.71F8.096D**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo

IGEPREV
Fl. 32
ASS.

Débitos Tributários Não Inscritos na Dívida Ativa do Estado de São Paulo

CNPJ / IE: 03.384.738/0001-98

Ressalvado o direito da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo de apurar débitos de responsabilidade da pessoa jurídica acima identificada, é certificado que **não constam débitos** declarados ou apurados pendentes de inscrição na Dívida Ativa de responsabilidade do estabelecimento matriz/filial acima identificado.

Certidão nº	18040081657-04
Data e hora da emissão	23/04/2018 16:21:02
Validade	6 (seis) meses, contados da data de sua expedição.

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade no sítio **www.pfe.fazenda.sp.gov.br**

IGEPREV
Fl. 33
Ass.

PREFEITURA DE SÃO PAULO
FAZENDA

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

Certidão Conjunta de Débitos de Tributos Mobiliários

Certidão Número: 0303308 - 2018

CPF/CNPJ Raiz: 03.384.738/
Contribuinte: VOTORANTIM ASSET MANAGEMENT DISTRIB DE TIT E VAL MOBIL LTDA

Liberação: 19/06/2018
Validade: 16/12/2018

Tributos Abrangidos:
Imposto Sobre Serviços - ISS
Taxa de Fiscalização de Localização Instalação e Funcionamento
Taxa de Fiscalização de Anúncio - TFA
Taxa de Fiscalização de Estabelecimento - TFE
Taxa de Resíduos Sólidos de Serviços de Saúde - TRSS (incidência a partir de Jan/2011)
Imposto Sobre Transmissão de Bens Imóveis - ITBI

Unidades Tributárias:

CCM 2.837.056-2- Inicio atv :10/09/1999 (AV DAS NACOES UNIDAS, 14171 - CEP: 04794-000)

Ressalvado o direito de a Fazenda Municipal cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo que vierem a ser apuradas ou que se verifiquem a qualquer tempo, inclusive em relação ao período contido neste documento, relativas a tributos administrados pela Secretaria Municipal da Fazenda e a inscrições em Dívida Ativa Municipal, junto à Procuradoria Geral do Município é certificado que a Situação Fiscal do Contribuinte supra, referente aos créditos tributários inscritos e não inscritos na Dívida Ativa abrangidos por esta certidão, até a presente data é: **REGULAR.**

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, no endereço http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/fazenda/.
Qualquer rasura invalidará este documento.

SITUAÇÃO REGULAR

Certidão expedida com base na Portaria Conjunta SF/PGM nº 4, de 12 de abril de 2017, Instrução Normativa SF/SUREM nº 3, de 6 de abril de 2015, Decreto 50.691, de 29 de junho de 2009, Decreto 51.714, de 13 de agosto de 2010.

Certidão emitida às 16:46:49 horas do dia 11/07/2018 (hora e data de Brasília).

Código de Autenticidade: 78FA03DE

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Secretaria Municipal da Fazenda http://www.prefeitura.sp.gov.br/sf

IMPRIMIR VOLTAR

IGEPREV
Fl. 34
Ass.

CAIXA
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 03384738/0001-98
Razão Social: VOTORANTIM ASSET MANAGEMENT DIST TIT VAL MOB LTDA
Endereço: AV DAS NACOES UNIDAS 14171 A ANDAR 7 / VILA GERTRUDES / SAO PAULO / SP / 4794-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 02/09/2018 a 01/10/2018

Certificação Número: 2018090219594871750008

Informação obtida em 13/09/2018, às 16:20:19.

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei está condicionada à verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

IGEPREV
Fl. 35
Ass.

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: VOTORANTIM ASSET MANAGEMENT DISTRIBUIDORA DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS LTDA.
(MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 03.384.738/0001-98
Certidão nº: 158274460/2018
Expedição: 13/09/2018, às 16:21:36
Validade: 11/03/2019 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **VOTORANTIM ASSET MANAGEMENT DISTRIBUIDORA DE TITULOS E V A L O R E S M O B I L I A R I O S L T D A . (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **03.384.738/0001-98, NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.

55 11 5171 1000
Votorantim Asset Management
Av. Das Nações Unidas, 14171
Torre A | 11° andar
04794 000 | São Paulo | SP
www.vam.com.br

IGEPREV
Fl. 36
Ass.

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO

Votorantim Asset Management D.T.V.M. Ltda, inscrita sob o CNPJ nº 03.384.738/0001-98, neste ato representada na forma do seu Estatuto Social, declara que:

a) Não se encontra impedida, nem suspensa, nem foi declarada inidônea para participar de licitações, ou contratar com o Poder Público;

b) Informará, sob as penalidades cabíveis, a superveniência de fato impeditivo ou suspensivo da manutenção do Credenciamento.

c) Concorda com as condições estipuladas no Edital de Credenciamento e está ciente de assumir todas as obrigações dele decorrentes.

São Paulo, 01 de Março de 2018.

Votorantim Asset Management D.T.V.M. Ltda.
Reinaldo H. Lacerda
Diretor
CPF: 041.189.718-79

Rafael Guebara
Procurador

13.º TABELIÃO DE NOTAS DE SÃO PAULO - SP - *Bel. AVELINO LUÍS MARQUES*
RUA PRINCESA ISABEL, 363 - BROOKLIN PAULISTA - CEP 04601-001 - TEL/FAX: (11) 5041-7622
Reconheço Por Semelhança 6/V Econômico a(s) firma(s) de
REINALDO HOLANDA DE LACERDA (025617),RAFAEL GUEBARA .
(039180O). . . . . .
São Paulo, 15 de Março de 2018. Em Test. ____ da verdade.
FERNANDO JOSE RIBEIRO - ESCREVENTE
CESAR DE ZANTANA - .
Válido somente com o Selo de Autenticidade - Valor: R$12,00
Nº 0122/150318

Votorantim Asset DTVM
WRH

VotorantimAsset

55 11 5171 1000
Votorantim Asset Management
Av. Das Nações Unidas, 14171
Torre A | 11° andar
04794 000 | São Paulo | SP
www.vam.com.br

IGEPREV
Fl. 37
Ass.

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO INCISO XXXIII, DO ARTIGO 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

A Votorantim Asset Management D.T.V.M. Ltda, inscrita sob o CNPJ nº 03.384.738/0001-98, sediada à Avenida das Nações Unidas 14.171, 11º andar – CEP 04707-910 São Paulo, SP, declara, sob as penas da lei, para os fins requeridos no inciso XXXIII, do artigo 7º da Constituição Federal, consoante o que se estabeleceu no artigo 1º, da lei nº 9.854, de 27 de Outubro de 1999, que não tem em seu quadro de empregados, menores de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, bem como em qualquer trabalho, menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos.

São Paulo, 01 de Março de 2018.

13º TABELIÃO

Reinaldo H. Lacerda
Diretor
CPF: 041.189.[illegible]-79

Rafael Guebara
Procurador

Votorantim Asset Management D.T.V.M. Ltda.

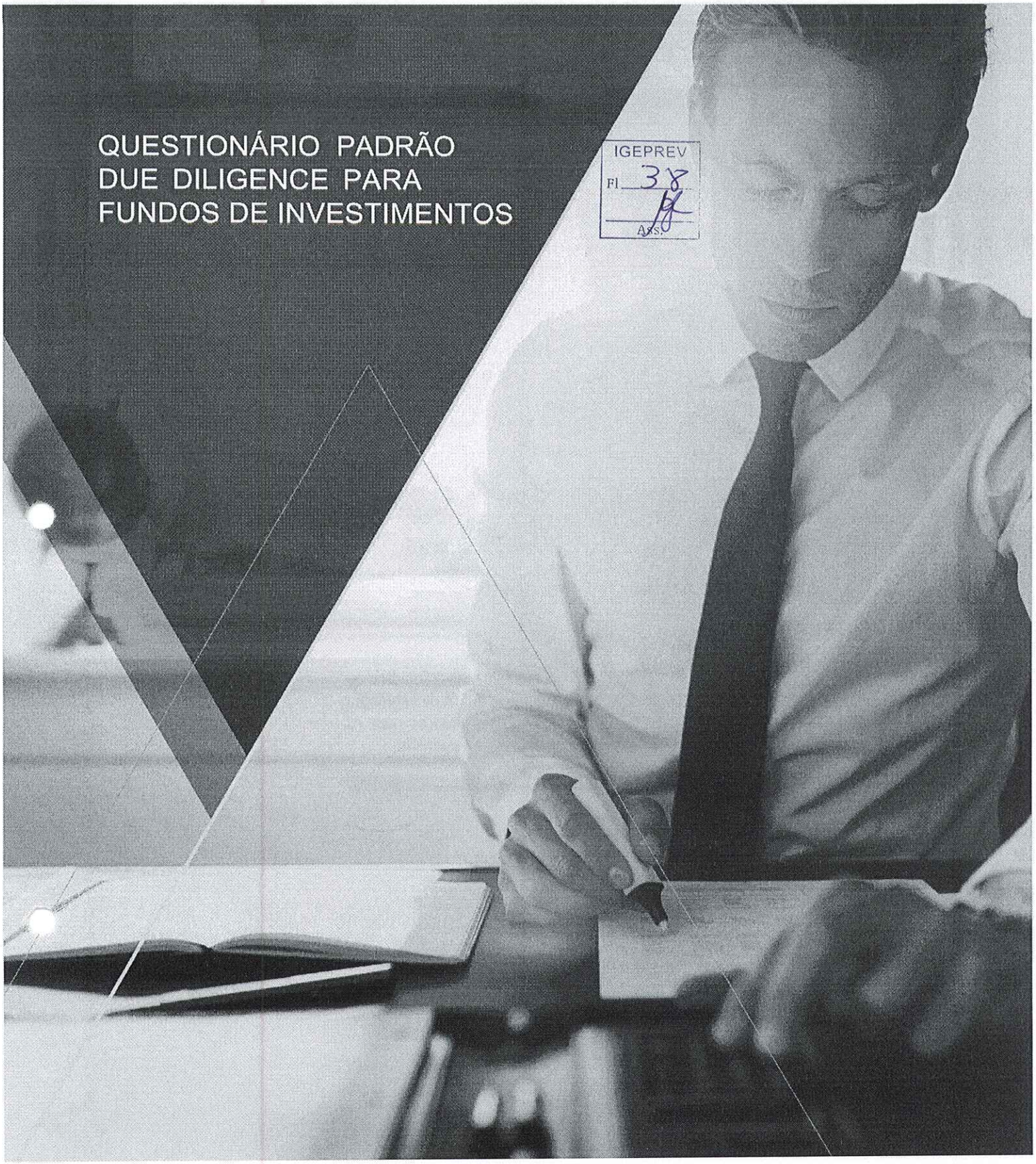
13.º TABELIÃO DE NOTAS DE SÃO PAULO - SP - Bel. AVELINO LUÍS MARQUES
RUA PRINCESA ISABEL, 363 - BROOKLIN PAULISTA - CEP 04601-001 - TEL/FAX: (11) 5041-7622
Reconheço por Semelhança S/V Econômico a(s) firma(s) de
REINALDO HOLANDA DE LACERDA (0295617),RAFAEL GUEBARA .
(0391800).
São Paulo, 15 de Março de 2018. Em Test. ____ da verdade.
FERNANDO JOSE RIBEIRO - ESCREVENTE
CESAR DE SANTANA - .
Nº 0123/150318
Válido somente com o Selo de Autenticidade - Valor: R$12,00

Colégio Notarial do Brasil
11/1203
FIRMA 2
1098AA0866836

Votorantim Asset DTVM
WRH
Dep. Jurídico

QUESTIONÁRIO PADRÃO DUE DILIGENCE PARA FUNDOS DE INVESTIMENTOS

IGEPREV
Fl 38
Ass.

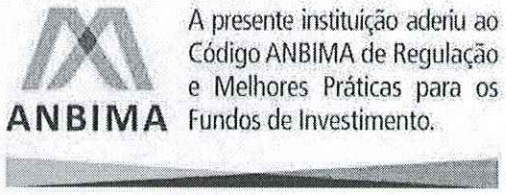


GESTOR DE RECURSOS DE TERCEIROS:
VOTORANTIM ASSET MANAGEMENT DTVM.

QUESTIONÁRIO PREENCHIDO POR:
VOTORANTIM ASSET MANAGEMENT DTVM.

DATA DA PUBLICAÇÃO: MARÇO/2018
DATABASE: 30/12/2017

VotorantimAsset



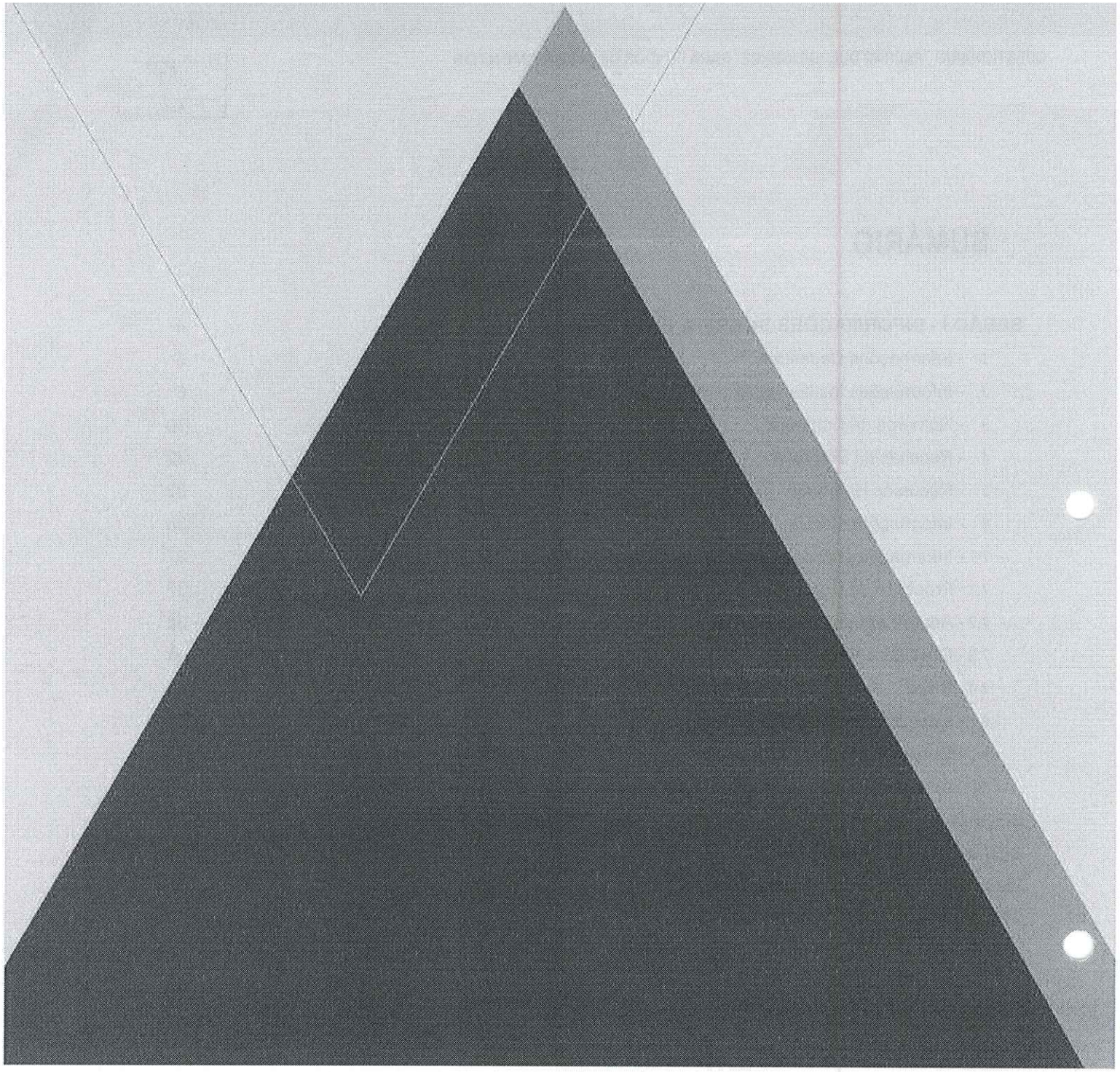
VotorantimAsset

IGEPREV
Fl. 39
Ass.

SUMÁRIO

SEÇÃO I - INFORMAÇÕES SOBRE A EMPRESA	4
1 - Informações Cadastrais	5
2 - Informações Institucionais	6
3 - Números da Empresa	30
4 - Receitas da Empresa	32
5 - Recursos Humanos	33
6 - Informações Gerais	35
7 - Informações Operacionais	37
7.1 - Processo de Decisão de Investimento	37
7.2 - Análise Econômica e Pesquisa	38
7.3 - Gestão de Recursos	41
7.4 - Risco	45
8 - Compliance e Auditoria Interna	61
9 - Questões Jurídicas e Legais	73
10 - Anexos	75
SEÇÃO II - INFORMAÇÕES SOBRE O FUNDO DE INVESTIMENTO	77
SEÇÃO III. DECLARAÇÃO	78
SEÇÃO IV. RESUMOS PROFISSIONAIS	80
SEÇÃO V. EVENTOS IMPORTANTES	110

Disclaimer: O presente questionário é estritamente confidencial e entregue exclusivamente para uso interno de V.Sas., com a finalidade de avaliação do relacionamento comercial mantido entre V.Sas. e a Votorantim Asset Management DTVM Ltda. Este questionário não poderá ser divulgado, comentado ou copiado, no todo ou em parte, sem o nosso prévio e expresso consentimento por escrito. Qualquer divulgação ou utilização das informações contidas nesse formulário, além da expressamente permitida pela Votorantim Asset Management Ltda., será considerada ilegal, e ensejará o pagamento por V.Sas. de todas as perdas e danos sofridos pela Votorantim Asset Management DTVM Ltda., além das demais sanções legais cabíveis



SEÇÃO I

INFORMAÇÕES SOBRE A EMPRESA

IGEPREV
Fl. 40
Ass.

1- INFORMAÇÕES CADASTRAIS

1.1 Razão Social:
Votorantim Asset Management DTVM Ltda

1.2 Nome de fantasia:
Votorantim Asset

1.3 Endereço:
Avenida das Nações Unidas 14.171, 11°andar – CEP 04707-910 São Paulo, SP

1.4 CNPJ:
03.384.738/0001-98

1.5 Data de constituição:
Setembro de 1999

1.6 Telefone:
55 11 5171-1000

1.7 Fax:
55 11 5171-5077

1.8 Website:
www.vam.com.br

1.9 Quais são as autoridades regulatórias em que a empresa possui registro? Fornecer detalhes sobre os registros, tais como nome, data e nº de registro da atividade.
Registro da VAM na CVM: 19/01/2000 – Ato Declaratório CVM 5805 Registro da VAM no Banco Central – 31/08/1999 – DEORF/GTSPP1-99/0020

1.10 Membro de associações de classe? Quais?
Sim, por intermédio de sua sociedade controladora, Banco Votorantim S.A., da ANBIMA (ANBID/ANDIMA).

1.11 Nome de quem responde o questionário:

Rafael Vieira E. Fornari

1.12 Cargo:

Gerente Executivo

1.13 Telefone para contato:

55 11 5171-5207

1.14 Fax:

55 11 5171-5077

1.15 E-mail para contato:

rafael.fornari@vam.com.br

2- INFORMAÇÕES INSTITUCIONAIS

2.1 Quadro societário: Nomes dos principais sócios e respectivas participações (anexar Resumo Profissional conforme modelo constante na Seção IV)

A Votorantim Asset Management DTVM é uma controlada do Banco Votorantim S.A, que detém a maioria das cotas da sociedade, sendo que os demais cotistas são administradores da Votorantim Asset Management DTVM, com participações irrelevantes.

IGEPREV
Fl. 41
Ass.

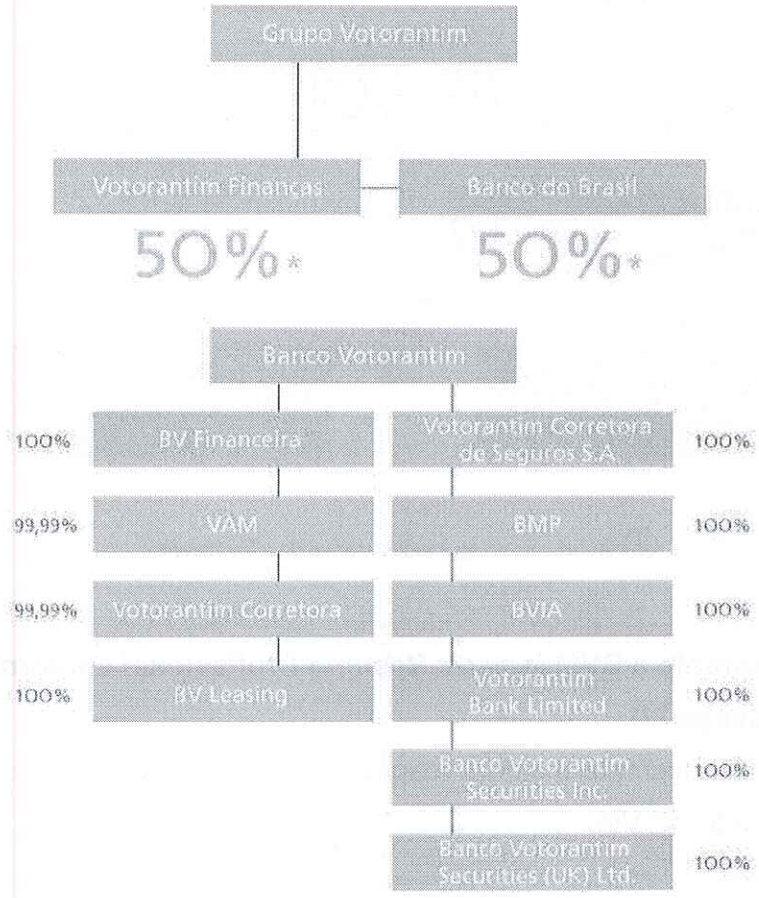
2.2 Principais alterações no quadro societário nos últimos cinco anos.

Nos últimos cinco anos não houve nenhuma alteração relevante no quadro societário da VAM. Porém, seu controlador, o Banco Votorantim, conta com uma base sólida de acionistas, formado pelo Grupo Votorantim, um dos maiores conglomerados industriais da América Latina, e pelo Banco do Brasil, maior instituição financeira do Brasil, com mais de 200 anos de experiência.

A parceria estratégica foi estruturada com a aquisição pelo Banco do Brasil de 49,99% do capital votante e 50% do capital social total do Banco Votorantim. As atividades do Banco Votorantim são conduzidas por um conjunto de empresas controladas, que atuam de forma integrada no mercado financeiro, inclusive em relação ao gerenciamento de riscos. Além da Votorantim Asset Management (VAM) detém as empresas BV Financeira, BV Leasing e Votorantim Corretora de Títulos e Valores Mobiliários.

2.3 Qual a estrutura empresarial do grupo?

A estrutura empresarial segue representada pelo organograma abaixo:

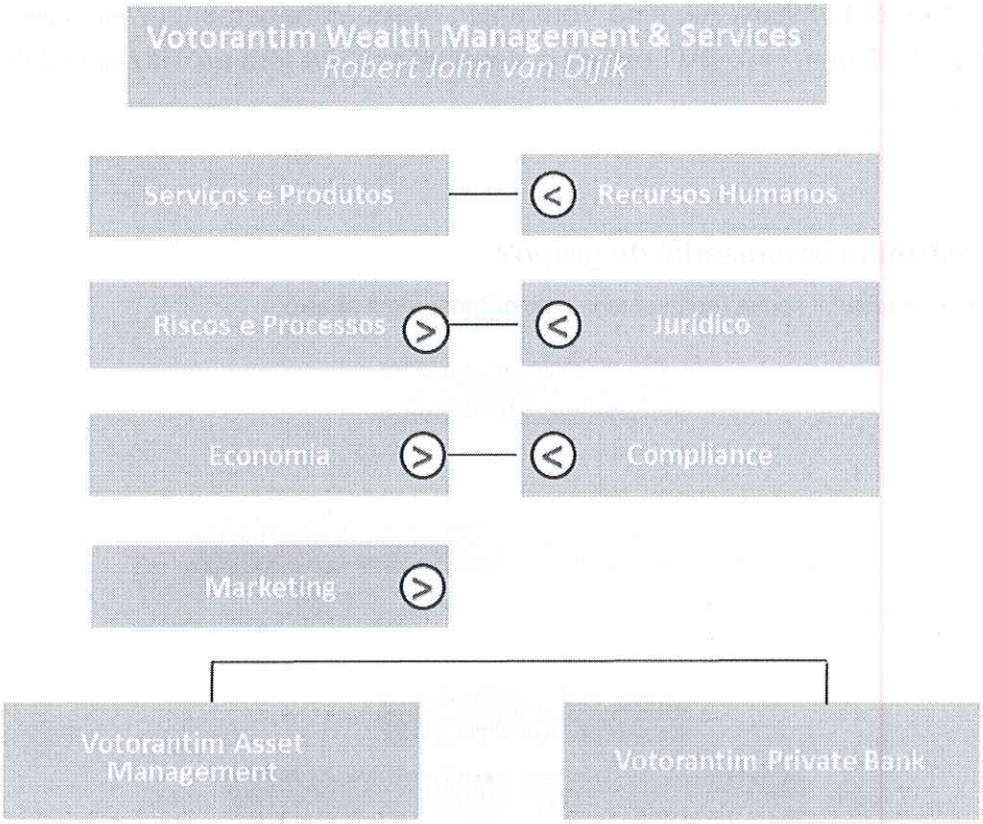


*Percentual calculado sobre o Capital Total.

2.4 Forneça o Organograma da Empresa (anexar Resumo Profissional dos principais executivos conforme modelo constante na Seção IV).

A Votorantim Asset Management (VAM) que, até junho de 2010, contemplava em sua estrutura a área de Gestão de Recursos de Terceiros (VAM) e Private Banking (Votorantim Private Bank) compartilhando estruturas e headcount, passou por uma remodelagem organizacional para conferir agilidade, eficiência e aumento de competitividade nos mercados em que atua.

Para isso, foi criada uma estrutura consolidadora denominada Votorantim Wealth Management & Services (VWM&S) que contempla as áreas de Produtos, Economia, Risco, Administração, Compliance, Jurídico, Marketing e RH, que darão o suporte para o crescimento de ambos os negócios Áreas com Report Matricial para o Banco Votorantim.



(>) Áreas com report matricial para o Banco Votorantim

2.5 Responsável perante a CVM (anexar Resumo Profissional conforme modelo constante na Seção IV):

O Sr. Reinaldo H. Lacerda é o diretor responsável pela Votorantim Asset Management DTVM Ltda perante a CVM.

IGEPREV
Fl. 42
Ass.

2.6 A empresa é signatária do Código de Autorregulação da ANBIMA?

Sim. A Votorantim Asset Management é signatária do Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para Fundos de Investimentos.

2.7 A empresa é signatária do Código de Ética da ANBIMA?

Sim, por meio de sua sociedade controladora, Banco Votorantim S.A.

2.8 A empresa é signatária de outros Códigos ou assemelhados? Caso seja, citar as instituições

A Votorantim Asset é também signatária, por meio de sua sociedade controladora, Banco Votorantim S.A., das Regras da Autorregulação Bancária, da FEBRABAN. Adicionalmente, a Votorantim Asset Management tornou-se signatária do PRI (Principles of Responsible Investment) em março de 2012. Fato esse que vem reforçar seu compromisso de incorporar critérios sociais, ambientais e de governança corporativa nos processos de análise e gestão de ativos.

2.9 Os principais sócios ou os principais executivos detêm participação em outros negócios? Quais?

Não.

2.10 Os principais executivos exercem alguma atividade de representação ou governança (cargos em Conselhos, Diretorias, Comissões, Associações, Bolsas, etc.) em outras empresas ou entidades? Quais?

O Sr. Robert John van Dijk, atual Diretor Executivo do Banco Votorantim e da VAM é presidente da ANBIMA e Membro do Conselho de Administração do Instituto BRAIN, também é Membro do Conselho Consultivo do Centro de Integração Escola-Empresa (CIEE). Além disso, ao longo de sua trajetória profissional participou ativamente de

várias entidades de classe, conselhos e associações. Todo o histórico está em seu currículo, neste documento.

2.11 Descreva breve histórico da empresa.

A Votorantim Asset Management (VAM), fundada em setembro de 1999, é a empresa gestora de recursos do Banco Votorantim S.A e hoje está entre as dez maiores gestoras de ativos no Brasil de acordo com o ranking de Gestão de Fundos de Investimento da ANBIMA. Atua em um amplo grupo de segmentos de investidores – de corporate e institucionais a clientes de private bank e distribuidores – administrando o volume de R$ 55,7 bilhões – dez/2017.

Em 2002 a VAM tinha sob gestão R$ 4,34 bilhões. Este crescimento é reflexo de sua filosofia e compromisso com busca permanente pela consistência de performance atrelada à obtenção da melhor relação risco/retorno para os diversos segmentos de investidores aos quais atende.

Com a missão de servir plenamente o cliente com as melhores soluções em gestão patrimonial, a VAM, além dos fundos de investimentos tradicionais, desenvolve soluções customizadas com produtos estruturados diferenciados, inovadores em: direitos creditórios (FIDC's), crédito privado, imobiliários (FII's) e Fundos de Investimentos em Participações (FIPs).

Com relação ao segmento de Private Bank, o volume total de ativos foi de R$ 28 bilhões em dez/17, dando continuidade a sua missão de ser um Private de soluções, com foco na gestão patrimonial.

Ao longo de 2017, a VAM deu continuidade ao seu processo de parceria com o Banco do Brasil, em conjunto com a BB DTVM, no desenvolvimento, administração, gestão e distribuição de fundos de investimento inovadores e customizados de Imobiliários (FIIs), Direitos Creditórios (FIDCs), de Investimentos em Participações (FIPs) e Crédito Privado. No encerramento de dez/17, o volume total dos fundos relativos a essa parceria somava R$ 4,5 bilhões.

Um dos destaques dessa parceria foi a inauguração do Complexo Eólico Faísa, primeiro projeto dos FIP-IE BB Votorantim Energia Sustentável I, II e III. Composto por cinco parques de geração de energia eólica e 65 aerogeradores, o Complexo Faísa se encontra em pleno funcionamento e gerando receitas financeiras para os fundos.

IGEPREV
Fl. 43
ASS.

Signatária do Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para Fundos de Investimentos, que excede a observância das normas legais e regulamentares, pois padroniza procedimentos destinados a proteger os interesses dos investidores e promover as melhores práticas do mercado, a VAM reforça seu comprometimento pela busca da melhoria contínua e pela qualidade dos processos com a reafirmação pela Standard & Poor's para suas práticas de gestão de recursos de terceiros (AMP-1 – Muito forte), classificação máxima que uma Asset pode obter. Visando reforçar seu compromisso em incorporar critérios sociais, ambientais e de governança corporativa nos processos de análise e gestão de ativos, a VAM implantou o PRI – Principles of Responsible Investment, dos quais se tornou signatária.

2.12 A Empresa possui Código de Ética e Conduta, Manual de Compliance, Manual de Risco, Manual de marcação a mercado? Em caso afirmativo, favor anexar.

O Código de Conduta do Consolidado Banco Votorantim ("Código de Conduta") foi inspirado nos valores do Grupo Votorantim, e oferece orientações claras e não negociáveis que caracterizam os nossos princípios e que conferem unicidade a todas as empresas do Consolidado Banco Votorantim independentemente da região, cultura ou mercado.

O documento deve ser aplicado de forma obrigatória por todos os colaboradores e servir de referência aos fornecedores de bens e serviços e parceiros de negócios.

Lembramos que o Código de Conduta não tem o intuito de restringir o desenvolvimento dos negócios e sim agregar valor, apoiar o crescimento e a constante busca pela excelência.

A Instituição possui um Manual de Política Corporativa de Compliance e Controles Internos cujo objetivo é apresentar de forma objetiva as diretrizes corporativas que norteiam o Sistema de Controles Internos, visando a busca pela eficiência operacional, maior confiabilidade nas informações geradas e conformidade à regulamentação (interna e externa), aplicáveis aos negócios.

Referente às práticas adotadas para marcação a mercado (MaM), utilizamos o Manual de Marcação a Mercado do Citibank DTVM ("Manual"), instituição contratada para a prestação dos serviços de custódia, controladoria e precificação dos ativos que

compõe as carteiras dos fundos de investimento administrados pela Votorantim Asset Management DTVM Ltda.

O Citibank DTVM é uma instituição aderente ao Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para os Fundos de Investimento e o seu Manual está devidamente registrado na ANBIMA.No que diz respeito ao Manual de Risco, a área de Riscos da Votorantim Wealth Management & Services elaborou um documento interno com a descrição das metodologias adotadas para medição e acompanhamento dos riscos de mercado, liquidez e crédito relacionados à gestão dos fundos de investimentos

---

2.13 Cite os Fóruns formais, a sua composição em termos de cargos, a frequência com que são realizadas as suas reuniões e a forma como são registradas suas decisões.

O Votorantim Wealth Management & Services (VWM&S), tanto para a Votorantim Asset Management (VAM) quanto para o Private Bank, toma suas decisões norteado por fóruns formalmente constituídos que regimentarão sua atuação na alocação de ativos, na criação de produtos, na aprovação de gestores, avaliação de corretoras, etc.

Os Fóruns da Votorantim Asset Management são:

INVESTIMENTO

Fórum de Investimento VAM

Fórum de Investimento Private Bank

Fórum de Renda Variável

Fórum de Renda Fixa e Multimercado

Fórum Tático de Investimentos (Reunião de Caixa)

Fórum de Avaliação de Desempenho de Corretoras

CRÉDITO

Fórum Executivo de Crédito - VWM&S

Fórum Executivo de Alocação de Ativos de Crédito - VWM&S

PRODUTOS

IGEPREV
Fl 44
Ass.

Fórum Executivo de Produtos - VWM&S

Fórum de Avaliação de Performance de Fundo

Comitê de Produtos - Estruturação e Funcionamento - Banco Votorantim

COMERCIAL

Fórum de Aprovação / Re-Validação de Distribuidores / Participantes do Mercado

PRECIFICAÇÃO DE ATIVOS

Fórum de Precificação VWM&S

INVESTIMENTO

FÓRUNS DE INVESTIMENTOS

1 – Objetivos

Fórum de Investimentos– VAM

Delibera sobre a alocação geral de risco para os fundos de investimento e alocação entre renda fixa e renda variável para os fundos que possuem mandato de *asset allocation*.

Nota 1: A definição de faixa de alocação de risco servirá como linha mestre para a definição das estratégias de alocação entre os diversos ativos contidos nos respectivos mercados para todos os fundos de investimento VAM.

Nota 2: Há acompanhamento diário no Fórum Tático de Investimentos (Reunião de Caixa) da evolução dos dados econômicos, notícias, acontecimentos, com o intuito de avaliar os seus impactos nas estratégias adotadas pelos Fundos de Investimentos. Caso identifique-se algum fato relevante que implique numa alteração significativa na alocação, será avaliada no próximo Fórum de Investimentos - VAM.

Fórum de Renda Fixa e Multimercados – VAM

Delibera sobre a formação do *model* portfólio para os fundos de renda fixa e multimercados com base na estratégia de alocação geral de recursos entre os mercados definida no Fórum de Investimentos (Alocação de Riscos e Ativos) - VAM.

Fórum de Renda Variável – VAM

Delibera sobre a formação do *model* portfólio para os fundos de ações que servirá para a alocação setorial e de papéis para os fundos de investimentos de ações da VAM.

Nota: Para os fundos alavancados será respeitada a definição para a alocação geral entre mercados definida no Fórum de Investimentos VAM.

2 - Composição dos Fóruns – VAM

Composição do Fórum de Investimentos (Alocação de Riscos e Ativos) – VAM

Votorantim Wealth Management & Services

- Diretor Executivo (*)
- Gerente Executivo de Risco VWM&S

Votorantim Asset Management

- Diretor VAM (*)
- Gestor de Fundos (*)
- Research

Nota: (*) Indicação dos membros votantes.

Banco Votorantim

- Gerente Executivo de Economia

Composição do Fórum de Renda Fixa e Multimercados – VAM

Votorantim Wealth Management & Services

- Gerente Executivo de Risco

Votorantim Asset Management

- Diretor VAM (*)
- Gestor de Fundos (*)

Nota: (*) Indicação dos membros votantes.

Composição do Fórum de Renda Variável – VAM

Votorantim Wealth Management & Services

- Gerente Executivo de Risco

Votorantim Asset Management

- Diretor VAM (*)
- Gestor de Fundos RV (*)
- Research (*)

IGEPREV
Fl. 15
Ass.

Nota: (*) Indicação dos membros votantes.

3 - Periodicidade dos Fóruns VAM

As reuniões ocorrem quinzenalmente.

4 - Deliberação dos Fóruns VAM

Para o Fórum de Investimento - VAM a deliberação será mediante votação por consenso entre a equipe de gestão, Diretor VAM e Diretor Executivo VWM&S, ou a quem eles indicarem.

Nota: O voto minerva será do Diretor Executivo VWM&S e, na sua ausência, o voto será transferido para o Diretor VAM.

Para o Fórum de Renda Fixa e multimercados -VAM a deliberação será mediante votação por consenso entre a equipe de gestão e o Diretor VAM, ou a quem eles indicarem.

Nota: O voto minerva será do Superintendente de Gestão VAM.

Para o Fórum de Renda Variável - VAM a deliberação será mediante votação por consenso entre a equipe de gestão, responsável de Research e o Superintendente de Gestão VAM, ou a quem eles indicarem.

Nota: O voto minerva será do Superintendente de Gestão VAM.

5 - Produtos Gerados

Lavra-se a ata, contemplando as deliberações do Fórum, publicando-a na Intranet.

FÓRUM DE AVALIAÇÃO DE CORRETORAS

1 - Definições

O Fórum de Avaliação e Desempenho de Corretoras tem o objetivo de buscar os melhores serviços oferecidos pelo mercado, motivar desempenhos superiores de seus parceiros e atingir melhores resultados para os fundos sob sua gestão.

2 - Composição

O Fórum de Avaliação é composto por gestores de fundos, traders e analistas de equity. Todos os membros possuem poder de voto.

A equipe de BackOffice atua na consultoria de indicadores de liquidação das operações.

3 - Periodicidade

O Fórum de Avaliação de Desempenho de Corretoras ocorre trimestralmente.

4 - Deliberações do Fórum

A consolidação das notas atribuídas e a definição do ranking das corretoras são definidas em pré-Fórum.

As análises e decisões de alocação de corretagem para o próximo período são realizadas durante o próprio Fórum.

As demais deliberações do Fórum são:

- Avaliação da alocação efetiva do trimestre anterior para que seja certificado que as decisões do último Fórum foram cumpridas;
- Avaliação do desempenho das corretoras alocadas no trimestre, seguindo os critérios do pré-Fórum;
- Tradução das avaliações das corretoras em notas;
- Avaliação de outro grupo de corretoras para verificação de possibilidade de mudanças;
- Definição de alocação de corretagens para próximo trimestre;
- Registro das decisões em ata.

Nota 1: A ata do Fórum de Avaliação de Desempenho de Corretoras é publicada na intranet até o 10º dia útil da realização do Fórum.

Nota 2: A área Processamento Asset, avalia as Corretoras, antes da realização do Fórum, e, caso o resultado da avaliação geral for < que 1, tem direito a veto da Corretora. Após essa avaliação, encaminha a nota obtida para Área de Gestão.

IGEPREV
Fl 46
Ass

CRÉDITO

FÓRUM EXECUTIVO DE CRÉDITO - VWM&S

1 - Objetivo

O Fórum Executivo de Crédito – VWM&S delibera sobre a possibilidade de aquisição de ativos de crédito privado para alocação nos Fundos de Investimento da VAM, VWM&S e Carteiras Administradas do Private Bank, definindo valores máximos de alocação.

Nota: Nos valores aprovados devem ser incluídas as demandas de Fundos Exclusivos Discricionários Assistidos.

2 - Reuniões Deliberativas

As deliberações do Fórum são realizadas pela reunião descrita abaixo.

Reuniões para Instituições Financeiras e Não Financeiras e Operações Estruturadas.

Área		Titular	Suplente	Forma/ Quórum Mínimo	Deliberação
Membros Votantes	Presidência	Presidente	-	Virtual/Presencial 02 membros votantes e no mínimo 01 membro consultivo	Unanimidade
	VWM&S	Diretor Executivo	-		
	Produtos VWM&S	Diretor	Gerente Executivo de Produtos Gerente de Produtos		
	Superintendência de Gestão de Fundos - VAM	Diretor	Títulos Corporativos: Gerente de Gestão de Fundos RF Títulos Financeiros: Gerente de Research Buy Side		
	Private Bank*	Diretor	Super. da Mesa de Ativos PB		
Grupo Consultivo	Jurídico Corporativo	Diretor	Gerente Executivo Jurídico Gerente Juridico		
	Concessão de Crédito	Diretor	Superintendente de Crédito ou Gerente de Credito		

Nota 1: Para Operações Estruturadas com parecer favorável à estrutura da operação proposta, caracterizada pela ausência de risco corporativo, e nas quais o parecer de crédito emitido pela área corporativa responsável à empresa for desfavorável, o quórum mínimo será de 04 membros, (3 votantes e no mínimo 1 grupo consultivo) exceto para os casos de "Veto" ao nome da empresa onde não se dará curso à operação.

Nota 2: O Diretor do Private Bank só pode votar para operações que não envolvam o Private Bank.

3 - Periodicidade

Reuniões para Instituições Financeiras: ocorrem semestralmente, nos meses de abril e outubro. Reuniões para Instituições não Financeiras: ocorrem semanalmente, às quartas-feiras, após o encaminhamento da solicitação de análise às áreas de Crédito e PLD do Banco Votorantim. Reuniões para Operações Estruturadas: ocorrem semanalmente, às quartas-feiras, após o encaminhamento da solicitação de análise às áreas de Crédito e PLD do Banco Votorantim.

4 - Aprovação da Proposta de Aquisição

Instituições Financeiras

O Fórum Executivo de Crédito – VWM&S deve analisar os Pareceres Técnicos, os Ratings (quando houver), as considerações da áreas de Crédito, PLD e Jurídico, para deliberar sobre os limites (volumes) que serão válidos por períodos de 6 meses para operações de até 2 anos.

Nota: Não estão incluídos os CDBs / Letras Financeiras Subordinadas,cujas aprovações deverão ocorrer individualmente para cada operação em Fórum específico.

Instituições não Financeiras

O Fórum Executivo de Crédito – VWM&S deve analisar a proposta emitida pela Diretoria de Produtos e/ou Superintendência de Gestão, a fim de aprová-la ou não e, em caso positivo, estabelecer o volume máximo.
Com a proposta aprovada, a área de Produtos Estruturados/Gestão deve decidir os valores e taxas da oferta.

IGEPREV
Fl. 47
Ass.

Operações Estruturadas

O Fórum de Crédito – VWM&S deve analisar a proposta emitida pela Área de Produtos VWM&S e/ou Superintendência de Gestão de Fundos VAM, a fim de aprova-la ou não, e em caso positivo, estabelecer o volume máximo.

Com a proposta aprovada, a área de Produtos Estruturados/Gestão deve decidir os valores e taxas da oferta.

5 - Produtos Gerados

Lavra-se a ata, contemplando as deliberações do Fórum, publicando-a na Intranet.

FÓRUM EXECUTIVO DE ALOCAÇÃO DE ATIVOS DE CRÉDITO

1 - Definição

O Fórum Executivo de Alocação de Ativos de Crédito – VWM&S delibera sobre os percentuais máximos de alocação dos ativos de crédito, em função dos seus Ratings, para os Fundos Condominiais geridos pela VAM.

	Standard &Poors	Moodys	FitchRating	Votorantim - Rating Interno
Grau de investimento				
Baixo risco de crédito	AAA	Aaa	AAA	A+
	AA+, AA, AA-	Aa1, Aa2, Aa3	AA+, AA, AA-	A
	A+, A, A-	A1, A2, A3	A+, A, A-	A-
Médio risco de crédito	BBB+	Baa1	BBB+	B+
	BBB	Baa2	BBB	B
	BBB-	Baa3	BBB-	B-
Grau especulativo				
Alto risco de crédito	BB+, BB, BB-	Ba1, Ba2, Ba3	BB+, BB, BB-	C+
	B+, B, B-	B1, B2, B3	B+, B, B-	C
	CCC, CC, C	Caa, Ca, C	CCC, CC, C	C-
	D	WR	DDD	WR

Ratings em Escala Nacional

Nota: Para os Fundos Exclusivos Assistidos e Fundos Dedicados a Crédito Privado, os limites de alocação obedecerão aos parâmetros definidos em seus respectivos regulamentos e às especificidades de cada mandato.

2 – Composição

Área	Titular	Suplente	Forma/ Quórum Mínimo	Deliberação
VWM&S	Diretor VWM&S (*)	-	Virtual/ Presencial 02 membros (*)	Unanimidade
Produtos VWM&S	Diretor(*)	- Gerente Executivo de Produtos Estruturados - Gerente de Fundos Imobiliários		
Superintendência Gestão de Fundos - VAM	Diretor (*)	**Títulos Corporativos:** - Gerente de Gestão de Fundos RF - Gestor de Fundos RF **Títulos Financeiros:** - Gerente de Research		

(*) Membros com direito a voto.

3 - Periodicidade

Instituições Financeiras: as reuniões ocorrem na primeira quinzena dos meses de abril e outubro, concomitantemente ao Fórum Executivo de Crédito - VWM&S. Instituições Não Financeiras: as reuniões ocorrem semanalmente, às quartas-feiras, concomitantemente ao Fórum Executivo de Crédito - VWM&S.

4 - Deliberação

O processo de decisão será por unanimidade.

IGEPREV
Fl. 98
Ass.

PRODUTOS

FÓRUM EXECUTIVO DE PRODUTOS – VOTORANTIM WEALTH MANAGEMENT & SERVICES

1 - Definição

O Fórum Executivo de Produtos – VWM&S delibera sobre a Aprovação de Novos Produtos e/ou sobre a Revalidação de Produtos.

Produtos (Fundos de Investimento) existentes ou análogos àqueles já oferecidos pela Votorantim Asset Management não precisam ser levados ao Comitê de Produtos do Banco. Somente serão levados àquela esfera Produtos (Fundos de Investimento) que possuam ao menos uma característica divergente dos oferecidos atualmente, ou caso os riscos intrínsecos embutidos (Crédito, Mercado, Liquidez, Operacional ou Imagem) sejam significativamente maiores em relação aos incorridos nos já existentes.

2 - Composição do Fórum Executivo de Produtos - VWM&S - Aprovação de Novos Produtos

Votorantim Asset Management

- Diretor Executivo (*)
- Diretor de Produtos Wealth (*)
- Gerente Executivo de Risco VWM&S
- Responsável pelo Marketing
- Gerente de Produto
- Responsável por Tecnologia
- Responsável por Formalização e Serviços VAM
- Gerente de Client Service & Family Office

Votorantim Asset Management

- Diretor VAM (*)
- Gerente do Comercial VAM (*)

Votorantim Private Bank

- Diretor do Private Bank (**)
- Superintendente de Estratégia de Investimentos Private Bank (**)
- Superintendente Mesa de Ativos Private Bank (**)

Banco Votorantim

- Responsável pelo Backoffice – Processamento de Fundos
- Responsável pelo Jurídico VWM&S
- Responsável pelo Compliance VWM&S

Nota 1: (*) Indicação dos membros votantes no Fórum ou quem eles indicarem para representá-los.
(**) Á área de Private Bank tem direito a 1 voto.

Nota 2: Os membros não votantes são considerados como Grupo Consultor.

3 - Composição do Fórum Executivo de Produtos – VWM&S – Revalidação de Produtos Existentes

Votorantim Wealth Management & Services

- Diretor Executivo (*)
- Diretor de Produtos Wealth (*)
- Gerente Executivo de Risco VWM&S (*)

Votorantim Asset Management

- Diretor VAM (*)
- Gerente Comercial VAM (*)

Votorantim Private Bank

- Diretor do Private Bank (**)
- Superintendente de Estratégia de Investimentos Private Bank (**)
- Superintendente Mesa de Ativos Private Bank

IGEPREV
Fl. 49
Ass.

Nota 1: (*) Indicação dos membros votantes no Fórum ou quem eles indicarem para representá-los.
(**) Á área de Private Bank tem direito a 1 voto.

Nota 2: Os membros não votantes são considerados como Grupo Consultor.

4 - Periodicidade

Não há. O Fórum será convocado sempre que houver necessidade de aprovação ou revalidação dos produtos.

5 - Deliberação

Fórum Executivo de Produtos - VWM&S - Aprovação de Novos Produtos

O processo de decisão será por maioria simples, com quórum mínimo de 3 membros votantes. Em caso de empate, o voto minerva será do Diretor Executivo VWM&S.

Caso exista alguma ressalva do Grupo Consultor: o processo de decisão será por maioria simples, com quórum mínimo de 4 membros votantes. Em caso de empate, o voto minerva será do Diretor Executivo VWM&S.

Fórum Executivo de Produtos - VWM&S - Revalidação de Produtos Existentes

O Fórum não pode deliberar nenhuma alteração sem a aprovação dos membros votantes, ou no caso da ausência de um deles e dos seus respectivos suplentes, serão aprovadas, desde que o Diretor Executivo VWM&S e o Diretor de Produtos VWM&S as aprovem.

6 - Produtos Gerados

Lavra-se a ata, contemplando as deliberações do Fórum. Para os Produtos aprovados, não haverá a necessidade da elaboração da ata, pois as assinaturas de aprovação na DUP evidenciam a execução do processo.

FÓRUM DE AVALIAÇÃO DE PERFORMANCE DE FUNDOS - VWM&S

1 - Definição

O Fórum de Avaliação de Performance de Fundos - VWM&S avalia:

- Performance dos fundos vis-à-vis, seu respectivo Peer Group, Target e Risco
- Aderência da gestão ao Mandato do Fundo
- A necessidade de revisão do mandato e regulamento do fundo
- A necessidade de aumentar ou reduzir a grade de produtos
- Revisão e adequação das ferramentas de gestão
- Captação dos Fundos
- Evolução do desempenho da gestão

Nota: Toda e qualquer alteração na estrutura do produto será avaliada no Fórum Executivo de Produtos.

2 - Composição do Fórum de Avaliação de Fundos - VWM&S

Votorantim Wealth Management & Services

- Diretor Executivo (*)
- Diretor de Produtos (*)
- Gerente de Produtos
- Gerente Executivo de Risco VWM&S (*)

Votorantim Asset Management

- Diretor VAM (*)
- Gerente Comercial VAM

Votorantim Private Bank

- Diretor do Private Bank
- Superintendente de Estratégia de Investimentos Private Bank
- Superintendente da Mesa de Ativos PB Private Bank (*)

Nota 1: (*) Indicação dos membros votantes no Fórum ou quem eles indicarem para representá-los.

IGEPREV
Fl. 50
Ass

3 - Periodicidade

O Fórum será realizado mensalmente.

4 - Deliberação

O processo de decisão será por maioria simples, com quórum mínimo de 3 membros votantes. Em caso de empate, o voto minerva será do Diretor Executivo VWM&S.

5 - Produtos Gerados

Lavra-se a ata, contemplando as deliberações do Fórum, publicando-a na Intranet.

COMITÊ DE PRODUTOS - ESTRUTURAÇÃO E FUNCIONAMENTO - BANCO VOTORANTIM

1 - Definição

O Comitê de Produtos aprova e monitora todos os produtos da instituição, seus controles e seus roteiros contábeis e de resultados.

2 - Composição do Comitê de Produtos

O Comitê de Produtos é composto por um núcleo permanente, e por membros complementares, por área de negócio / produto:

a) Corporate e Tesouraria;

b) Varejo;

c) VWM&S.

Conforme pauta de reunião, são convocados também os membros dos Fóruns a, b, c e colaboradores adicionais que possam contribuir à discussão.

3- Periodicidade

Comitê se reunirá ordinariamente semanalmente e extraordinariamente quantas vezes forem julgadas necessárias por seus membros. Caso não haja pauta de discussão e/ou aprovação de produtos, a reunião deverá ser aproveitada para as atividades de monitoramento e controle pós implementação.

4- Deliberação

As reuniões ocorrem somente quando contarem com a presença da maioria dos membros titulares e ao menos um membro do Comitê Executivo.

As deliberações do Comitê ocorrem quando houver maioria simples dos votos, sendo obrigatória a presença de um representante de cada uma das seguintes áreas: Riscos, Compliance, Controles Internos, Crédito e Jurídico. Membros do Comitê Executivo, Ouvidoria e Diretor Jurídico possuem direito a veto.

Os convidados devem permanecer na sala de reunião somente durante a apresentação da pauta sob sua responsabilidade e sob convite explícito do Coordenador ou do Secretário.

Cada titular tem direito a um voto, podendo delegar alçada em caso de ausência.

Convidados e membros das áreas de Gestão Corporativa e Auditoria não terão direito a voto, assim como o secretário da reunião.

No caso de veto ou não concordância com o resultado da votação por parte dos membros presentes, o item pode ser levado para deliberação pelo Comitê Executivo. Nos casos em que os membros do Comitê entendam que há risco regulatório e/ ou tributário ou risco de imagem para a instituição, o assunto deve ser levado para deliberação pelo Comitê Executivo.

5- Produtos Gerados

Pareceres e aprovação de novos produtos ou serviços, transações estruturadas e alterações significativas em produtos, estruturas e serviços existentes no portfólio. Relatórios de monitoramento de desempenho de produtos. Atas com registro dos assuntos discutidos e com registro das decisões tomadas pelo Comitê.

COMERCIAL

FÓRUM DE APROVAÇÃO / RE-VALIDAÇÃO DE DISTRIBUIDORES / PARTICIPANTES DO MERCADO

1- Definição

O Fórum de Aprovação / Re-Validação de Distribuidores / Participantes do Mercado delibera sobre a aprovação de novos Distribuidores / Participantes do Mercado ou re-validação dos atuais. Este procedimento tem como objetivo avaliar o Distribuidor

IGEPREV
Fl. 54
ASS.

/ Participante do Mercado em questão, os sócios e o resultado do KYP (Know Your Partner) realizada pela área de Prevenção à Lavagem de Dinheiro Compliance do Banco.

2 - Composição do Fórum de Aprovação / Re-Validação de Distribuidores / Participantes do Mercado

Votorantim Wealth Management & Services

- Diretor Executivo VWM&S*
- Gerente Executivo de Risco VWM&S*

Votorantim Asset Management

- Diretor VAM*
- Gerente Comercial Asset (segmento Parcerias)*

Nota: (*) Indicação dos membros votantes.

3 - Periodicidade

Sempre que houver a necessidade de aprovar um novo Distribuidor / Participante do Mercado ou quando for realizar a sua re-validação.

4 - Deliberação

O processo de decisão será por maioria qualificada (2/3 dos votos), com quórum mínimo de 3 membros. Em caso de empate, o voto minerva será do Diretor Executivo VWM&S.
Nota: O Diretor Executivo VWM&S tem poder de veto.

5 - Produtos Gerados

Lavra-se a ata, contemplando as deliberações do Fórum.

PRECIFICAÇÃO

FÓRUM DE PRECIFICAÇÃO VWM&S

1 - Objetivo:

- Definir e revisar as metodologias de precificação dos ativos presentes nos fundos de

investimento administrados pela Votorantim Asset Management e custodiados no Banco Votorantim, avaliando e indicando as fontes primárias e alternativas de preços e taxas, além de definir os spreads de mercado para a precificação de títulos privados de renda fixa.

2 - Composição do Fórum Estratégico – VWM&S e BVEP

Votorantim Wealth Management & Services

- Gerente Executivo de Riscos e Processos
- Gerente de Produtos Estruturados

Banco Votorantim

- Gerente de Processamento de Serviços Fiduciários

3 - Periodicidade

O Fórum é realizado semanalmente

4 - Instalação

O Fórum instala-se com a presença, no mínimo, do Gerente Executivo de Riscos e Processos e do Gerente de Processamento de Serviços Fiduciários, ou seus respectivos suplentes.

5 - Deliberação

O processo de decisão é por unanimidade.

6 - Produtos Gerados

Lavra-se a ata, contemplando as deliberações do Fórum, publicando-a na Intranet.

2.14 Se o grupo econômico da empresa presta serviços de administração, controladoria e custódia, descreva a estrutura e o relacionamento com a empresa de gestão (anexar Resumo Profissional conforme modelo constante na Seção IV)

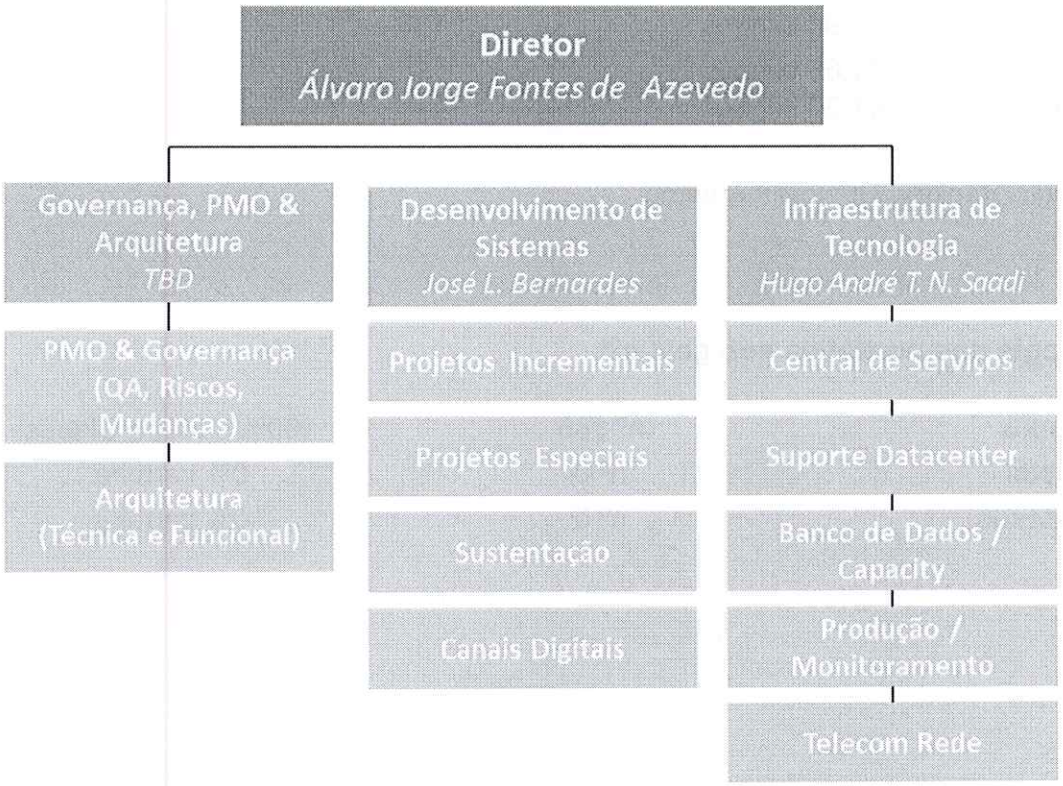
IGEPREV
Fl. 52
Ass.

Somente a atividade de Administração de fundos é feita pela própria Votorantim Asset Management DTVM. As atividades de Custódia e Controladoria são terceirizadas para empresas líderes de mercado.

2.15 A instituição possui área de tecnologia da informação própria? Caso afirmativo, detalhar as atividades atuais, organograma e a qualificação dos profissionais.

A área de Tecnologia da Informação do conglomerado financeiro Banco Votorantim S.A., suporta todo o parque tecnológico (infraestrutura, arquitetura funcional e técnica bem como manutenção e desenvolvimento de sistemas) dedicado a VWM&S. Há formas de atuação especializadas em razão das particularidades e serviços diferenciados da VWM&S. O detalhamento das atividades está descrito nos organogramas específicos de cada superintendência.

O organograma abaixo ilustra a estrutura da Tecnologia da Informação do conglomerado financeiro Banco Votorantim S.A., que possui colaboradores com vasta experiência e qualificação, além de inúmeros profissionais certificados nas tecnologias adotadas, a exemplo, MCSE, MCP, CCNA, CISSP, e outras.



A BV Sistemas é qualificada por parceiros tecnológicos estratégicos por ser certificada como: Microsoft Gold Certified Partner, Sun Strategic Technologic Integrator, EMC Proven.

3 - Números da Empresa

3.1 Preencha a Tabela abaixo com os valores correspondentes aos números da Empresa*.

Ano	Patrimônio sob gestão (posição de final de período)	Número de pessoas que trabalham na empresa	Número de Fundos sob gestão
2004	9,80 bilhões	50	158
2005	11,77 bilhões	59	172
2006	16,90 bilhões	77	214
2007	16,87 bilhões	105	337
2008	16,52 bilhões	137	337
2009	19,71 bilhões	116	327
2010	27,57 bilhões	135	374
2011	38,36 bilhões	162	383
2012	41,84 bilhões	169	329
2013	34,67 bilhões	156	308
2014	35,98 bilhões	136	371
2015	41,66 bilhões	114	385
2016	47,30 bilhões	115	409

*Metodologia Ranking Gestores Anbima

3.2 Tipologia dos portfólios sob gestão*

Fundos	nº 385	100% carteira Clubes
Clubes	nº 0	0% carteira
Carteiras	nº 0	0% carteira

IGEPREV
Fl. 53
Ass.

3.3 Como os ativos sob gestão estão divididos conforme as seguintes categorias de fundos de investimento?

Tipo	Nº de fundos	Exclusivos	% total de ativos
Ações	6	2	0,2%
Cambial	2	0	0,4%
FIDC	17	5	4,4%
Imobiliário	25	10	13,0%
Multimercados	156	125	18,3%
Participações	44	27	26,0%
Previdência	14	10	1,5%
Renda Fixa	167	29	36,2%

3.4 Com quantos distribuidores e/ou alocadores a Empresa tem acordos ou contratos de distribuição?

Atualmente, a VAM tem contrato de Distribuição com 40 parceiros.

3.5 Considerando o volume total de ativos sob gestão, qual o percentual detido pelos cinco maiores distribuidores ou alocadores?

10,17% (VAM Jun/2017)

3.6 Atualmente, qual é o percentual do volume sob gestão que são originados especificamente de aplicações da própria Empresa (incluindo controladores, coligadas, subsidiárias, seus sócios e principais executivos)?

Atualmente, esse percentual é de 20,10%.

3.7 Qual a distribuição do passivo segundo tipologia de investidor?

Tipo	Nº	% passivo
Pessoas Físicas	2711	50,7%
Empresas	176	17,4%
Instituções Financeiras/Seguradoras/Soc. De Capitalização	5	3,1%
Investidores Institucionais Previdenciários	89	13,8%
Distribuidores, Alocadores (inclui fundos de fundos de terceiros e family offices)	127	1,6%
Investidor Estrangeiro	19	10,1%
Outros	0	3,4%

3.8 Considerando o volume total de ativos sob gestão, qual o percentual detido pelos 10 maiores clientes? Fornecer o percentual detido por cada um deles.

% AUM			
Cliente 1	3,16%	Cliente 6	2,05%
Cliente 2	3,05%	Cliente 7	1,96%
Cliente 3	2,98%	Cliente 8	1,68%
Cliente 4	2,59%	Cliente 9	1,61%
Cliente 5	2,54%	Cliente 10	1,46%

4 - Receitas da Empresa

4.1 Qual a estrutura de receitas da Empresa? (gestão, performance, comissões, rebates etc.)

Taxas de Administração (Gestão), Taxas de Performance, Taxas de Distribuição, Taxas de Estruturação, Comissões (Intermediações) e Rebates.

IGEPREV
Fl. 54
Ass.

4.2 Qual parcela do resultado da Empresa vem da atividade de gestão de carteiras?

84,43%

4.3 A receita de Taxa de Administração é suficiente para cobrir os custos da Empresa?

Sim, a receita de Taxa de Administração é suficiente para cobrir os custos da empresa.

5 - Recursos Humanos

5.1 Quais as regras de remuneração ou comissionamento dos funcionários e associados?

A Remuneração Total é composta pela remuneração fixa e remuneração variável de curto e longo prazos. O programa de remuneração variável da Votorantim Wealth Management & Services está vinculado com o resultado e sucesso dos seus negócios. Todos seus colaboradores são elegíveis ao programa. A remuneração variável é calculada a partir de um valor base de referência (alvo) anual estabelecido para cada colaborador em função do seu nível de responsabilidade e contribuição, onde a apuração é realizada por meio de indicadores que mensuram o resultado da empresa, o resultado das áreas e a avaliação de desempenho individual do colaborador, que é composta pela avaliação de metas e competências.

O nosso processo de gestão de desempenho ocorre anualmente e fortalece nossa Cultura na Prática, valorizando a performance individual e o seu impacto no resultado coletivo.

As metas devem estar alinhadas com a estratégia organizacional e são definidas de forma objetiva e em conjunto com os colaboradores.

Os colaboradores são avaliados pelo gestor imediato, e a validação ocorre em fórum colegiado com outros líderes da organização.

A Votorantim Wealth Management & Services, buscando manter seus colaboradores na empresa, utiliza ainda uma política de retenção de pessoal baseada nos fatores descritos no item 5.2 a seguir.

5.2 Quais são os mecanismos de retenção de talentos usados pela Empresa?

Processo de Avaliação de Desempenho para todos os níveis, com contratação de metas, alinhadas às diretrizes institucionais. Essa ferramenta subsidia decisões para outros processos na empresa, como: promoções e transferências, recrutamentos internos, desligamentos, concessão de bolsas para políticas educacionais, treinamentos externos e planejamento sucessório. Política de remuneração variável com foco na meritocracia, reconhecendo e diferenciando os colaboradores pelos resultados alcançados.

5.3 Existe uma política para treinamento e desenvolvimento profissional dos funcionários/associados? Qual?

As ações de treinamento e desenvolvimento são realizadas por intermédio da Educação Corporativa do Banco Votorantim e fomentam o desenvolvimento do capital intelectual, de forma alinhada às estratégias e aos valores organizacionais.

O plano de Educação Corporativa oferece capacitação técnica e comportamental aos colaboradores, com o objetivo de manter uma equipe diferenciada e reconhecida, interna e externamente, pela excelência em prestação de serviços.

Os treinamentos são elaborados considerando as competências corporativas e de acordo com o foco de atuação de cada negócio.

IGEPRE
Fl. 55

6 - Informações Gerais

6.1 Qual o limite para o crescimento dos ativos sob gestão suportada pela atual estrutura da Empresa (instalações, equipe, hardware e software)? Existem planos de expansão?

Com relação às estruturas de hardware, software e instalações, a Votorantim Asset Management (VAM) tem capacidade para um crescimento de até 2 vezes a quantidade atual de Fundos.

6.2 A empresa já foi objeto de avaliação por agência de *rating*? Qual a nota atribuída à gestão? (anexar relatório mais recente)

AVotorantim Asset Management é reconhecida pelo Rating de Gestão pela Standard & Poor´s com a classificação máxima (AMP-1) desde setembro de 2011.

Além disso, o Grupo Votorantim é classificado como Investment Grade pelas principais agências de risco. Seguem abaixo as referidas classificações obtidas pelo Grupo Votorantim e pelo Banco Votorantim.

Ratings Banco Votorantim	Nacional	Internacional
Moody's		
Senior Unsecured MTN - Moeda Estrangeira	-	Ba2/NP
Depósitos - Moeda Estrangeira (LP/CP)	-	Ba3/NP
Depósitos - Moeda Local (LP/CP)	Aa2.br/BR-1	Ba2/NP
Standard & Poor's		
Moeda Estrangeira (LP/CP)	-	BB/B
Moeda Local (LP/CP)	-	BB/B
Escala Nacional (LP/CP)	brA+/brA-1	-

*LP - Longo Prazo | CP - Curto Prazo. | *Atualizado em 20 de março de 2016*

Fonte:http://www.bancovotorantim.com.br/web/site/investidores/pt/Opniao_mercado/ratings.html

6.3 A empresa já recebeu alguma premiação por publicações ou entidades no que tange à qualidade e histórico de gestão? Quais?

Sim, a Votorantim Asset Management (VAM) teve a excelência na gestão de fundos de investimento, a qualidade dos serviços prestados e o profissionalismo de toda a equipe de gestão, administração e distribuição de fundos reconhecidos por instituições e renomadas publicações do mercado, o que, para nós, é uma forma de assegurar nosso compromisso junto a clientes, investidores e acionistas.

Guia Exame de Fundos de Investimentos

A partir de pesquisa exclusiva realizada pelo Centro de Estudos em Finanças da Fundação Getúlio Vargas, com base nos dados de risco e retorno de 1000 fundos abertos nos últimos 12 meses, terminados em junho de 2012, foi elaborado o "Guia Exame de Fundos de Investimento", em que a VAM aparece como destaque em importantes categorias:

Na Classificação Geral:
3º Lugar - Melhor Gestor de Fundos de Investimento
1º Lugar - Melhor Gestor de Fundos de Atacado

Nas categorias de Fundos de Investimento:
1º Lugar em Multiativos
3º Lugar em Renda Fixa Ativo
4º Lugar em Ações Ativo

Toda metodologia utilizada para a classificação dos fundos e gestores encontra-se na edição completa do Guia Exame, publicado em 31/08/2012.

IGEPREV
Fl. 56
Ass.

Prêmio Top Gestão - Valor Investe

A VAM faz parte do conjunto das melhores gestoras de fundos do país selecionadas pela renomada agência de risco internacional Standard & Poors (S&P) como uma das ganhadoras do prêmio Top Gestão de 2004, 2005, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014 e 2015, concedido em conjunto com a revista Valor Investe, nas categorias Renda Variável, Renda Fixa e Renda Mista. Essa premiação é concedida para os gestores que obtiveram a maior consistência média de desempenho ajustado pelo risco dentro do período avaliado.

Melhores Fundos para Institucionais

A revista Investidor Institucional, em parceria com a Luz Engenharia, publica em março e outubro de cada ano a relação dos "Melhores Fundos para Institucionais" e os Fundos Excelentes, voltados para o público de Investidores Institucionais, que apresentaram melhor desempenho no período avaliado. A VAM vem, consistentemente, figurando nesse ranking com fundos destacados como Excelentes nos anos de 2009, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014 e 2015

7 - Informações Operacionais

7.1 Processo de Decisão de Investimento

7.1.1 Descreva o processo decisório de investimento, independente do produto.

As diretrizes de posicionamento dos fundos da VAM são definidas em regime de Fóruns. O Fórum Interno de Investimentos delibera sobre a alocação geral de risco para os fundos de investimento e alocação entre os mercados (RF, RV e Moedas). A definição de faixa de alocação de risco é a linha mestra para a definição das estratégias de alocação entre os diversos ativos contidos nos respectivos mercados para todos os fundos de investimento VAM. A partir desta faixa, ocorre o acompanhamento diário da evolução dos dados econômicos, notícias, acontecimentos,

com o intuito de avaliar os seus impactos nas estratégias adotadas pelos Fundos de Investimentos.

Em uma segunda etapa ocorrem o **Fórum Interno de Renda Fixa e Multimercados – VAM e o Fórum Interno de Renda Variável – VAM.**

O **Fórum Interno de Renda Fixa e Multimercados – VAM** delibera sobre a formação do *model portfólio* para os fundos de renda fixa e multimercados com base na estratégia de alocação geral de recursos entre os mercados definida no Fórum Interno de Investimentos.

O **Fórum Interno de Renda Variável – VAM** delibera sobre a formação do *model portfólio* para os fundos de ações que servirá para a alocação setorial e de papéis para os fundos de investimentos de ações administrados pela VAM.

Os detalhes e periodicidades destes fóruns estão descritos na questão 2.13.

A partir das diretrizes dos Fóruns, os gestores responsáveis pelos fundos respectivos e com a supervisão da superintendente de gestão, executam e encerram as operações definidas nas estratégias, buscando as melhores relações de instrumentos, preços e riscos. Estas operações são discutidas juntamente com os principais fatos e indicadores na reunião diária de gestão.

Dentro destas diretrizes definidas ocorre o constante monitoramento da exposição dos fundos ao risco definido nos fóruns.

7.2 Análise Econômica e Pesquisa

7.2.1 Descreva a estrutura de análise econômica e de pesquisa da empresa: (anexar Resumo Profissional conforme modelo constante na Seção IV)

A área de Economia está inserida na estrutura do Banco Votorantim. A área comandada pelo economista-chefe Leonardo Sapienza, conta com mais economistas e sua principal missão é manter a excelência na análise e na projeção das variáveis econômicas relevantes para a atuação dos clientes internos e externos da instituição, de forma a potencializar a eficiência na gestão de ativos e carteiras. Todas as decisões de investimento tanto da VAM quanto do Private Bank são tomadas em regime de Fóruns que se utilizam de pesquisas, análises e estudos desta área na tomada de decisão. As fontes de informação da área econômica são: relatórios, periódicos e estudos das autoridades nacionais e internacionais, jornais e revistas especializadas,

IGEPREV
Fl. 57
Ass.

"Bloomberg" e "Broadcast", o próprio mercado (market reading), nossos clientes, consultores políticos e econômicos, dentre outros. A área de pesquisa econômica também se utiliza de softwares para análise econométrica (EViews), assim como diversas fontes de informação para a elaboração e acompanhamento dos cenários. A área de pesquisa econômica é frequentemente listada entre as instituições classificadas no ranking mensal "Top 5 do Banco Central" pelo nível de acerto de projeções nos índices econômicos (IPCA, IGP-M, IGP-DI, Taxa de Juros Selic e Taxa de Câmbio). Tal classificação ocorreu em todos os anos, ininterruptamente, desde 2002 até 2013.

7.2.2 Principais mudanças na equipe de pesquisa nos últimos cinco anos:

Frente à crescente demanda interna por análises e projeções do cenário econômico, tanto para as áreas de gestão de recursos quanto para as equipes comerciais, a **Votorantim Wealth Management** passou a contar com o suporte da área institucional de economia a partir de novembro de 2014. O Sr. Leonardo Sapienza é economista-chefe desde 2007, e conta atualmente com uma equipe composta de três outros economistas, responsáveis pela análise e projeção das variáveis econômicas, no cenário doméstico e internacional, que são relevantes para as atividades da instituição.

7.2.3 Utiliza *research* próprio ou de terceiros? Em que proporções?

A Votorantim Wealth Management utiliza-se tanto de research produzido internamente quanto de research externo em proporções praticamente iguais. Fazemos research interno nas áreas macro, crédito, ações, moedas além de pesquisa em áreas ligadas a gestão de carteira (alocação de ativos, otimização de carteiras, gestão e alocação de risco), e seleção de gestores externos. Utilizamos research de terceiros nas mesmas áreas, tanto de brokers quanto de consultores independentes.

7.2.4 Caso utilize *research* próprio, quais ferramentas de análise são utilizadas no processo decisório? Esta equipe trabalha exclusivamente para o *buy side* ou também produz relatórios e informações para outros (sell side)?

Com relação ao research Macro, as fontes de informação da área econômica são: relatórios, periódicos e estudos das autoridades nacionais e internacionais, jornais e revistas especializadas, "Bloomberg" e "Broadcast", o próprio mercado (market reading), nossos clientes, consultores políticos e econômicos, dentre outros. A área de pesquisa econômica da VAM também se utiliza de softwares para análise econométrica (EViews), assim como diversas fontes de informação para a elaboração e acompanhamento dos cenários. A equipe econômica trabalha para toda a instituição e disponibiliza relatórios diários, semanais e mensais, além de breves comentários sobre indicadores econômicos e de mercados.

Adicionalmente, utilizamos os serviços de consultores independentes, escolhidos pela qualidade de seus trabalhos. Fazem parte deste grupo as seguintes empresas: Tendências Consultoria Integrada, LCA Consultores, Mendonça de Barros Associados, e a "High Frequency Economics".

A área de crédito do Banco Votorantim fornece research das operações e dos diversos emissores (bancos e empresas) para a formação das carteiras de títulos de crédito da VAM. Utiliza-se também research de crédito de corretoras e de agências de rating.

No segmento de multimercado utiliza-se da pesquisa interna macro além de pesquisa externa de brokers e consultorias independentes.

IGEPREV
Fl. 58
Ass.

No segmento de ações utilizamos internamente modelos quantitativos proprietários e também pesquisa produzida por corretoras.

No segmento de fundos de fundos fazemos todo trabalho de seleção e acompanhamento de gestores externos com a equipe interna, sem utilização de nenhum consultor externo. O segmento utiliza-se da ferramenta Quantum e também da Morningstar para consultas quantitativas.

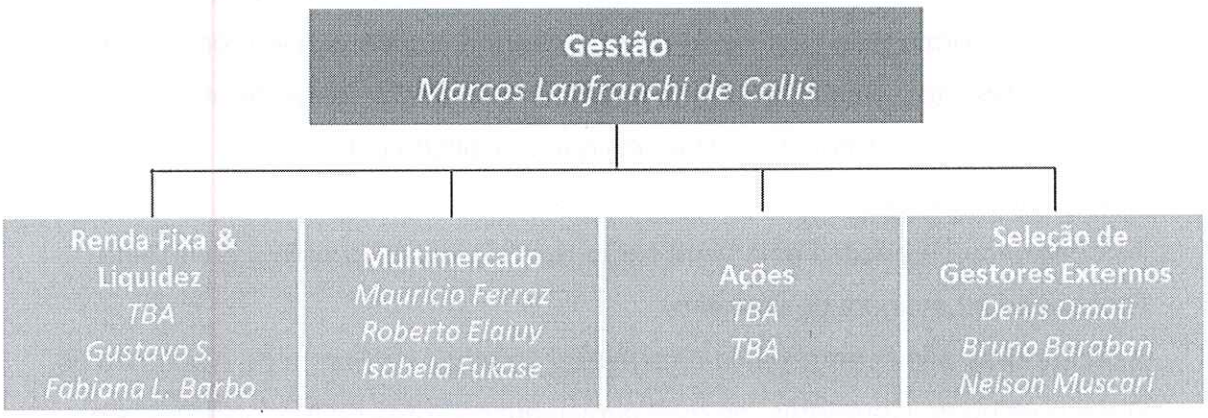
7.2.5 Que serviços ou sistemas são contratados para apoio na análise?

Favor verificar questão 7.2.4

7.3 Gestão de Recursos

7.3.1 Descreva a estrutura de gestão de recursos da empresa (anexar Resumo Profissional conforme modelo constante na Seção IV).

A área gestão da Votorantim Wealth Management é composta por quatro equipes que atuam na gestão de fundos condominiais abertos e exclusivos inclusive na modalidade previdenciária. As quatro equipes são: (1) Renda Fixa Crédito & Liquidez, (2) Multimercados, (3) Ações e (4) Fundos de Fundos.



7.3.2 Principais mudanças na equipe de gestão nos últimos cinco anos.

Contratações: Maurício Ferraz (xxx), Fabiana Lucio Barbo (xxx).

Desligamentos: Ricardo Rossi (xxx).

Marcos De Callis, anteriormente Estrategista e head de advisory do PB assumiu a superintendência de Estratégia e Gestão que passa a ser da Wealth Management. Em janeiro de 2017, a equipe de Fundos de Fundos, liderada por Denis Omati, que antes estava alocada dentro da área de Advisory do PB, passa a integrar a área de gestão da Wealth Management.

7.3.3 Que serviços ou sistemas são contratados para apoio na gestão?

- Serviços de pesquisa através de corretoras e consultorias;
- Bloomberg;
- Broadcast;
- BDS;
- Charles River;
- Sistemas de controle e risco: Nexxus e Risk Control;
- Quantum
- Morningstar
- Wagner Investment Advisory.

7.3.4 Qual o processo de seleção e acompanhamento das corretoras?

A Votorantim Asset Management possui política normatizada para a seleção e avaliação de corretoras. Os critérios mínimos utilizados pela equipe de Gestão da VAM para iniciar o processo de credenciamento de corretoras são: tipos de operação, custos e diferencial em relação à concorrência. Após o levantamento destas informações, a corretora deve enviar sua razão social, CNPJ, taxas de repasse e informações de contato (nome, telefone e endereço eletrônico) para a área de Formalização e Serviços VAM, e a forma de operação (tipos de ativos) além de responder ao KYP (Know Your Partner) que é avaliado pela área de Prevenção à Lavagem de Dinheiro.

As corretoras aprovadas pela VAM serão revalidadas de acordo a política de Prevenção à Lavagem de Dinheiro.

As corretoras são submetidas a uma avaliação anual no Fórum de Avaliação de Desempenho de Corretoras, no qual participam gestores de fundos, traders e analistas de equity, e a equipe de BackOffice atua na consultoria de indicadores de liquidação das operações.

Neste fórum os critérios de avaliação são consolidados em 4 indicadores:

IGEPREV
Fl. 59
ASS.

a) Relatórios.
b) Calls.
c) Eventos e Execução.
d) Sustentabilidade.

Para os indicadores citados são atribuídas notas de avaliação que geram as médias para as corretoras em análise. As médias são individuais e consolidadas pelo Fórum. O ranking que determinará a alocação das ordens no período subsequente deve ser gerado se baseando nas médias atribuídas através das avaliações individuais e do Fórum

	Ranking	Teórica	90%
Reserach	**90%**		
1	Corretora A	20%	20%
2	Corretora B	15%	15%
3	Corretora C	15%	15%
4	Corretora D	15%	15%
5	Corretora E	10%	10%
6	Corretora F	5%	5%
7	Corretora G	5%	5%
8	Corretora H	5%	5%
Discount	**90%**		
1	Corretora I	50%	5%
2	Corretora J	50%	5%

7.3.5 Liste as corretoras aprovadas.

Corretoras Aprovadas		
Renda Variável	**Renda Fixa e Multimercados**	
BV CTVM	ATIVA	ITAU
JP MORGAN	BCOVOTO	JPMORGAN
CREDIT SUISSE	BRADESCO	UBS-LINK
ATIVA	BTG-PACTUAL	LIQUIDEZ
BRADESCO	BV CTVM	PLANNER
	CITIGROUP	RENASCENCA
	CM-CAPITAL	SANTANDER
	COINVALORES	SOCOPA
	CONCORDIA	SPINELLI
	CREDIT-SUISSE	TULLET PREBON
	DEUTSCHE	XP
	GUIDE	SPINELLI

7.3.6 Que critérios orientam a divisão de ordens entre as corretoras selecionadas? Comente concentração, rodízio e o uso de discount brokers e *research* brokers.

Favor verificar a questão 7.3.4

7.3.7 Qual é a política de gestão de caixa da empresa? Há uso de operações compromissadas com títulos públicos, outros fundos de investimento, CDBs de um dia? Descreva-a.

Nossa política de gestão de caixa leva em conta as necessidades de liquidez particulares a cada fundo, como prazo de pagamento para resgates e o tipo de fundo, e também a análise do risco/retorno do uso do caixa para a compra de ativos. Além disso, levam-se em conta também limites legais e de regulamento. Desta forma, objetivamos manter o melhor equilíbrio entre a necessidade de caixa do cliente e o retorno adicional que o fundo pode ter alongando o prazo de suas aplicações. Adicionalmente, a VAM monitora a distribuição do passivo dos fundos e ajusta sua liquidez. As posições de liquidez dos fundos são monitoradas diariamente em relatórios gerenciais através de informações oriundas do sistema Charles River.

IGEPREV
Fl 60
ASS.

7.3.8 Como a gestão controla o prazo médio dos títulos para fundos de longo prazo, para fins de sua classificação tributária?

O controle é feito através do sistema Charles River, que permite a simulação do prazo médio

---

7.3.9 De que forma o desempenho dos gestores e dos fundos é avaliado?

A avaliação da performance dos fundos é realizada pela área de Produtos trimestralmente no Fórum de Avaliação de Performance de Fundos conforme descrito no item 2.13.

O desempenho dos gestores é acompanhado pela área de Risco, que leva em consideração a performance dos fundos frente ao seu benchmark e ao seu respectivo peer group, bem como a utilização dos limites de riscos e da aderência aos seus mandatos e regulamentos.

7.3.10 A quem os gestores prestam conta da performance dos fundos?

Os gestores prestam conta da performance dos fundos aos membros do Fórum de Avaliação de Performance de Fundos, que tem sua composição apresentada no item 2.13.

7.4 Risco

7.4.1 Estrutura

7.4.1.1 Descreva a estrutura de gerenciamento de riscos da empresa (anexar Resumo Profissional conforme modelo constante na Seção IV)

A área de Risco, conforme organograma apresentado na questão 2.4, está inserida na estrutura do Votorantim Wealth Management & Services. Comandada por Rodrigo José Rodrigues, a área conta com 6 colaboradores e reporta-se ao Diretor Executivo de Riscos do banco Votorantim, André Luis Duarte de Oliveira. A área faz

Gestão da VAM.

É responsável pelo gerenciamento dos riscos de mercado, liquidez e crédito, e também participa diretamente no processo de enquadramento dos fundos e carteiras (Compliance regulatório). Entre outras atividades, efetua análises e simulações das posições, auxiliando ativamente a gestão de recursos na definição de estratégias. Em caso de desenquadramentos potenciais ou efetivos, propõe soluções que eliminem as não- conformidades. Adicionalmente, a área é responsável pela verificação da precificação e pela validação das cotas de fundos de investimento, calculadas diariamente pelo Citibank DTVM Ltda, custodiante e controlador contratado pela VAM.

As premissas para a gestão de riscos da VAM são:

- Garantir que os mandatos dos clientes sejam rigorosamente cumpridos;
- Garantir a existência de controles abrangentes e eficazes de riscos: habilidade de detectar e mensurar perdas potenciais antes de sua ocorrência;
- Dar suporte ativo à gestão na tomada de posições, com o objetivo de maximização do retorno e minimização de riscos, fazendo uso de simulações (VaR e Estresse);
- Garantir o enquadramento das carteiras às restrições legais e da política de investimento, através do uso de sistemas e simulações antes das operações;
- Monitorar diariamente os riscos relativos aos fundos.

7.4.1.2 Quem é o responsável pela área e a quem se reporta?

A Votorantim Wealth Managament & Services, possui uma área de gerenciamento de risco própria, que se reporta diretamente ao Diretor Executivo de Riscos André Luis Duarte de Oliveira, sendo funcionalmente independente da Gestão da VAM. O

IGEPREV
Fl. 61
AG

responsável pela área é o Sr. Rodrigo José Rodrigues, desde jun/2012, e sua equipe é composta por 6 profissionais.

7.4.1.3 Principais mudanças na equipe de risco nos últimos cinco anos.

Em busca do aperfeiçoamento de seu processo de gestão, do investimento permanentemente no desenvolvimento de seus profissionais e do aprimoramento de seu parque tecnológico a fim de minimizar os riscos e otimizar os resultados, tornou-se fundamental o aperfeiçoamento e expansão da área de Riscos dentro da Votorantim Wealth Management & Services. A área se reporta diretamente ao diretor executivo e conta com 6 colaboradores. Atualmente, a área é liderada por **Rodrigo José Rodrigues**, que acumula larga experiência nesta atividade, construída na área de Gestão de Riscos de instituições de primeira linha no Brasil.

7.4.1.4 Quais serviços/sistemas são utilizados para apoio no controle de risco? São desenvolvidos internamente ou contratados junto a terceiros? Quem os fornece? Como foram escolhidos? Citar, especificamente, por tipo de risco (crédito, contraparte, preço, liquidez e operacional).

As principais ferramentas de controle e gerenciamento de risco utilizadas são:

- **RiskControl:** sistema terceirizado que é utilizado para controle de risco de mercado, controle de P&L por operações, e atribuição de performance. A alimentação dos dados de mercado é feita de forma automática através de arquivo gerado diariamente pela empresa Accenture RiskControl.
- **Sistema Charles River:** sistema adquirido pela empresa Charles River. O sistema permite a boletagem, gestão e compliance online. O sistema é utilizado também para o controle de enquadramento de carteiras (regras legais e gerenciais dos fundos), controle de limites globais de crédito e tributários (prazos médios).

Ver tratamento aos riscos de liquidez e operacional nos itens 7.4.5 e 7.4.6

7.4.1.5 Quais são os relatórios de riscos, com que frequência são gerados, o que contêm e quem recebe e analisa estes relatórios?

Relatório Diário de Desenquadramento

- **Função:** Verifica se as operações estão de acordo com as restrições legais e estatutárias de cada fundo.
- **Periodicidade:** Diária.
- **Responsável:** Área de Riscos da Votorantim Wealth Management
- **Fonte:** Sistema Charles River

Relatório de Performance Fee

- **Função**: cálculo das receitas de performance cobradas nos fundos.
- **Periodicidade:** Diária.
- **Responsável:** Área de Riscos da Votorantim Wealth Management.
- **Fonte:** Planilha Excel

Relatório de Prazo Médio

- **Função:** Acompanhamento do prazo médio das carteiras dos Fundos
- **Periodicidade:** Diária
- **Responsável:** Área de Riscos da Votorantim Wealth Management
- **Fonte:** Sistema Charles River.

O controle é feito através do sistema Charles River, que permite a simulação do prazo médio antes da execução de novas operações.

Relatório de Volatilidade das Opções

- **Função:** Acompanhamento de volatilidade das opções em carteira
- **Periodicidade:** Diária
- **Responsável:** Área de Riscos da Votorantim Wealth Management
- **Fonte:** Planilha / Citibank

Relatório de Vencimentos

- **Função:** Verificação do fluxo de vencimento dos ativos com detalhe diário
- **Periodicidade:** Diária
- **Responsável:** Área de Riscos da Votorantim Wealth Management
- **Fonte:** Sistema Charles River

Relatório de Debêntures

- **Função:** Controle das taxas de MtM e preços das Debêntures
- **Periodicidade:** Diária

IGEPREV
Fl. 62
Ass.

- **Responsável:** Área de Riscos da Votorantim Wealth Management
- **Fonte:** Planilha Excel / Citibank

Relatório de Risco

- **Função:** Cálculo das medidas de VaR Stress e Tracking Error e controle dos limites de risco por Fundo (onde aplicável)
- **Periodicidade:** Diária
- **Responsável:** Área de Riscos da Votorantim Wealth Management
- **Fonte:** Sistema RiskControl

Relatório de Risco Detalhado

- **Função:** Cálculo das medidas de VaR, Stress e Tracking Error e controle dos limites de risco por Fundo (onde aplicável).
- **Periodicidade:** Diária
- **Responsável:** Área de Riscos da Votorantim Wealth Management
- **Fonte:** Sistema RiskControl

Relatórios de Liquidez de Renda Fixa e Renda Variável

- **Função:** Controle da liquidez dos ativos dos fundos (individual e consolidado)
- **Periodicidade**: Diária
- **Responsável:** Área de Riscos da Votorantim Wealth Management
- **Fonte:** Sistema Charles River e BDS

Mapa de Liquidez

- **Função:** Fluxos de Caixa em cenários de normalidade e stress, medidas de liquidez e controle de passivo dos fundos.
- **Periodicidade:** Diária
- **Responsável**: Área de Riscos da Votorantim Wealth Management
- **Fonte:** Sistema RiskControl e Excel

Relatório de Consumo de Crédito

- **Função:** Controle de consumo de risco de crédito por emissor
- **Periodicidade:** Diária
- **Responsável:** Área de Riscos da Votorantim Wealth Management
- **Fonte:** Sistema Charles River e Excel

Relatório de Posição

- **Função:** Controle de posição dos ativos por fundo
- **Periodicidade:** Diária
- **Responsável:** Área de Riscos da Votorantim Wealth Management
- **Fonte:** Sistema Charles River

7.4.2 Risco de Crédito

7.4.2.1 Descreva a metodologia de gestão do risco de crédito das carteiras.

Existem alguns pilares básicos para a alocação de crédito que buscam evitar riscos de concentração. Estes incluem:

1. A VWM&S e a VAM não compram mais do que 20% de nenhuma emissão privada, e não concentram tal posição em um único fundo;
2. Além dos limites definidos por legislação, a VWM&S e a VAM buscam boa diversificação setorial entre emissões, assim como boa diversificação de emissores específicos dentro de cada setor, o que leva a concentrações significativamente inferiores às legais.

O processo de triagem de clientes e operações é a primeira etapa do processo. As operações que se enquadram dentro dos parâmetros de negócio estabelecidos pela VWM&S e a VAM têm seu emissor/contraparte submetidos à análise do Banco Votorantim para obtenção do "no-objection". Estando o emissor/contraparte aprovados, a operação é submetida à aprovação do Fórum Executivo de Crédito - VWM&S. Caso seja aprovada, é providenciada a alocação dos recursos conforme estratégia de investimento da área de Gestão.

Para um melhor entendimento do fluxo do processo de crédito da VAM, vide questão 2.13.

7.4.2.2 Como cada nova operação de crédito é analisada e aprovada?

Favor verificar a questão 7.4.2.1

IGEPREV
Fl. 63
Ass.

7.4.2.3 A empresa, independentemente do critério de precificação, possui algum procedimento ou estratégia no caso da iminência ou ocorrência de eventos de inadimplência?

O Citibank, contratado para realizar a controladoria dos fundos da VAM, possui um Comitê de Valuation para determinar a taxa justa a ser utilizada para a precificação do ativo, conforme descrito no manual de marcação a mercado da instituição. Tanto este Comitê de Valuation quanto o setor de análise de crédito do Banco Votorantim acompanham detalhadamente as informações públicas das empresas emissoras de títulos em carteira, e atuam imediatamente no que diz respeito à atualização de seus preços de forma a refletir as condições de mercado.

7.4.3 Risco de Contraparte

7.4.3.1 Descreva a metodologia de gerenciamento do risco de contraparte.

Operações com contraparte sem limite de crédito aprovado só podem ser realizadas na modalidade *delivery versus payment*, com liquidação em bolsa. Adicionalmente, todas as corretoras passam por processo de aprovação pelo Fórum de Aprovação de Corretoras.

7.4.3.2 Como são selecionadas as contrapartes e aprovados seus limites?

As definições de contrapartes aceitas e seus respectivos limites são referendadas no Fórum Executivo de Crédito – VWM&S, com a participação das áreas de Gestão, Produtos e do Diretor Executivo da VWM&S. A análise do rating é somente um dos pontos verificados para a aprovação do limite de crédito.

7.4.4 Risco de Preço

7.4.4.1 Descreva a(s) metodologia(s) adotada(s) para a apuração do risco de preço (ex: VaR, Stress Test, Stop loss, etc.).

O acompanhamento das posições de risco de mercado é feito diariamente, através do Fórum Tático de Investimento. Os gestores estão atentos às inversões de tendências, correções e novas informações que são incorporadas aos preços dos ativos (alocação tática), e o sistema RiskControl dá suporte a este acompanhamento. Metodologias utilizadas: VaR paramétrico (absoluto e relativo), simulações, *tracking error*, e cenários de estresse.

A área de Riscos da Votorantim Wealth Management utiliza metodologia de VaR paramétrico para janela de 1 dia, com Intervalo de Confiança de 95%. Dados de volatilidade e correlação dos ativos são obtidos através do cálculo do desvio padrão com janela de 126 dias úteis.

Todas as operações representativas são simuladas na área de Riscos através da opção de simulação do Sistema "RiskControl". Caso o consumo de VaR calculado seja maior que 80% do limite proposto, a área de risco informa a área de gestão e incentiva uma discussão sobre o fundamento de manter posições elevadas, em que são analisados níveis atuais de volatilidade e liquidez, e cenários de piora nas condições de mercado. Caso o consumo atinja valor maior que 100% do limite proposto, a Gestão é convocada a propor um plano de redução das posições do fundo imediatamente, evitando assim manutenção de excesso de limites por prazos longos.

Adicionalmente, a VWM&S utiliza cenários de estresse e simulações para avaliar a sensibilidade das carteiras a diversos fatores de risco. Esta análise é feita diariamente e são avaliados normalmente 3 cenários, com o objetivo de mensurar os impactos individuais e consolidados dos movimentos dos mercados no retorno do fundo.

Os cenários podem ser determinísticos, da BM&F, ou históricos, sendo acordados entre as áreas de Gestão e Riscos. As atualizações são feitas sempre que há mudanças significativas nas condições de mercado (ex.: retornos observados em ago/07 e set/08). São realizados semestralmente dois estudos de avaliação do modelo de cálculo de risco (back-test). O primeiro avalia a aderência do modelo aos retornos observados durante o período estudado e outro teste valida os fatores de risco individualmente. Ambos os estudos são feitos através do sistema de risco RiskControl.

O modelo de VaR utilizado para estimar o risco de mercado dos fundo tem como premissas:

IGEPREV
Fl 64
Ass.

- VaR paramétrico em janela de 1 dia;
- IC=95%;
- Volatilidades são obtidas através de desvio padrão e janela de retornos de 126 dias úteis;
- Correlações entre os fatores de risco também utilizam janela de 126 dias úteis;

O sistema de gestão e controle de riscos financeiros da VWM&S possui também limites de stress, utilizando o mesmo como uma ferramenta adicional e complementar na tomada de decisões. Efetuamos o seu cálculo a partir de cenários da BM&F e cenário histórico (set/08).

Tanto os números de VaR quanto as simulações de estresse são obtidos através do sistema de risco RiskControl, que é atualizado diariamente com dados de preços via arquivo de cotações fornecido pela empresa. As posições dos fundos são carregadas através de arquivo no formato XML ANBIMA.

7.4.4.2 Como são formalizados os controles de risco de preço?

Os procedimentos do sistema de mensuração de risco, incluindo VaR, back-test, testes de estresse (Stress Test), *tracking error* e procedimento de preservação de capital estão descritos em detalhes no Manual Interno de Riscos da VWM&S.

7.4.4.3 Como é realizado o controle e o monitoramento de limites das estratégias (ex.: books tais como volatilidades, direcionais, arbitragens etc.)? Com que frequência de atualização?

Não há definição de limites por estratégias nas carteiras geridas pela VAM. Controle e monitoramento de medidas de risco de mercado, sejam elas VaR, BVaR e testes de estresse, são feitos em base diária através do sistema RiskControl, plataforma independente de controle de risco que permite atuação ágil e flexível por parte da equipe de Risco da VAM. A metodologia utilizada para cálculo de VaR é: VaR paramétrico para 1 dia, Intervalo de Confiança de 95%, matriz de correlação em janela de 126 dias úteis. Os controles de enquadramentos regulatórios e de

mandatos são feitos pelo sistema Charles River, também independente, assim como monitoramento de regras de tributação (prazo médio das carteiras de renda fixa). Controles de liquidez, por sua vez, são realizados em planilhas eletrônicas, a partir de informações obtidas dos sistemas internos da VAM. São determinadas participações individuais máximas diárias no mercado para liquidação das posições, baseado em seu histórico recente de negociação, sem que estas gerem impactos relevantes nos preços das mesmas. Títulos privados (debêntures, notas promissórias, CRI, FIDC, CDBs sem liquidez, entre outros) são tratados como tendo liquidez apenas em seu vencimento.

7.4.4.4 Nos casos de posições que ultrapassem seus limites, como é o processo de tomada de decisão para o reenquadramento?

Limites de VaR e Stress Test denotam exposição máxima a ser perseguida nas carteiras em condições normais de mercado, dados objetivos de rentabilidade e alocação definidos nos mandatos. Eventuais excessos de limites são comunicados à Gestão, para definição de plano de ação visando reenquadramento das posições (como e em que tempo) e preservação do capital dos cotistas.

7.4.4.5 O administrador ou o custodiante realiza controles de risco adicional para as carteiras do gestor? Em caso afirmativo, fornecer detalhes.

Além dos controles executados pela área de Riscos, o Citibank efetua diariamente a verificação do enquadramento regulatório das carteiras. Este controle é utilizado pela Votorantim Wealth Management como uma dupla checagem do processo de enquadramento. Não há controle adicional de risco de mercado ou liquidez realizado por outra instituição que não a área de Riscos da Votorantim Wealth Management. No caso de Fundos Exclusivos em que o cotista opte por outro Administrador/Custodiante, estes também executam controle adicional em redundância ao monitoramento realizado pela área de Riscos da VWMS.

IGEPREV
Fl. 65
Ass.

7.4.5 Risco de Liquidez

7.4.5.1 Descreva a(s) metodologia(s) adotada(s) para a apuração do risco de liquidez, incluindo o tratamento de baixa liquidez e/ ou resgates excessivos.

A área de Risco da VWM&S monitora diariamente a liquidez dos fundos de investimento e de seus ativos. Para maiores detalhes, ver Manual Interno de Riscos. A fonte das informações que utilizamos para o controle de liquidez das carteiras é o sistema Charles River, que, por sua vez é alimentado pelos arquivos XML Anbid dos fundos. A partir daí, utilizamos dados de liquidez (volumes negociados) dos mercados (títulos públicos, ações, debêntures, opções e futuros) para calcular a liquidez das carteiras e dos ativos individualmente. Mede-se em quanto tempo as posições do fundo podem ser encerradas, em número de pregões utilizando um percentual do volume negociado no dia, tomando por base o volume médio negociado nos últimos 30 dias por cada ativo, no caso de ações. Para os ativos pouco líquidos, é sempre utilizada estimativa conservadora do prazo para liquidar a posição. Adicionalmente são realizadas análises do passivo dos fundos. Estas análises incluem estudos de comportamento de saques e concentração de cotistas. No caso de uma redução substancial da liquidez no mercado, ou qualquer outra situação atípica que possa comprometer as carteiras, como um resgate elevado não esperado, ou enxugamento de liquidez por estresse no mercado, uma reunião extraordinária entre as áreas de Gestão da VAM, Riscos e o Diretor da VWM&S é realizada. Nela, são discutidas possíveis medidas a serem adotadas para proteção e/ou reforço da liquidez dos fundos, individual e consolidadamente (gestão total de fundos da VAM).

7.4.5.2 Como é realizado o controle e o monitoramento de limites das estratégias (ex.: books como volatilidades, direcionais, arbitragens etc.)? Com que frequência de atualização?

Não há definição de limites por estratégias para fundos condominiais.

Para fundos exclusivos que estabeleçam limites específicos por estratégias, o monitoramento é feito por Charles River e RiskControl.

7.4.6 Risco Operacional

7.4.6.1 Descreva a metodologia de gestão do risco operacional.

A área de Risco Operacional, constituída em 2005, é corporativa e atende o Banco Votorantim e suas controladas e coligadas.

A Área está subordinada à Diretoria Executiva de Controles Internos e Riscos Operacionais, e tem o objetivo de definir as diretrizes para a gestão do risco operacional, ter o adequado conhecimento dos riscos operacionais existentes e dos planos de ação para sua mitigação, além de avaliar e aprovar as recomendações para melhoria dos processos e dos controles internos.

A metodologia adotada para detecção dos riscos considera a avaliação (qualitativa e quantitativa) da exposição dos riscos frente à possibilidade de ocorrência dos mesmos. Essa avaliação está construída com base em fatores que podem potencializar a materialização de cada risco identificado. Os fatores envolvidos nas análises são: existência de controles manuais, controles automáticos ou semiautomáticos, controles preventivos ou detectivos, segregações existentes e eventos operacionais ocorridos.

Para cada risco avaliado poderá ser desenvolvido um plano de ação para sua devida mitigação e a implantação dos planos de ação recomendados, bem como o acompanhamento a fim de garantir a sua eficiência e eficácia são atribuições da área responsável por Controles Internos.

A classificação de cada risco operacional está em conformidade com as exigências instituídas pela Res.3.380/06.

7.4.6.2 Descreva os procedimentos de confirmação de ordens executadas e de checagem das posições das carteiras e custódia.

As confirmações de operações realizadas durante o dia são transmitidas pelas Corretoras contrapartes à equipe de Back-Office do Banco Votorantim alocada às atividades da VAM. Estas informações são checadas com a Mesa de Operações da VAM ao longo do dia, para evitar que erros sejam detectados apenas ao fim do dia. As confirmações são ratificadas através de envio de e-mails entre as áreas

IGEPREV
Fl. 65
Ass.

envolvidas (Back-Office Votorantim, Mesa de Operações VAM, Custodiante Citibank, Riscos VWM&S), de modo que eventuais discordâncias sejam prontamente identificadas e resolvidas em tempo hábil.

7.4.6.3 Descreva os planos de contingência, continuidade de negócios e recuperação de desastres.

O Banco Votorantim e suas empresas coligadas possuem uma Política de Continuidade de Negócios corporativa, seguida pela Votorantim Wealth Management & Services. A Política é um documento que formaliza todas as diretrizes sobre o Plano de Continuidade de Negócios (PCN), o qual especifica a estratégia e todos os processos e recursos necessários para a ativação da contingência e continuidade dos negócios.

Adicionalmente ao PCN, todos os sistemas críticos possuem processo de backup diário, bem como são replicados no site de contingência por espelhamento síncrono de hardware. A infraestrutura de sistemas no Offsite permite o acesso remoto aos aplicativos de gestão, risco e back-Office, tanto no site de produção quanto no site de contingência quando ativado.

Os cenários previstos no PCN são de indisponibilidade de infraestrutura e/ou indisponibilidade de acesso ao prédio para todas as áreas do Votorantim Wealth Management & Services. Inclusive, o ambiente de contingência é periodicamente testado e validado no decorrer do ano.

7.4.6.4 Descreva a política de segurança da informação (é exigido pelo Código de Autorregulação da ANBIMA)

O documento "MPC_005 Segurança da Informação" define os seguintes itens:

- Confidencialidade, integridade e disponibilidade da informação;
- Responsabilidade do uso de informações;
- Utilização de Internet e correio eletrônico;
- Utilização de softwares;
- Contratação de serviços terceirizados;

- Acesso físico e lógico às informações;
- Controle de acessos;
- Gerenciamento de acessos;
- Senhas.

As Políticas estão disponíveis para todos os funcionários na Intranet. As diretrizes básicas definidas no documento são aplicáveis a todos os colaboradores que devem ter conhecimento por meio da assinatura do Termo de Ciência da Política de Segurança da Informação, no momento da contratação e por meio de treinamento (e-learning) obrigatório a ser realizado pelo colaborador.

7.4.6.5 Existe sistema de gravação de ligações telefônicas? Qual a política de escuta das gravações?

Sim. O sistema é o Verint, instalado nas áreas de atendimento ao cliente, mesa de gestão e salas de reuniões, previsto em norma operacional interna. As gravações são solicitadas à área de telecomunicações em casos em que há divergências entre o cliente e a VWM&S, e/ou no caso de haver divergências em operações fechadas na mesa de operações.

Cada operador ou Officer tem acesso às gravações de suas linhas e o acesso a terceiros ocorre somente com a aprovação e requerimento depessoa com poderes para tal previsto em norma interna.

7.4.6.6 Descreva os procedimentos de backup e redundância de informações,desktops e servidores (para backup, cite especificamente a periodicidade, local e prazo de armazenamento).

Atualmente as instalações de trabalho do Votorantim Wealth Managemente & Services e da Votorantim Asset Management estão localizadas no site Morumbi, sendo o datacenter principal nesta localidade e o datacenter secundário no site Paulista. Também há uma célula de contingência operacional com 30 posições exclusivas para os colaboradores da VWM&S, localizado na Praça General Gentil Falcão, nº 108, quinto andar (site Berrini). Todos os sistemas críticos possuem

IGEPREV Fl. 67 Ass.

processo de backup diário e são replicados no site de contingência por espelhamento síncrono de hardware. A infraestrutura de sistemas no Offsite permite o acesso remoto aos aplicativos de gestão, risco e Back--Office, tanto no site de produção quanto no site de contingência quando ativado.

Os procedimentos de backup são executados diariamente. Uma cópia das fitas dos backups são geradas mensalmente e armazenados por 5 (cinco) anos em empresa externa contratada (INTERCON).

7.4.6.7 Descreva a política de controle de acesso ao Data Center (físico e lógico).

O controle de acesso ao Data Center é efetuado por meio de biometria. Quando há necessidade de liberação de acesso para prestadores de serviço, o prestador é acompanhado por pessoa previamente cadastrada na ferramenta de gestão de acesso e o prestador registra a entrada e saída por meio de crachá.Toda solicitação de acesso é registrada via chamado com as aprovações definidas nas normas internas. A gestão de acesso lógica ao Data Center está sob responsabilidade da Segurança da Informação. A revisão de acesso é realizada anualmente.

7.4.6.8 Descreva o parque tecnológico atual da instituição. Citar no-breaks, capacidade dos servidores, links de internet e telefonia etc.

O parque tecnológico é composto por uma sala cofre Lamperz de 68 m², à prova de fogo, que possui:

- Um gerador exclusivo de 330KVA;
- Dois UPS PowerWare com capacidade total de 150KVA e autonomia de 40 minutos em redundância;
- Um sistema de refrigeração de precisão Liberty composto de 4 unidades com capacidade de 23KWs cada;
- Um sistema de detecção de fumaça, fogo e umidade NetWatch;
- Um sistema de combate a incêndio Kidde, com gás FM-200;
- Três no-breaks 100M Comandos modelo Aros CHT capacidade 40 Kva trabalhando em redundância.

abrangência e funções distintas que fornecem serviços de maneira compartilhada para todas as empresas da holding Votorantim Finanças. A capacidade está dimensionada de maneira a atender todo o processamento de dados de maneira eficiente e distribuída, com revisão periódica para o planejamento de capacidade.

Os links de Internet são compartilhados com as empresa da Votorantim Finanças, sendo 3 acessos com redundância física e de equipamentos providos pela Telefonica, Algar e Embratel.

Os sites corporativos estão interligados através de uma Rede Metropolitana contingenciada e de alta velocidade de transmissão. Existem duas VPNs: uma corporativa e outra para parceiros. A telefonia principal é composta por:

a) Um PABX Call Manager CISCO (100% em tecnologia IP);

b) Operadoras 100% contingenciadas: Embratel e Algar;

c) Mesa de Operações com sistema IPC e ramais com gravação com monitoramento no sistema VERINT;

d) Retenção dos arquivos de gravação por 1 ano em storage dentro do datacenter.

As estações de trabalho que são adquiridas no modelo de leasing ou através de compra à vista são de marcas de primeira linha, sendo as últimas solicitações da marca Dell através do contrato corporativo do Grupo Votorantim. Há sistema de no-breaks para as estações, bem como gerador a diesel.

7.4.6.9 A instituição possui filtro de e-mail, firewall e sistemas de antivírus?

Sim, a instituição possui várias camadas de segurança, entre elas filtro de todos os e-mails corporativos, sistema de de antivírus em servidores e estações, sistema de firewall em camadas, além de equipamentos de detecção e prevenção de intrusão.

7.4.6.10 São realizados testes periódicos para verificação de segurança e integridade de sistemas? Com que frequência?

Sim, os testes de identificação de vulnerabilidades são realizados periodicamente.

IGEPREV
Fl. 68
Ass.

8 - Compliance e Auditoria Interna

8.1 Quem são os responsáveis pelas áreas de Compliance e Auditoria Interna e a quem se reportam?

A VWM&S possui uma equipe de Compliance dedicada às suas atividades, a qual possui independência funcional da administração da VWM&S, reportando para a diretoria de Controles e Governança que por sua vez reporta-se diretamente à presidência desta instituição Já a Diretoria de Auditoria Interna, a qual está sob a responsabilidade do Sr. Eduardo Teles de Oliveira, reporta- se diretamente ao Conselho de Administração do Banco Votorantim. A atividade de Auditoria Interna é centralizada e atende o Banco Votorantim e suas subsidiárias.

8.2 Descreva o processo para adesão ao Código de Ética e Conduta, bem como suas atualizações, pelas pessoas que trabalham na empresa.

O Código de Conduta do Consolidado Banco Votorantim, atualizado junho/2015, é o instrumento corporativo utilizado para orientar as ações e decisões dos profissionais do Grupo. Deve ser observado pelos membros da administração e pelos colaboradores do Consolidado, a saber: empregados, estagiários e aprendizes. Também é extensivo a determinadas relações com fornecedores e prestadores de serviços, conforme definido nos normativos internos de contratação. Estabelece os princípios que devem orientar as atitudes e comportamentos esperados dos colaboradores na execução das atividades e nos relacionamentos com públicos internos e externos.

Desde o dia 15/07/2015, todo colaborador, ao ingressar na Instituição assina o termo de compromisso de conduta profissional. Neste termo, concorda em cumprir integralmente o (i) Código de Conduta, (ii) as Políticas e Procedimentos para Prevenção aos Crimes de Lavagem de Dinheiro, (iii) a Política de Investimentos Pessoais, (iv) as Diretrizes e Normas constantes da Política de Segurança da Informação e (v) a Cartilha de Compliance sobre Anticorrupção, assumindo o compromisso de observá-los e aplicá-los, bem como submetendo-se às sanções previstas nas normas internas e na legislação. É aplicado também um treinamento obrigatório, via e-learning, sobre o Código de Conduta onde é reforçado os conceitos contidos no código de conduta. Ao finalizar esse

treinamento, o colaborador reafirma seu compromisso com os princípios éticos e de conduta da organização, realizando uma nova adesão (online) ao concluir o curso.
A empresa oferece também no ingresso do novo colaborador, acesso à plataforma virtual Eduka, que contempla diversos treinamentos no formato e-learning, dentre eles o de Integração e Ética, no qual são abordados diversos temas inclusive o Código de Conduta. A atualização do Código de Conduta, quando necessário, é uma atribuição do Comitê de Gestão de Pessoas.

8.3 Descreva a política de investimentos pessoais e seu monitoramento.

As regras para investimento pessoal estão devidamente estabelecidas no Manual de Política Corporativa para Investimentos Pessoais, amplamente divulgado, e devem ser observadas por todos os Dirigentes e colaboradores da Instituição. A Política visa divulgar as diretrizes para que os Dirigentes e colaboradores do Banco Votorantim e suas subsidiárias possam realizar seus investimentos pessoais, de forma a inibir possíveis conflitos de interesses entre as atividades que desenvolvem e os seus interesses pessoais quando da aplicação dos seus recursos próprios.
Os Dirigentes e colaboradores, além de se basear exclusivamente em informações que sejam de domínio público para fazer aplicações de recursos próprios, devem direcionar as mesmas para investimentos e não para especulação.
Adicionalmente, as Pessoas Vinculados (conforme Instrução CVM nº 505) somente podem negociar valores mobiliários por conta própria, direta ou indiretamente, por meio da Votorantim Asset Management DTVM Ltda. Ao iniciar suas operações com a intermediária, Dirigentes e colaboradores, por meio de formulário específico, autorizam e atestam ter ciência de que DTVM poderá disponibilizar para a área de Compliance, a qualquer momento e sem aviso prévio, informações sobre movimentações diárias e posição mensal de suas operações.
Demais diretrizes para os investimentos pessoais, como vedações e holding period, podem ser verificadas no documento anexo.
A área de Compliance possui uma equipe dedicada ao monitoramento referente aos investimentos pessoais realizados pelos profissionais do Banco Votorantim e suas subsidiárias e, os casos de descumprimento das diretrizes pré-estabelecidas na Política são encaminhados ao Comitê de Gestão de Pessoas.
Os mais altos princípios éticos devem ser seguidos, sendo vedadas quaisquer manipulações artificiais de preços para obter vantagem própria ou para terceiros na

IGEPREV
Fl 69
Ass.

negociação de títulos e valores mobiliários.

8.4 Existe fundo ou outro instrumento de investimento exclusivo para sócios e executivos da empresa?

Sim, atualmente existem fundos exclusivos de sócios. (Data base 31/12/2017)

8.5 Descreva as regras para investimento dos recursos próprios da empresa.

A VAM é uma DTVM que passa seu caixa em CDI over para o Banco Votorantim todos os dias, sem incorrer em risco de mercado. O Banco faz a gestão dos caixas de todas as empresas financeiras do Grupo.

8.6 Descreva os procedimentos para o controle de meios de comunicação alternativos ao sistema corporativo visando a administração de conflitos de interesse tais como front running, vazamento de informações confidenciais etc. (exemplos de meios de comunicação alternativos: telefone celular, sistemas de mensagens instantâneas e de webmail externo)

Todo colaborador, no ato da contratação, assina o Termo de Compromisso de Conduta Profissional ("Termo") atestando ter ciência que todas as operações e acessos efetuados em meios magnéticos são registrados e passíveis de verificação a qualquer momento, independentemente de aviso prévio.

O Termo trata ainda, em item específico, do uso adequado de informações confidenciais, restritas e internas. O documento orienta o colaborador a utilizar tais informações unicamente para realização de suas atividades e de acordo com as políticas da Instituição, não utilizando as informações em seu próprio benefício ou em benefício de qualquer outra pessoa ou empresa.

É vedado o uso de webmail externo, sendo seu acesso bloqueado.

Todos os meios de comunicação eletrônica são monitorados pela equipe de Compliance, inclusive a troca de e-mails para fora da instituição possui regras específicas que podem passar por aprovação prévia da equipe de Compliance antes de seguir ao destinatário final.

As áreas detentoras de informação classificadas como confidencial, restrita ou interna são passíveis de controles específicos a fim de coibir a utilização indevida da informação e auxiliar na identificação de eventuais quebras de procedimento:

a) Controles Físicos: restringem o acesso físico às áreas (segregação física);
b) Controles Lógicos: atuam sobre os sistemas eletrônicos e de comunicação (restrição de acesso a diretórios, gravação de meios eletrônicos entre outros); e Controles de Conduta: Código de Conduta, manuais internos, bem como a própria regulamentação.

8.7 Como são verificados os procedimentos que visem ao combate à lavagem de dinheiro feitos pelos seus distribuidores?

As regras para análise dos parceiros com as quais a Instituição se relaciona ou pretende se relacionar estão estabelecidas em documento específico (Manual de Norma Interna), devidamente divulgado e publicado no portal corporativo (intranet).

A fim de garantir a segurança nos relacionamentos estabelecidos pelo Banco Votorantim e suas subsidiárias com seus parceiros,foram implantados procedimentos de "conheça seu parceiro" antes de estabelecermos o relacionamento.

Os procedimentos instituídos são contínuos e contemplam principalmente:

a) Assegurar que a natureza do negócio ou atividade do parceiro não se opõe às diretrizes internas da Instituição no que se refere à prevenção à lavagem de dinheiro;
b) Avaliar os processos desenvolvidos por nossos parceiros no combate à lavagem de dinheiro; e, ainda,
c) Analisar os sócios/acionistas de nossos parceiros visando garantir que o perfil dos mesmos esteja de acordo com as normas internas do Banco Votorantim e suas subsidiárias.

8.8 Caso a empresa desenvolva outras atividades, descreva sua política de chinese wall e de que forma é garantida a proteção de informação entre departamentos que não estejam envolvidos no mesmo projeto ou linha de negócio.

IGEPREV
Fl. 70
Ass.

A fim de assegurar a devida segregação da administração de recursos de terceiros das demais atividades da Instituição, a Votorantim Wealth Management & Services ("VWM&S") está segregada fisicamente e funcionalmente do Banco Votorantim e demais empresas por esse controladas.

O acesso físico às dependências da VWM&S só é permitido aos seus colaboradores, ou profissionais devidamente autorizados; bem como os sistemas utilizados para realização das atividades relacionadas à VWM&S são independentes dos sistemas utilizados pelas demais empresas do conglomerado.

A Votorantim Asset Management DTVM Ltda. ("Votorantim Asset") aderiu ao Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para os Fundos de Investimento, que excede a observância das normas regulamentares, uma vez que padroniza procedimentos destinados a proteger os interesses dos investidores e promover as melhores práticas do mercado.

Seguimos rigorosamente os conceitos de Barreiras de Informação, com segregação clara entre a gestão de recursos de terceiros, realizadas pela Votorantim Asset e a administração de recursos da Tesouraria do Banco Votorantim, evitando, assim, situações de conflitos de interesses.

A seguir, descrevemos como asseguramos a segregação das atividades realizadas na VWM&S:

(i) Auditoria Interna

A atividade de Auditoria Interna atende corporativamente o Banco Votorantim e suas subsidiárias. A Diretoria de Auditoria Interna e Inspetoria reporta-se diretamente ao Conselho de Administração do Banco Votorantim.

Ao final de cada trabalho efetuado, o relatório de Auditoria Interna é emitido ao gestor responsável pela área, produto ou processo auditado e copiado a todas as diretorias envolvidas na revisão, ao Presidente e ao Comitê de Auditoria.

O Comitê de Auditoria do Banco Votorantim S/A, órgão estatutário constituído em 03 de Junho de 2004, em conformidade com a Resolução nº 3.198 do Banco Central do Brasil ("Banco Central"), foi devidamente aprovado pela referida autarquia em 28 de Junho de 2004. Este Comitê segue as determinações estabelecidas na regulamentação do Banco Central, no Estatuto Social do Banco Votorantim e em Regimento Interno vigente e aprovado pelo Conselho de Administração.

(ii) Compliance

A equipe de Compliance atende corporativamente o Banco Votorantim e suas subsidiárias.A Gerência de Compliance reporta- se ao Diretor de Controles Internos e Governança, sendo funcionalmente independente das áreas de negócios e gestão de recursos de terceiros.

Por meio da disseminação de elevados padrões éticos como cultura organizacional e o fortalecimento dos controles em busca da conformidade, a equipe de Compliance tem a missão de desenvolver, implementar e manter programas de alto padrão para gerenciamento do risco reputacional da Instituição, além de prover assessoria às áreas de negócios.

(iii) Risco

A VWM&S possui uma área de gerenciamento de risco própria e independente do Banco Votorantim que se reporta diretamente ao Diretor Executivo da VWM&S.

A área de Riscos é responsável por:

- Controlar os riscos de mercado, liquidez e crédito dos fundos de investimento;
- Propor os parâmetros do modelo de gestão de risco de mercado;
- Assegurar o cumprimento das diretrizes (políticas e estratégias) de investimento;
- Monitorar os fatores de risco que causam impacto nas carteiras;
- Monitorar as volatilidades dos fatores de risco que causam impacto nas carteiras;
- Mensurar e monitorar os valores em risco de grupos de unidades de investimento (não necessariamente coincidentes com um segmento ou com uma determinada classe de ativos), i.e., mensurar e monitorar o VaR incremental desses grupos;
- Monitorar os comportamentos correlacionados entre mercados distintos, buscando antecipar impactos nas Carteiras;
- Realizar análises de desempenho das Carteiras;
- Gerar informações gerenciais referentes a risco e posições das carteiras.

Os sistemas utilizados pela área de Riscos são independentes e segregados dos sistemas do Banco Votorantim.

(iv) Produtos

A VWM&S possui uma área de Produtos própria e devidamente segregada das áreas comerciais e de gestão.

IGEPREV
Fl.
Ass.

São atribuições da área de Produtos da VAM:

- Desempenhar a gestão de produtos (criar, desenvolver e acompanhar produtos);
- Assegurar a implementação das estratégias estabelecidas;
- Coordenar e supervisionar as atividades desenvolvidas nos processos de Gestão de Produtos, Assessoramento Comercial, Assessoramento ao Cliente e Avaliação de Assets e Produtos;
- Criar e desenvolver novos produtos;
- Acompanhar o desempenho dos produtos ofertados;
- Prover assessoramento técnico às áreas comerciais na venda de produtos;
- Acompanhar as atividades das empresas de Asset Management concorrentes;
- Propor novos produtos;
- Coordenar o processo de aprovação de novos produtos de acordo com as etapas definidas na estrutura de aprovação de novos produtos;
- Acompanhar e analisar os produtos continuamente, assegurando sua permanente adequação.

(v) Gestão de Recursos de Terceiros

Referente à Gestão de Recursos de Terceiros a segregação é garantida da seguinte maneira:

- Os Fóruns de Gestão e de Crédito da VAM são segregados dos comitês do Banco Votorantim;
- A área de Riscos e as decisões de risco são independentes do Banco Votorantim;
- Os sistemas utilizados são independentes dos sistemas do Banco Votorantim;
- Localização física distinta;
- Colaboradores e equipes próprias;
- Diretorias segregadas.

(vi) Análise *(research buy side)*

A área de Gestão da VAM possui uma equipe própria de analistas que estão em frequente contato com as empresas, seja em visitas periódicas, eventos com terceiros ou reuniões com analistas de sell side.

Ainda contamos com os relatórios das instituições que, por terem uma excelente equipe de equity research, estão credenciadas, por meio de nosso processo de seleção de corretoras, a operarem com a VAM.

(vii) Análises Macroeconômicas

(Wealth utiliza a área de Economia do banco)

A área de Economia possui como sua principal missão é manter a excelência na análise e na projeção das variáveis econômicas relevantes para a atuação dos clientes, internos e externos, da Instituição de forma a potencializar a eficiência na gestão de ativos e carteiras. Todas as decisões de investimento tanto da VAM quanto do Votorantim Private Bank são tomadas em regime de Fóruns que se utilizam de pesquisas, análises e estudos desta área.

(viii) Back Office

Referente à atividade de controladoria de ativos, a VAM contratou o Citibank DTVM para a prestação dos serviços de custódia, controladoria e precificação dos ativos que compõe as carteiras dos fundos de investimentos por ela administrados. Já a atividade de controladoria de passivo dos fundos é realizada por uma área de Processamento de Serviços Fiduciários do Banco Votorantim, totalmente segregada fisicamente de quaisquer outras áreas com as quais possam ocorrer conflitos de interesses. Cabe mencionar ainda que os sistemas utilizados também são devidamente segregados. A VAM, no que se refere à atividade de controladoria de passivo, é aderente ao Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas dos Serviços Qualificados ao Mercado de Capitais, cujo objetivo é propiciar transparência no desempenho da atividade, padronização dos processos e estabelecer os mais elevados padrões éticos e consagrar a institucionalização de práticas equitativas. Reiteramos que as atividades de gestão de recursos próprios e de terceiros são devidamente segregadas, funcionalmente e fisicamente, de acordo com as diretrizes definidas pela Alta Administração e a regulamentação vigente.

IGEPREV
Fl 72
Ass.

8.9 No caso de a empresa utilizar serviços de administração, controladoria ou custódia prestados por empresa do mesmo grupo econômico, como se garante a segregação entre a área prestadora de serviço e a gestão de carteiras?

A Votorantim Asset Management ("VAM") contratou o Citibank DTVM para a prestação dos serviços de custódia e controladoria dos fundos de investimento administrados pela VAM, incluindo a precificação das carteiras; A metodologia de Marcação a Mercado do Citibank DTVM, assim como os demais custodiantes com os quais a VWM&S possui parceria foi desenvolvida seguindo as diretrizes do Código Anbima de Regulação e Melhores Práticas de Mercado para Fundos de Investimento. Referente à segregação das demais atividades da Votorantim Wealth Management & Services, favor verificar questão 8.8 acima.

8.10 Descreva as regras e os procedimentos para monitoramento da divisão de ordens, especificação de comitentes e operações entre carteiras.

O rateio das operações entre os diversos Fundos da VAM é feito por meio de um critério previamente estabelecido.

Este critério estabelece que, quando um determinado instrumento financeiro é negociado, os Fundos da VAM que possuem este instrumento entre ativos elegíveis devem receber uma fração do instrumento negociado proporcional ao objetivo de rentabilidade do fundo e seu patrimônio líquido, incluindo eventuais aplicações e resgates do dia, desde que não cause desenquadramento ativo, e esteja alinhado com sua estratégia de investimento vis-à-vis seu benchmark.

O critério descrito acima não se aplica a estratégias específicas a determinados fundos e que sejam vinculadas aos seus respectivos benchmarks, tais como, mas não se limitando a, fundos que perseguem índice de mercado de maneira passiva replicando a carteira do respectivo índice. Neste caso, os preços médios devem ser calculados apenas para os fundos aos quais esta estratégia seja aplicável.

Quando vários lotes de um determinado instrumento financeiro são negociados, cada operação pode apresentar um preço de negociação diferente. Neste caso, o rateio mencionado anteriormente é feito considerando-se o preço médio de negociação do ativo em questão.

O sistema Charles River automaticamente divide as boletas de forma a garantir que todos os fundos recebam o mesmo preço médio para as operações, de acordo com os

critérios descritos anteriormente. Caso seja necessário alterar qualquer parâmetro que impacte na distribuição automática das ordens, a área de Risco – Wealth realiza a alteração nos parâmetros do sistema Charles River que entra em vigor automaticamente. O histórico destas parametrizações é armazenado no próprio sistema.

Todas as operações realizadas pelos fundos são feitas a preços de mercado, inclusive entre fundos.

8.11 Descreva as regras e procedimentos de monitoramento das operações realizadas fora de plataformas eletrônicas de negociação, enfatizando estabelecimento de preços e fontes de referência utilizadas.

As operações realizadas fora de plataforma eletrônica de negociação, quando aprovadas, são supervisionadas pelo custodiante Citibank DTVM, através da verificação dos preços/taxas negociadas, comparados com referências de mercado.

8.12 Existe algum agente externo (ex.: consultoria), além do administrador, envolvido na verificação da adesão a limites de risco, limites legais ou regulamentares das posições dos fundos sob gestão da Empresa?

Além dos controles executados pela área de Riscos, o Citibank efetua diariamente a verificação do enquadramento das carteiras. Este controle é utilizado pela VAM como uma dupla checagem do processo de enquadramento. Não há controle adicional de risco de mercado ou liquidez realizado por outra instituição que não a área de Riscos da Votorantim Wealth Management.

8.13 Descreva como são tratados os conflitos de interesse resultantes da participação ou atuação dos sócios ou executivos em outros negócios, bem como de sua eventual participação em Conselhos Fiscais e de Administração.

Todo dirigente e colaborador que ingressa na empresa tem a ciência dos tipos de conflito de interesse, através do código de conduta e assina o Termo de Compromisso de Conduta profissional. O código de conduta relata que o colaborador não poderá

IGEPREV
Fl. 23
Ass.

realizar atividades externas, como prestar consultoria ou ocupar cargo em organizações com interesses conflitantes ou que realizem negócios com o Grupo Votorantim. Não são aceitos vínculos societários, próprios ou por intermédio de familiares, com fornecedores ou concorrentes das empresas do Grupo, se o cargo que o colaborador ocupa lhe conferir o poder de influenciar transações ou permitir acesso a informações privilegiadas. O colaborador que ocupar posições em entidades externas deve comunicar à sua chefia imediata, por escrito, que avaliará possíveis conflitos de interesse e a concorrência com o horário de trabalho. Situações que possam acarretar conflito de interesses não explicitadas no Código de Conduta devem ser informadas ao superior imediato para orientação.

8.14 Descreva as regras para o tratamento de soft dollar, tais como recebimento de presentes, cursos, viagens, etc.

Estas regras constam no Código de Conduta e MNO_730 Recebimento e Oferta de Brindes, aplicável aos colaboradores (administradores, empregados, estagiários e aprendizes) do Consolidado.

As práticas de gentileza, como recebimento de brindes, presentes e convites para eventos, só podem ser aceitos desde que não se caracterizem a obtenção de benefício em qualquer negociação e não ultrapasse o valor estabelecido em normativos.

Os colaboradores não podem aceitar ou conceder brindes, presentes e cortesias que possam ocasionar o conflito de interesse na tomada de decisão e causar prejuízo financeiro ou de reputação do Consolidado. Que configurem como troca de favores para influenciar ação para obter qualquer tipo de vantagem. Que Influenciem o resultado de uma operação contratada com o Consolidado e possa comprometer a transparência, capacidade de julgamento e imparcialidade dos colaboradores. Que possam refletir de forma negativa sobre a imagem do Consolidado ou sobre os demais envolvidos. Que sejam considerados como um excesso em termos de frequência ou que possa influenciar o comportamento do cliente e outros stakeholders. Que não sejam entregues em um endereço comercial da empresa ou que sejam através de valores monetários. Treinamentos e hospitalidades envolvendo convites para eventos com despesas custeadas por clientes, fornecedores, órgãos governamentais e outros, somente podem ser aceitos após análise e autorização da Área de Compliance e Recursos Humanos.

Objetos recebidos a título de prêmio, presentes e brindes que representem, direta ou indiretamente, distinção ou homenagem a Votorantim devem ser encaminhados à área de Marketing.

O colaborador deve informar aos profissionais terceirizados, fornecedores e clientes com as quais mantém relações em nome do Grupo Votorantim informando qual é a conduta do Grupo quanto a brindes ou presentes.

8.15 A empresa recebe comissões para alocação por investimentos em títulos e valores mobiliários distribuídos em balcão? Quais as regras? Favor tratar o assunto de rebates de taxas de administração e performance sobre fundos investidos pagos ao gestor de forma específica.

A VAM, por ser Instituição Financeira (DTVM) autorizada, somente recebe comissões por distribuição de Títulos e Valores Mobiliários quando participa oficialmente nas ofertas Públicas (ICVM 400 ou ICVM 476) e recebe rebate de Taxas de Administração e Performance quando da alocação de recursos em Fundos de terceiros ou quando da distribuição de cota de fundos que são aprovados em processo de Due Dilligence específico e que tenham contrato assinado, sendo certo ainda que o recebimento de rebates pela VAM ocorre apenas nas hipóteses autorizadas pela regulamentação.

8.16 São realizados testes periódicos para verificação de conformidade com políticas internas? Com que frequência?

Periodicamente, são realizados testes a fim de assegurar a aderência e conformidade da Votorantim Wealth Management & Services (VWM&S) aos manuais internos da Instituição (diretrizes internas). A frequência dos trabalhos é definida de acordo com a demanda ou criticidade da atividade realizada.

---

9 - Questões Jurídicas e Legais

IGEPREV
Fl. 74
Ass.

9.1 Descreva como são tratadas as questões jurídicas e legais da empresa (departamento jurídico próprio ou consultoria de terceiros)

A assessoria legal e regulatória à Votorantim Asset Management DTVM Ltda. ("Votorantim Asset") é prestada por meio de departamento jurídico corporativo, com equipe dedicada à Votorantim Asset, compreendendo pareceres jurídicos a respeito do desenvolvimento de novos produtos e manutenção dos produtos existentes, bem como a assuntos a ele relacionados ou decorrentes, incluindo a elaboração, análise e validação de contratos e demais instrumentos formais e legais, respostas a ofícios dos órgãos reguladores e entidades autorreguladoras, elaboração/revisão de atos societários de fundos administrados e/ou geridos pela Votorantim Asset e dos atos próprios da Votorantim Asset. A assessoria jurídica relacionada ao contencioso judicial e administrativo - cível e tributário – é prestada por meio de assessores jurídicos especializados externos, os quais são criteriosamente acompanhados pelos assessores do próprio departamento jurídico.

9.2 A empresa ou algum de seus dirigentes já foram punidos pela CVM ou pelo Banco Central? Se positivo, informar o número do processo.

Não houve, até a presente data, qualquer punição imposta à Instituição e/ou aos seus controladores e/ou aos gestores pelo Banco Central do Brasil ou pela Comissão de Valores Mobiliários, em decorrência de algum processo administrativo sancionador instaurado por tais entidades.

9.3 Existe algum processo contra a Empresa ou algum de seus dirigentes na CVM ou no Banco Central?

A Instituição e/ou seus controladores e/ou gestores não são parte em nenhum processo administrativo sancionador instaurado pelo Banco Central do Brasil ou pela Comissão de Valores Mobiliários.

---

10. Anexos

"A reprodução e a distribuição das Políticas Corporativas da Votorantim Finanças são terminantemente proibidas"

10.1 Resumo Profissional

☐ Sim ☐ Não

10.2 Manual de Risco

☐ Sim ☐ Não

10.3 Manuais de Marcação a Mercado

Disponível na página da VAM www.vam.com.br, menu Informações Legais\Manual de Marcação a Mercado.

10.4 Manual de Compliance

Sim, Políticas Corporativas e Normas.

10.5 Código de Ética e Conduta

☐ Sim ☐ Não

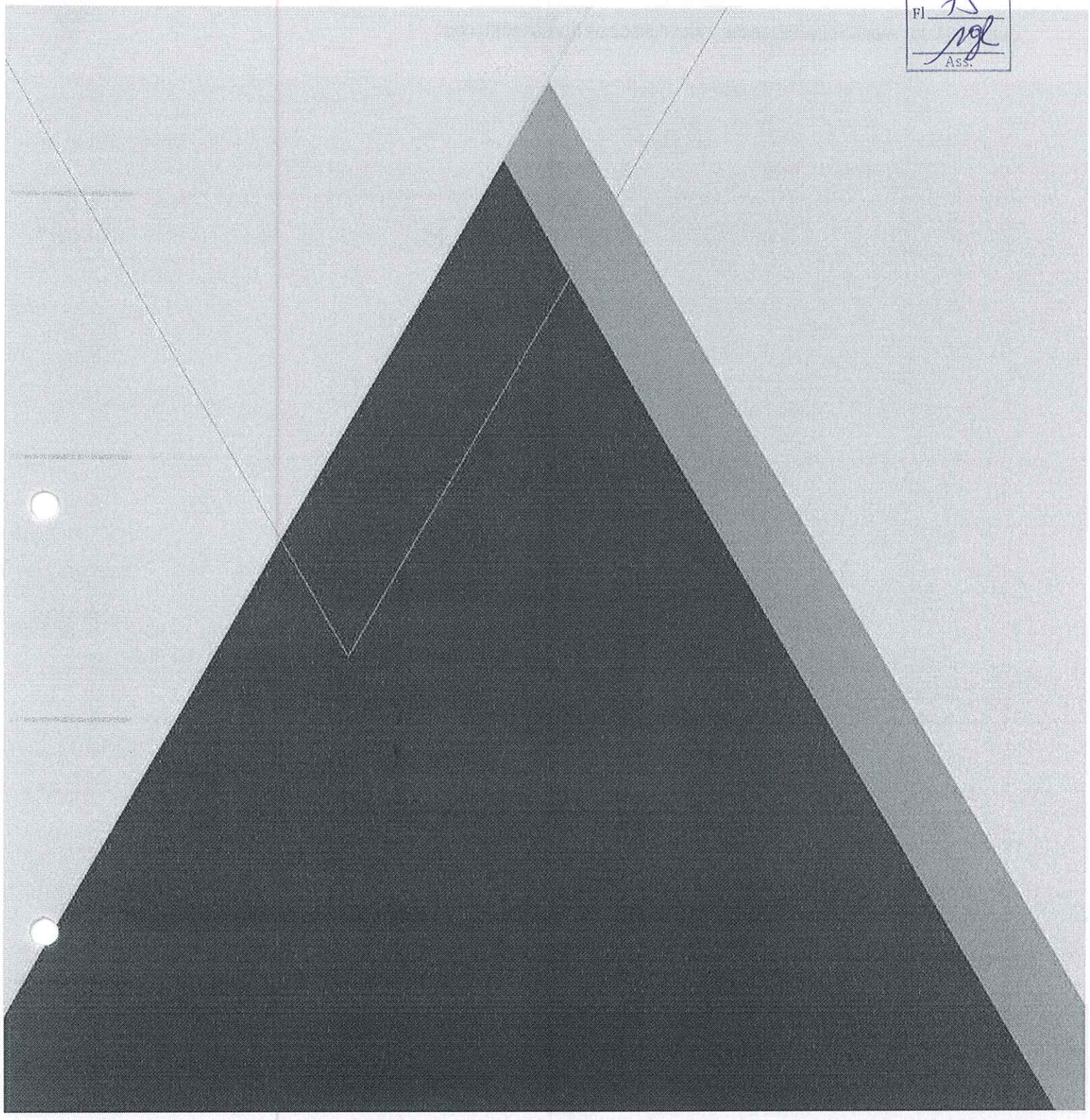
10.6 Manual de Política de Exercício de Direito de Voto (Proxy Voting)

☐ Sim ☐ Não

10.7 Relatório de Rating

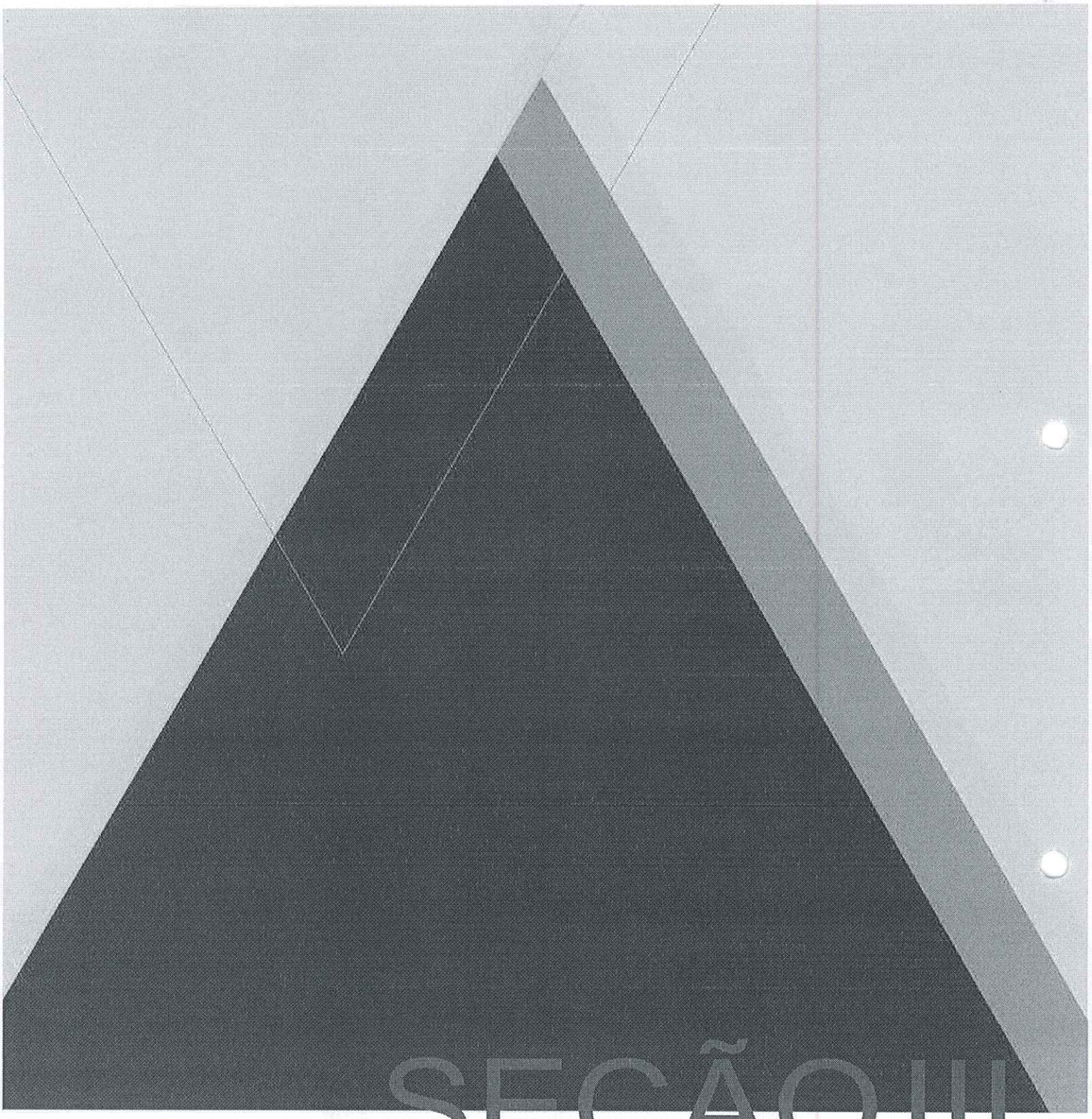
☐ Sim ☐ Não

IGEPREV
Fl 35
Ass.



SEÇÃO II

INFORMAÇÕES SOBRE FUNDOS DE INVESTIMENTO
VERIFICAR ANEXOS



SEÇÃO III

DECLARAÇÃO

IGEPREV
Fl. 76
Ass.

Declaramos que este questionário foi preenchido, revisado e assinado por pessoas devidamente autoriza- das a fazê-lo, respondendo esta instituição pela sua exatidão, veracidade e integridade da informação de todo o conteúdo prestado neste documento e de seus anexos.

Comprometemo-nos a manter todas as informações deste questionário devidamente atualizadas semes- tralmente, enviando nova versão do questionário aos distribuidores e alocadores nos meses de janeiro e julho com data base dezembro e junho, com exceção das informações contidas na Seção V - Eventos Importantes, as quais serão atualizadas e comunicadas imediatamente após a sua ocorrência.

_____ _____

Local Data

_____

Nome

SEÇÃO IV

RESUMOS PROFISSIONAIS

VotorantimAsset

IGEPREV
Fl. 27
Ass.

ROBERT JOHN VAN DIJK
DIRETOR GERAL

CPF: 040.330.638-89
Data de Nascimento: 24/03/1958

Buscando manter e ampliar a qualidade e a oferta de nossos produtos e serviços, Robert John Van Dijk foi eleito, no último dia 29/04/11, Diretor Executivo responsável pela Votorantim Wealth Management & Services, sendo esta parte da Votorantim Asset Management DTVM Ltda (CNPJ:03.384.738/0001-98). Dentre os diversos compromissos com o crescimento da empresa, destacamos a dedicação na ampliação da oferta de produtos estruturados, tais como Fundos Imobiliários (FIIs), Fundos de Investimento em Participações (FIPs) e outros, além dos já tradicionais Fundos CVM 409. Robert John Van Dijk, profissional com larga experiência nos mercados financeiro e de capitais foi escolhido, com a assessoria de uma conceituada consultoria internacional, por sua reconhecida trajetória profissional. Atuando no mercado financeiro desde 1979, ocupou diversas posições de destaque em importantes instituições, tais como Grupo Schahin Cury e Banco Bradesco, tendo ocupado nos últimos 8 anos o cargo de principal executivo da Bradesco Asset Management (BRAM).

Ao longo destes anos participou também como Diretor e Conselheiro de diversas associações ligadas ao mercado Financeiro e de Capitais, tendo sido vice-presidente do Conselho de Administração da Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA) e diretor vice-presidente da ANBIMA (Associação Nacional das Enti- dades dos Mercados Financeiro e de Capitais).

Experiência Profissional

1998 - 2009: Bradesco

2004-2009: Diretor Superintendente e Diretor Departamental da Área de Fundos e Carteiras - Bradesco Asset Management (BRAM)

Como Diretor Superintendente e Diretor Departamental da Área de Fundos e Carteiras da BRAM, maior gestora privada de recursos de terceiros do Brasil, foi responsável pela elaboração, estruturação e implementação das estratégias de crescimento, por meio do estabelecimento de parcerias de distribuição de fundos brasileiros no exterior, constituição de fundos off-shore, criação de novos produtos e aquisição de outras sociedades de administração de recursos de terceiros.

2001-2004: Diretor Superintendente – BRAM

Robert assumiu como Diretor Superintendente da BRAM em 2001, com o objetivo de implantar a fusão e incorporação do Departamento de Administração de Carteiras do Bradesco, da BTAM - Bradesco Templeton Asset Management, BCN Alliance Asset Management e Banco Espírito Santo Asset Management.

Nos dois primeiros anos que se seguiram, participou também ativamente do processo de aquisição do Deutsche Bank Investment, JP Morgan Asset Management, Banco Cidade de São Paulo Asset Management, Banco Mercantil Finasa Asset Management e Banco Bilbao Vizcaya Argentaria Asset Management.

1998-2004: Diretor Executivo - Bradesco Templeton Asset Management

O Sr. Robert assumiu o cargo de Diretor Executivo da Bradesco Templeton Asset Management com a missão de formar e estruturar esta joint venture. Atuou ainda como Diretor da BCVM-Bradesco Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários.

IGEPREV
Fl. 78
Ass.

1979 – 1999: Schahin Cury (SCC) / Banco Schahin Cury (BSC)

1993-1998: Sócio-Diretor do BSC e da SCC

1989-1993: Diretor Executivo do BSC, na área de Mercado de Capitais 1986-1989: Diretor Executivo na SCC

Atuando nas mesas de operação de Ações e Derivativos e Departamento Técnico de Ações

1984-1986: Gerente da Mesa de Operações de Ações e do Departamento Técnico de Ações, SCC 1982-1984: Gerente do Departamento Técnico de Ações na SCC

1980-1982: Analista de Investimentos na SCC 1979 – 1980: Estagiário na SCC

Participação em Associações e Entidades do Mercado de Capitais e Financeiro Brasileiro:

2009 – Atual: ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais: Presidente.

2008 – 2009: ANBID – Associação Nacional dos Bancos de Investimento: Diretor Vice-Presidente, Presidente do Conselho de Auto-Regulação para a Indústria de Fundos e Presidente do Comitê de Produtos e Serviços. 2007 – 2009: ANDIMA – Associação Nacional das Instituições do Mercado Financeiro: Diretor e responsável pelo Comitê de Novos Produtos.

2007 – 2009: ADEVAL – Associação das Empresas Distribuidora de Valores: Membro do Conselho Consultivo

2006 – 2009: AMEC – Associação de Investidores no Mercado De Capitais: Diretor

2003 – 2009: APIMEC – Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais: Membro do Comitê de Ética

1990 – 1999: BOVESPA – Bolsa de Valores de São Paulo

1996-1999: Membro do Conselho de Administração

1992-1994: Vice-Presidente do Conselho de Administração 1990/1991: Membro do Conselho de Administração

1989 – 1996: BM&F – Bolsa de Mercadorias e Futuros: Membro do Conselho de Administração 1993 – 1997: ANCOR – Associação Nacional das Corretoras de Valores: Diretor

1994 – 1997: ABBC – Associação Brasileira de Bancos Comerciais e Múltiplos: Diretor

---

Formação Acadêmica :

1982- MBA em Finanças pela FGV São Paulo;

1981- CEAG – Curso de Especialização em Administração de Empresas pela FGV;

1981- Graduado em Administração de Empresas pela FGV São Paulo.

IGEPREV
Fl. 78
Ass.

REINALDO HOLANDA DE LACERDA
E-mail (opcional):
Data de Nascimento:

Experiência Profissional	
Instituição Atual	
Cargo	Diretor
Data em que assumiu o cargo atual	mar/14
Data em que passou a fazer parte do atual departamento	set/05
Data de entrada (mês/ano)	set/05
Instituição 1	
Nome	Superintendente de Produtos
Cargo	ago/06
Data de entrada (mês/ano)	ago/06
Data de saída (mês/ano)	set/2005
Instituição 2	
Nome	Santander
Cargo	
Data de entrada (mês/ano)	
Data de saída (mês/ano)	
Instituição 3	
Nome	BankBoston
Cargo	
Data de entrada (mês/ano)	
Data de saída (mês/ano)	
Instituição 4	
Nome	
Cargo	
Data de entrada (mês/ano)	
Data de saída (mês/ano)	
Instituição 5	
Nome	
Cargo	
Data de entrada (mês/ano)	
Data de saída (mês/ano)	

Cargos ocupados em Entidades de Classe	
Entidade	
Cargo	
Período	
Entidade	
Cargo	
Período	
Formação	
Graduação	
Curso	Engenharia Mecânica
Instituição	Poli-USP
Data da conclusão (mês/ano)	
Pós Graduação	
Curso	Finanças
Instituição	FGV
Data da conclusão (mês/ano)	
Mestrado	
Curso	
Instituição	
Data da conclusão (mês/ano)	
Doutorado	
Curso	
Instituição	
Data da conclusão (mês/ano)	
Certificação profissional	
Título	CGA
Órgão Certificador	ANBIMA
Título	CPA-20
Órgão Certificador	ANBIMA
Comentários adicionais	

IGEPREV
Fl. 80
Ass.

LUIZ ARMANDO MONTEIRO SEDRANI
E-mail (opcional):
Data de Nascimento:

Experiência Profissional	
Instituição Atual	
Cargo	Gerente Executivo
Data em que assumiu o cargo atual	
Data em que passou a fazer parte do atual departamento	
Data de entrada (mês/ano)	Jul/2013
Instituição 1	
Nome	Banco Votorantim
Cargo	
Data de entrada (mês/ano)	
Data de saída (mês/ano)	
Instituição 2	
Nome	Banco Pine
Cargo	Superintendente
Data de entrada (mês/ano)	08/12
Data de saída (mês/ano)	05/13
Instituição 3	
Nome	
Cargo	
Data de entrada (mês/ano)	
Data de saída (mês/ano)	
Instituição 4	
Nome	
Cargo	
Data de entrada (mês/ano)	
Data de saída (mês/ano)	
Instituição 5	
Nome	
Cargo	
Data de entrada (mês/ano)	
Data de saída (mês/ano)	

Cargos ocupados em Entidades de Classe	
Entidade	
Cargo	
Período	
Entidade	
Cargo	
Período	
Formação	
Graduação	
Curso	Engenharia Mecânica
Instituição	Poli-USP
Data da conclusão (mês/ano)	12/95
Pós Graduação	
Curso	Finanças
Instituição	FGV
Data da conclusão (mês/ano)	
Mestrado	
Curso	
Instituição	
Data da conclusão (mês/ano)	
Doutorado	
Curso	
Instituição	
Data da conclusão (mês/ano)	
Certificação profissional	
Título	CGA
Órgão Certificador	ANBIMA
Título	CPA-20
Órgão Certificador	ANBIMA
Comentários adicionais	

IGEPREV
Fl. 81
Ass.

MARIO OKAZUKA JUNIOR
E-mail (opcional):
Data de Nascimento:

Experiência Profissional	
Instituição Atual	
Cargo	Gerente de Produtos
Data em que assumiu o cargo atual	07/13
Data em que passou a fazer parte do atual departamento	
Data de entrada (mês/ano)	04/11
Instituição 1	
Nome	Itaú Unibanco
Cargo	Analista
Data de entrada (mês/ano)	11/05
Data de saída (mês/ano)	03/11
Instituição 2	
Nome	Logic way
Cargo	Analista de sistema
Data de entrada (mês/ano)	06/02
Data de saída (mês/ano)	07/03
Instituição 3	
Nome	
Cargo	
Data de entrada (mês/ano)	
Data de saída (mês/ano)	
Instituição 4	
Nome	
Cargo	
Data de entrada (mês/ano)	
Data de saída (mês/ano)	
Instituição 5	
Nome	
Cargo	
Data de entrada (mês/ano)	
Data de saída (mês/ano)	

Cargos ocupados em Entidades de Classe	
Entidade	
Cargo	
Período	
Entidade	
Cargo	
Período	
Formação	
Graduação	
Curso	Relações Internacionais
Instituição	USP
Data da conclusão (mês/ano)	12/05
Graduação	
Curso	Direito
Instituição	USP
Data da conclusão (mês/ano)	12/10
Pós Graduação	
Curso	Finanças
Instituição	FGV
Data da conclusão (mês/ano)	12/14
Mestrado	
Curso	
Instituição	
Data da conclusão (mês/ano)	
Doutorado	
Curso	
Instituição	
Data da conclusão (mês/ano)	
Certificação profissional	
Título	CGA
Órgão Certificador	ANBIMA
Título	CPA-20
Órgão Certificador	ANBIMA
Comentários adicionais	

IGEPREV
Fl. 82
Ass.

MARCOS LANFRANCHI DE CALLIS
E-mail (opcional): marcos.decallis@votorantimpb.com.br
Data de Nascimento: 20/03/1964

Experiência Profissional	
Instituição Atual	
Cargo	Superintendente de Estratégia e Gestão
Data em que assumiu o cargo atual	Novembro de 2016
Data em que passou a fazer parte do atual departamento	Novembro de 2016
Data de entrada (mês/ano)	08/04/2014
Instituição 1	
Nome	Schroders Asset Management Brasil
Cargo	Diretor de Investimentos
Data de entrada (mês/ano)	04/2007
Data de saída (mês/ano)	12/2013
Instituição 2	
Nome	Itau Corretora S.A.
Cargo	Diretor Vice Presidente de Estratégia e Pesquisa de Investimento CCTVM
Data de entrada (mês/ano)	07/2005
Data de saída (mês/ano)	08/2006
Instituição 3	
Nome	Banco HSBC Brasil
Cargo	Diretor de Investimentos
Data de entrada (mês/ano)	03/2001
Data de saída (mês/ano)	0/7/2005
Instituição 4	
Nome	Banco CCF Brasil (comprado pelo HSBC)
Cargo	Superintendente de Estratégia
Data de entrada (mês/ano)	04/1996
Data de saída (mês/ano)	03/2001
Instituição 5	
Nome	Citibank N/A
Cargo	Vice Presidente
Data de entrada (mês/ano)	01/1987
Data de saída (mês/ano)	04/1996

Cargos ocupados em Entidades de Classe	
Entidade	CFA Society Brasil
Cargo	Presidente Comite de Advocacy
Período	2014-2016
Entidade	ANBIMA
Cargo	Membro de Comites e GTs
Período	2001 a 2005 e 2007 a 2013
Formação	
Graduação	
Curso	Engenharia de Produção
Instituição	Escola Politécnica da USP
Data da conclusão (mês/ano)	12/1986
Pós Graduação	
Curso	CEAG
Instituição	FGV - SP
Data da conclusão (mês/ano)	07/1989
Mestrado	
Curso	MBA Finanças
Instituição	UCLA
Data da conclusão (mês/ano)	06/1992
Doutorado	
Curso	
Instituição	
Data da conclusão (mês/ano)	
Certificação profissional	
Título	Chartered Financial Analist
Órgão Certificador	CFA Institute
Título	CGA
Órgão Certificador	ANBIMA
Comentários adicionais	

IGEPREV
Fl. 83
Ass.

ROBERTO ELAIUY
E-mail (opcional): Roberto.elaiuy@vam.com.br
Data de Nascimento: 04/11/1982

Experiência Profissional	
Instituição Atual	
Cargo	Gestor Fundos Renda Fixa Sênior
Data em que assumiu o cargo atual	mar/2013
Data em que passou a fazer parte do atual departamento	abr/2010
Data de entrada (mês/ano)	abr/2010
Instituição 1	
Nome	Banco de Tokyo Mitsubishi UFJ
Cargo	Gestor de Fundos
Data de entrada (mês/ano)	08/07
Data de saída (mês/ano)	12/09
Instituição 2	
Nome	Banco GMAC
Cargo	Analista Financeiro Senior
Data de entrada (mês/ano)	08/06
Data de saída (mês/ano)	08/07
Instituição 3	
Nome	ABN AMRO Asset Management
Cargo	Analista de Produtos
Data de entrada (mês/ano)	08/03
Data de saída (mês/ano)	04/06
Instituição 4	
Nome	
Cargo	
Data de entrada (mês/ano)	
Data de saída (mês/ano)	
Instituição 5	
Nome	
Cargo	
Data de entrada (mês/ano)	
Data de saída (mês/ano)	

Cargos ocupados em Entidades de Classe	
Entidade	
Cargo	
Período	
Entidade	
Cargo	
Período	
Formação	
Graduação	
Curso	Administração de Empresas
Instituição	Mackenzie
Data da conclusão (mês/ano)	12/04
Pós Graduação	
Curso	MBA – Finanças
Instituição	FGV
Data da conclusão (mês/ano)	12/09
Mestrado	
Curso	
Instituição	
Data da conclusão (mês/ano)	
Doutorado	
Curso	
Instituição	
Data da conclusão (mês/ano)	
Certificação profissional	
Título	CGA
Órgão Certificador	ANBIMA
Título	
Órgão Certificador	
Comentários adicionais	

IGEPREV
Fl. 84
Ass.

ANTONIO NAVATTA CABRERA
E-mail (opcional):
Data de Nascimento:

Experiência Profissional	
Instituição Atual	
Cargo	Gerente Executivo
Data em que assumiu o cargo atual	
Data em que passou a fazer parte do atual departamento	
Data de entrada (mês/ano)	Jun/2003
Instituição 1	
Nome	JPMorgan Fleming Asset Management
Cargo	Gerente de Produtos
Data de entrada (mês/ano)	
Data de saída (mês/ano)	
Instituição 2	
Nome	Banco CCF Brasil (CCF Brain)
Cargo	Gerente
Data de entrada (mês/ano)	
Data de saída (mês/ano)	
Instituição 3	
Nome	
Cargo	
Data de entrada (mês/ano)	
Data de saída (mês/ano)	
Instituição 4	
Nome	
Cargo	
Data de entrada (mês/ano)	
Data de saída (mês/ano)	
Instituição 5	
Nome	
Cargo	
Data de entrada (mês/ano)	
Data de saída (mês/ano)	

Cargos ocupados em Entidades de Classe	
Entidade	
Cargo	
Período	
Entidade	
Cargo	
Período	
Formação	
Graduação	
Curso	Curso Administração de Empresas
Instituição	FGV
Data da conclusão (mês/ano)	
Pós Graduação	
Curso	CEAG
Instituição	FGV
Data da conclusão (mês/ano)	
Mestrado	
Curso	
Instituição	
Data da conclusão (mês/ano)	
Doutorado	
Curso	
Instituição	
Data da conclusão (mês/ano)	
Certificação profissional	
Título	CFP
Órgão Certificador	IBCPF
Título	CPA-20
Órgão Certificador	ANBIMA
Comentários adicionais	

IGEPREV
Fl. 85
Ass.

FABIANA LUCIO BARBO
E-mail (opcional): fabiana.barbo@vam.com.br
Data de Nascimento: 15/02/1992

Experiência Profissional	
Instituição Atual	
Cargo	Analista de Fundos Renda Fixa
Data em que assumiu o cargo atual	08/08/2017
Data em que passou a fazer parte do atual departamento	08/08/2017
Data de entrada (mês/ano)	23/09/2015
Instituição 1	
Nome	Itaú Unibanco
Cargo	Analista de planejamento estratégico
Data de entrada (mês/ano)	19/02/2012
Data de saída (mês/ano)	18/09/2015
Instituição 2	
Nome	
Cargo	
Data de entrada (mês/ano)	
Data de saída (mês/ano)	
Instituição 3	
Nome	
Cargo	
Data de entrada (mês/ano)	
Data de saída (mês/ano)	
Instituição 4	
Nome	
Cargo	
Data de entrada (mês/ano)	
Data de saída (mês/ano)	
Instituição 5	
Nome	
Cargo	
Data de entrada (mês/ano)	
Data de saída (mês/ano)	

Cargos ocupados em Entidades de Classe	
Entidade	
Cargo	
Período	
Entidade	
Cargo	
Período	
Formação	
Graduação	
Curso	Ciências Econômicas
Instituição	PUC-SP
Data da conclusão (mês/ano)	06/2016
Pós Graduação	
Curso	
Instituição	
Data da conclusão (mês/ano)	
Mestrado	
Curso	
Instituição	
Data da conclusão (mês/ano)	
Doutorado	
Curso	
Instituição	
Data da conclusão (mês/ano)	
Certificação profissional	
Título	
Órgão Certificador	
Título	
Órgão Certificador	
Comentários adicionais	

IGEPREV
Fl. 86
Ass.

GUSTAVO SIMÕES SANGIRARDI SILVA
E-mail (opcional): gustavo.sangirardi@votorantimwm.com.br
Data de Nascimento: 07/07/1987

Experiência Profissional	
Instituição Atual	
Cargo	Gestor de Portfolios
Data em que assumiu o cargo atual	02/2017
Data em que passou a fazer parte do atual departamento	02/2017
Data de entrada (mês/ano)	07/2012
Instituição 1	
Nome	Planner Investimentos
Cargo	Analista de Fundos
Data de entrada (mês/ano)	05/2010
Data de saída (mês/ano)	07/2012
Instituição 2	
Nome	
Cargo	
Data de entrada (mês/ano)	
Data de saída (mês/ano)	
Instituição 3	
Nome	
Cargo	
Data de entrada (mês/ano)	
Data de saída (mês/ano)	
Instituição 4	
Nome	
Cargo	
Data de entrada (mês/ano)	
Data de saída (mês/ano)	
Instituição 5	
Nome	
Cargo	
Data de entrada (mês/ano)	
Data de saída (mês/ano)	

Cargos ocupados em Entidades de Classe	
Entidade	
Cargo	
Período	
Entidade	
Cargo	
Período	
Formação	
Graduação	
Curso	
Instituição	
Data da conclusão (mês/ano)	
Pós Graduação	
Curso	
Instituição	
Data da conclusão (mês/ano)	
Mestrado	
Curso	
Instituição	
Data da conclusão (mês/ano)	
Doutorado	
Curso	
Instituição	
Data da conclusão (mês/ano)	
Certificação profissional	
Título	
Órgão Certificador	
Título	
Órgão Certificador	
Comentários adicionais	

IGEPREV
Fl 87
Ass.

BRUNO FRANZON BARABAN
E-mail (opcional): bruno.franzon@votorantimpb.com.br
Data de Nascimento: 02/03/1987

Experiência Profissional	
Instituição Atual	
Cargo	Analista de Fundo de Fundos
Data em que assumiu o cargo atual	10/2013
Data em que passou a fazer parte do atual departamento	10/2013
Data de entrada (mês/ano)	01/2012
Instituição 1	
Nome	Votorantim Asset Management
Cargo	Analista de Qualidade
Data de entrada (mês/ano)	10/2010
Data de saída (mês/ano)	-
Instituição 2	
Nome	Nextel Telecomunicações
Cargo	Estágio – Analista de Qualidade
Data de entrada (mês/ano)	07/2010
Data de saída (mês/ano)	10/2008
Instituição 3	
Nome	
Cargo	
Data de entrada (mês/ano)	
Data de saída (mês/ano)	
Instituição 4	
Nome	
Cargo	
Data de entrada (mês/ano)	
Data de saída (mês/ano)	
Instituição 5	
Nome	
Cargo	
Data de entrada (mês/ano)	
Data de saída (mês/ano)	

Cargos ocupados em Entidades de Classe	
Entidade	
Cargo	
Período	
Entidade	
Cargo	
Período	
Formação	
Graduação	
Curso	Administração de Empresas
Instituição	Universidade Presbiteriana Mackenzie –SP
Data da conclusão (mês/ano)	12/2011
Pós Graduação	
Curso	Certificate in Financial Management
Instituição	Insper – SP
Data da conclusão (mês/ano)	12/2015
Mestrado	
Curso	
Instituição	
Data da conclusão (mês/ano)	
Doutorado	
Curso	
Instituição	
Data da conclusão (mês/ano)	
Certificação profissional	
Título	CPA – 20
Órgão Certificador	Anbima
Título	
Órgão Certificador	
Comentários adicionais	

IGEPREV
Fl. 88
Ass.

DENIS OMATI
E-mail (opcional): denis.omati@votorantimpb.com.br
Data de Nascimento: 06/08/1983

Experiência Profissional	
Instituição Atual	
Cargo	Gerente de Investimentos
Data em que assumiu o cargo atual	Março/2014
Data em que passou a fazer parte do atual departamento	Fevereiro/2011
Data de entrada (mês/ano)	Fevereiro/2011
Instituição 1	
Nome	Banco Santander
Cargo	Gerente de Produtos – Fundo de Fundos
Data de entrada (mês/ano)	Julho/2007
Data de saída (mês/ano)	Fevereiro/2011
Instituição 2	
Nome	
Cargo	
Data de entrada (mês/ano)	
Data de saída (mês/ano)	
Instituição 3	
Nome	
Cargo	
Data de entrada (mês/ano)	
Data de saída (mês/ano)	
Instituição 4	
Nome	
Cargo	
Data de entrada (mês/ano)	
Data de saída (mês/ano)	
Instituição 5	
Nome	
Cargo	
Data de entrada (mês/ano)	
Data de saída (mês/ano)	

Entidade	
Cargo	
Período	
Entidade	
Cargo	
Período	
Formação	
Graduação	
Curso	Economia
Instituição	Insper
Data da conclusão (mês/ano)	Julho/2007
Pós Graduação	
Curso	Pós em Finanças
Instituição	Insper
Data da conclusão (mês/ano)	Dezembro/2011
Mestrado	
Curso	
Instituição	
Data da conclusão (mês/ano)	
Doutorado	
Curso	
Instituição	
Data da conclusão (mês/ano)	
Certificação profissional	
Título	
Órgão Certificador	
Título	
Órgão Certificador	
Comentários adicionais	

IGEPREV
Fl. 89
Ass.

ISABELA KAMIJO FUKASE
E-mail (opcional): Isabelakf@hotmail.com
Data de Nascimento: 04/04/1992

Experiência Profissional	
Instituição Atual	
Cargo	Analista Fundos RF e MM
Data em que assumiu o cargo atual	22/12/2015
Data em que passou a fazer parte do atual departamento	01/07/2014
Data de entrada (mês/ano)	02/12/2013
Instituição 1	
Nome	NEO INVESTIMENTOS
Cargo	Estágio Risco de Mercado
Data de entrada (mês/ano)	02/01/2013
Data de saída (mês/ano)	29/12/2013
Instituição 2	
Nome	Votorantim Asset Management
Cargo	Estágio Produtos Asset
Data de entrada (mês/ano)	02/12/2013
Data de saída (mês/ano)	30/06/2014
Instituição 3	
Nome	Votorantim Asset Management
Cargo	Estágio Gestão Fundos Exclusivos e RF
Data de entrada (mês/ano)	01/07/2014
Data de saída (mês/ano)	02/12/2015
Instituição 4	
Nome	
Cargo	
Data de entrada (mês/ano)	
Data de saída (mês/ano)	
Instituição 5	
Nome	
Cargo	
Data de entrada (mês/ano)	
Data de saída (mês/ano)	

Cargos ocupados em Entidades de Classe	
Entidade	
Cargo	
Período	
Entidade	
Cargo	
Período	
Formação	
Graduação	
Curso	Engenharia de Produção
Instituição	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
Data da conclusão (mês/ano)	30/06/2016
Pós Graduação	
Curso	
Instituição	
Data da conclusão (mês/ano)	
Mestrado	
Curso	
Instituição	
Data da conclusão (mês/ano)	
Doutorado	
Curso	
Instituição	
Data da conclusão (mês/ano)	
Certificação profissional	
Título	
Órgão Certificador	
Título	
Órgão Certificador	
Comentários adicionais	

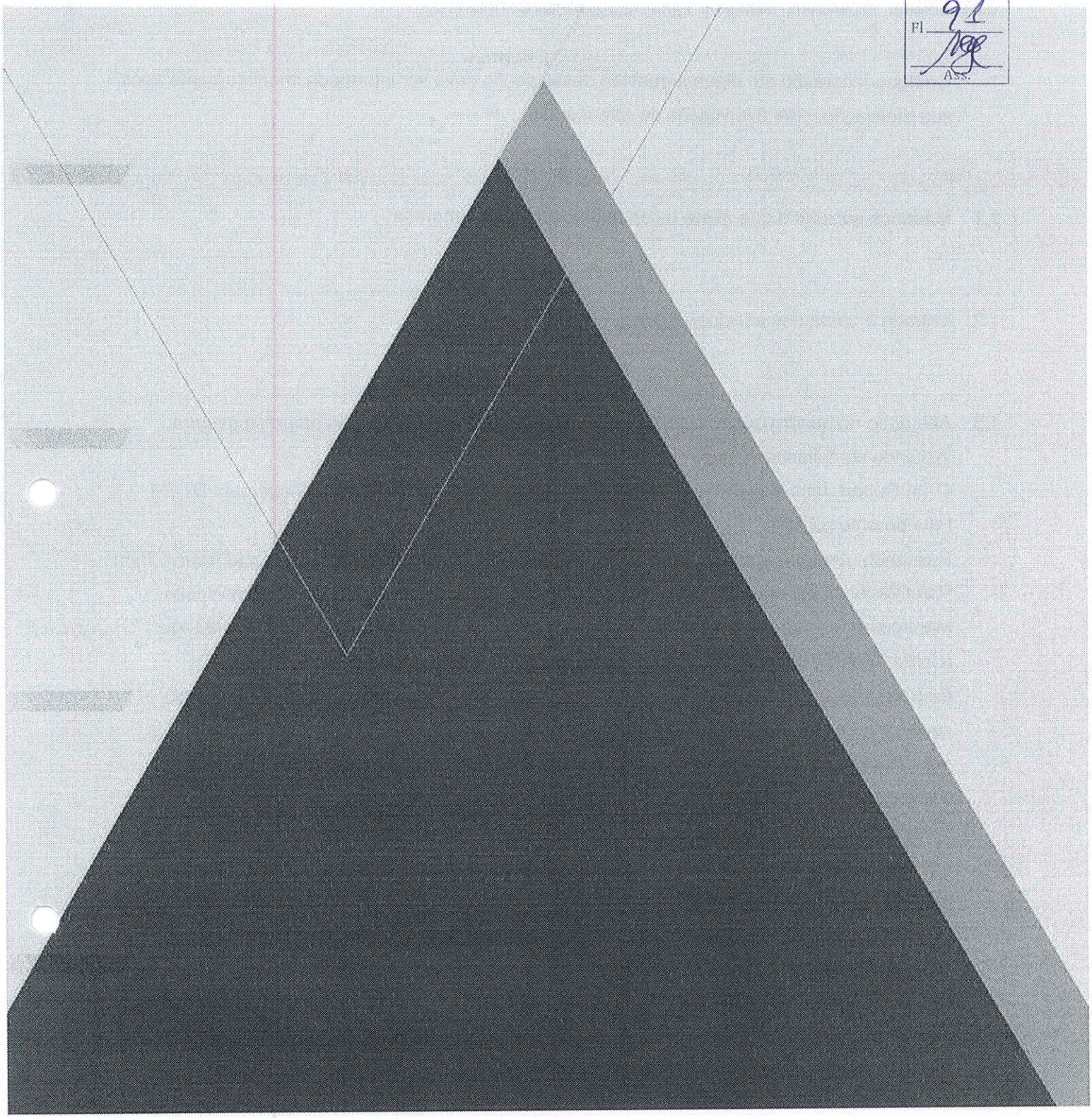
IGEPREV
Fl 90
Ass.

MAURICIO DE SOUSA FERRAZ
E-mail (opcional): MAURICIO.FERRAZ@VAM.COM.BR
Data de Nascimento: 17/01/1982

Experiência Profissional	
Instituição Atual	
Cargo	GESTOR SR RENDA FIXA
Data em que assumiu o cargo atual	13/06/2017
Data em que passou a fazer parte do atual departamento	13/06/2017
Data de entrada (mês/ano)	06/2017
Instituição 1	
Nome	BANCO PAN
Cargo	GERENTE TESOURARIA
Data de entrada (mês/ano)	10/2013
Data de saída (mês/ano)	06/2017
Instituição 2	
Nome	BROOKFIELD GESTÃO DE ATIVOS
Cargo	GESTRO SR QUANTITATIVO
Data de entrada (mês/ano)	05/2007
Data de saída (mês/ano)	11/2012
Instituição 3	
Nome	
Cargo	
Data de entrada (mês/ano)	
Data de saída (mês/ano)	
Instituição 4	
Nome	
Cargo	
Data de entrada (mês/ano)	
Data de saída (mês/ano)	
Instituição 5	
Nome	
Cargo	
Data de entrada (mês/ano)	
Data de saída (mês/ano)	

Cargos ocupados em Entidades de Classe	
Entidade	
Cargo	
Período	
Entidade	
Cargo	
Período	
Formação	
Graduação	
Curso	ENGENHARIA DE PRODUÇÃO
Instituição	UFRJ
Data da conclusão (mês/ano)	12/2006
Pós Graduação	
Curso	
Instituição	
Data da conclusão (mês/ano)	
Mestrado	
Curso	FINANÇAS E ECONOMIA EMPRESARIAL
Instituição	FGV
Data da conclusão (mês/ano)	07/2009
Doutorado	
Curso	
Instituição	
Data da conclusão (mês/ano)	
Certificação profissional	
Título	CHARTERED FINANCIAL ANALYST
Órgão Certificador	CFA
Título	
Órgão Certificador	
Comentários adicionais	

IGEPREV
Fl. 91
Ass.



SEÇÃO V

EVENTOS IMPORTANTES

1 Qualquer alteração em alguma questão dessa seção deve ser informada imediatamente após sua efetivação, com a indicação da referida data.

...

1.1 Mudança societária que altere o controle acionário da empresa

...

1.2 Entrada e saída dos principais sócios.

...

1.3 Alteração no quadro de profissionais responsáveis pelas atividades da empresa gestora, incluindo compliance e risco.

O Sr. Robert John Van Dijk é o Diretor Executivo da Votorantim Asset Management DTVM Ltda perante a CVM.

Buscando manter e ampliar a qualidade e a oferta de nossos produtos e serviços, Robert John Van Dijk foi eleito, em 29/04/2011, Diretor Executivo responsável pela Votorantim Wealth Management & Services, sendo esta parte da Votorantim Asset Management DTVM Ltda (CNPJ:03.384.738/0001-98). Dentre os diversos compromissos com o crescimento da empresa, destacamos a dedicação na ampliação da oferta de produtos estruturados, tais como: Fundos Imobiliários (FIIs), Fundos de Investimento em Participações (FIPs) e outros, além dos já tradicionais Fundos CVM 409. Robert John Van Dijk, profissional com larga experiência nos mercados financeiro e de capitais foi escolhido, com a assessoria de uma conceituada consultoria internacional, por sua reconhecida trajetória profissional. Atuando no mercado financeiro desde 1979, ocupou diversas posições de destaque em importantes instituições, tais como Grupo Schahin Cury e Banco Bradesco, tendo ocupado nos últimos 8 anos o cargo de principal executivo da Bradesco Asset Management (BRAM).

Ao longo destes anos, participou também como Diretor e Conselheiro de diversas associações ligadas ao mercado Financeiro e de Capitais, tendo sido vice-presidente do Conselho de Administração da Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA) e diretor vice-presidente da ANBIMA (Associação Nacional das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais).

1.4 Alteração de prestadores de serviço dos fundos geridos: Administrador, Custodiante e Auditor.

...

1.5 Alteração de dados de contato.

...

IGEPREV
Fl. 92
Ass.

1.6 Alteração nas condições de aplicação e resgate do fundo.

...

1.7 Alteração da classificação tributária.

...

1.8 Alteração de limites de risco dos fundos.

...

2 Alterações desde a última atualização.

...

2.1 Data da última atualização.

...

2.2 Quais foram os fatos relevantes da empresa gestora desde a última atualização?

...

2.3 Liste os itens alterados desde a última atualização do questionário.

...

Disclaimer: O presente questionário é estritamente confidencial e entregue exclusivamente para uso interno de V.Sas., com a finalidade de avaliação do relacionamento comercial mantido entre V.Sas. e a Votorantim Asset Management Ltda. Este questionário não poderá ser divulgado, comentado ou copiado, no todo ou em parte, sem o nosso prévio e expresso consentimento por escrito. Qualquer divulgação ou utilização das informações contidas nesse formulário, além da expressamente permitida pela Votorantim Asset Management Ltda., será considerada ilegal, e ensejará o pagamento por V.Sas. de todas as perdas e danos sofridos pela Votorantim Asset Management DTVM Ltda., além das demais sanções legais cabíveis.

IGEPREV
Fl. 93
Ass.

Seção II - Informações sobre o Fundo de Investimento

1 - Informações Gerais/Cadastrais

1.1	Nome Fundo de Investimento Votorantim Eagle Multimercado Crédito Privado
1.2	CNPJ 00.836.263/0001-35
1.3	Data de início Data da primeira cota 01/03/2007
1.4	Classificação CVM Multimercado
1.5	Classificação ANBIMA Multimercados Juros e Moedas
1.6	Código ANBIMA 180734
1.7	Classificação tributária (CP/LP/Ações) LP
1.8	Público alvo Investidores que procurem fundos de investimento multimercados moderados, que visem a superação, no longo prazo, da Taxa DI "Over" (CDI).
1.9	O Regulamento prevê, explicitamente, adequação à Resolução nº 3.792, do CMN? Sim
1.10	Exclusivo para Investidor qualificado? Não
1.11	Conta Corrente (banco, agência, nº) Banco: 655 Agência: 0001-9 Conta: 000.620.001-2
1.12	Conta CETIP (nº) 04357844-1
1.13	Administração (Indique contato para informações). Votorantim Asset Management DTVM Ltda. Para informações favor contatar nossa área comercial (Vide Informações sobre a Empresa questão 1.13)
1.14	Custódia (Indique contato para informações). Citibank DTVM S/A. Para informações favor contatar nossa área comercial (Vide Informações sobre a Empresa questão 1.13)
1.15	Controladoria (Indique contato para informações). De ativos:Citibank DTVM S/A. De passivos:Back-Office Votorantim Asset Para informações favor contatar nossa área comercial (Vide Informações sobre a Empresa questão 1.13)
1.16	Auditoria externa (Indique contato para informações). Ernest Young Auditores Independentes Para informações favor contatar nossa área comercial (Vide Informações sobre a Empresa questão 1.13)
1.17	Cotização: abertura ou fechamento? Fechamento
1.18	Regras para aplicação e resgate.

Aplicação (datas, horários, cotização e liquidação)	D0 FECHAMENTO. Horário de movimentação até 15:00 h
Carência/Tempo mínimo para permanência (lock-up period) e eventuais penalidades para resgates antes do término desse período.	NÃO

Resgate (datas, horários, cotização e liquidação)	D+0 FECHAMENTO / D+1. Horário de movimentação até 15:00 h
Aplicação inicial mínima	R$ 1.000,00
Aplicação máxima por cotista	Não há
Aplicação adicional mínima	R$ 1.000,00
Resgate Mínimo	R$ 1.000,00

1.19 Taxa de Entrada (upfront fee)

Não há

1.20 Taxa de Saída (redemption fee)

Não há

1.21 Taxa de Administração

0,50% a.a.

1.22 Taxa de Administração máxima

Não há

1.23 Taxa de Performance

%	20%
Benchmark	CDI
Freqüência	SEMESTRAL
Linha-d'água	100 % CDI

1.24 Qual o custo total estimado do Fundo (em percentual do PL), excluindo-se as taxas de Administração e de Performance?

0,07%

1.25 Quais as regras de rebate de taxas para distribuidores/alocadores?

Cada contrato é tratado individualmente e as regras de pagamento de rebates para distribuidores levam em consideração o pacote de fundos negociados, as taxas individuais de cada fundo, o volume alocado na VAM e os serviços envolvidos.

Os rebates são calculados de acordo com as taxas de administração e performance dos fundos. O software utilizado para cálculo de rebates é o PGF-A. O sistema PGF-A é um Software de apoio as atividades da Asset, foi desenvolvido internamente pela equipe de desenvolvimento da Votorantim Sistemas.

O período de apuração da taxa de administração é mensal, com encerramento todo último dia útil de cada mês. A taxa será provisionada diariamente adotando-se o critério 1/252 "pro-rata" dias úteis, linear do ano em vigor, e cobrada mensalmente, até o 5º dia útil do mês subseqüente.

O critério utilizado para a apuração Taxa de Performance segue a seguinte regra (período válido na linha. d'água): x% sobre o que exceder y% do benchmark, calculada pelo sistema Drive – Parâmetro do Cadastro PCA = Compensa Bônus Negativo.

O período de apuração da taxa de performance é semestral, com encerramento nas datas: 30 de junho e 31 de dezembro. Para o cálculo da taxa de performance é utilizado o rendimento do Fundo, líquido da taxa de administração e gestão anual das despesas incorridas pelo Fundo no período de apuração da performance. Somente será devida taxa de performance se o rendimento do FUNDO no período de apuração da mesma, calculado de acordo com o descrito acima, for superior à variação da Taxa DI.

É vedada a cobrança de performance quando o valor da cota do Fundo for inferior ao seu valor por ocasião da última cobrança efetuada. A taxa será provisionada diariamente adotando-se o critério "pro-rata" dias úteis do ano em vigor e cobrada semestralmente, até o 5º dia útil do mês subseqüente.

1.26 Há algum consultor ou prestador de serviço (exceto administração, custódia e auditoria externa) contratado diretamente pelo Fundo?

O fundo contrata o serviço terceirizado para pesquisa de convocações de assembléias gerais de acionistas e debenturistas, se e/ou quando necessário.

2 - Informações Qualitativas

2.1 Perfil

2.1.1 Descreva o Fundo no que tange à estratégia, ao objetivo de rentabilidade e à política de investimento.

O FUNDO busca superar, no longo prazo, a Taxa DI "over" (CDI), explorando as oportunidades de negócios nas diferentes modalidades de renda fixa, crédito privado

IGEPREV
Fl 94
Ass.

	e câmbio. O FUNDO observa às vedações estabelecidas na Resolução CMN nº 3.792, referente às normas que estabelecem as diretrizes pertinentes à aplicação dos recursos dos planos de benefícios das entidades fechadas de previdência complementar
2.1.2	Descreva as alterações significativas na estratégia ou na política de investimento no histórico do Fundo. Não houve.
2.1.3	Peer Group: Cite três dos principais fundos concorrentes e o seu diferencial estratégico do Fundo ou do estilo de gestão. Para a análise da concorrência, os Fundos que possuem a mesma estratégia do FI Votorantim Eagle são separados em grupos e comparados. Estes grupos são definidos após análise dos dados estatísticos e objetivos de cada Fundo. Os grupos são revisados a cada 3 meses, podendo ocorrer uma revisão individual em antecedência, caso um Fundo apresente uma mudança muito significativa no período. Os principais diferenciais estratégicos em relação à concorrência são a expertise e continuo investimento na equipe de gestão, disciplina em todo o processo de investimento, transparência com os clientes e foco no controle de risco através de modernas ferramentas. Estes diferenciais foram reconhecidos pelo mercado através das premiações mencionadas na questão abaixo.
2.1.4	Cite as premiações, ratings e rankings Premiações: 2016: Prêmio "Fundo Quatro Estrelas" na categoria Multimercados da Revista Valor Investe – Standard & Poor´s. 2012: Prêmio "Melhores Fundos para Institucionais" na categoria na categoria Juros e Moedas pelo ranking Fundos Excelentes da Revista Investidor Institucional. 2011: Prêmio "Melhores Fundos para Institucionais" na categoria na categoria Juros e Moedas pelo ranking Fundos Excelentes da Revista Investidor Institucional. 2010: Prêmio "Guia dos Melhores Fundos de 2010" pela revista Isto É Dinheiro. Prêmio "Melhores Fundos para Institucionais" na categoria Multimercado pelo ranking Fundos Excelentes da Revista Investidor Institucional. 2004 / 2005 / 2006: Prêmio "Fundo Cinco Estrelas" na categoria Multimercados da Revista Valor Investe – Standard & Poor´s. 2003: Prêmio "Fundo Cinco Estrelas" pelo Guia Exame 2003.
2.2	Equipe de Gestão do Fundo
2.2.1	Cite os profissionais envolvidos na gestão (anexar Resumo Profissional conforme modelo constante na Seção IV) MARCOS LANFRANCHI DE CALLIS - Superintendente de Gestão de Fundos: Votorantim Asset Management - 30 anos de experiência, incluindo: Schrodres: Chief Investment Officer Itaú Unibanco: Head of Research and Strategist HSBC Asset Management Brasil: Chief Investment Officer MBA UCLA Anderson School of Management Graduado em Engenharia de Produção na POLI-USP RICARDO ROSSI: - Head de Gestão de Multimercados: Votorantim Asset Management - 25 anos de experiência, incluindo: Santander: Gerente Executivo de Gestão de Fundos ABN Amro: Gestor de Fundos de Renda Fixa e Fundos Exclusivos Sudameris: Gerente de Tesouraria Graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Sant´anna MBA em Finanças pelo IBMEC – São Paulo Pós Graduação em Gestão de Ativos de Pensão e Seguradoras pela Universidade Presbiteriana Mackenzie
2.2.2	Cite o histórico de alterações significativas na equipe Favor verificar a questão 7.3.2, nas informações sobre a empresa.
2.3	Estratégias e Carteiras

Global		especifique	

2.3.2 Caso o Fundo invista no exterior, descreva os principais ativos e instrumentos utilizados.

Pelo regulamento o Fundo pode aplicar até 10% do PL em FICs de dívida externa, mas não utiliza como estratégia.

2.3.3 Escreva as regras, procedimentos e limites específicos de gestão para o Fundo (ex.: stop loss, stop gain, concentração de ativos, aluguel de ativos etc).

Todo o risco de mercado do Fundo pode ser alocado em um único ativo ou fator de risco. No entanto, a gestão adota como estratégia diversificar o risco em diversas classes de ativos, através de uma gestão ativa com revisão constante das posições.

2.3.4 Qual a política do fundo em relação às operações de day trade?

Não permite.

2.3.1 Uso de Derivativos

2.3.1.1 Com que objetivo(s) são utilizados derivativos:

Proteção de carteira ou de posição	Sim	x	Não	
Mudança de remuneração/indexador	Sim	x	Não	
Estratégias combinadas (floors, caps, collars, spreads, straddles, box, financiamentos com termo etc.)	Sim	x	Não	
Alavancagem	Sim		Não	x

2.3.1.2 Mercados em que são utilizados derivativos:

Juros	Sim	x	Não	
Câmbio	Sim	x	Não	
Ações	Sim		Não	x
Commodities	Sim	x	Não	
Em Bolsas:				
Com garantia	Sim		Não	x
Sem garantia	Sim		Não	x
Em balcão:				
Com garantia	Sim	X	Não	
Sem garantia	Sim		Não	x
Juros	Sim	X	Não	

2.3.2 Compra de Cotas de Fundos de Investimento

2.3.2.1 de fundos de terceiros?

Sim	x	Não	

2.3.2.2 de fundos do gestor?

Sim	x	Não	

3 - Informações Adicionais

3.1 PL atual (em 30/12/2016)

R$ 257.681.141,2

3.2 PL médio em 12 meses (em 30/12/2016)

R$ 237.240.571,97

3.3 PL atual total da mesma estratégia sob gestão da Empresa (em 30/12/2016)

R$ 1.180.322.945,81

3.4 Qual a capacidade máxima estimada de captação de recursos do fundo e de sua família? Quais são os critérios de definição?

Não existe até o presente momento um limite de captação. Essa política pode ser revista em caso de aumento significativo do Patrimônio do fundo e/ou redução de liquidez no mercado em que atua.

3.5 Número de cotistas (em 30/12/2016)

191

3.6 Qual percentual do passivo do fundo representa aplicações da Empresa, controladores, coligadas, subsidiárias, de seus sócios e principais executivos?

Informação não divulgada

3.7 Descreva as regras de concentração de passivo

IGEPREV
Fl. 05
Ass.

	Por regulamento um único cotista pode deter até 100% do PL do fundo, mas por política de concentração por cotista, utilizamos o limite de 30%.
3.8	Percentual detidos pelos cinco maiores e dez maiores cotistas 47% e 62%, respectivamente
3.9	Houve alguma mudança de prestadores de serviços de Administração e/ou de Custódia desde o início da operação do Fundo? Quando? Por quê? Sim, para prover mais transparência ao processo de investimento, a VAM transferiu as atividades de custódia, controladoria e precificação dos ativos das carteiras dos fundos de investimento para o Citibank DTVM. A custódia foi transferida para o Citibank em 2004 enquanto a controladoria em abril de 2007.
3.10	Há quanto tempo o Auditor Externo realiza auditoria no Fundo? A Ernest Young Auditores Independentes é a empresa responsável pela auditoria dos Fundos desde 2011.
4 – Gestão de Risco	
4.1	Descreva as regras de exposição a risco de crédito específicas do fundo

Limites por Modalidade	
Cotas de fundos de investimento e/ou cotas de fundo de investimento em cotas de fundos de investimento, inclusive administrados ou geridos pelo ADMINISTRADOR, GESTOR ou empresas a eles ligadas.	**100%**
Cotas de fundos de investimento em direitos creditórios, e de investimento em cotas de fundos de investimento em direitos creditórios, inclusive administrados ou geridos pelo ADMINISTRADOR, GESTOR e empresas a ele ligadas.	**20%**
Cotas de fundos de investimento em direitos creditórios não-padronizados, e de investimento em cotas de fundos de investimento em direitos creditórios não-padronizados, inclusive administrados ou geridos pelo ADMINISTRADOR, GESTOR e empresas a ele ligadas.	**VEDADO**
Cotas de fundos de investimento imobiliário e de investimento em cotas de fundos de investimento imobiliário, inclusive administrados ou geridos pelo ADMINISTRADOR, GESTOR e empresas a ele ligadas.	**20%**
Cotas de fundos de investimento em participações e de investimento em cotas de fundos de investimento em participações inclusive administrados ou geridos pelo ADMINISTRADOR, GESTOR e empresas a ele ligadas.	**VEDADO**
Outros ativos financeiros permitidos pela regulamentação, exceto se ofertados publicamente ou se emitidos ou com coobrigação de instituições financeiras.	**100%**
Ativos no exterior.	**10%**
Exposição em Crédito Privado.	**100%**
Limites de Concentração por Emissor (em ativos detidos diretamente pelo FUNDO)	
Instituição Financeira.	**20%**
Companhia Aberta.	**10%**
Cotas de Fundos de Investimento, EXCETO em fundos de investimento em "Ações"	**10%**
Ativos de emissão do ADMINISTRADOR, GESTOR ou empresas a eles ligadas.	**20%**

	Companhia Fechada.	**VEDADO**
	Derivativos	
	O fundo poderá utilizar de instrumentos derivativos tanto para proteção (hedge) quanto para posicionamento, na modalidade COM GARANTIA.	
	Uso de instrumentos derivativos para produzir Exposições que gerem perda superior ao Patrimônio Líquido do Fundo.	**VEDADO**

4.2 Descreva as regras de liquidez para ativos específicas do fundo.

A área de Risco da VWM&S monitora diariamente a liquidez dos fundos de investimento e de seus ativos. Esta rotina utiliza dados de liquidez dos mercados (títulos públicos, ações, debêntures, opções e futuros) para monitorar a liquidez das carteiras. Mede-se em quanto tempo as posições do fundo podem ser encerradas, em número de pregões ou dias úteis utilizando-se 30% do volume negociado do dia. Para os ativos pouco líquidos e títulos privados, é sempre utilizado o vencimento do ativo para liquidar a posição.

No caso de uma redução substancial da liquidez no mercado ou qualquer outra situação atípica que possa comprometer as carteiras, o Comitê de Investimentos, responsável por toda a montagem e desmontagem de posições, irá imediatamente definir quais os procedimentos deverão ser adotados.

Adicionalmente, o Fundo adota como estratégia manter posição substancial do Patrimônio em Títulos Públicos e operações compromissadas lastreadas em Títulos Públicos.

4.3 O fundo pode operar derivativos sem garantia? Descreva como é realizado o controle.

Não

4.4 Qual o limite de VaR ou outro limite de risco (exceto stress)?

O Fundo possui limites de VaR de 0,30%

O modelo de VaR utilizado para estimar o risco de mercado dos fundos é:

VaR paramétrico, delta normal;

Resultado em horizonte de 1 dia;

Matriz de correlação e volatilidade em janela de 126 dias úteis;

Intervalo de Confiança de 95% (ponto de corte em 1,645 desvios-padrão na distribuição normal de probabilidades).

4.5 Descreva as regras de Orçamento de VaR ou seja, limites de VaR por classe de ativos do fundo.

O Fundo pode alocar 100% do limite de risco em uma única classe de ativos.

4.6 Quando atingiu o limite de VaR? Por quê?

NA

4.7 Historicamente, qual o VaR máximo registrado pelo Fundo? Comente.

0,14%, em razão do incremento de volatilidade nos mercados por conta da crise Sub-prime e quebra do Banco Lehman Brothers em setembro 2008.

4.8 Qual o VaR médio do Fundo nos últimos

3 meses?	0,03%
6 meses?	0,03%

4.10 Historicamente, qual a alavancagem nocional máxima (exposição bruta) atingida pelo fundo e em qual (is) ativo(s)?

O fundo não pode montar posições que gerem alavancagem.

4.11 Qual o limite para perdas em cenário de stress?

1% PL

4.12 Quando atingiu o limite? Por quê?

Excedeu o limite em 01/08/2014 (-1,19% do PL), durante o início do período eleitoral de 2014.

4.13 Qual o stress médio do Fundo nos últimos

3 meses?	-0,24%
6 meses?	-0,24%

4.14 Comente o último stop loss relevante do fundo.

NA

5 - Comportamento do Fundo em Crises

IGEPREV
Fl 96

Período	Evento	Comportamento	Explicação
Outubro de 2008	Crise de 2008	Perda de até 0,37%	Instabilidade dos preços dos ativos.

6 - Três períodos de maior perda do Fundo (peak to valley)

	Período	Perda	Tempo para Recuperação
1.	07/11/2008 -10/11/2008	-0,17%	4 d.u. (14/11/2008)
2.	21/10/2008 -24/10/2008	-0,37%	3 d.u. (29/10/2008)
3.	23/12/2008 -24/12/2008	-0,72%	12 d.u. (13/01/2009)

7 - Atribuição de performance desde o início do fundo ou nos últimos cinco anos (informar o maior período)

7.1	Fator Contribuição (%)
7.1.1	Alocação ND
7.1.2	Seleção ND
7.2	Comente as mudanças em estratégias em razão de fluxo de recursos (aplicações ou resgates). A estratégia não foi alterada ao longo do período do fundo. Conforme o fluxo de recursos, o montante alocado em cada um dos ativos é reduzido ou aumentado.
7.3	O Fundo já esteve fechado temporariamente para aplicação por deliberação do gestor? Quando? Por quê? Não

8 - Relacionamento com Distribuidores/Alocadores

8.1	Quais os relatórios disponíveis do Fundo? Fornecer detalhes. Qual sua periodicidade? Com que defasagem? Disponibilização de carteira aberta dos Fundos, nos formatos XML e/ou PDF através de e-mail (periodicidade: a combinar); Disponibilização de folder diário com valores de cotas, PLs e rentabilidades dos Fundos através de e-mail; Cotas, rentabilidades, regulamentos e prospectos disponíveis no site da VAM (www.vam.com.br); Posição atualizada dos cotistas disponível para acesso através do site da VAM (www.vam.com.br); Informações de risco do fundo serão disponibilizadas através de solicitação por e-mail ou telefone; Além disso também disponibilizamos os seguintes serviços adicionais: Reuniões Trimestrais ou Semestrais (conforme a necessidade) com o Gestor para discussão sobre o cenário econômico vigente e expectativas futuras; Reunião c/ o Economista da Asset; Conference Call periódico para discussão de cenários e/ou definição de novas diretrizes de investimento; e Relatórios mensais de economia/política (Informe Mensal);
8.2	Com que grau de detalhamento e com que freqüência a carteira pode ser disponibilizada para distribuidores/alocadores? Disponibilizamos a carteira aberta dos Fundos, nos formatos XML e/ou PDF através de e-mail (periodicidade: conforme solicitação)
8.3	Com que freqüência é possível realizar conference calls com o gestor dos fundos? Os conference calls podem ser solicitados através de nossa área Comercial, com periodicidade de acordo com a demanda do cliente.

9 - Atendimento aos Cotistas

9.1	Quais os relatórios disponíveis aos cotistas do Fundo? Fornecer detalhes. Qual sua periodicidade? Com que defasagem? Extratos mensais por correio; Informe Mensal (economia/política) por e-mail e/ou por

as cotas e PLs diários dos fundos, composição de carteira, evolução patrimonial, lâmina e prospecto.
Estes dados são atualizados diariamente.

9.3	Existe algum canal de atendimento dedicado ao cotista? De que forma pode ser acessado e qual o horário para atendimento? Não disponibilizamos Canal de Atendimento específico para o atendimento aos cotistas. As áreas de negócios (Private, Corporate, Institucionais, Distribuidores) possuem equipes comerciais treinadas e capacitadas para o atendimento aos clientes/cotistas. Cada cliente possui um Gerente de relacionamento dedicado e é alocado de acordo com seu perfil de investidor.

10 - Anexos

10.1	Regulamento			
	Sim	x	Não	
10.2	Prospecto			
	Sim	x	Não	
10.3	Última lâmina			
	Sim	x	Não	
10.4	Último Informe de Perfil Mensal (Arquivo XML - Padrão CVM) da carteira			
	Sim		Não	x
10.5	Último Informe de Extrato das Informações sobre o Fundo (Arquivo XML - Padrão CVM) da carteira			
	Sim	x	Não	
10.6	Relatórios de Gestão			
	Sim	x	Não	

IGEPREV
Fl. 97
Ass.

Seção II - Informações sobre o Fundo de Investimento

1 - Informações Gerais/Cadastrais

1.1	Nome Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimentos Votorantim Inflation Renda Fixa
1.2	CNPJ 09.344.799/0001-08
1.3	Data de início 17/07/2008
1.4	Classificação CVM Renda Fixa
1.5	Classificação ANBIMA Renda Fixa Indexados
1.6	Código ANBIMA 132020
1.7	Classificação tributária (CP/LP/Ações) LP
1.8	Público alvo Investidores em geral.
1.9	O Regulamento prevê, explicitamente, adequação à Resolução nº 3.792, do CMN? Sim
1.10	Exclusivo para Investidor qualificado? Não
1.11	Conta Corrente (banco, agência, nº) Banco: 655 Agência: 0001-9 Conta: 228.006.401-1
1.12	Conta CETIP (nº) 0675044-0
1.13	Administração (Indique contato para informações). Votorantim Asset Management DTVM Ltda. Para informações favor contatar nossa área comercial (Vide Informações sobre a Empresa questão 1.13)
1.14	Custódia (Indique contato para informações). Citibank DTVM S/A. Para informações favor contatar nossa área comercial (Vide Informações sobre a Empresa questão 1.13)
1.15	Controladoria (Indique contato para informações). De ativos: Citibank DTVM S/A. De passivos: Back-Office Votorantim Asset Para informações favor contatar nossa área comercial (Vide Informações sobre a Empresa questão 1.13)
1.16	Auditoria externa (Indique contato para informações). Ernest Young Auditores Independentes Para informações favor contatar nossa área comercial (Vide Informações sobre a Empresa questão 1.13)
1.17	Cotização: abertura ou fechamento? Fechamento
1.18	Regras para aplicação e resgate.

Aplicação (datas, horários, cotização e liquidação)	D0 / D0. Horário de Movimentação Até 15:00 h
Carência/Tempo mínimo para permanência (lock-up period) e eventuais penalidades para resgates antes do término desse período.	Não há

Resgate (datas, horários, cotização e liquidação)	Cotização em D+0, liquidação em D+1. Movimentação até 15:00
Aplicação inicial mínima	R$ 10.000,00 Não há – para investidores fundos de Investimentos administrados pela Votorantim Asset Management DTVM Ltda.
Valor máximo por cotista	R$50.000.000,00 Os cotistas que em 15/05/2009 possuírem mais de R$50.000.000,00 no Fundo poderão permanecer como cotistas no Fundo mantendo os valores dessa mesma data, no entanto não poderão efetuar novas aplicações adicionais. Não há – para investidores fundos de investimentos administrados pela Votorantim Asset Management DTVM Ltda.
Aplicações e resgates adicionais	R$ 10.000,00 Não há – para investidores fundos de Investimentos administrados pela Votorantim Asset Management DTVM Ltda.
Valor Minimo de permanência	R$ 10.000,00 Não há – para investidores fundos de investimentos administrados pela Votorantim Asset Management DTVM Ltda.

1.19 Taxa de Entrada (upfront fee)

Não há

1.20 Taxa de Saída (redemption fee)

Não há

1.21 Taxa de Administração

0,35% a.a.

1.22 Taxa de Administração máxima

0,50% a.a.

1.23 Taxa de Performance

%	
Benchmark	Não há
Freqüência	Não há
Linha-d'água	Não há

1.24 Qual o custo total estimado do Fundo (em percentual do PL), excluindo-se as taxas de Administração e de Performance?

0,04% a.a.

1.25 Quais as regras de rebate de taxas para distribuidores/alocadores?

Cada contrato é tratado individualmente e as regras de pagamento de rebates para distribuidores levam em consideração o pacote de fundos negociados, as taxas individuais de cada fundo, o volume alocado na VAM e os serviços envolvidos.

Os rebates são calculados de acordo com as taxas de administração e performance dos fundos. O software utilizado para cálculo de rebates é o PGF-A. O sistema PGF-A é um Software de apoio as atividades da Asset, foi desenvolvido internamente pela equipe de desenvolvimento da Votorantim Sistemas.

O período de apuração da taxa de administração é mensal, com encerramento todo último dia útil de cada mês. A taxa será provisionada diariamente adotando-se o critério 1/252 "pro-rata", dias úteis linear do ano em vigor, e cobrada mensalmente, até o 5º dia útil do mês subseqüente.

1.26 Há algum consultor ou prestador de serviço (exceto administração, custódia e auditoria externa) contratado diretamente pelo Fundo?

O fundo contrata o serviço terceirizado para pesquisa de convocações de assembleias gerais de acionistas e debenturistas, se e/ou quando necessário.

2 - Informações Qualitativas

2.1 Perfil

IGEPREV
Fl 98
Ass.

2.1.1	Descreva o Fundo no que tange à estratégia, ao objetivo de rentabilidade e à política de investimento. O FUNDO tem como meta superar no médio/longo prazo a evolução do "IMA-B 5", através da aplicação em ativos que se caracterizem como renda fixa, pré ou pós-fixada, observadas as limitações impostas pela legislação em vigor.
2.1.2	Descreva as alterações significativas na estratégia ou na política de investimento no histórico do Fundo. Não houve
2.1.3	Peer Group: Cite três dos principais fundos concorrentes e o seu diferencial estratégico do Fundo ou do estilo de gestão. Para a análise da concorrência, os Fundos que possuem a mesma estratégia do FIC Votorantim Inflation são separados em grupos e comparados. Estes grupos são definidos após análise dos dados estatísticos e objetivos de cada Fundo. Os grupos são revisados a cada 3 meses, podendo ocorrer uma revisão individual em antecedência, caso um Fundo apresente uma mudança muito significativa no período. Os principais diferenciais estratégicos em relação à concorrência são a expertise e continuo investimento na equipe de gestão, disciplina em todo o processo de investimento, transparência com os clientes e foco no controle de risco através de modernas ferramentas. Estes diferenciais foram reconhecidos pelo mercado através das premiações mencionadas na questão abaixo.
2.1.4	Cite as premiações, ratings e rankings 2016: Prêmio "Fundo Quatro Estrelas" na categoria Renda Fixa - Índices da Revista Valor Investe – Standard & Poor´s. 2012: Prêmio "Star Ranking" na categoria Renda Fixa Índices da Revista Valor Investe – Standard & Poor´s. E, prêmio "Melhores Fundos para Institucionais" na categoria Renda Fixa Índices do ranking "Fundos Execelentes" da revista Investidor Institucional. 2011: Prêmio "Star Ranking" na categoria Renda Fixa da Revista Valor Investe – Standard & Poor´s. 2010: Prêmio "Melhores Fundos para Institucionais" na categoria Renda Fixa do ranking "Fundos Execelentes" da revista Investidor Institucional.
2.2	Equipe de Gestão do Fundo
2.2.1	Cite os profissionais envolvidos na gestão (anexar Resumo Profissional conforme modelo constante na Seção IV) MARCOS LANFRANCHI DE CALLIS - Superintendente de Gestão de Fundos: Votorantim Asset Management - 30 anos de experiência, incluindo: Schrodres: Chief Investment Officer Itaú Unibanco: Head of Research and Strategist HSBC Asset Management Brasil: Chief Investment Officer MBA UCLA Anderson School of Management Graduado em Engenharia de Produção na POLI-USP RICARDO ROSSI: - Head de Gestão de Multimercados: Votorantim Asset Management - 25 anos de experiência, incluindo: Santander: Gerente Executivo de Gestão de Fundos ABN Amro: Gestor de Fundos de Renda Fixa e Fundos Exclusivos Sudameris: Gerente de Tesouraria Graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Sant´anna MBA em Finanças pelo IBMEC – São Paulo Pós Graduação em Gestão de Ativos de Pensão e Seguradoras pela Universidade Presbiteriana Mackenzie
2.2.2	Cite o histórico de alterações significativas na equipe Favor verificar a questão 7.3.2, nas informações sobre a empresa.
2.3	Estratégias e Carteiras
2.3.1	Quanto aos mercados em que opera, o Fundo pode ser caracterizado como:

Brasil (exclusivamente)	X	Sim
Brasil (predominantemente)		especifique
Global		especifique

2.3.2 Caso o Fundo invista no exterior, descreva os principais ativos e instrumentos utilizados.

Brasil (exclusivamente)

2.3.3 Escreva as regras, procedimentos e limites específicos de gestão para o Fundo (ex.: stop loss, stop gain, concentração de ativos, aluguel de ativos etc).

A carteira terá apenas fundos que comprem títulos públicos atrelados ao índice IMAB5 e títulos de crédito privado de baixo risco.

A VAM identifica e faz a seleção dos títulos de renda fixa emitidos por agentes privados com bom histórico de crédito e com as melhores condições de liquidez para honrar os títulos.

2.3.4 Qual a política do fundo em relação às operações de day trade?

Não permitido

2.3.1 Uso de Derivativos

2.3.1.1 Com que objetivo(s) são utilizados derivativos:

Proteção de carteira ou de posição	Sim		Não	x
Mudança de remuneração/indexador	Sim		Não	x
Estratégias combinadas (floors, caps, collars, spreads, straddles, box, financiamentos com termo etc.)	Sim		Não	x
Alavancagem	Sim		Não	x

2.3.1.2 Mercados em que são utilizados derivativos:

Juros	Sim		Não	x
Câmbio	Sim		Não	x
Ações	Sim		Não	x
Commodities	Sim		Não	x
Em Bolsas:				
Com garantia	Sim		Não	x
Sem garantia	Sim		Não	x
Em balcão:				
Com garantia	Sim		Não	x
Sem garantia	Sim		Não	x

2.3.2 Compra de Cotas de Fundos de Investimento

2.3.2.1 de fundos de terceiros?

Sim		Não	x

2.3.2.2 de fundos do gestor?

Sim	x	Não	

3 - Informações Adicionais

3.1 PL atual (em 30/12/2016)

R$ 54.568.854,79

3.2 PL médio em 12 meses (em 30/12/2016)

R$ 73.587.214,05

3.3 PL atual total da mesma estratégia sob gestão da Empresa (em 30/12/2016)

R$ 1.294.005.524,05

3.4 Qual a capacidade máxima estimada de captação de recursos do fundo e de sua família? Quais são os critérios de definição?

Não existe até o presente momento um limite de captação. Essa política pode ser revista em caso de aumento significativo do Patrimônio do fundo e/ou redução de liquidez no mercado em que atua.

3.5 Número de cotistas (em 30/12/2016)

120

3.6 Qual percentual do passivo do fundo representa aplicações da Empresa, controladores, coligadas, subsidiárias, de seus sócios e principais executivos?

Informação não divulgada

3.7 Descreva as regras de concentração de passivo

IGEPREV
Fl. 99
Ass.

	Por regulamento um único cotista pode deter até 100% do PL do fundo.
3.8	Percentual detidos pelos cinco maiores e dez maiores cotistas 22% e 29%, respectivamente
3.9	Houve alguma mudança de prestadores de serviços de Administração e/ou de Custódia desde o início da operação do Fundo? Quando? Por quê? Sim, para prover mais transparência ao processo de investimento, a VAM transferiu as atividades de, custódia, controladoria e precificação dos ativos das carteiras dos fundos de investimento para o Citibank DTVM. A custódia foi transferida para o Citibank em 2004 enquanto a controladoria em abril de 2007.
3.10	Há quanto tempo o Auditor Externo realiza auditoria no Fundo? A Ernest Young Auditores Independentes é a empresa responsável pela auditoria dos Fundos desde2011

4 – Gestão de Risco

4.1 Descreva as regras de exposição a risco de crédito específicas do fundo.

Limites por Modalidade	
Cotas de Fundo de Investimento e/ou Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento inclusive administrados ou geridos pelo ADMINISTRADOR, GESTOR e empresas a ele ligadas	**100%**
Cotas de Fundo de Investimento em Participações e/ou Fundo de Investimento em Cotas de Fundo de Investimento em Participações, inclusive administrados ou geridos pelo ADMINISTRADOR, GESTOR e empresas a ele ligadas	**VEDADO**
Cotas de Fundo de Investimento em Direitos Creditórios e/ou Fundo de Investimento em Cotas de Fundo de Investimento em Direitos Creditórios, inclusive administrados ou geridos pelo ADMINISTRADOR, GESTOR e empresas a ele ligadas	**VEDADO**
Cotas de Fundo de Investimento Imobiliário e/ou Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Imobiliário, inclusive administrados ou geridos pelo ADMINISTRADOR, GESTOR e empresas a ele ligadas	**VEDADO**
Ativos emitidos pelo ADMINISTRADOR, GESTOR ou empresas a eles ligadas, exceto fundos de investimento	**5%**
Exposição em Ativos no Exterior	**VEDADO**
Exposição em Crédito Privado	**50%**
Limites de Concentração por Emissor (em ativos detidos diretamente pelo FUNDO)	
Instituição Financeira	**5%**
Companhia Aberta	**VEDADO**
Cotas de Fundos de Investimento	**100%**
Companhia Fechada	**0%**
Derivativos	
O fundo poderá alocar em fundos de investimento que se utilizem de instrumentos derivativos tanto para proteção quanto para posicionamento.	

4.2 Descreva as regras de liquidez para ativos específicas do fundo.

A área de Risco da VWM&S monitora diariamente a liquidez dos fundos de investimento e de seus ativos. Esta rotina utiliza dados de liquidez dos mercados (títulos públicos, ações, debêntures, opções e futuros) para monitorar a liquidez das carteiras. Mede-se em quanto tempo as posições do fundo podem ser encerradas, em número de pregões ou dias úteis utilizando-se 30% do volume negociado do dia. Para os ativos pouco líquidos e títulos privados, é sempre utilizado o vencimento do ativo para liquidar a posição.

No caso de uma redução substancial da liquidez no mercado ou qualquer outra situação atípica que possa comprometer as carteiras, o Comitê de Investimentos, responsável por toda a montagem e desmontagem de posições, irá imediatamente definir quais os procedimentos deverão ser adotados.

Patrimônio em Títulos Públicos e operações compromissadas lastreadas em Títulos Públicos.

4.3 O fundo pode operar derivativos sem garantia? Descreva como é realizado o controle.
Não.

4.4 Qual o limite de VaR ou outro limite de risco (exceto stress)?
Limite de VaR diário é de 0,70%.

4.5 Descreva as regras de Orçamento de VaR ou seja, limites de VaR por classe de ativos do fundo.
O Fundo pode alocar 100% do limite de risco em uma única classe de ativos.

4.6 Quando atingiu o limite de VaR? Por quê?
NA

4.7 Historicamente, qual o VaR máximo registrado pelo Fundo? Comente.
0,62% em 31/03/2016, em razão da instabilidade dos mercados na crise política brasileira

4.8 Qual o VaR médio do Fundo nos últimos

3 meses?	0,24%
6 meses?	0,26%

4.10 Historicamente, qual a alavancagem nocional máxima (exposição bruta) atingida pelo fundo e em qual (is) ativo(s)?
O fundo não pode montar posições que gerem alavancagem.

4.11 Qual o limite para perdas em cenário de stress?
3,0%.

4.12 Quando atingiu o limite? Por quê?
NA

4.13 Qual o stress médio do Fundo nos últimos

3 meses?	-1,15%
6 meses?	-1,05%

4.14 Comente o último stop loss relevante do fundo.
NA

5 - Comportamento do Fundo em Crises

Evento	Perda	Período	
Crise Brasileira 2015/2016	-1,31%	31/07/2015	04/09/2015

6 - Três períodos de maior perda do Fundo (peak to valley)

Período de Perda		Perda	Recuperação	
De	Até		Dia	Ndu
08/05/2013	20/06/2013	-4,38%	11/12/2013	123
11/01/2013	22/02/2013	-1,40%	08/04/2013	30
31/07/2015	04/09/2015	-1,31%	01/10/2015	18

7 - Atribuição de performance desde o início do fundo ou nos últimos cinco anos (informar o maior período)

7.1 Fator
Contribuição (%)

7.1.1 Alocação
ND

7.1.2 Seleção
ND

7.2 Comente as mudanças em estratégias em razão de fluxo de recursos (aplicações ou resgates).
A estratégia não foi alterada ao longo do período do fundo. Conforme o fluxo de recursos, o montante alocado em cada um dos ativos é reduzido ou aumentado.

7.3 O Fundo já esteve fechado temporariamente para aplicação por deliberação do gestor? Quando? Por quê?

IGEPREV
Fl 100
198
Ass.

	Não
8 - Relacionamento com Distribuidores/Alocadores	
8.1	Quais os relatórios disponíveis do Fundo? Fornecer detalhes. Qual sua periodicidade? Com que defasagem? Disponibilização de carteira aberta dos Fundos, nos formatos XML e/ou PDF através de e-mail (periodicidade: a combinar); Disponibilização de folder diário com valores de cotas, PLs e rentabilidades dos Fundos através de e-mail; Cotas, rentabilidades, regulamentos e prospectos disponíveis no site da VAM (www.vam.com.br); Posição atualizada dos cotistas disponível para acesso através do site da VAM (www.vam.com.br); Informações de risco do fundo serão disponibilizadas através de solicitação por e-mail ou telefone; Além disso, também disponibilizamos os seguintes serviços adicionais: Reuniões Trimestrais ou Semestrais (conforme a necessidade) c/ o Gestor para discussão sobre o cenário econômico vigente e expectativas futuras; Reunião c/ o Economista da Asset; Conference Call periódico para discussão de cenários e/ou definição de novas diretrizes de investimento; e Relatórios mensais de economia/política (Informe Mensal);
8.2	Com que grau de detalhamento e com que freqüência a carteira pode ser disponibilizada para distribuidores/alocadores? Disponibilizamos a carteira aberta dos Fundos, nos formatos XML e/ou PDF através de e-mail (periodicidade: conforme solicitação)
8.3	Com que freqüência é possível realizar conference calls com o gestor dos fundos? Os conference calls podem ser solicitados através de nossa área Comercial, com periodicidade de acordo com a demanda do cliente.
9 - Atendimento aos Cotistas	
9.1	Quais os relatórios disponíveis aos cotistas do Fundo? Fornecer detalhes. Qual sua periodicidade? Com que defasagem? Extratos mensais por correio; Informe Mensal (economia/política) por e-mail e/ou por correio; Folder diário (com cotas, patrimônios e rentabilidades) por e-mail; Lâminas, Prospectos e Regulamentos disponíveis no site da Vam; Comunicações relativas ao Fundo, como convocações de Assembléias e outros, por correio.
9.2	Qual (is) é (são) o(s) veículo(s) disponível(is) para acessar informações sobre o fundo e com qual freqüência seu conteúdo é atualizado? A VAM dispõe de um Website (www.vam.com.br) onde seus clientes podem acessar as cotas e PLs diários dos fundos, composição de carteira, evolução patrimonial, lâmina e prospecto. Estes dados são atualizados diariamente.
9.3	Existe algum canal de atendimento dedicado ao cotista? De que forma pode ser acessado e qual o horário para atendimento? Não disponibilizamos Canal de Atendimento específico para o atendimento aos cotistas. As áreas de negócios (Private, Corporate, Institucionais, Distribuidores) possuem equipes comerciais treinadas e capacitadas para o atendimento aos clientes/cotistas. Cada cliente possui um Gerente de relacionamento dedicado e é alocado de acordo com seu perfil de investidor.
10 - Anexos	
10.1	Regulamento Sim x Não
10.2	Prospecto Sim x Não
10.3	Última lâmina Sim x Não
10.4	Último Informe de Perfil Mensal (Arquivo XML - Padrão CVM) da carteira Sim Não x
10.5	Último Informe de Extrato das Informações sobre o Fundo (Arquivo XML - Padrão CVM) da carteira

	Sim	x	Não	

10.6 Relatórios de Gestão

Sim	x	Não	

IGEPREV
Fl. 101
Ass.

Seção II - Informações sobre o Fundo de Investimento

1 - Informações Gerais/Cadastrais

1.1	Nome Fundo de Investimento Votorantim Institucional Renda Fixa Crédito Privado
1.2	CNPJ 06.866.051/0001-87
1.3	Data de início 13/05/2005
1.4	Classificação CVM Renda Fixa
1.5	Classificação ANBIMA Renda Fixa Duração Livre Grau de Investimento
1.6	Código ANBIMA 142468
1.7	Classificação tributária (CP/LP/Ações) LP
1.8	Público alvo Reservas técnicas de entidades abertas e fechadas de previdência complementar, companhias seguradoras e sociedades de capitalização, bem como de fundos de investimento, classificadas como investidores qualificados.
1.9	O Regulamento prevê, explicitamente, adequação à Resolução nº 3.792, do CMN? Sim
1.10	Exclusivo para Investidor qualificado? Não
1.11	Conta Corrente (banco, agência, nº) Banco: 655 Agência: 0001-9 Conta Corrente: 123.231.901-5
1.12	Conta CETIP (nº) 02080.44-4
1.13	Administração (Indique contato para informações). Votorantim Asset Management DTVM Ltda. Para informações favor contatar nossa área comercial (Vide Informações sobre a Empresa questão 1.13)
1.14	Custódia (Indique contato para informações). Citibank DTVM S/A. Para informações favor contatar nossa área comercial (Vide Informações sobre a Empresa questão 1.13)
1.15	Controladoria (Indique contato para informações). De ativos: Citibank DTVM S/A. De passivos: Back-Office Votorantim Asset Para informações favor contatar nossa área comercial (Vide Informações sobre a Empresa questão 1.13)
1.16	Auditoria externa (Indique contato para informações). Ernest Young Auditores Independentes Para informações favor contatar nossa área comercial (Vide Informações sobre a Empresa questão 1.13)
1.17	Cotização: abertura ou fechamento? Abertura
1.18	Regras para aplicação e resgate.

Aplicação (datas, horários, cotização e liquidação)	D0 / D0. Horário de Movimentação Até 15:00 h
Carência/Tempo mínimo para permanência (lock-up period) e eventuais penalidades para resgates antes do término desse	Não há

liquidação)	Movimentação até 15:00
Aplicação inicial mínima	R$ 50.000,00
Aplicação máxima por cotista	Não há
Aplicação adicional mínima	R$ 5.000,00
Resgate Mínimo	R$ 5.000,00

1.19 Taxa de Entrada (upfront fee)

Não há

1.20 Taxa de Saída (redemption fee)

Não há

1.21 Taxa de Administração

0,20% a.a.

1.22 Taxa de Administração máxima

Não há.

1.23 Taxa de Performance

%	
Benchmark	Não há
Freqüência	Não há
Linha-d'água	Não há

1.24 Qual o custo total estimado do Fundo (em percentual do PL), excluindo-se as taxas de Administração e de Performance?

0,01%

1.25 Quais as regras de rebate de taxas para distribuidores/alocadores?

Cada contrato é tratado individualmente e as regras de pagamento de rebates para distribuidores levam em consideração o pacote de fundos negociados, as taxas individuais de cada fundo, o volume alocado na VAM e os serviços envolvidos.

Os rebates são calculados de acordo com as taxas de administração e performance dos fundos. O software utilizado para cálculo de rebates é o PGF-A. O sistema PGF-A é um Software de apoio as atividades da Asset e foi desenvolvido internamente pela equipe de desenvolvimento da Votorantim Sistemas.

O período de apuração da taxa de administração é mensal, com encerramento todo último dia útil de cada mês. A taxa será provisionada diariamente adotando-se o critério 1/252 "pro-rata" dias úteis linear do ano em vigor e cobrada mensalmente até o 5º dia útil do mês subseqüente.

1.26 Há algum consultor ou prestador de serviço (exceto administração, custódia e auditoria externa) contratado diretamente pelo Fundo?

O fundo contrata o serviço terceirizado para pesquisa de convocações de assembleias gerais de acionistas e debenturistas, se e/ou quando necessário.

2 - Informações Qualitativas

2.1 Perfil

2.1.1 Descreva o Fundo no que tange à estratégia, ao objetivo de rentabilidade e à política de investimento.

O fundo tem como meta superar a evolução, no médio/longo prazo das taxas do DI over através da alocação em títulos públicos federais e títulos de crédito privado de baixo risco de crédito.

2.1.2 Descreva as alterações significativas na estratégia ou na política de investimento no histórico do Fundo.

Não houve.

2.1.3 Peer Group: Cite três dos principais fundos concorrentes e o seu diferencial estratégico do Fundo ou do estilo de gestão.

Para a análise da concorrência, os Fundos que possuem a mesma estratégia do FI Institucional RF Crédito Privado são separados em grupos e comparados. Estes grupos são definidos após análise dos dados estatísticos e objetivos de cada Fundo. Os grupos são revisados a cada 3 meses, podendo ocorrer uma revisão individual em antecedência, caso um Fundo apresente uma mudança muito significativa no período. Os principais diferenciais estratégicos em relação à concorrência são a expertise e continuo

IGEPREV
Fl 102
Ass

investimento na equipe de gestão, disciplina em todo o processo de investimento, transparência com os clientes e foco no controle de risco através de modernas ferramentas. Estes diferenciais foram reconhecidos pelo mercado através das premiações mencionadas na questão abaixo.

2.1.4 Cite as premiações, ratings e rankings

2012/2011/2010: Premiação "Melhores Fundos para Institucionais" do ranking Fundos Excelentes da Revista Investidor Institucional na categoria Renda Fixa
2010: Premiação "Guia dos Melhores Fundos de 2010" da Revista Isto É Dinheiro na categora Renda Fixa

2.2 Equipe de Gestão do Fundo

2.2.1 Cite os profissionais envolvidos na gestão (anexar Resumo Profissional conforme modelo constante na Seção IV)

MARCOS LANFRANCHI DE CALLIS
- Superintendente de Gestão de Fundos: Votorantim Asset Management
- 30 anos de experiência, incluindo:
Schrodres: Chief Investment Officer
Itaú Unibanco: Head of Research and Strategist
HSBC Asset Management Brasil: Chief Investment Officer
MBA UCLA Anderson School of Management
Graduado em Engenharia de Produção na POLI-USP

RICARDO ROSSI:
- Head de Gestão de Multimercados: Votorantim Asset Management
- 25 anos de experiência, incluindo:
Santander: Gerente Executivo de Gestão de Fundos
ABN Amro: Gestor de Fundos de Renda Fixa e Fundos Exclusivos
Sudameris: Gerente de Tesouraria
Graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Sant´anna
MBA em Finanças pelo IBMEC – São Paulo
Pós Graduação em Gestão de Ativos de Pensão e Seguradoras pela Universidade Presbiteriana Mackenzie

2.2.2 Cite o histórico de alterações significativas na equipe

Favor verificar a questão 7.3.2, nas informações sobre a empresa.

2.3 Estratégias e Carteiras

2.3.1 Quanto aos mercados em que opera, o Fundo pode ser caracterizado como:

Brasil (exclusivamente)	X	Sim
Brasil (predominantemente)		especifique
Global		especifique

2.3.2 Caso o Fundo invista no exterior, descreva os principais ativos e instrumentos utilizados.

Brasil (exclusivamente)

2.3.3 Escreva as regras, procedimentos e limites específicos de gestão para o Fundo (ex.: stop loss, stop gain, concentração de ativos, aluguel de ativos etc).

A carteira terá apenas fundos que comprem títulos privados de instituições financeiras de médio risco de crédito, ou fundos de over/títulos públicos para caixa em menor proporção. A VAM identifica e faz a seleção dos títulos de renda fixa emitidos por instituições financeiras com bom histórico de crédito e com as melhores condições de liquidez para honrar os títulos.

A análise de crédito também engloba os setores da economia e as perspectivas futuras das carteiras de crédito dos bancos, analisando a carteira de clientes, segmentos de atuação, linhas de produtos, e qualidade da gestão do negócio. Uma vez identificados os melhores títulos, a área de gestão da VAM busca alocar os recursos do FIC nos fundos que possuem carteiras com esses títulos, buscando também a diversificação por emissores, prazos, e características de risco e retorno.

2.3.4 Qual a política do fundo em relação às operações de day trade?

Não permite.

2.3.1.2 Mercados em que são utilizados derivativos:

Juros	Sim	x	Não	
Câmbio	Sim		Não	x
Ações	Sim		Não	x
Commodities	Sim		Não	x
Em Bolsas:				
Com garantia	Sim	x	Não	
Sem garantia	Sim		Não	x
Em balcão:				
Com garantia	Sim		Não	x
Sem garantia	Sim		Não	x

2.3.2 Compra de Cotas de Fundos de Investimento

2.3.2.1 de fundos de terceiros?

Sim		Não	x

2.3.2.2 de fundos do gestor?

Sim	x	Não	

3 - Informações Adicionais

3.1 PL atual (30/12/2016)

R$ 1.591.682.535,81

3.2 PL médio em 12 meses (30/12/2016)

R$ 1.272.901.952,46

3.3 PL atual total da mesma estratégia sob gestão da Empresa (em 30/12/2016)

R$ 10.923.991.018,86

3.4 Qual a capacidade máxima estimada de captação de recursos do fundo e de sua família? Quais são os critérios de definição?

Não existe até o presente momento um limite de captação. Essa política pode ser revista em caso de aumento significativo do Patrimônio do fundo e/ou redução de liquidez no mercado em que atua.

3.5 Número de cotistas (30/12/2016)

88

3.6 Qual percentual do passivo do fundo representa aplicações da Empresa, controladores, coligadas, subsidiárias, de seus sócios e principais executivos?

Informação não divulgada

3.7 Descreva as regras de concentração de passivo

Por regulamento um único cotista pode deter até 100% do PL do fundo, mas por política de concentração por cotista, utilizamos o limite de 30%.

3.8 Percentual detidos pelos cinco maiores e dez maiores cotistas

35% e 56%, respectivamente

3.9 Houve alguma mudança de prestadores de serviços de Administração e/ou de Custódia desde o início da operação do Fundo? Quando? Por quê?

Não.

3.10 Há quanto tempo o Auditor Externo realiza auditoria no Fundo?

A Ernest Young Auditores Independentes é a empresa responsável pela auditoria do Fundo desde 2011.

4 – Gestão de Risco

4.1 Descreva as regras de exposição a risco de crédito específicas do fundo.

* Não Aplicável

As classificações "BAIXO", "MÉDIO" e "ALTO RISCO DE CRÉDITO", citadas na tabela acima,

IGEPREV
Fl 103
Ass.

serão efetuadas de acordo com os seguintes critérios:

Limites por Modalidade	
Cotas de fundos de investimento e/ou cotas de fundo de investimento em cotas de fundos de investimento, inclusive administrados ou geridos pelo ADMINISTRADOR, GESTOR ou empresas a eles ligadas	**20%**
Cotas de fundos de investimento em direitos creditórios, e de investimento em cotas de fundos de investimento em direitos creditórios, inclusive administrados ou geridos pelo ADMINISTRADOR, GESTOR e empresas a ele ligadas	**20%**
Cotas de fundos de investimento em direitos creditórios não-padronizados, e de investimento em cotas de fundos de investimento em direitos creditórios não-padronizados, inclusive administrados ou geridos pelo ADMINISTRADOR, GESTOR e empresas a ele ligadas	**VEDADO**
Cotas de fundos de investimento imobiliário e de investimento em cotas de fundos de investimento imobiliário, inclusive administrados ou geridos pelo ADMINISTRADOR, GESTOR e empresas a ele ligadas	**20%**
Outros ativos financeiros permitidos pela regulamentação, exceto se ofertados publicamente ou se emitidos ou com coobrigação de instituições financeiras.	**20%**
Ativos no exterior	**VEDADO**
Exposição em Crédito Privado	**80%**
Títulos emitidos por Instituições Financeiras	**80%**
Títulos emitidos por Instituições não Financeiras	**80%**
Operações Compromissadas lastreadas em títulos públicos federais	**15%**
Limites de Concentração por Emissor (em ativos detidos diretamente pelo FUNDO)	
Instituição Financeira	**20%**
Companhia Aberta	**10%**
Cotas de Fundos de Investimento	**10%**
Ativos de emissão do ADMINISTRADOR, GESTOR ou empresas a eles ligadas	**20%**
Companhia Fechada	**5%**

Uso de instrumentos derivativos para produzir Exposições que gerem perda superior ao Patrimônio Líquido do Fundo.	**VEDADO**

4.2 Descreva as regras de liquidez para ativos específicas do fundo.

A área de Risco da VWM&S monitora diariamente a liquidez dos fundos de investimento e de seus ativos. Esta rotina utiliza dados de liquidez dos mercados (títulos públicos, ações, debêntures, opções e futuros) para monitorar a liquidez das carteiras. Mede-se em quanto tempo as posições do fundo podem ser encerradas, em número de pregões ou dias úteis utilizando-se 30% do volume negociado do dia. Para os ativos pouco líquidos e títulos privados, é sempre utilizado o vencimento do ativo para liquidar a posição.

No caso de uma redução substancial da liquidez no mercado ou qualquer outra situação atípica que possa comprometer as carteiras, o Comitê de Investimentos, responsável por toda a montagem e desmontagem de posições, irá imediatamente definir quais os procedimentos deverão ser adotados.

4.3 O fundo pode operar derivativos sem garantia? Descreva como é realizado o controle.

Não.

4.4 Qual o limite de VaR ou outro limite de risco (exceto stress)?

O Fundo possui limites de VaR de 0,10%

O modelo de VaR utilizado para estimar o risco de mercado dos fundos é:

VaR paramétrico, delta normal;

Resultado em horizonte de 1 dia;

Matriz de correlação e volatilidade em janela de 126 dias úteis;

Intervalo de Confiança de 95% (ponto de corte em 1,645 desvios-padrão na distribuição normal de probabilidades).

4.5 Descreva as regras de Orçamento de VaR ou seja, limites de VaR por classe de ativos do fundo.

O Fundo pode alocar 100% do limite de risco em uma única classe de ativos.

4.6 Quando atingiu o limite de VaR? Por quê?

NA

4.7 Historicamente, qual o VaR máximo registrado pelo Fundo? Comente.

0,07%, em razão do incremento de volatilidade nos mercados por conta da crise Sub-prime e quebra do Banco Lehman Brothers em setembro 2008.

4.8 Qual o VaR médio do Fundo nos últimos

3 meses?	0,01%
6 meses?	0,01%

4.10 Historicamente, qual a alavancagem nocional máxima (exposição bruta) atingida pelo fundo e em qual (is) ativo(s)?

O fundo não pode montar posições que gerem alavancagem.

4.11 Qual o limite para perdas em cenário de stress?

0,5% PL

4.12 Quando atingiu o limite? Por quê?

NA

4.13 Qual o stress médio do Fundo nos últimos

3 meses?	-0,04%
6 meses?	-0,04%

4.14 Comente o último stop loss relevante do fundo.

NA

5 - Comportamento do Fundo em Crises

IGEPREV
Fl. 104
Ass.

Período	Evento	Comportamento	Explicação
Jul-Out/97	Crise da Ásia	NA	NA
Ago/98	Crise da Rússia	NA	NA
Out/98	Quebra do LTCM	NA	NA
Jan/99	Desvalorização do Real	NA	NA
Mar/00	Crise do Nasdaq	NA	NA
Abr/01	Apagão	NA	NA
Set/01	Ataques terroristas nos EUA	NA	NA
Mar-Jul/02	Escândalos contábeis	NA	NA
Jun/02	Marcação a mercado	NA	NA
Jul-Out/02	Eleições no Brasil	NA	NA
Mai/06	Crise das Bolsas americanas	NA	NA

	Período	Evento	Perda	Explicação	Tempo para Recuperação
1.	Abril / 2008	Anbima – Marcação à mercado		Correção de preços dos ativos a condições de mercado mais adversas.	3 dias úteis
2.	Dezembro / 2008	Marcação à mercado		Correção de preços dos ativos a condições de mercado mais adversas.	8 dias úteis

6 - Três períodos de maior perda do Fundo (peak to valley)

	Período	Perda	Tempo para Recuperação
1.	15/04/2008 -16/04/2008	-0,11%	3 d.u. (22/04/2008)
2.	06/11/2015 -09/11/2015	-0,15%	3 d.u. (12/11/2015)
3.	24/12/2008 -26/12/2008	-0,38%	8 d.u. (08/01/2009)

7 - Atribuição de performance desde o início do fundo ou nos últimos cinco anos (informar o maior período)

7.1 Fator
Contribuição (%)

7.1.1 Alocação
ND

7.1.2 Seleção
ND

7.2 Comente as mudanças em estratégias em razão de fluxo de recursos (aplicações ou resgates).
A estratégia não foi alterada ao longo do período do fundo. Conforme o fluxo de recursos, o montante alocado em cada um dos ativos é reduzido ou aumentado.

7.3 O Fundo já esteve fechado temporariamente para aplicação por deliberação do gestor? Quando? Por quê?
Não

8 - Relacionamento com Distribuidores/Alocadores

8.1 Quais os relatórios disponíveis do Fundo? Fornecer detalhes. Qual sua periodicidade? Com que defasagem?
Disponibilização da carteira aberta do Fundo, nos formatos XML e/ou PDF através de e-mail (periodicidade: a combinar);
Disponibilização de folder diário com valores de cotas, Patrimônios e rentabilidades dos Fundos através de e-mail;
Cotas, rentabilidades, regulamentos e prospectos disponíveis no site da VAM (www.vam.com.br);
Posição atualizada dos cotistas, disponível para acesso através do site da VAM (www.vam.com.br);
Informações de risco do fundo, disponibilizadas através de solicitação por e-mail ou telefone;
Além disso, também disponibilizamos os seguintes serviços adicionais:
Reuniões Trimestrais ou Semestrais (conforme a necessidade) com o Gestor, para discussão sobre o cenário econômico vigente e expectativas futuras; Reunião c/ o Economista da Asset; Conference Call periódico para discussão de cenários e/ou definição de novas diretrizes de investimento; e Relatórios mensais de economia/política (Informe Mensal);

	Disponibilizamos a carteira aberta dos Fundos, nos formatos XML e/ou PDF através de e-mail (periodicidade: conforme solicitação)
8.3	Com que freqüência é possível realizar conference calls com o gestor dos fundos? Os conference calls podem ser solicitados através de nossa área Comercial, com periodicidade de acordo com a demanda do cliente.

9 - Atendimento aos Cotistas

9.1	Quais os relatórios disponíveis aos cotistas do Fundo? Fornecer detalhes. Qual sua periodicidade? Com que defasagem? Extratos mensais por correio, informe mensal (economia/política) por e-mail e/ou por correio, folder diário (com cotas, patrimônios e rentabilidades) por e-mail, lâminas, prospectos e regulamentos disponíveis no site da Vam.
9.2	Qual (is) é (são) o(s) veículo(s) disponível(is) para acessar informações sobre o fundo e com qual freqüência seu conteúdo é atualizado? A VAM dispõe de um Website (www.vam.com.br) onde seus clientes podem acessar as cotas e PLs diários dos fundos, composição de carteira, evolução patrimonial, lâmina, prospecto e regulamento. Estes dados são atualizados diariamente.
9.3	Existe algum canal de atendimento dedicado ao cotista? De que forma pode ser acessado e qual o horário para atendimento? As áreas de negócios (Private, Corporate, Institucionais, Distribuidores) possuem equipes comerciais treinadas e capacitadas para o atendimento aos clientes. Desta forma, o cotista é atendido por seu Gerente de relacionamento, alocado de acordo com seu perfil de investidor.

10 - Anexos

10.1	Regulamento			
	Sim	x	Não	
10.2	Prospecto			
	Sim	x	Não	
10.3	Última lâmina			
	Sim	x	Não	
10.4	Último Informe de Perfil Mensal (Arquivo XML - Padrão CVM) da carteira			
	Sim		Não	x
10.5	Último Informe de Extrato das Informações sobre o Fundo (Arquivo XML - Padrão CVM) da carteira			
	Sim		Não	x
10.6	Relatórios de Gestão			
	Sim		Não	x

IGEPREV
Fl 105
Ass

S&P Global
Ratings

RatingsDirect®

Research Update:

Various Rating Actions Taken On Brazilian Financial Entities After Sovereign's Downgrade, BICRA Remains At Group '6'

Primary Credit Analyst:
Edgard Dias, Sao Paulo +55 (11) 3039-9771; edgard.dias@spglobal.com

Secondary Contacts:
Mariana Gomes, Sao Paulo (55)-11-3039-9728; mariana.gomes@spglobal.com
Guilherme Machado, Sao Paulo (55) 11-3039-9754; guilherme.machado@spglobal.com

Table Of Contents

Overview

Rating Action

Rationale

Banking Industry Country Risk Assessment

Outlook

Related Criteria

Rating List

Research Update:

Various Rating Actions Taken On Brazilian Financial Entities After Sovereign's Downgrade, BICRA Remains At Group '6'

Overview

- On Jan. 11, 2018, we lowered our global long-term foreign and local currency credit ratings on the Federative Republic of Brazil to 'BB-' from 'BB' because Brazil has made slower-than-expected progress in putting in place meaningful legislation to correct structural fiscal slippage and rising debt levels on a timely basis. The global scale rating is now stable. At the same time, we revised our national scale rating outlook on the sovereign to stable from negative and affirmed our 'brAA-' long-term national scale rating.
- As a result, we took various rating actions on 29 Brazilian financial institutions and insurance companies that are rated at the sovereign level, mirroring the same rating action on Brazil.
- At the same time, Brazil's Banking Industry Country Risk Assessment (BICRA) remains at group '6'. We're maintaining our economic risk score at '7' and our industry risk score at '5'. We're also maintaining the banking economic and industry risk trends as negative.

Rating Action

On Jan. 12, 2018, S&P Global Ratings took various rating actions on 29 Brazilian financial institutions and insurance companies that are rated at the sovereign level, mirroring the same rating action on Brazil. At the same time, Brazil's BICRA remains at group '6', reflecting an economic risk score of '7' and industry risk score of '5'. The banking economic and industry risk trends remained negative.

We have lowered the long-term global scale ratings on 15 financial institutions to 'BB-' from 'BB'. The outlook on these ratings is now stable. In addition, we affirmed our 'brAA-' long-term ratings for entities rated on the national scale, and revised the outlook on these ratings to stable from negative.

- Banco do Brasil S.A.;
- Banco Bradesco S.A.;
- Banco Citibank S.A.;
- Itau Unibanco Holding S.A.;
- Itau Unibanco S.A.;
- Banco ABC Brasil S.A.;
- Banco do Nordeste do Brasil S.A. (BNB);
- Banco Santander (Brasil) S.A.;

IGEPREV
Fl. 106
Ass.

- China Construction Bank (Brasil) Banco Multiplo S.A.;
- Banco Votorantim S.A.;
- Banco Safra S.A.;
- Banco Nacional de Desenvolvimento Economico e Social;
- Caixa Economica Federal;
- B3 S.A - Brasil, Bolsa, Balcao; and
- GP Investments Ltd.

In addition, we revised our national scale rating outlook on 14 entities to stable from negative and affirmed our 'brAA-' long-term national scale rating on them.

- Ativos S.A. Securitizadora de Creditos Financeiros;
- Banco de Tokyo-Mitsubishi UFJ Brasil S/A;
- Banco Morgan Stanley S.A.;
- Banco J.P. Morgan S.A.;
- Banco Toyota do Brasil S.A.;
- Banco BNP Paribas Brasil S.A.;
- Banco Volkswagen S.A.;
- Banco Ole Bonsucesso Consignado S.A.;
- BNDESPar-BNDES Participacoes S.A.;
- BV Leasing Arrendamento Mercantil S.A.;
- Bradesco Capitalizacao S.A.;
- Bradesco Seguros S.A.;
- Austral Seguradora S.A.; and
- Austral Resseguradora S.A.

Rationale

The rating action on the sovereign reflects the weakening of our institutional assessment of Brazil due to slower-than-expected progress and lower support by the country's political class to put in place meaningful legislation to correct structural fiscal slippage on a timely basis. Recent political developments also foreshadow the risk of greater policy uncertainty after national elections later this year.

While the government has advanced many microeconomic reforms, it has been unsuccessful thus far in garnering broad congressional support to strengthen the fiscal trajectory in order to facilitate adherence to Brazil's constitutional spending cap. In addition, at times there have been mixed signals or actions that further complicate fiscal correction or policy execution, including measures for the 2018 budget, across branches of government. Taken together, this highlights our view that policy commitment and political responsiveness have diminished relative to our prior expectations.

For more details, please refer to "Brazil Long-Term Ratings Lowered To 'BB-' On Less Timely And Effective Policymaking; Outlook Is Stable," published on Jan. 11, 2018.

Banking Industry Country Risk Assessment

We continue to view the Brazilian banking sector's economic risk trend as negative. We expect domestic economy to continue recovering during the next two years, supporting the banks' efforts to improve or limit the deterioration of their asset quality metrics. However, we believe there's still a significant risk that a portion of the large amount of renegotiated loans will become delinquent, raising the already very high credit losses. Our negative trend on the industry risk reflects the persistent risk that corruption investigations could weaken credit quality of a number of banks.

Brazil's economic risk reflects its low GDP per capita and political and economic challenges, which remain considerable. Domestic banks are going through a correction phase, and although lending is starting to grow, it's at a very low pace, and house prices continue contracting in real terms. We expect the economic recovery in Brazil that started in 2017 to gather momentum in the next two years, with annual real GDP growth of 2.2%-2.4%. This, together with the stabilization of unemployment and inflation, low interest rates, and the banks' focus on healthier credit portfolios, will bring some relief to lenders' currently weak asset quality metrics. We estimate that system-wide nonperforming loans reached about 3.6% of total loans, while charge-offs about 3.7% in 2017. We expect both ratios to remain fairly stable at about 3.5% in 2018. In addition, we believe that small and mid-size banks, which concentrate on lending to small- and mid-size enterprises (SMEs) and have higher exposure to cyclical sectors, will continue suffering higher credit losses, further pressuring their capital and risk positions. Brazilian banks still face high economic risks given the elevated levels of renegotiated loans that are more susceptible to a weaker-than-expected economic scenario driven by the political uncertainties that will remain in 2018, especially considering the upcoming presidential elections in October.

Our industry risk assessment for Brazil reflects the country's well developed financial regulation, broadly in line with international standards, and the regulator's good track record, which has helped the financial system to withstand the economic downturn. The latter stems from the government's effective measures in containing potential problems. These strengths are moderated by the large presence of government-owned banks, which has caused significant distortions in the financial system for the past few years, weakening competitive dynamics. However, given capital constraints on these banks and the change in government, they have been lowering their market share, which could reduce distortions in the long run. On the other hand, the Brazilian banking system has an adequate funding mix with a stable core customer deposit base and satisfactory access to domestic and international capital markets. In addition, banks' dependence on external funding is fairly low--at 6.3% of the system's total liabilities as of the end of September 2017.

IGEPREV
Fl. 107
Ass.

Outlook

The stable outlook on 29 financial institutions and insurance companies reflects that on the Brazilian sovereign rating, which currently limits the ratings on these entities given their large exposure to sovereign risk. Therefore, we expect the ratings on those entities to move in tandem with the sovereign ratings. In our view, there's a less than one-in-three likelihood that we could raise or lower the ratings on Brazil over the coming year. This reflects Brazil's comparative external and monetary policy strengths that help offset significant fiscal weakness, an economy with growth prospects lower than peers, and our view that effectiveness of policymaking across branches of government has weakened.

Downside scenario

We could lower the ratings on these financial institutions and insurance companies following the same rating action on the sovereign.

Upside scenario

Similarly, we could raise the ratings on those entities following an upgrade of Brazil.

Related Criteria

- General Criteria: S&P Global Ratings' National And Regional Scale Mapping Tables, Aug. 14, 2017
- Criteria - Financial Institutions - General: Risk-Adjusted Capital Framework Methodology, July 20, 2017
- General Criteria: Methodology For Linking Long-Term And Short-Term Ratings , April 7, 2017
- General Criteria: Rating Government-Related Entities: Methodology And Assumptions, March 25, 2015
- Criteria - Financial Institutions - Banks: Bank Hybrid Capital And Nondeferrable Subordinated Debt Methodology And Assumptions, Jan. 29, 2015
- Criteria - Corporates - General: Methodology And Assumptions: Liquidity Descriptors For Global Corporate Issuers, Dec. 16, 2014
- Criteria - Financial Institutions - General: Key Credit Factors For Financial Market Infrastructure Companies, Dec. 9, 2014
- Criteria - Financial Institutions - General: Key Credit Factors For Asset Managers, Dec. 9, 2014
- Criteria - Financial Institutions - General: Issue Credit Rating Methodology For Nonbank Financial Institutions And Nonbank Financial Services Companies, Dec. 9, 2014
- General Criteria: National And Regional Scale Credit Ratings, Sept. 22, 2014

- Criteria - Insurance - Specialty: Trade Credit Insurance Capital Requirements Under Standard & Poor's Capital Adequacy Model, Dec. 6, 2013
- General Criteria: Ratings Above The Sovereign--Corporate And Government Ratings: Methodology And Assumptions, Nov. 19, 2013
- Criteria - Corporates - General: Corporate Methodology, Nov. 19, 2013
- General Criteria: Group Rating Methodology, Nov. 19, 2013
- Criteria - Corporates - General: Corporate Methodology: Ratios And Adjustments, Nov. 19, 2013
- Criteria - Financial Institutions - Banks: Quantitative Metrics For Rating Banks Globally: Methodology And Assumptions, July 17, 2013
- Sovereign Government Rating Methodology And Assumptions, June 24, 2013
- Criteria - Insurance - General: Insurers: Rating Methodology, May 7, 2013
- Criteria - Insurance - General: Enterprise Risk Management, May 7, 2013
- S&P To Publish Economic And Industry Risk Trends For Banks, March 12, 2013
- General Criteria: Methodology: Management And Governance Credit Factors For Corporate Entities And Insurers, Nov. 13, 2012
- Analytical Linkages Between Sovereign And Bank Ratings, Dec. 6, 2011
- Criteria - Financial Institutions - Banks: Banks: Rating Methodology And Assumptions, Nov. 9, 2011
- Criteria - Financial Institutions - Banks: Banking Industry Country Risk Assessment Methodology And Assumptions, Nov. 9, 2011
- Criteria - Insurance - General: Refined Methodology And Assumptions For Analyzing Insurer Capital Adequacy Using The Risk-Based Insurance Capital Model, June 7, 2010
- General Criteria: Use Of CreditWatch And Outlooks, Sept. 14, 2009

Rating List

	To	From
Ativos S.A. Securitizadora de Creditos Financeiros		
Issuer credit rating		
Brazil national scale	brAA-/Stable/--	brAA-/Negative/--
Banco ABC Brasil S.A.		
Issuer credit rating		
Global scale	BB-/Stable/B	BB/Negative/B
Brazil national scale	brAA-/Stable/brA-1+	brAA-/Negative/brA-1+
Banco BNP Paribas Brasil S.A.		
Issuer credit rating		
Brazil national scale	brAA-/Stable/--	brAA-/Negative/--

IGEPREV
Fl. 108
Ass.

Banco Bradesco S.A.
Issuer credit rating
  Global scale
  BB-/Stable/B BB/Negative/B
  Brazil national scale
  brAA-/Stable/brA-1+ brAA-/Negative/brA-1+
Senior unsecured
  BB- BB

Banco Citibank S.A.
Issuer credit rating
  Global scale
  BB-/Stable/B BB/Negative/B
  Brazil national scale
  brAA-/Stable/brA-1+ brAA-/Negative/brA-1+

Banco de Tokyo-Mitsubishi UFJ Brasil S/A
Issuer credit rating
  Brazil national scale
  brAA-/Stable/brA-1+ brAA-/Negative/brA-1+

Banco do Brasil S.A.
Issuer credit rating
  Global scale
    Local currency
    BB-/Stable/-- BB/Negative/--
    Foreign currency
    BB-/Stable/B BB/Negative/B
Senior unsecured
  BB- BB
Subordinated
  B- B
Junior subordinated
  CCC+ B-

Banco do Nordeste do Brasil S.A.
Issuer credit rating
  Global scale
  BB-/Stable/B BB/Negative/B
  Brazil national scale
  brAA-/Stable/-- brAA-/Negative/--
Senior unsecured
  BB- BB

Banco J.P. Morgan S.A.

Issuer credit rating		
Brazil national scale		
	brAA-/Stable/brA-1+	brAA-/Negative/brA-1+
Banco Morgan Stanley S.A.		
Issuer credit rating		
Brazil national scale		
	brAA-/Stable/brA-1+	brAA-/Negative/brA-1+
Banco Nacional de Desenvolvimento Economico e Social		
Issuer credit rating		
Global scale		
	BB-/Stable/--	BB/Negative/--
Brazil national scale		
	brAA-/Stable/--	brAA-/Negative/--
Senior unsecured		
	BB-	BB
Banco Ole Bonsucesso Consignado S.A.		
Issuer credit rating		
Brazil national scale		
	brAA-/Stable/brA-1+	brAA-/Negative/brA-1+
Banco Safra S.A.		
Issuer credit rating		
Global scale		
	BB-/Stable/B	BB/Negative/B
Brazil national scale		
	brAA-/Stable/brA-1+	brAA-/Negative/brA-1+
Senior unsecured		
	BB-	BB
Banco Santander (Brasil) S.A.		
Issuer credit rating		
Global scale		
	BB-/Stable/B	BB/Negative/B
Brazil national scale		
	brAA-/Stable/brA-1+	brAA-/Negative/brA-1+
Subordinated		
	B-	B
Junior subordinated		
	CCC	CCC+

IGEPREV
Fl. 109
Ass.

Banco Toyota do Brasil S.A.
Issuer credit rating
  Brazil national scale
brAA-/Stable/-- brAA-/Negative/--

Banco Volkswagen S.A.
Issuer credit rating
  Brazil national scale
brAA-/Stable/-- brAA-/Negative/--

Banco Votorantim S.A.
Issuer credit rating
  Global scale
BB-/Stable/B BB/Negative/B
  Brazil national scale
brAA-/Stable/brA-1+ brAA-/Negative/brA-1+
Junior subordinated
CCC CCC+

BNDESPar-BNDES Participacoes S.A.
Issuer credit rating
  Brazil national scale
brAA-/Stable/-- brAA-/Negative/--

Bradesco Capitalizacao S.A.
Issuer credit rating
  Brazil national scale
brAA-/Stable/-- brAA-/Negative/--

BV Leasing Arrendamento Mercantil S.A.
Issuer credit rating
  Brazil national scale
brAA-/Stable/brA-1+ brAA-/Negative/brA-1+

Subordinated
brA brA

Caixa Economica Federal
Issuer credit rating
  Global scale
BB-/Stable/B BB/Negative/B
 Brazil national scale
brAA-/Stable/brA-1+ brAA-/Negative/brA-1+
Senior unsecured

	BB-	BB
China Construction Bank (Brasil) Banco Multiplo S.A.		
Issuer credit rating		
Global scale		
	BB-/Stable/B	BB/Negative/B
Brazil national scale		
	brAA-/Stable/--	brAA-/Negative/--
Itau Unibanco Holding S.A.		
Issuer credit rating		
Global scale		
	BB-/Stable/B	BB/Negative/B
Brazil national scale		
	brAA-/Stable/brA-1+	brAA-/Negative/brA-1+
Senior unsecured		
	BB-	BB
Itau Unibanco S.A.		
Issuer credit rating		
Global scale		
	BB-/Stable/B	BB/Negative/B
Brazil national scale		
	brAA-/Stable/brA-1+	brAA-/Negative/brA-1+
Bradesco Seguros S.A.		
Issuer credit rating		
Brazil national scale		
	brAA-/Stable/--	brAA-/Negative/--
Financial Strength Rating		
Brazil national scale		
	brAA-/Stable/--	brAA-/Negative/--
Austral Resseguradora S.A.		
Issuer credit rating		
Brazil national scale		
	brAA-/Stable/--	brAA-/Negative/--
Austral Seguradora S.A.		
Issuer credit rating		
Brazil national scale		
	brAA-/Stable/--	brAA-/Negative/--

IGEPREV
Fl. 110
ASS.

B3 S.A - Brasil, Bolsa, Balcao

Issuer credit rating		
Global scale		
	BB-/Stable/B	BB/Negative/B
Senior unsecured		
	BB-	BB

GP Investments Ltd.

Issuer credit rating		
	BB-/Stable/--	BB/Negative/--
Senior unsecured		
	BB-	BB

Certain terms used in this report, particularly certain adjectives used to express our view on rating relevant factors, have specific meanings ascribed to them in our criteria, and should therefore be read in conjunction with such criteria. Please see Ratings Criteria at www.standardandpoors.com for further information. Complete ratings information is available to subscribers of RatingsDirect at www.capitaliq.com. All ratings affected by this rating action can be found on the S&P Global Ratings' public website at www.standardandpoors.com. Use the Ratings search box located in the left column.

Copyright © 2018 by Standard & Poor's Financial Services LLC. All rights reserved.

No content (including ratings, credit-related analyses and data, valuations, model, software or other application or output therefrom) or any part thereof (Content) may be modified, reverse engineered, reproduced or distributed in any form by any means, or stored in a database or retrieval system, without the prior written permission of Standard & Poor's Financial Services LLC or its affiliates (collectively, S&P). The Content shall not be used for any unlawful or unauthorized purposes. S&P and any third-party providers, as well as their directors, officers, shareholders, employees or agents (collectively S&P Parties) do not guarantee the accuracy, completeness, timeliness or availability of the Content. S&P Parties are not responsible for any errors or omissions (negligent or otherwise), regardless of the cause, for the results obtained from the use of the Content, or for the security or maintenance of any data input by the user. The Content is provided on an "as is" basis. S&P PARTIES DISCLAIM ANY AND ALL EXPRESS OR IMPLIED WARRANTIES, INCLUDING, BUT NOT LIMITED TO, ANY WARRANTIES OF MERCHANTABILITY OR FITNESS FOR A PARTICULAR PURPOSE OR USE, FREEDOM FROM BUGS, SOFTWARE ERRORS OR DEFECTS, THAT THE CONTENT'S FUNCTIONING WILL BE UNINTERRUPTED, OR THAT THE CONTENT WILL OPERATE WITH ANY SOFTWARE OR HARDWARE CONFIGURATION. In no event shall S&P Parties be liable to any party for any direct, indirect, incidental, exemplary, compensatory, punitive, special or consequential damages, costs, expenses, legal fees, or losses (including, without limitation, lost income or lost profits and opportunity costs or losses caused by negligence) in connection with any use of the Content even if advised of the possibility of such damages.

Credit-related and other analyses, including ratings, and statements in the Content are statements of opinion as of the date they are expressed and not statements of fact. S&P's opinions, analyses, and rating acknowledgment decisions (described below) are not recommendations to purchase, hold, or sell any securities or to make any investment decisions, and do not address the suitability of any security. S&P assumes no obligation to update the Content following publication in any form or format. The Content should not be relied on and is not a substitute for the skill, judgment and experience of the user, its management, employees, advisors and/or clients when making investment and other business decisions. S&P does not act as a fiduciary or an investment advisor except where registered as such. While S&P has obtained information from sources it believes to be reliable, S&P does not perform an audit and undertakes no duty of due diligence or independent verification of any information it receives.

To the extent that regulatory authorities allow a rating agency to acknowledge in one jurisdiction a rating issued in another jurisdiction for certain regulatory purposes, S&P reserves the right to assign, withdraw, or suspend such acknowledgement at any time and in its sole discretion. S&P Parties disclaim any duty whatsoever arising out of the assignment, withdrawal, or suspension of an acknowledgment as well as any liability for any damage alleged to have been suffered on account thereof.

S&P keeps certain activities of its business units separate from each other in order to preserve the independence and objectivity of their respective activities. As a result, certain business units of S&P may have information that is not available to other S&P business units. S&P has established policies and procedures to maintain the confidentiality of certain nonpublic information received in connection with each analytical process.

S&P may receive compensation for its ratings and certain analyses, normally from issuers or underwriters of securities or from obligors. S&P reserves the right to disseminate its opinions and analyses. S&P's public ratings and analyses are made available on its Web sites, www.standardandpoors.com (free of charge), and www.ratingsdirect.com and www.globalcreditportal.com (subscription) and www.spcapitaliq.com (subscription) and may be distributed through other means, including via S&P publications and third-party redistributors. Additional information about our ratings fees is available at www.standardandpoors.com/usratingsfees.

STANDARD & POOR'S, S&P and RATINGSDIRECT are registered trademarks of Standard & Poor's Financial Services LLC.

VotorantimAsset

VOTORANTIM ASSET MANAGEMENT DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.

CNPJ 03.384.738/0001-98

Avenida das Nações Unidas, nº 14.171, Torre A, 11º andar, Vila Gertrudes, CEP 04794-000, São Paulo - (SP) - Brasil

IGEPREV Fl. Ass.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Quotistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, apresentamos as demonstrações contábeis da Votorantim Asset Management Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., também denominada Votorantim Wealth Management & Services (VWM&S), relativas aos períodos findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, acompanhadas das respectivas notas explicativas e do relatório dos auditores independentes.

A VWM&S, estrutura organizacional consolidadora das atividades de Asset Management (VAM) e Private Bank, encerrou 2016 com volume total de recursos geridos de R$ 53,8 bilhões. O patrimônio líquido em Dezembro/16 foi de R$ 81,4 milhões (R$ 76,4 milhões em Dezembro/15), e o resultado líquido de 2016 foi de R$ 6,6 milhões (R$-5,7 milhões em 2015).

Em conformidade com sua missão, visão e valores, a VAM teve reafirmada em Outubro/16 a classificação AMP-1 (Asset Management Practices - Muito Forte) referente às suas práticas de gestão de recursos de terceiros, classificação máxima que uma Asset pode obter. Além disso, visando reforçar seu compromisso em incorporar critérios sociais, ambientais e de governança corporativa nos processos de análise e gestão de ativos, desde 2012 a VAM é signatária do PRI - Principles of Responsible Investment.

A VAM atualmente está entre as dez maiores gestoras de ativos no Brasil de acordo com o ranking de gestores da ANBIMA, ocupando a 9ª posição ao final de Dezembro/16, e atua em um amplo grupo de segmentos de investidores - de corporate e institucionais a clientes de private bank e distribuidores. No segmento de produtos estruturados, a VAM encerrou o segundo semestre de 2016 com volume administrado de R$ 19,9 bilhões e ocupa a 3ª posição no Ranking de Gestores de Fundos Imobiliários, a 7ª posição no Ranking de Gestores de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios e a 4ª posição de Fundos de Investimentos em Participações elaborados pela ANBIMA, com participação de mercado de 10,3%, 2,4% e 6,5%, respectivamente.

Ao longo de 2016, a VAM deu continuidade ao seu processo de parceria com o Banco do Brasil, em conjunto com a BB DTVM, no desenvolvimento, administração, gestão e distribuição de fundos de investimento inovadores e customizados de Imobiliários (FIIs), Direitos Creditórios (FIDCs), de Investimentos em Participações (FIPs) e Crédito Privado. No encerramento de Dezembro/16, o volume total dos fundos relativos a essa parceria somava R$ 5,0 bilhões.

Com relação ao segmento de Private Bank, em Dezembro/16 a VWM&S alcançou o volume total de ativos de R$ 26,6 bilhões, dando continuidade a sua missão de ser um Private de soluções com foco na gestão patrimonial.

A administração da VWM&S agradece aos quotistas, clientes, parceiros pela confiança depositada e aos colaboradores pelo contínuo empenho e dedicação.

São Paulo, 09 de fevereiro de 2017

A Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota	31.12.2016	31.12.2015
ATIVO CIRCULANTE		**175.848**	**170.120**
Disponibilidades	4	**711**	**161**
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5a	**138.935**	**133.015**
Aplicações em depósitos interfinanceiros		138.935	133.015
Outros Créditos		**35.707**	**36.523**
Rendas a receber		12.488	11.699
Diversos	7	23.219	24.824
Outros Valores e Bens	8	**495**	**421**
Despesas antecipadas		495	421
ATIVO NÃO CIRCULANTE		**30.513**	**33.413**
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		**25.553**	**29.483**
Títulos e Valores Mobiliários		**6.657**	**7.026**
Carteira própria	6a	6.657	7.026
Outros Créditos		**18.896**	**22.457**
Diversos	7	18.896	22.457
PERMANENTE		**4.960**	**3.930**
Investimentos		**2.461**	**2.357**
Outros investimentos	9	5.975	3.987
(Imparidade acumulada)	9	(3.514)	(1.630)
Imobilizado de Uso	10	**1.524**	**696**
Outras imobilizações de uso		5.951	4.820
(Depreciação acumulada)		(4.427)	(4.124)
Intangível	11	**975**	**877**
Ativos intangíveis		3.211	9.328
(Amortização acumulada)		(2.236)	(1.413)
(Imparidade acumulada)		-	(7.038)
TOTAL DO ATIVO		**206.361**	**203.533**

	Nota	31.12.2016	31.12.2015
PASSIVO CIRCULANTE		**74.682**	**67.805**
Outras Obrigações		**74.682**	**67.805**
Sociais e estatutárias		14.720	13.289
Fiscais e previdenciárias	12a	8.479	13.105
Negociação e intermediação de valores		7.190	4.306
Diversas	12b	44.293	37.105
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		**50.239**	**59.335**
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		**50.239**	**59.335**
Outras Obrigações		**50.239**	**59.335**
Fiscais e previdenciárias	12a	401	421
Negociação e intermediação de valores		12.660	13.595
Diversas	12b	37.178	45.319
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**81.440**	**76.393**
Capital		**50.884**	**50.884**
De domiciliados no País	15a	50.884	50.884
Reservas de lucros		**30.556**	**25.509**
TOTAL DO PASSIVO		**206.361**	**203.533**

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PERÍODO DE 01 DE JANEIRO A 31 DEZEMBRO DE 2016 E 2015 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 *(Valores expressos em milhares de Reais)*

		Capital Social	Reservas de Lucros				
EVENTOS	Nota	Capital realizado	Reserva Legal	Expansão	Outras Reservas	Lucros/(Prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 31.12.2014		**46.536**	**6.593**	**24.654**	**4.348**	-	**82.131**
Aumento de Capital	15a	4.348	-	-	(4.348)		-
Prejuízo do período		-	-	-	-	(5.738)	(5.738)
Destinações:							
Absorção de Prejuízo		-	-	(5.738)	-	5.738	-
Saldos em 31.12.2015		**50.884**	**6.593**	**18.916**	-	-	**76.393**
Mutações do período		**4.348**	-	**(5.738)**	**(4.348)**	-	**(5.738)**
Saldos em 30.06.2016		**50.884**	**7.045**	**18.916**	-	**8.584**	**85.429**
Prejuízo do período		-	-	-	-	(2.457)	(2.457)
Destinações:							
Dividendos	15c	-	-	-	-	(1.532)	(1.532)
Reservas especiais de lucros				-	4.595	(4.595)	-
Saldos em 31.12.2016		**50.884**	**7.045**	**18.916**	**4.595**	-	**81.440**
Mutações do período		-	-	-	**4.595**	**(8.584)**	**(3.989)**
Saldos em 31.12.2015		**50.884**	**6.593**	**18.916**	-	-	**76.393**
Lucro Líquido do período		-	-	-	-	6.579	6.579
Destinações:							
Reserva legal		-	452	-	-	(452)	-
Dividendos	15c	-	-	-	-	(1.532)	(1.532)
Reservas especiais de lucros		-	-	-	4.595	(4.595)	-
Saldos em 31.12.2016		**50.884**	**7.045**	**18.916**	**4.595**	-	**81.440**
Mutações do período		-	**452**	-	**4.595**	-	**5.047**

O Lucro por Quota está divulgado na Demonstração do Resultado.

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 *(Valores expressos em milhares de Reais)*

	Nota	2º Semestre/2016		Exercício/2016		Exercício/2015	
Receitas		**64.159**		**129.816**		**124.171**	
Receitas da intermediação financeira	6b	8.285		16.653		16.684	
Receitas de prestação de serviços	13a	60.316		119.567		111.914	
Outras receitas/(despesas)	13d/13e/14	(4.442)		(6.404)		(4.427)	
Insumos Adquiridos de Terceiros		**(7.624)**		**(14.249)**		**(12.231)**	
Materiais, água, energia e gás	13c	(73)		(256)		(222)	
Serviços de terceiros	13c	(57)		(67)		(95)	
Comunicações	13c	(123)		(234)		(132)	
Processamento de dados	13c	(2.306)		(4.390)		(4.504)	
Transportes	13c	(317)		(539)		(403)	
Serviços de vigilância e segurança	13c	(8)		(39)		(58)	
Serviços técnicos especializados	13c	(1.896)		(3.434)		(2.511)	
Serviços do sistema financeiro	13c	(1.009)		(2.041)		(1.457)	
Publicações, Propaganda e publicidade	13c	(21)		(123)		(118)	
Emolumentos judiciais e cartorários	13c	(68)		(99)		(20)	
Outros	13c	(1.746)		(3.027)		(2.711)	
Valor Adicionado Bruto		**56.535**		**115.567**		**111.940**	
Despesas de depreciação e amortização	13c	(387)		(1.125)		(553)	
Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade		**56.148**		**114.442**		**111.387**	
Valor Adicionado a Distribuir		**56.148**	**100,00%**	**114.442**	**100,00%**	**111.387**	**100,00%**
Valor Adicionado Distribuído		**56.148**	**100,00%**	**114.442**	**100,00%**	**111.387**	**100,00%**
Pessoal		**45.759**	**81,50%**	**73.228**	**63,99%**	**100.070**	**89,84%**
Salários, honorários e demandas trabalhistas	13b	35.099		49.917		72.711	
Participação de empregados e administradores nos Lucros e Resultados		5.626		13.119		16.901	
Benefícios e treinamentos	13b	3.277		6.002		6.252	
FGTS		1.757		4.150		4.206	
Impostos, Taxas e Contribuições		**11.387**	**20,28%**	**31.582**	**27,60%**	**13.795**	**12,38%**
Federais		9.909		28.703		11.005	
Estaduais		1		1		-	
Municipais		1.477		2.878		2.790	
Remuneração de Capitais de Terceiros		**1.459**	**2,60%**	**3.053**	**2,67%**	**3.260**	**2,93%**
Aluguéis	13c	1.459		3.053		3.260	
Remuneração de Capitais Próprios		**(2.457)**	**-4,38%**	**6.579**	**5,74%**	**(5.738)**	**-5,15%**
Dividendos		1.532		1.532		-	
Lucro retido/(Prejuízo) absorvido		(3.989)		5.047		(5.738)	

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

	Nota	2º Semestre/ 2016	Exercício/ 2016	Exercício/ 2015
RECEITAS DE INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		**8.285**	**16.653**	**16.684**
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	6b	8.285	16.653	16.684
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		**8.285**	**16.653**	**16.684**
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS		**(3.638)**	**13.346**	**(9.962)**
Receitas de prestação de serviços	13a	60.316	119.567	111.914
Despesas de pessoal	13b	(43.844)	(70.779)	(93.033)
Outras despesas administrativas	13c	(9.463)	(18.427)	(16.044)
Despesas tributárias	16c	(6.280)	(11.211)	(9.283)
Outras receitas operacionais	13d	(21)	154	78
Outras despesas operacionais	13e	(4.346)	(5.958)	(3.594)
RESULTADO OPERACIONAL		**4.647**	**29.999**	**6.722**
RESULTADO NÃO OPERACIONAL		**(82)**	**(600)**	**(911)**
Receitas não operacionais		-	-	60
Despesas não operacionais		(82)	(600)	(971)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS E PARTICIPAÇÕES		**4.565**	**29.399**	**5.811**
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	16a	**(1.396)**	**(9.701)**	**5.352**
PARTICIPAÇÃO DE EMPREGADOS E ADMINISTRADORES NOS LUCROS E RESULTADOS		**(5.626)**	**(13.119)**	**(16.901)**
LUCRO LÍQUIDO/(PREJUÍZO)		**(2.457)**	**6.579**	**(5.738)**
LUCRO/(PREJUÍZO) POR QUOTA				
Lucro/(Prejuízo) por lote de mil quotas - R$		(0,48)	1,29	(1,13)
Quantidade de quotas (lote de mil)		5.088.407	5.088.407	5.088.407

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em em milhares de Reais)

	Nota	2º Semestre/ 2016	Exercício/ 2016	Exercício/ 2015
Fluxos de caixa provenientes das operações				
Lucro antes dos Tributos e Participações		**4.565**	**29.399**	**5.811**
Ajustes ao Lucro antes dos Tributos e Participações		**701**	**2.887**	**(5.205)**
Depreciações e amortizações	13c	387	1.125	553
Resultado na avaliação do valor recuperável de ativos		1.820	2.332	911
Provisão (Reversão) para desvalorização de outros valores e bens	14	-	449	823
Despesas (Reversão) com provisões trabalhistas e fiscais		(2.269)	(1.388)	(6.161)
Resultado com títulos e valores mobiliários disponíveis para a venda		763	369	(1.331)
Lucro ajustado antes dos Tributos e Participações		**5.266**	**32.286**	**606**
Variações Patrimoniais		**(3.533)**	**(27.249)**	**2**
(Aumento) Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez		(18.994)	(5.920)	(13.277)
(Aumento) Redução em outros créditos líquidos dos impostos diferidos		(4.381)	910	(2.923)
(Aumento) Redução em outros valores e bens		(83)	(523)	(179)
Imposto de Renda e Contribuição Social pagos		(2.330)	(2.944)	(8.481)
(Redução) Aumento em outras obrigações		22.255	(18.772)	24.862
CAIXA GERADO (UTILIZADO) PELAS OPERAÇÕES		**1.733**	**5.037**	**608**
Fluxos de caixa provenientes das atividades de investimento				
(Aquisição) de investimentos		(1.988)	(1.988)	(253)
(Aquisição) de imobilizado de uso		(1.099)	(1.131)	(52)
(Aquisição) de intangíveis		-	(1.375)	(1.129)
Alienação de imobilizado de uso		-	-	19
Alienação de intangíveis		-	7	-
CAIXA GERADO (UTILIZADO) PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		**(3.087)**	**(4.487)**	**(1.415)**
Variação Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa		**(1.354)**	**550**	**(807)**
Início do período		2.065	161	968
Fim do período	4	711	711	161
Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa		**(1.354)**	**550**	**(807)**

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

1. A VOTORANTIM ASSET E SUAS OPERAÇÕES

A Votorantim Asset Management Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ("Sociedade") é uma Sociedade de capital fechado que tem como objetivo social, principalmente, intermediar, comprar e vender títulos e valores mobiliários por conta própria ou de terceiros e instituir, organizar e administrar fundos e clubes de investimentos.

As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que compõem o Conglomerado Financeiro Votorantim ("Conglomerado") e atuam integradamente, inclusive em relação ao gerenciamento de riscos, e certas operações tem a coparticipação ou a intermediação de instituições associadas, integrantes do sistema financeiro. Os benefícios dos serviços prestados entre essas instituições e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos segundo a praticabilidade e a razoabilidade de lhes serem atribuídos em conjunto ou individualmente.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações com observância às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN), apresentados em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF).

A elaboração de demonstrações de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras, requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis, quando for o caso. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do ativo permanente, ativos fiscais diferidos, provisão para demandas trabalhistas, fiscais e cíveis, valorização de instrumentos financeiros e outras provisões. Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua liquidação.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emite normas e interpretações contábeis alinhadas às normas internacionais de contabilidade e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários. O BACEN recepcionou os seguintes pronunciamentos, observados integralmente pela Sociedade, quando aplicável: CPC 00 (R1) - Pronunciamento Conceitual Básico, CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa, CPC 05 - Divulgação de Partes Relacionadas, CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações, CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, CPC 24 - Eventos Subsequentes e CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados.

A Sociedade aplica o pronunciamento CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado que não é conflitante com as normas do BACEN, conforme determina a regulamentação vigente.

Em 24 de Novembro de 2016, foi emitida a Resolução CMN Nº 4.534 que trata do reconhecimento contábil e mensuração dos componentes do ativo intangível e do diferido, os requerimentos referentes à descontinuidade dos registros contábeis de ativo diferido tornou-se vigente a partir da data de publicação da norma, e os demais requerimentos, relativos à mensuração e classificação de intangível, aplica-se prospectivamente a partir de 1º de Janeiro de 2017. A aplicação da norma não implicará em impactos para a Sociedade.

A Resolução CMN Nº 4.535, também emitida em 24 de Novembro de 2016, trata do registo contábil dos componentes do imobilizado e aplica-se prospectivamente a partir de 1º de Janeiro de 2017. A aplicação da norma não implicará em impactos relevantes para a Sociedade. A emissão das Demonstrações Contábeis foi autorizada pela Administração em 09 de fevereiro de 2017.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis são aplicadas de forma consistente em todos os períodos apresentados e de maneira uniforme.

a) Apuração do Resultado

Em conformidade com o regime de competência, as receitas e as despesas são reconhecidas na apuração do resultado do período a que pertencem e, quando se correlacionam, de forma simultânea, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações formalizadas com encargos financeiros pós-fixados são atualizadas pelo critério *pro rata die*, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados, e as operações com encargos financeiros pré-fixados estão registradas pelo valor de resgate, retificado por conta de rendas a apropriar ou despesas a apropriar correspondentes ao período futuro. As operações indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço pelo critério de taxas correntes.

b) Mensuração a Valor Presente

Os ativos e passivos financeiros estão apresentados a valor presente em função da aplicação do regime de competência no reconhecimento das respectivas receitas e despesas de juros.

Os passivos não contratuais, representados essencialmente por provisões para demandas judiciais e obrigações legais, cuja data de desembolso é incerta e não está sob o controle da Sociedade, estão mensurados a valor presente uma vez que são reconhecidos inicialmente pelo valor de desembolso estimado na data da avaliação e são atualizados mensalmente.

c) Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações em operações compromissadas - posição bancada, aplicações em depósitos interfinanceiros e aplicações em moedas estrangeiras, com alta liquidez e risco insignificante de mudança de valor, cujo vencimento das operações, na data efetiva da aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias.

d) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

As aplicações interfinanceiras são registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, e ajustadas por provisão para perdas, quando aplicável.

e) Títulos e Valores Mobiliários - TVM

Os títulos e valores mobiliários são registrados pelo valor efetivamente pago reduzido da provisão para perda, quando julgado necessário, e classificados em função da intenção da Administração em três categorias distintas, conforme regulamentação vigente:

<u>Títulos para negociação:</u> Títulos adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. São ajustados pelo seu valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;

<u>Títulos disponíveis para venda:</u> Títulos que poderão ser negociados a qualquer tempo, porém não são adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. São ajustados pelo seu valor de mercado em contrapartida à conta destacada do Patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários; e

<u>Títulos mantidos até o vencimento:</u> Títulos adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. Nesta categoria, os títulos [illegible]

por fontes externas ou o valor líquido provável de realização obtido por meio de modelos de precificação, utilizando curvas de valores futuros de taxas de juros, taxas de câmbio, índices de preços e moedas, além de eventuais ajustes nos preços de títulos de baixa liquidez, todas devidamente aderentes aos preços praticados no período.

Os rendimentos auferidos com os títulos e valores mobiliários, independentemente da categoria em que estão classificados, são apropriados *pro rata die*, com base na variação do indexador e nas taxas de juros pactuados, pelo método exponencial ou linear, até a data do vencimento ou da venda definitiva do título, sendo reconhecidos diretamente no resultado do período.

As perdas com títulos classificados como disponíveis para venda e como mantidos até o vencimento que não tenham caráter de perdas temporárias são reconhecidas diretamente no resultado do período e passam a compor a nova base de custo do ativo.

Quando da alienação, a diferença apurada entre o valor da venda e o custo de aquisição atualizados pelos rendimentos é considerada como resultado da transação, sendo contabilizada na data da operação como Lucro ou Prejuízo com títulos e valores mobiliários.

f) Despesas Antecipadas

São contabilizadas as aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros. As despesas antecipadas são registradas ao custo e amortizadas à medida que forem sendo realizadas.

g) Ativo Permanente

<u>Investimentos:</u> os investimentos permanentes são avaliados ao custo de aquisição, deduzidos de provisão para perda por desvalorização (imparidade), quando aplicável.

<u>Imobilizado de Uso:</u> o ativo imobilizado é avaliado pelo custo de aquisição, deduzido da respectiva conta de depreciação, cujo valor é calculado pelo método linear às seguintes taxas anuais: sistemas de processamento de dados - 20% e demais itens - 10% (Nota Explicativa nº 10).

<u>Intangível:</u> o ativo intangível corresponde aos direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Sociedade ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis possuem vida útil definida e referem-se basicamente a Licenças de uso, amortizados pelo método linear à taxa de 20% ao ano a partir da data da sua disponibilidade para uso. A Sociedade avalia ao fim de cada período de reporte, se houve alguma indicação de que um ativo intangível tenha sofrido desvalorização. Se houver alguma indicação, a Sociedade estima o valor recuperável do ativo. A amortização é calculada pelo método linear com base no prazo que o benefício é gerado, contabilizada em Outras Despesas Administrativas - Amortização (Nota Explicativa nº 11).

h) Redução ao Valor Recuperável de Ativos não Financeiros - Imparidade

A Sociedade avalia ao fim de cada período, se há alguma indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. Se houver alguma indicação, a Sociedade deve estimar o valor recuperável do ativo que é o maior entre: i) seu valor justo menos os custos para vendê-lo, e ii) o seu valor em uso.

Se o valor recuperável do ativo for menor que o seu valor contábil, o ativo é reduzido ao seu valor recuperável por meio de uma provisão para perda por imparidade, que é reconhecida na Demonstração do Resultado.

Metodologias aplicadas na avaliação do valor recuperável dos principais ativos não financeiros:

<u>Intangível</u>

Softwares - os *softwares*, substancialmente desenvolvidos internamente de acordo com as necessidades da Sociedade, são constantemente objeto de investimentos para modernização e adequação às novas tecnologias e necessidades dos negócios. Em razão de não haver similares no mercado, bem como do alto custo para se implantar métricas que permitam o cálculo do seu valor em uso, o teste de recuperabilidade dos softwares consiste em avaliar a sua utilidade para a empresa de forma que, sempre que um *software* não atinja a geração de benefícios econômicos futuros previstos pela Administração, ajusta-se o valor recuperável do ativo intangível.

As perdas registradas no resultado para ajuste ao valor recuperável desses ativos, quando houver, são demonstradas nas respectivas Notas Explicativas.

i) Benefícios a Empregados

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação de benefícios a empregados de curto e longo prazo são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 33 - Benefícios a Empregados, aprovado pela Resolução CMN nº 4.424/2015. Em consonância com o regime de competência, o pronunciamento requer que a Sociedade reconheça um passivo em contrapartida do resultado do período quando o colaborador presta serviço em troca de benefícios a serem pagos no futuro.

No "Programa de incentivo de curto e longo prazo" elegível aos diretores e empregados da Sociedade, é oferecida a oportunidade de investir em "ações virtuais" da Sociedade. Os valores a serem pagos atualizados de acordo com o período de carência (de um a no máximo quatro anos) e com as características de cada benefício são registrados em "Outras obrigações diversas - Provisão para pagamentos a efetuar" em contrapartida à rubrica de "Despesas de pessoal - Proventos". Detalhes do programa estão divulgados na Nota Explicativa nº 18.

j) Tributos

Os tributos são apurados com base nas alíquotas demonstradas no quadro a seguir:

Tributos	Alíquotas vigentes
Imposto de Renda (15% + adicional de 10%)	25%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL [1]	20%
PIS / PASEP	0,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	4%
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN	De 2% a 5%

[1] Alíquota aplicada às empresas financeiras, desde 01 de setembro de 2015 (a alíquota era de 15% até 31 de agosto de 2015). A partir de janeiro de 2019, a alíquota volta a ser 15%.

Os ativos fiscais diferidos (créditos tributários) e os passivos fiscais diferidos são constituídos pela aplicação das alíquotas vigentes dos tributos sobre suas respectivas bases. Para constituição, manutenção e baixa dos ativos fiscais diferidos são observados os critérios estabelecidos pela Resolução CMN nº 3.059/2002, alterados pelas Resoluções CMN nº 3.355/2006 e CMN nº 4.192/2013, e estão suportados por estudo de capacidade de realização.

Os créditos tributários decorrentes da elevação da alíquota da Contribuição Social de 15% para 20% estão sendo reconhecidos no montante suficiente para seu consumo até o final da vigência da nova alíquota (dezembro de 2018), conforme Lei nº 13.169/2015.

k) Provisões, Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/2009 (Nota [illegible]

opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados nas Notas Explicativas, e os classificados como remotos não requerem provisão e divulgação.

As obrigações legais são processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da probabilidade de sucesso dos processos judiciais em andamento, tem os seus montantes reconhecidos integralmente nas Demonstrações Contábeis.

l) Outros Ativos e Passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidas em base *pro rata die* e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos em base *pro rata die*.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31.12.2016	31.12.2015
Disponibilidades	**711**	**161**
Disponibilidades em moeda nacional	711	161
Total	**711**	**161**

5. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

a) Composição

	31.12.2016	31.12.2015
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	138.935	133.015
Total	**138.935**	**133.015**
Ativo circulante	138.935	133.015

b) Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

	2º Semestre/2016	Exercício/2016	Exercício/2015
Rendas de aplicações em depósitos Interfinanceiros (Nota 6b)	9.048	16.990	15.353
Total	**9.048**	**16.990**	**15.353**

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

a) Títulos e Valores Mobiliários - TVM

a.1) Composição da carteira por categoria, tipo de papel e prazo de vencimento

	31.12.2016				31.12.2015		
	Valor de mercado	Total			Total		
Vencimento em Dias	Acima de 360	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado
1 - Títulos Disponíveis para Venda	**6.657**	**6.657**	**6.657**	-	**7.026**	**7.026**	-
Títulos Privados	**6.657**	**6.657**	**6.657**	-	**7.026**	**7.026**	-
Cotas de FIDC	6.657	6.657	6.657	-	7.026	7.026	-
Total	**6.657**	**6.657**	**6.657**	-	**7.026**	**7.026**	-

a.2) Composição da carteira por rubricas de publicação e prazo de vencimento

	31.12.2016				31.12.2015		
	Valor de mercado	Total			Total		
Vencimento em Dias	Acima de 360	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado
Carteira própria	6.657	6.657	6.657	-	7.026	7.026	-
Total	**6.657**	**6.657**	**6.657**	-	**7.026**	**7.026**	-

b) Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários

	2º Semestre/ 2016	Exercício/ 2016	Exercício/ 2015
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 5b)	9.048	16.990	15.353
Aplicações em fundos de investimento	(763)	(337)	1.331
Total	**8.285**	**16.653**	**16.684**

c) Reclassificações de Títulos e Valores Mobiliários

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 não houve reclassificação de títulos e valores mobiliários e não existem títulos classificados na categoria "mantidos até o vencimento" e "negociação".

7. OUTROS CRÉDITOS - DIVERSOS

	31.12.2016	31.12.2015
Adiantamentos e antecipações salariais	192	224
Valores a receber de sociedades ligadas	853	2.309
Ativo fiscal diferido - Crédito tributário (Nota 16d)	34.714	38.182
Devedores diversos - no País	81	514
Devedores por depósitos em garantia (Nota 19f)	781	255
Impostos e contribuições a compensar	2.991	3.223
Impostos e contribuições a recuperar	-	21
Títulos e créditos a receber	2.476	2.531
Outros	27	22
Total	**42.115**	**47.281**
Ativo circulante	23.219	24.824
Ativo não circulante	18.896	22.457

8. OUTROS VALORES E BENS

	31.12.2016	31.12.2015
Despesas antecipadas	**495**	**421**
Despesas de processamento de dados	11	19
Despesas de serviços técnicos especializados	44	10
Outras	440	392
Total	**495**	**421**
Ativo circulante	495	421

9. INVESTIMENTOS

	31.12.2016	31.12.2015
Investimentos por incentivos fiscais	4.193	3.956
Títulos patrimoniais	-	1
Outros	1.782	30
Total	**5.975**	**3.987**
(Imparidade acumulada)	(3.514)	(1.630)

10. IMOBILIZADO DE USO

	31.12.2015	Exercício/2016		31.12.2016		
	Saldo contábil	Movimentações	Depreciação	Valor de custo	Depreciação acumulada	Saldo contábil
Móveis e equipamentos de uso	404	28	(49)	1.692	(1.309)	383
Sistema de comunicação	250	36	(254)	847	(815)	32
Sistema de processamento de dados	-	9	19	2.289	(2.261)	28
Sistema de segurança	12	61	(12)	93	(32)	61
Instalações	30	997	(7)	1.030	(10)	1.020
Total	**696**	**1.131**	**(303)**	**5.951**	**(4.427)**	**1.524**

11. INTANGÍVEL

a) Movimentação e Composição

	31.12.2015	Exercício/2016				31.12.2016			
	Saldo contábil	Aquisição	Baixas	Amortização	Imparidade	Valor de custo	Amortização acumulada	Imparidade acumulada	Saldo contábil
Softwares adquiridos	1	1	(7.039)	(1)	7.038	2	(2)	-	-
Licenças de uso	429	927	-	(674)	-	2.114	(1.432)	-	682
Softwares desenvolvidos									

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS *(Em milhares de Reais)*

12. OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Fiscais e Previdenciárias

	31.12.2016	31.12.2015
Provisão para impostos e contribuições sobre lucros	5.975	10.775
Impostos e contribuições a recolher	2.467	2.330
Provisão para demandas fiscais (Nota 19d1)	438	421
Total	**8.880**	**13.526**
Passivo circulante	8.479	13.105
Passivo não circulante	401	421

b) Diversas

	31.12.2016	31.12.2015
Pagamentos a efetuar(*)	64.346	64.008
Provisões para demandas trabalhistas (Nota 19d1)	12.369	10.998
Valores a pagar sociedades ligadas	1.710	1.687
Credores diversos - no País	3.046	5.731
Total	**81.471**	**82.424**
Passivo circulante	44.293	37.105
Passivo não circulante	37.178	45.319

(*) Inclui provisão pra honorários fiscais, provisões para remuneração variável e provisão para pagamentos.

13. OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS

a) Receitas de Prestação de Serviços

	2º Semestre/2016	Exercício/2016	Exercício/2015
Administração de fundos	57.010	114.863	106.985
Comissões sobre colocação de títulos	1.993	2.983	3.693
Assessoria financeira	820	820	445
Outros serviços	493	901	791
Total	**60.316**	**119.567**	**111.914**

b) Despesas de Pessoal

	2º Semestre/2016	Exercício/2016	Exercício/2015
Proventos	(24.266)	(40.733)	(64.164)
Encargos sociais	(7.535	(14.860)	(14.070)
Benefícios	(3.254)	(5.977)	(6.223)
Demandas Trabalhistas	(6.979)	(6.994)	(7.681)
Honorários e Pró-labore	(1.787)	(2.190)	(864)
Treinamentos	(13)	(25)	(31)
Total	**(43.844)**	**(70.779)**	**(93.033)**

c) Outras Despesas Administrativas

	2º Semestre/2016	Exercício/2016	Exercício/2015
Água, energia e gás	(28)	(171)	(147)
Aluguéis	(1.459)	(3.053)	(3.260)
Comunicações	(123)	(234)	(132)
Manutenção e conservação de bens	(484)	(1.007)	(495)
Material	(45)	(85)	(75)
Processamento de dados	(2.306)	(4.390)	(4.504)
Promoções e relações públicas	(241)	(357)	(538)
Publicações, Propaganda e publicidade	(21)	(123)	(118)
Serviços do sistema financeiro	(1.009)	(2.041)	(1.457)
Serviços de terceiros	(57)	(67)	(95)
Serviços de vigilância e segurança	(8)	(39)	(58)
Serviços técnicos especializados	(1.896)	(3.434)	(2.511)
Transportes	(317)	(539)	(403)
Viagens	(359)	(515)	(568)
Emolumentos judiciais e cartorários	(58)	(99)	(20)
Depreciação	(22)	(303)	(240)
Amortização	(365)	(822)	(313)
Outras	(655)	(1.148)	(1.110)
Total	**(9.463)**	**(18.427)**	**(16.044)**

d) Outras Receitas Operacionais

	2º Semestre/2016	Exercício/2016	Exercício/2015
Variação monetária ativa	2	121	4
Atualização de depósitos em garantia	8	19	10
Reversão de provisões - demandas cíveis e fiscais	(14)	–	–
Recuperação de despesas administrativas	(10)	–	64
Reversão de provisões administrativas	(7)	14	–
Total	**(21)**	**154**	**78**

e) Outras Despesas Operacionais

	2º Semestre/2016	Exercício/2016	Exercício/2015
Atualização de remuneração variável (ações virtuais)	(668)	(2.079)	(161)
Demandas cíveis e fiscais	(4)	(5)	(30)
Outras(*)	(3.674)	(3.874)	(3.403)
Total	**(4.346)**	**(5.958)**	**(3.594)**

(*) Referem-se, basicamente, a provisão de devolução de taxa de administração.

14. RESULTADO NÃO OPERACIONAL

	2º Semestre/2016	Exercício/2016	Exercício/2015
Receitas não operacionais	–	–	**60**
Reversão de provisão para desvalorização de valores e bens	–	–	60
Despesas não operacionais	**(81)**	**(600)**	**(971)**
Desvalorização de outros valores e bens	–	(449)	(883)
Perdas de investimentos por incentivos fiscais	(69)	(103)	(88)
Perdas de outros investimentos	(18)	(48)	–
Outras	5	–	–
Total	**(82)**	**(600)**	**(911)**

15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O Capital Social da Sociedade, totalmente subscrito e integralizado, no montante de R$ 50.884 está representado por 5.088.407.391 quotas, em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

Conforme Instrumento Particular de Alteração e Consolidação do Contrato Social da Votorantim Asset Management Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. e Outras Avenças realizada em 10 de abril de 2015, os sócios aprovaram o aumento do Capital Social mediante a incorporação da Reserva Especial de Lucros no valor de R$ 4.348, com a emissão de 434.837.190 novas quotas realizada de maneira a manter suas respectivas participações no Capital Social da Sociedade. A alteração de capital foi aprovada pelo Banco Central do Brasil por despacho em 28 de maio de 2015.

b) Reserva de lucros

Reserva legal

Constituída obrigatoriamente à base de 5% do Lucro Líquido do período, até atingir o limite de 20% do Capital Social. A Reserva legal poderá deixar de ser constituída quando acrescida do montante das Reservas de Capital exceder 30% do Capital Social. A Reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de Capital ou para compensar prejuízos.

Reserva para expansão

Para cumprimento das exigências estabelecidas na legislação societária e regras do BACEN, no encerramento do período, a Administração propõe que a parcela do lucro não distribuído, caso exista, seja destinada para "Reserva para expansão", com a finalidade de fazer frente aos investimentos para expansão dos negócios. O saldo de reserva está à disposição dos sócios para deliberação futura em Reunião de Quotistas.

Outras reservas - Reserva especial de lucros

A Administração poderá propor que a parcela do lucro não distribuído, caso exista, seja destinada para "Reserva especial de lucros", o qual ficará à disposição dos acionistas para deliberação futura em Reunião de Quotistas.

c) Dividendos/Juros sobre o Capital Próprio

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo obrigatório, correspondente a 25% do lucro de cada período, deduzido da Reserva legal.

A Administração propõe a distribuição sobre o Lucro do período no montante de R$ 1.532 referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

	Exercício/2016 Valor (R$ mil)
Lucro líquido do período	**6.579**
Reserva legal	(457)
Base de cálculo	**6.127**
Dividendo mínimo obrigatório	1.532
Valor proposto	**1.532**
% sobre a base de cálculo	25%

	Exercício/2016	
	Valor (R$ mil)	Valor por lote de mil ações - R$
Lucro líquido do período	**6.579**	**1,29**
Dividendos a pagar	1.532	0,30

16. TRIBUTOS

a) Demonstração da Despesa de IR e CSLL

	2º Semestre/2016	Exercício/2016	Exercício/2015
Valores correntes	**(5.706)**	**(6.234)**	**(10.764)**
IR e CSLL no País - Corrente	(6.176)	(6.234)	(10.775)
IR e CSLL no País - Exercícios anteriores	470	–	11
Valores Diferidos	**4.310**	**(3.467)**	**16.116**
Ativo fiscal diferido	**4.310**	**(3.467)**	**16.116**
Diferenças temporárias	4.310	(3.467)	16.116
Total	**(1.396)**	**(9.701)**	**5.352**

b) Conciliação dos Encargos de IR e CSLL

	2º Semestre/2016	Exercício/2016	Exercício/2015
Resultado antes dos tributos e participações	**4.565**	**29.399**	**5.811**
Encargo total do IR (25%) e CSLL (15% até agosto/2015 e 20% a partir de setembro/2015)	(2.055)	(13.230)	(2.615)
Participação de empregados no lucro	2.532	5.904	7.090
Outros Valores(*)	(1.873)	(2.375)	877
Imposto de Renda e Contribuição Social do período	**(1.396)**	**(9.701)**	**5.352**

(*) Inclui, no exercício findo em 31 de dezembro de 2015, o montante de R$ 2.852 relativo à ativação de créditos tributários decorrentes da elevação da alíquota da CSLL (Lei nº 13.169/2015).

c) Despesas Tributárias

	2º Semestre/2016	Exercício/2016	Exercício/2015
COFINS	(2.811)	(5.526)	(5.202)
ISSQN	(1.451)	(2.788)	(2.614)
PIS	(461)	(904)	(849)
Outras	(1.557)	(1.993)	(618)
Total	**(6.280)**	**(11.211)**	**(9.283)**

d) Ativo Fiscal Diferido (Crédito Tributário - Ativado)

	31.12.2015 Saldo	Exercício/2016 Movimentação Líquida no Período	31.12.2016 Saldo
Diferenças temporárias	**38.182**	**(3.468)**	**34.714**
Provisões Passivas	38.182	(3.468)	34.714
Prejuízo fiscal/Base negativa de CSLL	–	–	–
Total dos Créditos Tributários Ativados	**38.182**	**(3.468)**	**34.714**
Imposto de Renda	21.390	(3.967)	17.423
Contribuição Social(*)	16.792	499	17.291

(*) Para a parcela dos créditos tributários com previsão de realização até 2018, aplica-se para a CSLL, a alíquota de 20%. Para a parcela que tem sua realização após 2018, aplica-se a alíquota de 15%.

e) Ativo Fiscal Diferido (Crédito Tributário - Não Ativado)

Não existem créditos tributários não ativados.

Expectativa de Realização

A expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos (créditos tributários) respalda-se em estudo técnico elaborado em 31 de dezembro de 2016.

	Valor nominal	Valor presente
Em 2017	17.941	16.883
Em 2018	8.469	7.478
Em 2019	4.782	3.955
Em 2020	2.140	1.658
Em 2021	1.122	813
A partir de 2022	260	159
Total de Créditos Tributários	**34.714**	**30.946**

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, observou-se a realização de créditos tributários na Votorantim Asset no montante de R$ 15.620 (R$ 9.200 em 2015), correspondente a 98% (93% em 2015) da respectiva projeção de utilização para o período de 2016, que constava no estudo técnico elaborado em 31 de dezembro de 2015.

Realização dos valores nominais de créditos tributários ativados

	Prejuízo Fiscal/CSLL a Compensar(1)	Diferenças Intertemporais(2)
Em 2017	–	52%
Em 2018	–	24%
Em 2019	–	14%
Em 2020	–	6%
Em 2021	–	3%
A partir de 2022	–	1%

(1) Projeção de consumo vinculada à capacidade de gerar bases tributáveis de IRPJ e CSLL em períodos subsequentes; e

(2) A capacidade de consumo decorre das movimentações das provisões (expectativa de ocorrerem reversões, baixas e utilizações).

17. PARTES RELACIONADAS

Custos com remunerações e outros benefícios atribuídos ao Pessoal-Chave da Administração da Sociedade, formado pela Diretoria:

	2º Semestre/2016	Exercício/2016	Exercício/2015
Honorários e Pró-labore	1.787	2.190	864
Gratificações	407	6.515	5.848
Encargos sociais	575	2.593	2.507
Total	**2.769**	**8.298**	**9.219**

A Sociedade não oferece benefícios pós-emprego ao Pessoal-Chave da Administração.

As operações com partes relacionadas compreendem as empresas que compõem o Conglomerado Financeiro Banco do Brasil e com a Votorantim S.A. (dentre as principais empresas destacam-se: Votorantim Finanças, Votorantim Cimentos, Votorantim Metais, Votorantim Siderurgia, Votorantim Energia, Fibria e Citrosuco).

A Sociedade realiza transações bancárias com as partes relacionadas, tais como depósitos em conta corrente (não remunerados), depósitos remunerados e captações no mercado aberto. Há ainda contratos de prestação de serviços.

A Sociedade não concede empréstimos ao Pessoal-Chave da Administração, em conformidade com a proibição a toda instituição financeira estabelecida pelo Banco Central do Brasil.

31.12.2016	Conglomerado Banco do Brasil	Conglomerado Votorantim	Banco Votorantim e Controladas	Outras	Total
Ativos					
Disponibilidades	141	–	552	–	**693**
Aplicações Interfinanceiras de liquidez	–	–	138.935	–	**138.935**
Outros ativos	–	–	853	–	**853**
Passivos					
Outros passivos	–	–	(3.242)	–	**(3.242)**
Resultado (2º Semestre/2016)					
Rendas de juros e prestação de serviços	–	–	9.048	–	**9.048**
Resultado (Exercício/2016)					
Rendas de juros e prestação de serviços	–	–	16.990	–	**16.990**

31.12.2015	Conglomerado Banco do Brasil	Conglomerado Votorantim	Banco Votorantim e Controladas	Outras	Total
Ativos					
Disponibilidades	–	–	143	–	**143**
Aplicações Interfinanceiras de liquidez	–	–	133.015	–	**133.015**
Outros ativos	–	–	2.309	–	**2.309**
Passivos					
Outros passivos	–	–	(5.602)	–	**(5.602)**
Resultado (Exercício/2015)					
Rendas de juros e prestação de serviços	–	–	15.352	–	**15.352**

18. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Não existem benefícios pós-emprego, tais como: pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida e assistência médica pós-emprego, outros benefícios de longo prazo a empregados, incluindo licença por anos de serviço ou outras licenças, jubileu ou outros benefícios por anos de serviço, remuneração baseada em ações e benefícios de rescisão de contrato de trabalho, com exceção dos previstos em acordo coletivo da categoria.

Programa de remuneração variável

A Sociedade implementou no primeiro semestre de 2013 o Programa de Remuneração de Curto Prazo e Longo Prazo. São elegíveis ao programa os diretores e empregados do Conglomerado. Esse programa foi aprovado pelo Conselho de Administração em 10 de maio de 2012.

A Sociedade possui 3 planos de incentivos de longo prazo que tem como objetivo (i) atração, motivação e retenção de talentos; (ii) alinhamento dos interesses dos diretores e empregados aos objetivos e interesses dos acionistas; (iii) geração de resultados e criação sustentável de valor; e (iv) criação de uma visão de longo prazo. São eles:

a) **Incentivo Variável Condicionado:** plano com duração de no mínimo 1 ano e no máximo 3 anos, que consiste na concessão de um incentivo em espécie condicionado à performance de cada ano. São elegíveis ao plano todos os empregados da Sociedade.

b) **Incentivo de Longo Prazo:** plano com duração de 4 anos, que consiste na concessão de Unidades de Investimentos (denominadas "ações virtuais") da Sociedade baseado na performance de cada ano. São elegíveis ao plano os diretores e os empregados de nível executivo.

c) **Programa de Compra de Ações Virtuais:** plano com duração de 4 anos, onde todos os diretores e empregados tem a oportunidade de investir parte ou totalidade da remuneração variável disponível em Unidades de Investimentos (denominadas "ações virtuais") da Sociedade e, em contrapartida, a Sociedade entrega de forma progressiva Unidades de Investimentos adicionais.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, foram reconhecidos no resultado em "Despesas de Pessoal - Proventos" da Sociedade R$ 24.326 (R$ 28.734 no exercício findo em 31 de dezembro de 2015) em relação às transações de incentivos de longo prazo. Essa despesa decorre de acordos celebrados com alguns colaboradores da Sociedade, em conformidade com a política de remuneração. Os incentivos geralmente tornam-se de direito entre 1 e no máximo quatro anos contados da data da concessão, cuja liquidação ocorre em espécie.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, ocorreram pagamentos no valor de R$ 18.340, sendo R$ 6.987 referente ao Programa de Remuneração de Longo Prazo de 2012, R$ 10.313 referente ao Programa de Remuneração de Longo Prazo de 2013 e R$ 1.040 referente ao Programa de Remuneração de Longo Prazo de 2014.

Em 31 de dezembro de 2016, a Sociedade registrou na rubrica de "Outras obrigações - Diversas - Provisão para pagamentos a efetuar" o montante de R$ 54.776 (R$ 52.623 em 31 de dezembro de 2016).

O valor da ação virtual é calculado, no mínimo, trimestralmente com base nos resultados do Conglomerado e dos registros efetuados diretamente em contas do Patrimônio líquido por determinação das práticas contábeis vigentes. No valor do referido Patrimônio líquido as movimentações não recorrentes são avaliadas individualmente e submetidas ao Comitê de Remuneração para deliberação quanto à sua exclusão ou não do cálculo do Patrimônio base para a valorização da ação virtual.

Movimentação de ações virtuais

	2º Semestre/2016	Exercício/2016	Exercício/2015
Quantidade inicial	**7.925.165**	**9.465.833**	**5.452.515**
Novos/Atualizações	2.835.420	5.718.773	5.662.949
Pagos	–	(4.070.854)	(1.636.502)
Canceladas	–	(353.167)	(13.129)
Quantidade final	**10.760.585**	**10.760.585**	**9.465.833**

O valor inicial das ações virtuais concedidas é calculado sobre o Patrimônio Líquido ao final de cada exercício social, onde é atribuído o valor nominal de R$ 1,00 (um real) para cada unidade de ação virtual.

19. PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

a) Ativos Contingentes

Não foram reconhecidos ativos contingentes nas Demonstrações Contábeis, que se enquadrem no disposto da Resolução CMN nº 3.823/2009.

b) Ações Trabalhistas

A Sociedade é parte passiva (réu) em processos judiciais trabalhistas movidos, na grande maioria, por ex-empregados. As provisões de perdas prováveis representam vários pedidos reclamados, como: indenizações, horas extras, descaracterização de jornada de trabalho, adicional de função e representação e outros.

c) Ações Fiscais

A Sociedade está sujeita em fiscalizações realizadas pelas autoridades tributárias - a questionamentos com relação a tributos, que podem eventualmente gerar autuações, como por exemplo: composição da base de cálculo do IRPJ/CSLL (dedutibilidades); e discussão quanto à incidência de tributos, quando da ocorrência de determinados fatos econômicos. A maioria das ações oriundas das autuações versa sobre ISSQN, IRPJ, CSLL, PIS/COFINS, IOF e Contribuições Previdenciárias Patronais. Como garantia de algumas delas, quando necessário, existem depósitos judiciais para suspensão da exigibilidade dos tributos em discussão.

d) Provisões para Demandas Trabalhistas e Fiscais - Prováveis

A Sociedade constitui provisão para demandas trabalhistas e fiscais com risco de perda "provável", quantificada utilizando metodologia individualizada (contempla os processos com probabilidade de êxito do autor igual a remoto, possível ou provável) ou massificada, de acordo com a natureza e/ou valor do processo.

As estimativas do desfecho e do efeito financeiro são determinadas pela natureza das ações, pelo julgamento da Administração da Sociedade, por meio da opinião dos assessores jurídicos com base nos elementos do processo, complementadas pela complexidade e pela experiência de demandas semelhantes.

A Administração da Sociedade considera ser suficiente a provisão constituída para atendimento às perdas decorrentes de demandas trabalhistas e fiscais.

d.1) Movimentações nas provisões para demandas fiscais e trabalhistas classificadas como prováveis

Demandas fiscais	2º Semestre/2016	Exercício/2016	Exercício/2015
Saldo inicial	**426**	**421**	**391**
Constituições	–	–	5
Baixa por pagamento	–	(7)	–
Atualizações	12	24	25
Saldo final	**438**	**438**	**421**

Demandas trabalhistas	2º Semestre/2016	Exercício/2016	Exercício/2015
Saldo inicial	**10.112**	**10.998**	**4.867**
Constituições	8.154	11.822	10.689
Reversões(1)	(6.022)	(9.380)	(4.079)
Baixas(2)	(581)	(2.270)	(1.518)
Atualizações	706	1.199	1.039
Saldo final(3)	**12.369**	**12.369**	**10.998**

(1) Referem-se, basicamente, a negociações de acordos, revisões de processos e prognósticos de perdas.

(2) Referem-se, basicamente, a indenizações trabalhistas por acordos.

(3) A partir de Agosto de 2016 foram aperfeiçoados os critérios de mensuração com a implantação de um modelo estatístico para o cálculo de provisão para as ações que possuem perfis e padrões homogêneos ou similares, as quais passaram a ser avaliadas de forma massificada. Essa alteração incorreu em um incremento na provisão no montante de R$ 521.

d.2) Cronograma esperado de desembolsos

31.12.2016	Trabalhistas	Fiscais
Até 5 anos	12.369	438
Total	**12.369**	**438**

e) Passivos Contingentes - Possíveis

Os montantes evidenciados no quadro abaixo representam a estimativa do valor que possivelmente será desembolsado em caso de condenação da Sociedade. As demandas são classificadas como possível quando não há elementos seguros que permitam concluir o resultado final do processo e quando a probabilidade de perda é inferior à provável e superior à remota.

Saldos dos passivos contingentes classificados como possíveis

	31.12.2016	31.12.2015
Demandas Fiscais(1)	6.317	5.916
Demandas Trabalhistas(2)	8.167	13.732
Total	**14.484**	**19.648**

(1) O principal processo contingente avaliado como risco de perda possível está relacionado à IRPJ/CS sobre Juros sobre o Capital próprio.

(2) Referem-se a processos movidos, na grande maioria, por ex-empregados, cuja natureza das reclamações envolve indenizações, horas extras, descaracterização de jornada de trabalho, adicional de função e representação e outros.

A partir de Agosto de 2016 foram aperfeiçoados os critérios de mensuração com a implantação de um modelo estatístico para o cálculo de provisão para as ações que possuem perfis e padrões homogêneos ou similares, as quais passaram a ser avaliadas de forma massificada. O montante de passivos contingentes classificados como possíveis divulgado em 31 de dezembro de 2015 é de R$ 49.235 foram reapresentados, com objetivo de demonstrar para ambos os períodos a apuração do risco de perda possível à luz do novo modelo de cálculo de provisão implementado, para fins de comparabilidade.

f) Depósitos em Garantia de Recursos

Saldos dos depósitos em garantia constituídos para as contingências

	31.12.2016	31.12.2015
Demandas cíveis	101	13
Demandas fiscais	34	31
Demandas trabalhistas	646	211
Total	**781**	**255**

20. GERENCIAMENTO DE RISCOS E DE CAPITAL

a) Processo de Gestão de Riscos

A abordagem integrada para gestão de riscos compreende a adoção de instrumentos que permitem a consolidação e controle dos riscos relevantes incorridos pelo Conglomerado. Esta abordagem tem por objetivo organizar o processo decisório e definir os mecanismos de controle dos níveis de risco aceitáveis e compatíveis com o volume de Capital disponível, em linha com a estratégia de negócio adotada.

A consolidação dos riscos abrange as exposições relevantes inerentes às linhas de negócio do Conglomerado, agrupados principalmente nas seguintes categorias de riscos: de mercado, de liquidez, de crédito e operacional. Esta consolidação é feita através de processo estruturado que compreende o mapeamento, a apuração e a totalização dos valores em risco.

Os níveis de exposição a riscos são monitorados por meio de uma estrutura de limites de risco, que são incorporados às atividades diárias do Conglomerado, através de um processo estruturado de gestão e de controle, que atribui responsabilidades funcionais às áreas envolvidas. O envolvimento da Alta Administração se dá no acompanhamento e na execução das ações necessárias à gestão dos riscos.

O retorno financeiro é apurado através de processos que permitem o acompanhamento da rentabilidade gerencial das várias linhas de negócio, consistentemente com a programação orçamentária e de forma aderente aos resultados contábeis realizados.

Em síntese, o Conglomerado adota os seguintes fundamentos na prática da gestão integrada de riscos:

- Visão consolidada de riscos;
- Compatibilização entre níveis de exposição a riscos, limites autorizados e retorno financeiro pretendido;
- Segregação funcional entre áreas de negócio, controle de riscos, auditoria e processamento operacional;
- Adoção de metodologias de cálculo de riscos alinhadas às práticas de mercado; e
- Envolvimento da Alta Administração.

b) Risco de Crédito

O risco de crédito é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador, emissor ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados com o Banco Votorantim.

c) Risco de Liquidez

O risco de liquidez é definido como:

- A possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e
- Possibilidade de a instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

d) Risco Operacional

Risco operacional é definido como a possibilidade de perda resultante de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos à Sociedade.

e) Risco de Mercado

Risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas financeiras decorrentes da flutuação nos valores de mercado de exposições detidas por uma instituição financeira. Estas perdas financeiras podem ser incorridas em função do impacto produzido pela variação das taxas de juros, das paridades cambiais, dos preços de ações e de commodities.

f) Gerenciamento de Capital

Seguindo as regulamentações do BACEN e, em consonância com as recomendações do Comitê de Supervisão Bancária de Basileia, a Instituição adota as diretrizes prudenciais de gestão de Capital de forma consolidada visando uma administração eficiente e sustentável de seus recursos e colaborando para a promoção da estabilidade do Sistema Financeiro Nacional.

Em linha com a Resolução nº 3.988 do CMN e a Circular nº 3.547 do Bacen, a instituição dispõe de estrutura e políticas institucionais para o gerenciamento do capital, aprovado pelo Conselho de Administração, em consonância com o Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital (ICAAP), contemplando os seguintes itens:

- Identificação e avaliação dos riscos relevantes;
- Políticas e estratégias documentadas;
- Plano de Capital para três anos, abrangendo metas e projeções de Capital, principais fontes de captação e plano de contingência de Capital;
- Testes de estresse e seus impactos no Capital;
- Relatórios gerenciais para a Alta Administração (Diretoria e Conselho de Administração);
- Avaliação de Suficiência de Capital na Visão Regulatória e Econômica; e
- Relatório Anual do Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital (ICAAP).

Suficiência de Capital (visão Regulatória)

A gestão do capital na instituição é realizada com o objetivo de garantir a adequação aos limites regulatórios e o estabelecimento de uma base sólida de Capital que viabilize o desenvolvimento dos negócios e operações de acordo com o plano estratégico da instituição.

Visando a avaliação da suficiência de capital para fazer frente aos riscos associados e ao cumprimento dos limites operacionais regulatórios, a instituição elabora anualmente um plano de Capital considerando projeções de crescimento da carteira de empréstimos e demais operações e ativos.

Mensalmente após a apuração do Patrimônio de Referência(PR) e do Capital Exigido, são divulgados relatórios gerenciais de acompanhamento do Capital alocado para riscos e os índices de capitais (Basileia, Nível I e Principal) para as áreas envolvidas.

Índices de Capital

Os índices de capital estão sendo apurados segundo os critérios estabelecidos pelas Resoluções CMN nº 4.192/2013 e nº 4.193/2013, que tratam do cálculo do Patrimônio de Referência (PR) e do Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PRMR) em relação aos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA), respectivamente.

Destaca-se que a partir de outubro de 2013 passou a vigorar o conjunto normativo que implementou no Brasil as recomendações do Comitê de Supervisão Bancária de Basileia relativas à estrutura de capital de instituições financeiras, conhecidas por Basileia III. As novas normas adotadas tratam dos seguintes assuntos:

I - nova metodologia de apuração do capital regulamentar, que continua a ser dividido nos Níveis I e II, sendo o Nível I composto pelo Capital Principal (deduzido de Ajustes Prudenciais) e Capital Complementar;

II - nova metodologia de apuração da exigência de manutenção de Capital, adotando requerimentos mínimos de PR, de Nível I e de Capital Principal, e introdução do Adicional de Capital Principal.

Desde janeiro de 2014, a Resolução CMN nº 4.192/2013 define os seguintes itens referentes aos ajustes prudenciais a serem deduzidos do Patrimônio de Referência:

(i) ágios pagos na aquisição de investimentos com fundamento em expectativa de rentabilidade futura líquidos de passivos fiscais diferidos;
(ii) ativos intangíveis constituídos a partir de outubro de 2013;
(iii) ativos atuariais relacionados a fundos de pensão de benefício definido líquidos de passivos fiscais diferidos a eles associados;
(iv) participação de não controladores;
(v) investimentos, diretos ou indiretos, superiores a 10% do capital social de Sociedades assemelhadas a instituições financeiras, não consolidadas, e de sociedades seguradoras, resseguradoras, sociedades de capitalização e Sociedades abertas de previdência complementar (investimentos superiores);
(vi) créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias que dependam de geração de lucros ou receitas tributárias futuras para sua realização;
(vii) créditos tributários de prejuízo fiscal de superveniência de depreciação;
(viii) créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais e de base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido.

De acordo com a Resolução CMN nº 4.192/2013, as deduções referentes aos ajustes prudenciais serão efetuadas de forma gradativa, em 20% ao ano, de 2014 a 2018, com exceção dos ativos diferidos e instrumentos de captação emitidos por instituições financeiras, os quais já estão sendo deduzidos na sua integralidade, desde outubro de 2013.

O escopo de consolidação utilizado como base para a verificação dos limites operacionais também foi alterado, passando a considerar apenas o Conglomerado Financeiro, de 01/10/2013 até 31/12/2014, e o Conglomerado Prudencial, definido na Resolução CMN nº 4.280/2013, a partir de 01/01/2015.

Em 31 de dezembro de 2016, o Índice de Solvabilidade (Basileia) do Conglomerado Prudencial foi de 15,06% (15,23% em 31 de dezembro de 2015).

Em atendimento à Circular nº 3.678/2013 do BACEN, o Conglomerado mantém informações adicionais de seu processo de gestão de riscos disponibilizadas no website: www.bancovotorantim.com.br/ri.

21. OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Comitê de Auditoria

Em atendimento à Resolução nº 3.198/2004 do CMN, a Sociedade aderiu ao Comitê de Auditoria instituído pelo Conglomerado Financeiro Votorantim, por intermédio da instituição líder Banco Votorantim S.A.. O resumo do relatório do referido comitê foi divulgado em conjunto com as Demonstrações Contábeis do Banco Votorantim S.A. de 31 de dezembro de 2016.

continua

VotorantimAsset

VOTORANTIM ASSET MANAGEMENT DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.

CNPJ 03.384.738/0001-98

Avenida das Nações Unidas, nº 14.171, Torre A, 11º andar, Vila Gertrudes, CEP 04794-000, São Paulo - (SP) - Brasil

continuação

A DIRETORIA

Alexei de Bona
Contador - PR-036459/O-3

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

ıistradores e aos Quotistas da
ıntim Asset Management Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.
ıulo - SP

ão

ıamos as demonstrações contábeis da Votorantim Asset Management Distribuidora de Títulos e s Mobiliários Ltda. ("Sociedade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o o das principais políticas contábeis.

ıssa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os os relevantes, a posição patrimonial e financeira da Votorantim Asset Management Distribuidora de e Valores Mobiliários Ltda. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas ısil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen.

para opinião

auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas ısabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada onsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em o à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional ntador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com nais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria ı é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

ıs assuntos - Demonstrações do valor adicionado

monstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro)16, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Sociedade, e apresentadas como ıação suplementar em relação às práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições zadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen, foram submetidas a procedimentos de auditoria tados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Sociedade. Para a formação de opinião, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as demonstrações contábeis e os contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios dos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas nstrações do valor adicionado foram adequadamente preparadas, em todos os aspectos relevantes, do os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da Sociedade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 09 de fevereiro de 2017

KPMG

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

João Paulo Dal Poz Alouche
Contador - CRC 1SP245785/O-2

IGEPREV Fl. 112 Ass.

VotorantimAsset

VOTORANTIM ASSET MANAGEMENT DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.

CNPJ 03.384.738/0001-98
Avenida das Nações Unidas, nº 14.171, Torre A, 7º andar, Vila Gertrudes - CEP: 04794-000 - São Paulo - (SP) - Brasil

GEPREV 113/19 Ass

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Quotistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, apresentamos as demonstrações contábeis da Votorantim Asset Management Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., também denominada Votorantim Wealth Management & Services (VWM&S), relativas aos períodos findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, acompanhadas das respectivas notas explicativas e do relatório dos auditores independentes.

A VWM&S, estrutura organizacional consolidadora das atividades de Asset Management (VAM) e Private Bank, encerrou o 2015 com volume total de recursos geridos de R$ 47,4 bilhões. O patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2015 foi de R$ 76,4 milhões e resultado líquido de R$-5,7 milhões (R$ 82,1 milhões e R$ 10,2 milhões em 31 de dezembro de 2014, respectivamente).

Em conformidade com sua missão, visão e valores, a VAM teve reafirmada em novembro/15 a classificação AMP-1 (*Asset Management Practices* - Muito Forte) referente às suas práticas de gestão de recursos de terceiros, classificação máxima que uma *Asset* pode obter. Visando reforçar seu compromisso em incorporar critérios sociais, ambientais e de governança corporativa nos processos de análise e gestão de ativos, a VAM se tornou signatária do PRI - *Principles of Responsible Investment*.

A VAM atualmente está entre as dez maiores gestoras de ativos no Brasil de acordo com o *ranking* de gestores da ANBIMA, ocupando a 9ª posição ao final do dezembro/15, e atua em um amplo grupo de segmentos de investidores - de *corporate* e institucionais a clientes de *private bank* e distribuidores. No segmento de produtos estruturados, a VAM encerrou 2015 com volume administrado de R$ 16,1 bilhões e ocupa a 4ª posição no Ranking de Gestores de Fundos Imobiliários, a 8ª posição no Ranking de Gestores de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios e a 6ª posição de Fundos de Investimentos em Participações elaborados pela ANBIMA, com participação de mercado de 8,2%, 2,8% e 5,3%, respectivamente.

Ao longo de 2015, a VAM deu continuidade ao seu processo de parceria com o Banco do Brasil, em conjunto com a BB DTVM, no desenvolvimento, administração, gestão e distribuição de fundos de investimento inovadores e customizados de Imobiliários (FIIs), Direitos Creditórios (FIDCs), de Investimentos em Participações (FIPs) e Crédito Privado. No encerramento de 2015, o volume total dos fundos relativos a essa parceria somava R$ 4,9 bilhões.

Em junho/15, em reconhecimento à sua excelência e consistência no desempenho, a VAM recebeu da Revista Valor Investe, em parceria com a Standard & Poor's, o prêmio Top Gestão 2015 Alocação Mista Flexível, premiação entregue aos melhores gestores da indústria brasileira de fundos de investimento. Além disso, na mesma premiação, 11 fundos de investimentos foram destacados com, no mínimo, quatro estrelas.

Com relação ao segmento de Private Bank, em 2015 a VWM&S alcançou o volume total de ativos de R$ 21,6 bilhões, dando continuidade a sua missão de ser um Private de soluções, com foco na gestão patrimonial.

A administração da VWM&S agradece aos quotistas, clientes, parceiros pela confiança depositada e aos colaboradores pelo contínuo empenho e dedicação.

São Paulo, 18 de fevereiro de 2016

A Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014
(Em milhares de Reais)

		31.12.2015	31.12.2014
ATIVO CIRCULANTE		170.120	150.378
Disponibilidades	(Nota 4)	161	968
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	(Nota 5a)	133.015	119.738
Aplicações em depósitos interfinanceiros		133.015	119.738
Outros Créditos		36.523	28.607
Rendas a receber		11.699	9.267
Diversos	(Nota 7)	24.824	19.340
Outros Valores e Bens	(Nota 8)	421	1.065
Despesas antecipadas		421	1.065
ATIVO NÃO CIRCULANTE		33.413	21.008
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		29.483	17.029
Títulos e Valores Mobiliários		7.026	5.695
Carteira própria	(Nota 6a)	7.026	5.695
Outros Créditos		22.457	11.334
Diversos	(Nota 7)	22.457	11.334
PERMANENTE		3.930	3.979
Investimentos	(Nota 9)	2.357	2.192
Outros investimentos		3.987	3.734
(Imparidade acumulada)		(1.630)	(1.542)
Imobilizado de Uso	(Nota 10)	696	903
Outras imobilizações de uso		4.820	4.787
(Depreciação acumulada)		(4.124)	(3.884)
Intangível	(Nota 11)	877	884
Ativos intangíveis		9.328	8.199
(Amortização acumulada)		(1.413)	(1.100)
(Imparidade acumulada)		(7.038)	(6.215)
TOTAL DO ATIVO		203.533	171.386

		31.12.2015	31.12.2014
PASSIVO CIRCULANTE		67.805	73.226
Outras Obrigações		67.805	73.226
Sociais e estatutárias		13.289	15.188
Fiscais e previdenciárias	(Nota 12a)	13.105	13.184
Negociação e intermediação de valores		4.306	–
Diversas	(Nota 12b)	37.105	44.854
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		59.335	16.029
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		59.335	16.029
Outras Obrigações		59.335	16.029
Fiscais e previdenciárias	(Nota 12a)	421	391
Negociação e intermediação de valores		13.595	12.825
Diversas	(Nota 12b)	45.319	2.813
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		76.393	82.131
Capital		50.884	46.536
De domiciliados no País	(Nota 15a)	50.884	46.536
Reservas de Lucros		25.509	35.595
TOTAL DO PASSIVO		203.533	171.386

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - PERÍODO DE 01 DE JANEIRO A 31 DEZEMBRO DE 2015 E 2014 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015
(Em milhares de Reais)

			Reservas de lucros				
EVENTOS		Capital Realizado	Legal	Expansão	Outras	Lucros/(Prejuízos) Acumulados	Total
Saldos em 31.12.2013		46.536	6.082	26.754	10.838	–	90.210
Reversão de reserva de expansão		–	–	(2.100)	–	2.100	
Dividendos		–	–	–	(10.838)	–	(10.838)
Lucro líquido do período		–	–	–	–	10.215	10.215
Destinações:							
Reserva legal		–	511	–	–	(511)	–
Reserva especial de lucros		–	–	–	4.348	(4.348)	–
Dividendos (Nota 15c)		–	–	–	–	(5.356)	(5.356)
Juros sobre o capital próprio (Nota 15c)		–	–	–	–	(2.100)	(2.100)
Saldos em 31.12.2014		46.536	6.593	24.654	4.348	–	82.131
Mutações do Período		–	511	(2.100)	(6.490)	–	(8.079)
Saldos em 30.06.2015		50.884	6.593	24.654	–	(4.926)	77.205
Prejuízo do período		–	–	–	–	(812)	(812)
Destinações:							
Absorção de prejuízo		–	–	(5.738)	–	5.738	–
Saldos em 31.12.2015		50.884	6.593	18.916	–	–	76.393
Mutações do Período		–	–	(5.738)	–	4.926	(812)
Saldos em 31.12.2014		46.536	6.593	24.654	4.348	–	82.131
Aumento de capital	(Nota 15 a)	4.348	–	–	(4.348)		
Prejuízo do período		–	–	–	–	(5.738)	(5.738)
Destinações:							
Absorção de prejuízo		–	–	(5.738)	–	5.738	–
Saldos em 31.12.2015		50.884	6.593	18.916	–	–	76.393
Mutações do Período		4.348	–	(5.738)	(4.348)	–	(5.738)

O Lucro por Quotas está divulgado na Demonstração do Resultado.
As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015
(Em milhares de Reais)

		2º semestre 2015		Exercícios 2015		2014	
Receitas		63.026		124.171		129.645	
Receitas da intermediação financeira	(Nota 6b)	8.880		16.684		12.869	
Receitas de prestação de serviços	(Nota 13a)	58.189		111.914		111.899	
Outras receitas/despesas	(Nota 13d/13e/14)	(4.043)		(4.427)		4.877	
Insumos Adquiridos de Terceiros		(6.055)		(12.231)		(12.580)	
Materiais, água, energia e gás	(Nota 13c)	(75)		(222)		(314)	
Serviços de terceiros	(Nota 13c)	(35)		(95)		(457)	
Comunicações	(Nota 13c)	(61)		(132)		(305)	
Processamento de dados	(Nota 13c)	(1.904)		(4.504)		(4.900)	
Transportes	(Nota 13c)	(198)		(403)		(407)	
Serviços de vigilância e segurança	(Nota 13c)	(4)		(58)		(164)	
Serviços técnicos especializados	(Nota 13c)	(1.187)		(2.511)		(2.226)	
Serviços do sistema financeiro	(Nota 13c)	(744)		(1.457)		(1.265)	
Publicações, propaganda e publicidade	(Nota 13c)	(17)		(116)		(180)	
Emolumentos judiciais e cartorários	(Nota 13c)	(12)		(20)		(101)	
Outros	(Nota 13c)	(1.818)		(2.711)		(2.261)	
Valor Adicionado Bruto		56.971		111.940		117.065	
Despesas de depreciação e amortização	(Nota 13c)	(247)		(553)		(1.368)	
Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade		56.724		111.387		115.697	
Valor Adicionado a Distribuir		56.724	100,00%	111.387	100,00%	115.697	100,00%
Valor Adicionado Distribuído		56.724	100,00%	111.387	100,00%	115.697	100,00%
Pessoal		52.116	91,88%	100.070	89,84%	77.573	67,05%
Salários e honorários	(Nota 13b)	40.730		72.703		53.190	
Participação de empregados e administradores nos lucros e resultados		6.593		16.901		15.435	
Benefícios e treinamentos	(Nota 13b)	3.133		6.255		5.494	
FGTS		1.660		4.206		3.451	
Impostos, Taxas e Contribuições		4.761	8,39%	13.795	12,38%	21.038	18,18%
Federais		3.379		11.005		18.363	
Estaduais		–	–	1			
Municipais		1.382		2.790		2.674	
Remuneração de Capitais de Terceiros		659	1,16%	3.260	2,93%	6.871	5,94%
Aluguéis	(Nota 13c)	659		3.260		6.871	
Remuneração de Capitais Próprios		(812)	(1,43%)	(5.738)	(5,15%)	10.215	8,83%
Dividendos/juros sobre o capital próprio		–		–		7.456	
Lucro retido/(prejuízo) absorvido		(812)		(5.738)		2.759	

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015
(Em milhares de Reais, exceto o Lucro líquido do período por lote de mil quotas)

		2º semestre 2015	Exercícios 2015	2014
RECEITAS DE INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		8.880	16.684	12.869
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	(Nota 6b)	8.880	16.684	12.869
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		8.880	16.684	12.869
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS		(6.341)	(9.962)	11.479
Receitas de prestação de serviços	(Nota 13a)	58.189	111.914	111.899
Despesas de pessoal	(Nota 13b)	(49.178)	(93.033)	(69.465)
Outras despesas administrativas	(Nota 13c)	(6.961)	(16.044)	(20.819)
Despesas tributárias	(Nota 16c)	(4.932)	(9.283)	(8.646)
Outras receitas operacionais	(Nota 13d)	73	78	413
Outras despesas operacionais	(Nota 13e)	(3.532)	(3.594)	(1.903)
RESULTADO OPERACIONAL		2.539	6.722	24.348
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	(Nota 14)	(584)	(911)	6.367
Receitas não operacionais		–	60	6.528
Despesas não operacionais		(584)	(971)	(161)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS E PARTICIPAÇÕES		1.955	5.811	30.715
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(Nota 16a)	3.826	5.352	(5.065)
PARTICIPAÇÃO DE EMPREGADOS E ADMINISTRADORES NOS LUCROS E RESULTADOS		(6.593)	(16.901)	(15.435)
LUCRO LÍQUIDO/(PREJUÍZO)		(812)	(5.738)	10.215
JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO		–	–	(2.100)
LUCRO/(PREJUÍZO) POR QUOTA				
Lucro por lote de mil quotas - R$		(0,16)	(1,06)	2,20
Quantidade de quotas (lote de milhões)		5.088.407	5.088.407	4.653.570

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015
(Em milhares de Reais)

		2º semestre 2015	Exercícios 2015	2014
Fluxos de Caixa Provenientes das Operações				
Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social		1.955	5.811	30.715
Ajustes ao Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social		6.083	8.667	(1.955)
Depreciações e amortizações	(Nota 13c)	247	553	1.368
Resultado no avaliação do valor recuperável de ativos		584	911	161
(Lucro) prejuízo na alienação de investimentos		–	–	(5.971)
Provisão (reversão) para desvalorização de outros valores e bens	(Nota 14)	500	823	–
Despesas (reversão) com provisões cíveis, trabalhistas e fiscais		4.919	7.711	2.487
Receita de juros de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda		(167)	(1.331)	–
Lucro Ajustado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social		8.038	14.478	28.760
Variações Patrimoniais		(7.542)	(13.870)	(7.098)
(Aumento) redução em aplicações interfinanceiras de liquidez		(20.855)	(13.277)	4.942
(Aumento) redução em títulos para negociação e instrumentos financeiros derivativos		–	–	4.231
(Aumento) redução em outros créditos líquidos dos impostos diferidos		(8.234)	(2.923)	(553)
(Aumento) redução em outros valores e bens		(367)	(179)	(334)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(2.419)	(8.481)	(6.667)
(Redução) aumento em outras obrigações		24.353	10.990	(8.717)
CAIXA GERADO (UTILIZADO) PELAS OPERAÇÕES		496	608	21.662
Fluxos de Caixa Provenientes das Atividades de Investimento				
(Aquisição) de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda		–	–	(5.695)
(Aquisição) de investimentos		(253)	(253)	(556)
(Aquisição) de imobilizado de uso		–	(52)	(86)
(Aquisição) de intangíveis		(506)	(1.129)	(889)
Alienação/redução de investimentos		–	–	6.915
Alienação de imobilizado de uso		1	19	35
CAIXA GERADO (UTILIZADO) PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		(758)	(1.415)	(276)
Fluxos de Caixa Provenientes das Atividades de Financiamento				
Dividendos pagos		–	–	(21.907)
CAIXA GERADO (UTILIZADO) PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		–	–	(21.907)
Variação Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa		(262)	(807)	(521)
Início do período		423	968	1.489
Fim do período	(Nota 4)	161	161	968
Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa		(262)	(807)	(521)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
(Em milhares de Reais)

1. A VOTORANTIM ASSET E SUAS OPERAÇÕES

A Votorantim Asset Management Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. é uma companhia de Capital fechado que tem como objetivo social, principalmente, intermediar, comprar e vender títulos e valores mobiliários por conta própria ou de terceiros e instituir, organizar e administrar fundos e clubes de investimentos. As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro, inclusive em relação ao gerenciamento de riscos, e certas operações têm a coparticipação ou a intermediação de instituições associadas, integrantes do sistema financeiro. Os benefícios dos serviços prestados entre essas instituições e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos segundo a praticabilidade e a razoabilidade de lhes serem atribuídos em conjunto ou individualmente.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações com observância às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN), apresentados em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF).

A elaboração de demonstrações de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras, requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis, quando for o caso. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: o valor residual do ativo permanente, ativos fiscais diferidos, provisão para demandas trabalhistas, fiscais e cíveis, valorização de instrumentos financeiros e outras provisões. Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua liquidação.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emite normas e interpretações contábeis alinhadas as normas internacionais de contabilidade e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários. O BACEN recepcionou os seguintes pronunciamentos, observados integralmente pela Companhia, quando aplicável: CPC 00 (R1) - Pronunciamento Conceitual Básico, CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa, CPC 05 - Divulgação de Partes Relacionadas, CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações, CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, CPC 24 - Eventos Subsequentes e CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados, cuja adoção será iniciada em 1º de janeiro de 2016.

A Companhia aplica o pronunciamento CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado que não é conflitante com as normas do BACEN, conforme determina a regulamentação vigente.

Caso venha a aplicar os demais normativos que dependem de regulamentação do BACEN, os reflexos resultarão em ajustes imateriais ou em alterações na forma de divulgação.

A emissão das Demonstrações Contábeis foi autorizada pela Diretoria em 18 de fevereiro de 2016.

Informações para Efeito de Comparabilidade

Foram realizadas reclassificações na Demonstração do Resultado, para efeito de comparabilidade, de forma a evidenciar melhor a essência das operações, dentre as quais destacamos:

Demonstração do Resultado

	Exercício/2015		
	Divulgação Anterior	Reclassificação	Saldo Reclassificado
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	11.479	–	11.479
Outras receitas operacionais (Nota 13e)	413	(29)	384
Outras despesas operacionais (Nota 13e)	(1.903)	29	(1.874)

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis são aplicadas de forma consistente em todos os períodos apresentados e de maneira uniforme.

a) Apuração do Resultado

Em conformidade com o regime de competência, as receitas e as despesas são reconhecidas na apuração do resultado do período a que pertencem e, quando se correlacionam, de forma simultânea, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações formalizadas com encargos financeiros pós-fixados são atualizadas pelo critério *pro rata die*, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados, e as operações com encargos financeiros pré-fixados estão registradas pelo valor de resgate, retificado por conta de rendas a apropriar ou despesas a apropriar correspondentes ao período futuro. As operações indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas

c) Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações em operações compromissadas - posição bancada, aplicações em depósitos interfinanceiros e aplicações em moedas estrangeiras, com alta liquidez e risco insignificante de mudança de valor, cujo vencimento das operações, na data efetiva da aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias.

d) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

As aplicações interfinanceiras são registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, e ajustadas por provisão para perdas, quando aplicável.

e) Títulos e Valores Mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são registrados pelo valor efetivamente pago reduzido da provisão para perda, quando julgado necessário, e classificados em função da intenção da Administração em três categorias distintas:

Títulos para negociação: Títulos adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. São ajustados pelo seu valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;

Títulos disponíveis para venda: Títulos que poderão ser negociados a qualquer tempo, porém não são adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. São ajustados pelo seu valor de mercado em contrapartida à conta destacada do Patrimônio Líquido, deduzidos dos efeitos tributários; e

Títulos mantidos até o vencimento: Títulos adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. Nesta categoria, os títulos não são ajustados ao seu valor de mercado. Para os títulos reclassificados para esta categoria, o ajuste de marcação a mercado é incorporado ao custo, sendo contabilizados prospectivamente pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

A metodologia de ajuste a valor de mercado foi estabelecida com observância de critérios consistentes e verificáveis, que levam em consideração o preço médio de negociação na data da apuração, ou, na falta deste, o valor de ajuste diário das operações de mercado futuro divulgados por fontes externas ou o valor líquido provável de realização obtido por meio de modelos de precificação, utilizando curvas de valores futuros de taxas de juros, taxas de câmbio, índices de preços e moedas, além de eventuais ajustes nos preços de títulos de baixa liquidez, todos devidamente aderentes aos preços praticados no período.

Os rendimentos auferidos com os títulos e valores mobiliários, independentemente da categoria em que estão classificados, são apropriados *pro rata die*, com base na variação do indexador e nas taxas de juros pactuados, pelo método exponencial ou linear, até a data do vencimento ou da venda definitiva do título, sendo reconhecidos diretamente no resultado do período.

As perdas com títulos classificados como disponíveis para venda e como mantidos até o vencimento que não tenham caráter de perdas temporárias são reconhecidas diretamente no resultado do período e passam a compor a nova base de custo do ativo.

Quando da alienação, a diferença apurada entre o valor da venda e o custo de aquisição atualizados pelos rendimentos é considerada como resultado da transação, sendo contabilizada na data da operação como Lucro ou Prejuízos com títulos, e valores mobiliários.

f) Despesas Antecipadas

São contabilizadas as aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros. As despesas antecipadas são registradas ao custo e amortizadas à medida que forem sendo realizadas.

g) Ativo Permanente

Investimentos: os outros investimentos permanentes são avaliados ao custo de aquisição, deduzidos de provisão para perda por desvalorização (imparidade), quando aplicável.

Imobilizado de Uso: o ativo imobilizado é avaliado pelo custo de aquisição, deduzido da respectiva conta de depreciação, cujo valor é calculado pelo método linear às seguintes taxas anuais, de acordo com a vida útil-econômica estimada dos bens, sendo: sistemas de processamento de dados - 20% e demais itens - 10% (Nota Explicativa nº 10).

Intangível: o ativo intangível corresponde aos direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Companhia ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis possuem vida útil definida e referem-se basicamente aos softwares, amortizados pelo método linear à taxa de 20% ao ano a partir da data da sua disponibilidade para uso. A entidade avalia ao fim de cada período de reporte, se houve alguma indicação de que um ativo intangível tenha sofrido desvalorização. Se houver alguma indicação, a entidade estima o valor recuperável do ativo. A amortização é calculada pelo método linear com base no prazo que o benefício é gerado.

Metodologias aplicadas na avaliação do valor recuperável dos principais ativos não financeiros:

Intangível

Softwares - os *softwares*, substancialmente desenvolvidos internamente de acordo com as necessidades da Companhia, são constantemente objeto de investimentos para modernização e adequação às novas tecnologias e necessidades dos negócios. Em razão de não haver similares no mercado, bem como do alto custo para se implantar métricas que permitam o cálculo do seu valor em uso, o teste de recuperabilidade dos *softwares* consiste em avaliar a sua utilidade para a empresa de forma que, sempre que um *software* não atinja a geração de benefícios econômicos futuros previstos pela Administração, ajusta-se o valor recuperável do ativo intangível.

As perdas registradas no resultado para ajuste ao valor recuperável desses ativos, quando houver, são demonstradas nas respectivas Notas Explicativas.

i) Benefícios a Empregados

Os benefícios a empregados, relacionados a benefícios de curto e longo prazo para os empregados atuais, são reconhecidos pelo regime de competência de acordo com o prazo de cada programa/benefício atribuído a cada colaborador.

No "Programa de incentivo de curto e longo prazo" elegível aos diretores e empregados da Companhia, é oferecida a oportunidade de investir em "ações virtuais" da Companhia. Os valores a serem pagos atualizados de acordo com o período de carência (de um a no máximo quatro anos) e com as características de cada benefício são registrados em "Outras obrigações diversas - Provisão para pagamentos a efetuar" em contrapartida à rubrica de "Despesas de pessoal - Proventos". Detalhes do programa estão divulgados na Nota Explicativa nº 18.

Em 25 de junho de 2015, o Banco Central do Brasil publicou a Resolução nº 4.424/2015, cuja vigência iniciará em 01 de janeiro de 2016, que aprova o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados que deve ser aplicado pela entidade empregadora na contabilização e na divulgação dos benefícios concedidos aos colaboradores. O Pronunciamento requer que a entidade reconheça um passivo quando o colaborador prestou o serviço em troca de benefícios a serem pagos no futuro e uma despesa quando a entidade se utiliza do benefício econômico proveniente do serviço recebido do colaborador em troca de benefícios a esse colaborador. A adoção desta norma não resultará em impactos relevantes nas demonstrações financeiras subsequentes.

j) Tributos

Os tributos são apurados com base nas alíquotas demonstradas no quadro a seguir:

Tributos	**Alíquota**
Imposto de Renda (15% + adicional de 10%)	25%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL[(*)]	20%
PIS/PASEP	0,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	4%
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN	De 2% a 5%

[(*)] Alíquota aplicada às empresas financeiras, desde 01 de setembro de 2015 (a alíquota era de 15% até 31 de agosto de 2015). A partir de janeiro de 2019, a alíquota volta a ser 15%. Os ativos fiscais diferidos (créditos tributários) e os passivos fiscais diferidos são constituídos pela aplicação das alíquotas vigentes dos tributos sobre suas respectivas bases. Para constituição, manutenção e baixa dos ativos fiscais diferidos são observados os critérios estabelecidos pela Resolução CMN nº 3.059/2002, alterados pelas Resoluções CMN nº 3.355/2006 e CMN nº 4.192/2013, e estão suportados por estudo de capacidade de realização.

Os créditos tributários decorrentes da elevação da alíquota da Contribuição Social de 15% para 20% estão sendo reconhecidos no montante suficiente para seu consumo até o final da vigência da nova alíquota (dezembro de 2018), conforme Lei nº 13.169/2015.

k) Provisões, Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/2009 (Nota Explicativa nº 19).

Os ativos contingentes são reconhecidos nas Demonstrações Contábeis somente quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo.

Os passivos contingentes são reconhecidos nas Demonstrações Contábeis quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS *(Em milhares de Reais)*

Cálculo do valor justo
No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, a Companhia concedeu 17.249.681 (13.929.749 no exercício findo em 31 de dezembro de 2014) ações virtuais aos diretores e empregados. O valor inicial das ações virtuais foi calculado sobre o Patrimônio Líquido de 31 de dezembro de 2014, onde foi atribuído o valor nominal de R$ 1,00 (um real) para cada unidade de ação virtual.
O valor da ação virtual é calculado, no mínimo, trimestralmente com base nos resultados da Companhia e dos registros efetuados diretamente em contas do Patrimônio líquido por determinação das práticas contábeis vigentes. No valor do referido Patrimônio líquido serão excluídas as movimentações não recorrentes, que serão avaliadas individualmente e submetidas ao Comitê de Remuneração para deliberação quanto à sua exclusão ou não do cálculo do Patrimônio base para a valorização da ação virtual.

19. PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

Ativos contingentes
Não são reconhecidos ativos contingentes nas Demonstrações Contábeis, conforme Resolução CMN nº 3.823/2009.

Ações trabalhistas
A Companhia é parte passiva (ré) em processos judiciais trabalhistas movidos, na grande maioria, por ex-empregados. As provisões de perdas prováveis representam vários pedidos reclamados, como: indenizações, horas extras, descaracterização de jornada de trabalho, adicional de função e representação e outros.

Ações fiscais
A Companhia está sujeita em fiscalizações realizadas pelas autoridades tributárias - a questionamentos com relação a tributos, que podem eventualmente gerar autuações, como por exemplo: composição da base de cálculo do IRPJ/CSLL (dedutibilidades); e discussão quanto à incidência de tributos, quando da ocorrência de determinados fatos econômicos. A maioria das ações oriundas das autuações versa sobre ISSQN, IRPJ, CSLL, PIS/Cofins, IOF e Contribuições Previdenciárias Patronais. Como garantia de algumas delas, quando necessário, existem depósitos judiciais para suspensão da exigibilidade dos tributos em discussão.

a) Provisões para Demandas Trabalhistas e Fiscais - Prováveis
Em conformidade com a Resolução CMN nº 3.823/2009, a Companhia constitui provisão para demandas trabalhistas e fiscais com risco de perda "provável".

Movimentações nas provisões para demandas trabalhistas e fiscais, classificadas como prováveis

	Demandas Fiscais			Demandas Trabalhistas		
	2º Semestre/2015	Exercício/2015	Exercício/2014	2º Semestre/2015	Exercício/2015	Exercício/2014
Saldo inicial	**402**	**391**	**708**	**7.002**	**4.867**	**2.373**
Constituições	5	5	33	7.172	10.689	3.386
Reversão da provisão	–	–	(114)	(2.476)	(4.079)	(1.255)
Baixa por pagamento	–	–	(265)	(851)	(1.518)	–
Atualização monetária	15	25	29	151	1.039	**363**
Saldo final	**422**	**421**	**391**	**10.998**	**10.998**	**4.867**

Cronograma esperado de desembolsos

	31.12.2015	
	Trabalhistas	Fiscais
Até 5 anos	10.998	422
Total	**10.998**	**422**

b) Passivos Contingentes - Possíveis
Os montantes evidenciados no quadro abaixo representam a estimativa do valor que possivelmente será desembolsado em caso de condenação da Companhia. As demandas são classificadas como possível quando não há elementos seguros que permitam concluir o resultado final do processo e quando a probabilidade de perda é inferior à provável e superior à remota.

	31.12.2015	31.12.2014
Demandas fiscais[1]	5.916	4.662
Demandas trabalhistas[2]	49.235	13.118
Total	**55.151**	**17.780**

[1] O principal processo contingente avaliado como risco de perda possível está relacionado à IRPJ/CS sobre Juros sobre o Capital próprio.
[2] Referem-se a processos movidos, na grande maioria, por ex-empregados, cuja natureza das reclamações envolve indenizações, horas extras, descaracterização de jornada de trabalho, adicional de função e representação e outros.

c) Depósitos em Garantia de Recursos
Saldos dos depósitos em garantia constituídos para as contingências

	31.12.2015	31.12.2014
Demandas cíveis	13	6
Demandas fiscais	31	27
Demandas trabalhistas	211	23
Total	**255**	**56**

20. GERENCIAMENTO DE RISCOS E DE CAPITAL

a) Processo de Gestão de Riscos
A abordagem integrada para gestão de riscos compreende a adoção de instrumentos que permitem a consolidação e controle dos riscos relevantes incorridos pelo Conglomerado. Esta abordagem tem por objetivo organizar o processo decisório e definir os mecanismos de controle dos níveis de risco aceitáveis e compatíveis com o volume de Capital disponível, em linha com a estratégia de negócio adotada.
A consolidação dos riscos abrange as exposições relevantes inerentes às linhas de negócio do Conglomerado, agrupados principalmente nas seguintes categorias de riscos: de mercado, de liquidez, de crédito e operacional. Esta consolidação é feita através de processo estruturado que compreende o mapeamento, a apuração e a totalização dos valores em risco.
Os níveis de exposição a riscos são monitorados por meio de uma estrutura de limites de risco, que são incorporados nas atividades diárias do Conglomerado, através de um processo organizado de gestão e de controle, que atribui responsabilidades funcionais às áreas envolvidas. O envolvimento da Alta Administração se dá no acompanhamento e na execução das ações, necessárias à gestão dos riscos.
O retorno financeiro é apurado através de processos que permitem o acompanhamento da rentabilidade gerencial das várias linhas de negócio, consistentemente com a programação orçamentária e de forma aderente aos resultados contábeis realizados.
Em síntese, o Conglomerado adota os seguintes fundamentos na prática da gestão integrada de riscos:

- Visão consolidada de riscos;
- Compatibilização entre níveis de exposição a riscos, limites autorizados e retorno financeiro pretendido;
- Segregação funcional entre áreas de negócio, controle de riscos, auditoria e processamento operacional;
- Adoção de metodologias de cálculo de riscos em função das práticas de mercado, e
- Envolvimento da Alta Administração.

b) Risco de Crédito
Risco de Crédito está associado à possibilidade de perda resultante da incerteza quanto ao recebimento de valores pactuados com tomadores de empréstimos, contrapartes de contratos ou emissores de títulos.
Para se alinhar às práticas de gestão do risco de crédito e aumentar a eficiência na gestão de seu Capital, o Conglomerado utiliza métricas de risco e de retorno como instrumentos de disseminação da cultura na Instituição, presentes em todo o seu processo de crédito.

Risco de Liquidez
O risco de liquidez assume duas formas: risco de liquidez de mercado e risco de liquidez de fluxo de caixa (*funding*). O primeiro corresponde à possibilidade de perda decorrente da incapacidade de realizar uma transação em tempo razoável e sem perda significativa de valor. O segundo está associado à possibilidade de falta de recursos para honrar os compromissos assumidos em função do descasamento entre os ativos e passivos.

c) Risco Operacional
Risco operacional é definido como a possibilidade de perda resultante de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos à instituição.

d) Risco de Mercado
Risco de Mercado reflete a possibilidade de perdas que podem ser ocasionadas por mudanças no comportamento das taxas de juros, do câmbio, dos preços das ações e dos preços de *commodities*.

e) Gerenciamento de Capital
Seguindo as regulamentações do BACEN e, em consonância com as recomendações do Comitê de Supervisão Bancária de Basileia, a Instituição adota as diretrizes prudenciais de gestão de Capital de forma consolidada visando uma administração eficiente e sustentável de seus recursos e colaborando para a promoção da estabilidade do Sistema Financeiro Nacional.
Em linha com a Resolução nº 3.988 do CMN e a Circular nº 3.547 do Bacen, a instituição dispõe de estrutura e políticas institucionais para o gerenciamento do capital, aprovado pelo Conselho de Administração, em consonância com o Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital (ICAAP) contemplando os seguintes itens:

- Identificação e avaliação dos riscos relevantes;
- Políticas e estratégias documentadas;
- Plano de Capital para três anos, abrangendo metas e projeções de Capital, principais fontes de captação e plano de contingência de Capital;
- Testes de estresse e seus impactos no Capital;
- Relatórios gerenciais para a Alta Administração (Diretoria e Conselho de Administração);
- Avaliação de Suficiência de Capital na Visão Regulatória e Econômica; e
- Relatório Anual do Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital (ICAAP).

Suficiência de capital (visão regulatória)
A gestão do capital na instituição é realizada com o objetivo de garantir a adequação aos limites regulatórios e o estabelecimento de uma base sólida de Capital que viabilize o desenvolvimento dos negócios e operações de acordo com o plano estratégico da instituição.
Visando a avaliação da suficiência de capital para fazer frente aos riscos associados e ao cumprimento dos limites operacionais regulatórios, a instituição elabora anualmente um plano de Capital considerando projeções de crescimento da carteira de empréstimos e demais operações e ativos.
Mensalmente após a apuração do Patrimônio de Referência (PR) e do Capital Exigido, são divulgados relatórios gerenciais de acompanhamento do Capital alocado para riscos e os índices de capitais (Basileia, Nível I e Principal) para as áreas envolvidas.

Índices de Capital
Os índices de capital estão sendo apurados segundo os critérios estabelecidos pelas Resoluções CMN nº 4.192/2013 e nº 4.193/2013, que tratam do cálculo do Patrimônio de Referência (PR) e do Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PRMR) em relação aos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA) respectivamente.
Destaca-se que a partir de outubro de 2013 passou a vigorar o conjunto normativo que implementou no Brasil as recomendações do Comitê de Supervisão Bancária de Basileia relativas à estrutura de capital de instituições financeiras, conhecidas por Basileia III. As novas normas adotadas tratam dos seguintes assuntos:
I - nova metodologia de apuração do capital regulamentar, que continua a ser dividido nos Níveis I e II, sendo o Nível I composto pelo Capital Principal (deduzido de Ajustes Prudenciais) e Capital Complementar;
II - nova metodologia de apuração da exigência de manutenção de Capital, adotando requerimentos mínimos de PR, de Nível I e de Capital Principal, e introdução do Adicional de Capital Principal.
Desde janeiro de 2014, a Resolução CMN nº 4.192/2013 define os seguintes itens referentes aos ajustes prudenciais a serem deduzidos do Patrimônio de Referência:

(i) ágios pagos na aquisição de investimentos com fundamento em expectativa de rentabilidade futura líquidos de passivos fiscais diferidos;
(ii) ativos intangíveis constituídos a partir de outubro de 2013;
(iii) ativos atuariais relacionados a fundos de pensão de benefício definido líquidos de passivos fiscais diferidos a eles associados;
(iv) participação de não controladores;
(v) investimentos, diretos ou indiretos, superiores a 10% do capital social de entidades assemelhadas a instituições financeiras, não consolidadas, e de sociedades seguradoras, resseguradoras, sociedades de capitalização e entidades abertas de previdência complementar (investimentos superiores);
(vi) créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias que dependam de geração de lucros ou receitas tributárias futuras para sua realização;
(vii) créditos tributários de prejuízo fiscal de superveniência de depreciação, e
(viii) créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais e de base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido.

De acordo com a Resolução CMN nº 4.192/2013, as deduções referentes aos ajustes prudenciais serão efetuadas de forma gradativa, em 20% ao ano, de 2014 a 2018, com exceção dos ativos diferidos e instrumentos de captação emitidos por instituições financeiras, os quais já estão sendo deduzidos na sua integralidade, desde outubro de 2013.
O escopo de consolidação utilizado como base para a verificação dos limites operacionais também foi alterado, passando a considerar apenas o Conglomerado Financeiro, de 01/10/2013 até 31.12.2014, e o Conglomerado Prudencial, definido na Resolução CMN nº 4.280/2013, a partir de 01/01/2015.
Em 31 de dezembro de 2015, o Índice de Solvabilidade (Basileia) do Conglomerado Financeiro foi de 15,07% (14,95% em 31 de dezembro de 2014).
Em 31 de dezembro de 2015, o Índice de Solvabilidade (Basileia) do Conglomerado Prudencial foi de 15,23 %.
Em atendimento à Circular nº 3.678/2013 do BACEN, o Conglomerado mantém informações adicionais de seu processo de gestão de riscos disponibilizadas no website: www.bancovotorantim.com.br/ri.

21. OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Comitê de Auditoria
Em atendimento à Resolução nº 3.198/2004 do CMN, a Companhia aderiu ao Comitê de Auditoria instituído pelo Conglomerado Financeiro Votorantim por intermédio da instituição líder Banco Votorantim. O resumo do relatório do referido comitê foi divulgado em conjunto com as Demonstrações Contábeis do Banco Votorantim de 31 de dezembro de 2015.

b) Lei 12.973/2014 (Medida Provisória nº 627/2013)
Em 14 de maio de 2014, foi publicada a Lei nº 12.973, conversão da Medida Provisória nº 627 (MP 627/13) que altera a Legislação Tributária Federal sobre IR, CS, PIS e Cofins. Dispõe sobre:

- A revogação do Regime Tributário de Transição (RTT), disciplinando os ajustes decorrentes dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos em razão da convergência das normas contábeis brasileiras aos padrões internacionais;
- A tributação da pessoa jurídica domiciliada no Brasil, com relação ao acréscimo patrimonial decorrente de participação em lucros auferidos no exterior por controladas e coligadas; e
- O parcelamento especial de Contribuição para o PIS/Pasep e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social.

O Conglomerado optou pela adoção dos impactos da Lei 12.973/2014 a partir do ano de 2014.

A DIRETORIA

Alexei de Bona - Contador - PR-036459/O-3

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Administradores e aos Quotistas da
Votorantim Asset Management Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações contábeis da Votorantim Asset Management Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ("Instituição") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício e semestre findos naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis
A administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes
Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.
Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Instituição para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Instituição. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.
Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião
Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Votorantim Asset Management Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício e semestre findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Outros assuntos - Demonstração do valor adicionado
Examinamos também a demonstração do valor adicionado (DVA), elaborada sob a responsabilidade da administração da Instituição, para o exercício e semestre findos em 31 de dezembro de 2015, cuja apresentação está sendo efetuada de forma espontânea pela Instituição. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

São Paulo, 18 de fevereiro de 2016

KPMG

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Alberto Spilborghs Netc
Contador - CRC 1SP167455/O-(

IGEPREV Fl. 114 Ass.

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS *(Em milhares de Reais)*

l) Outros Ativos e Passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidas em base *pro rata die* e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos em base *pro rata die*.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31.12.2015	31.12.2014
Disponibilidades	**161**	**968**
Disponibilidades em moeda nacional	161	968
Total	**161**	**968**

5. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

a) Composição

	31.12.2015	31.12.2014
Aplicações em depósitos interfinanceiros	133.015	119.738
Total	**133.015**	**119.738**
Ativo circulante	133.015	119.738

b) Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

	2º Semestre/2015	Exercício/2015	Exercício/2014
Rendas de aplicações em depósitos interfinanceiros (Nota 6b)	8.713	15.353	12.753
Total	**8.713**	**15.353**	**12.753**

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS - TVM E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS - IFD

a) Títulos e Valores Mobiliários - TVM

Na demonstração "Balanço Patrimonial", os títulos e valores mobiliários classificados na categoria "títulos para negociação" são apresentados como ativo circulante, independentemente dos prazos de vencimento.

a.1) Composição da carteira por categoria, tipo de papel e prazo de vencimento

	31.12.2015				31.12.2014		
	Valor de Mercado	Total			Total		
	Acima de 360	Valor de Custo	Valor de Mercado	Marcação a Mercado	Valor de Custo	Valor de Mercado	Marcação a Mercado
1 - Títulos Disponíveis para Venda	**7.026**	**7.026**	**7.026**	**-**	**5.695**	**5.695**	**-**
Títulos Privados	**7.026**	**7.026**	**7.026**	**-**	**5.695**	**5.695**	**-**
Cotas de FIDC	7.026	7.026	7.026	-	5.695	5.695	-
Total	**7.026**	**7.026**	**7.026**	**-**	**5.695**	**5.695**	**-**

a.2) Composição da carteira por rubricas de publicação e prazo de vencimento

	31.12.2015				31.12.2014		
	Valor de Mercado	Total			Total		
	Acima de 360	Valor de Custo	Valor de Mercado	Marcação a Mercado	Valor de Custo	Valor de Mercado	Marcação a Mercado
Carteira própria	7.026	7.026	7.026	-	5.695	5.695	-
Total	**7.026**	**7.026**	**7.026**	**-**	**5.695**	**5.695**	**-**

a.3) Composição da carteira por categoria e prazo de vencimento em anos

	31.12.2015			31.12.2014	
	Valor de Mercado	Total		Total	
	A Vencer Após 10 Anos	Valor de Custo	Valor de Mercado	Valor de Custo	Valor de Mercado
1 - Títulos Disponíveis para Venda	7.026	7.026	7.026	5.695	5.695
Total	**7.026**	**7.026**	**7.026**	**5.695**	**5.695**

a.4) Resumo da carteira por rubricas de publicação

	31.12.2015			31.12.2014		
	Valor Contábil			Valor Contábil		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Carteira Própria	-	7.026	7.026	-	5.695	5.695

a.5) Resumo da carteira por categoria

	31.12.2015		31.12.2014	
1 - Títulos Disponíveis para Venda	7.026	100%	5.695	100%
Valor contábil/mercado da carteira	**7.026**	**100%**	**5.695**	**100%**

b) Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários

	2º Semestre/2015	Exercício/2015	Exercício/2014
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 5b)	8.713	15.353	12.753
Títulos de renda fixa	-	-	147
Aplicações em fundos de investimento	167	1.331	(31)
Total	**8.880**	**16.684**	**12.869**

c) Reclassificações de Títulos e Valores Mobiliários

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 não houve reclassificação de títulos e valores mobiliários e não existem títulos classificados na categoria "mantidos até o vencimento".

7. OUTROS CRÉDITOS - DIVERSOS

	31.12.2015	31.12.2014
Adiantamentos e antecipações salariais	224	185
Valores a receber de sociedades ligadas	2.309	108
Ativo fiscal diferido - Crédito Tributário (Nota 16d)	38.182	22.065
Devedores diversos - no País	514	181
Devedores por depósitos em garantia (Nota 19c)	255	56
Impostos e contribuições a compensar	3.223	6.686
Impostos e contribuições a recuperar	21	-
Títulos e créditos a receber	2.531	1.377
Outros	22	16
Total	**47.281**	**30.674**
Ativo circulante	24.824	19.340
Ativo não circulante	22.457	11.334

8. OUTROS VALORES E BENS

	31.12.2015	31.12.2014
Despesas antecipadas	**421**	**1.065**
Despesas de processamento de dados	19	450
Despesas de serviços técnicos especializados	10	195
Outros	392	420
Total	**421**	**1.065**
Ativo circulante	421	1.065

9. INVESTIMENTOS

	31.12.2015	31.12.2014
Investimentos por incentivos fiscais	3.956	3.703
Títulos patrimoniais	1	1
Outros	30	30
Total	**3.987**	**3.734**
(Imparidade acumulada)	(1.630)	(1.542)

10. IMOBILIZADO DE USO

	31.12.2014	Exercício/2015		31.12.2015		
	Saldo Contábil	Movimentações	Depreciação	Valor de Custo	Depreciação Acumulada	Saldo Contábil
Móveis e equipamentos de uso	478	(1)	(73)	1.704	(1.300)	404
Sistema de comunicação	310	18	(78)	814	(564)	250
Sistema de processamento de dados	101	(17)	(84)	2.239	(2.235)	-
Sistema de segurança	14	-	(2)	30	(18)	12
Instalações	-	33	(3)	33	(3)	30
Total	**903**	**33**	**(240)**	**4.820**	**(4.124)**	**696**

11. INTANGÍVEL

a) Movimentação e Composição

	31.12.2014	Exercício/2015				31.12.2015			
	Saldo Contábil	Aquisição	Baixas	Amortização	Imparidade	Valor de Custo	Amortização Acumulada	Imparidade Acumulada	Saldo Contábil
Softwares adquiridos	1	823	-	-	(823)	7.040	(1)	(7.038)	1
Licenças de uso	232	299	-	(102)	-	1.186	(757)	-	429
Softwares desenvolvidos internamente	651	7	-	(211)	-	1.102	(655)	-	447
Total	**884**	**1.129**	**-**	**(313)**	**(823)**	**9.328**	**(1.413)**	**(7.038)**	**877**

b) Estimativa de Amortização

	2016	2017	2018	2019	A partir de 2020	Total
Valores a amortizar	255	255	253	114	-	877

12. OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Fiscais e Previdenciárias

	31.12.2015	31.12.2014
Impostos e contribuições sobre o lucro a pagar	10.775	11.790
Impostos e contribuições a recolher	2.330	1.394
Provisão para demandas fiscais (Nota 19a)	421	391
Total	**13.526**	**13.575**
Passivo circulante	13.105	13.184
Passivo não circulante	421	391

b) Diversas

	31.12.2015	31.12.2014
Pagamentos a efetuar [(1)]	64.008	38.965
Provisões para demandas trabalhistas (Nota 19a)	10.998	4.867
Valores a pagar sociedades ligadas	1.687	1.225
Credores diversos - no País	5.731	2.610
Total	**82.424**	**47.667**
Passivo circulante	37.105	44.854
Passivo não circulante	45.319	2.813

(1) Inclui provisão pra honorários fiscais, provisões para remuneração variável e provisão para pagamentos.

13. OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS

a) Receitas de Prestação de Serviços

	2º Semestre/2015	Exercício/2015	Exercício/2014
Administração de fundos	55.679	106.985	111.589
Assessoria financeira	445	445	-
Comissões sobre colocação de títulos	1.606	3.693	284
Outros serviços	459	791	26
Total	**58.189**	**111.914**	**111.899**

b) Despesas de Pessoal

	2º Semestre/2015	Exercício/2015	Exercício/2014
Proventos	(35.400)	(64.164)	(49.128)
Encargos sociais	(5.315)	(14.070)	(10.781)
Benefícios	(3.122)	(6.223)	(5.462)
Demandas trabalhistas	(4.899)	(7.681)	(2.670)
Honorários e pró labore	(431)	(864)	(1.392)
Treinamentos	(11)	(31)	(32)
Total	**(49.178)**	**(93.033)**	**(69.465)**

c) Outras Despesas Administrativas

	2º Semestre/2015	Exercício/2015	Exercício/2014
Água, energia e gás	(25)	(147)	(297)
Aluguéis	(659)	(3.260)	(6.871)
Comunicações	(61)	(132)	(305)
Manutenção e conservação de bens	(171)	(495)	(356)
Material	(50)	(75)	(17)
Processamento de dados	(1.904)	(4.504)	(4.900)
Promoções e relações públicas	(418)	(538)	(419)
Publicações, propaganda e publicidade	(17)	(118)	(180)
Serviços do sistema financeiro	(744)	(1.457)	(1.265)
Seguros	(3)	(3)	(3)
Serviços de terceiros	(35)	(95)	(457)
Serviços de vigilância e segurança	(4)	(58)	(164)
Serviços técnicos especializados	(1.187)	(2.511)	(2.226)
Transportes	(198)	(403)	(407)
Viagens	(262)	(568)	(658)
Emolumentos judiciais e cartorários	(12)	(20)	(101)
Depreciação	(120)	(240)	(266)
Amortização	(127)	(313)	(1.102)
Outras	(964)	(1.107)	(825)
Total	**(6.961)**	**(16.044)**	**(20.819)**

d) Outras Receitas Operacionais

	2º Semestre/2015	Exercício/2015	Exercício/2014
Variação monetária ativa	2	4	1
Atualização de depósitos em garantia	7	10	2
Reversão de provisões - demandas cíveis e fiscais	-	-	212
Desconto de juros IRPJ (adesão REFIS)	-	-	124
Desconto de juros CSLL (adesão REFIS)	-	-	74
Recuperação de despesas administrativas	64	64	-
Total	**73**	**78**	**413**

14. RESULTADO NÃO OPERACIONAL

	2º Semestre/2015	Exercício/2015	Exercício/2014
Receitas não operacionais	**-**	**60**	**6.528**
Investimentos por incentivos fiscais[(*)]	-	-	6.528
Reversão de provisão para desvalorização de valores e bens	-	60	-
Despesas não operacionais	**(584)**	**(971)**	**(161)**
Desvalorização de outros valores e bens	(500)	(883)	-
Perdas de investimentos por incentivos fiscais	(84)	(88)	(161)
Total	**(584)**	**(911)**	**6.367**

(*) Refere-se ao ganho apurado na venda de ações decorrentes de incentivos fiscais (FINOR) para a Votorantim Cimentos S/A.

15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O Capital Social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, no montante de R$ 50.884 (R$ 46.536 em 31 de dezembro de 2014), está representado por 5.088.407.391 quotas (4.653.570.201 quotas em 31 de dezembro de 2014).

Conforme Instrumento Particular de Alteração e Consolidação do Contrato Social da Votorantim Asset Management Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. e Outras Avenças realizada em 10 de abril de 2015, os sócios aprovaram o aumento do Capital Social mediante a incorporação da Reserva Especial de Lucros no valor de R$ 4.348, com a emissão de 434.837.190 novas quotas realizada de maneira a manter suas respectivas participações no Capital Social da Sociedade. A alteração de capital foi aprovada pelo Banco Central do Brasil por despacho em 28 de maio de 2015.

b) Reserva de Lucros

Reserva legal

Constituída obrigatoriamente à base de 5% do Lucro Líquido do período, até atingir o limite de 20% do Capital Social. A Reserva legal poderá deixar de ser constituída quando acrescida do montante das Reservas de Capital exceder 30% do Capital Social. A Reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de Capital ou para compensar prejuízos.

Reserva para expansão

Para cumprimento das exigências estabelecidas na legislação societária e regras do BACEN, no encerramento do período, a Administração propõe que a parcela do lucro não distribuído, caso exista, seja destinada para "Reserva para expansão", com a finalidade de fazer frente aos investimentos para expansão dos negócios. O saldo de reserva está à disposição dos sócios para deliberação futura em Reunião de Quotistas.

Reserva especial de lucros

A Administração poderá propor que a parcela de lucro não distribuído, caso exista, seja destinada para "Reserva especial de lucros", o qual ficará à disposição dos acionistas para deliberação futura em Reunião de Quotistas.

c) Dividendos/Juros sobre o Capital Próprio

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo obrigatório, correspondente a 25% do lucro de cada período, deduzido da Reserva legal. A Administração propôs, no período findo em 31 de dezembro de 2014, a distribuição de dividendos mínimos sobre o Lucro do período no montante de R$ 2.426, e dividendos adicionais de R$ 2.930.

	Exercício/2014
	Valor (R$ mil)
Lucro líquido do período	10.215
Destinação para reserva legal	(511)
Base de cálculo	**9.704**
Dividendo mínimo obrigatório	2.426
Dividendo adicional	2.930
Valor proposto	**5.356**
% sobre a base de cálculo	55%

	Exercício/2014	
	Valor (R$ mil)	Valor por Lote de Mil Ações - R$
Lucro líquido/(prejuízo) do período	**10.215**	**2,20**
Juros sobre o capital próprio pagos[(*)]	2.100	0,45
Dividendos a pagar	5.356	1,15

(*) Valores sujeitos à alíquota de 15% de Imposto de Renda Retido na Fonte.

Em conformidade com as Leis nº 9.249/1995 e nº 12.973/2014 e com o Estatuto Social da Companhia, a Administração decidiu, no exercício findo em 31 de dezembro de 2014, pelo pagamento aos seus acionistas de juros sobre o capital próprio.

Os juros sobre o capital próprio são calculados sobre as contas do patrimônio líquido ajustado e limitados à variação, *pro rata die*, da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), condicionados à existência de lucros computados antes de sua dedução ou de lucros acumulados e reservas de lucros, em montante igual ou superior a duas vezes o seu valor.

Para atendimento à legislação do Imposto de Renda, o montante de juros sobre o capital próprio foi registrado em conta de Despesa Financeira, e, para fins de elaboração destas demonstrações financeiras, reclassificado para a conta de Lucros ou Prejuízos Acumulados.

16. TRIBUTOS

a) Demonstração da Despesa de IR e CSLL

	2º Semestre/2015	Exercício/2015	Exercício/2014
Valores correntes	**(10.520)**	**(10.764)**	**(11.813)**
IR e CSLL no País - Corrente	(10.775)	(10.775)	(11.790)
IR e CSLL no País - Exercícios anteriores	255	11	(23)
Valores diferidos	**14.346**	**16.116**	**6.748**
Ativo fiscal diferido	**14.346**	**16.116**	**6.748**
Prejuízos fiscais/bases negativas de CSLL	(1.044)	-	-
Diferenças temporárias [(1)]	15.390	16.116	6.748
Total	**3.826**	**5.352**	**(5.065)**

(1) Inclui, no 2º Semestre de 2015, o montante de R$ 2.852 relativo à ativação de créditos tributários decorrentes da elevação da alíquota da CSLL (Lei nº 13.169/2015).

b) Conciliação dos Encargos de IR e CSLL

	2º Semestre/2015	Exercício/2015	Exercício/2014
Resultado antes dos tributos e participações	**1.955**	**5.811**	**30.715**
Encargo total do IR (alíquota de 25%) e CSLL (15% até agosto/2015 e 20% a partir de setembro/2015)[(1)]	(880)	(2.615)	(12.286)
Encargos sobre JCP	-	-	842
Participação de empregados no lucro	2.967	7.090	6.172
Outros valores[(2)]	1.739	877	207
Imposto de Renda e Contribuição Social do período	**3.826**	**5.352**	**(5.065)**

(1) A Medida Provisória nº 675, de 21 de maio de 2015, convertida na Lei nº 13.169, de 06 de outubro de 2015, elevou a alíquota da CSLL das instituições financeiras, de 15% para 20%, a partir de 01 de setembro de 2015, produzindo aumento das despesas de CSLL, bem como aumento nos créditos tributários correspondentes.

(2) Inclui, no 2º Semestre de 2015, o montante de R$ 2.852 relativo à ativação de créditos tributários decorrentes da elevação da alíquota da CSLL (Lei nº 13.169/2015).

c) Despesas Tributárias

	2º Semestre/2015	Exercício/2015	Exercício/2014
COFINS	(2.744)	(5.202)	(5.005)
ISSQN	(1.381)	(2.614)	(2.507)
PIS	(450)	(849)	(813)
Outras	(357)	(618)	(321)
Total	**(4.932)**	**(9.283)**	**(8.646)**

d) Ativo Fiscal Diferido (Crédito Tributário)

Ativado

	31.12.2014	Exercício/2015	31.12.2015
	Saldo	Movimentação Líquida do Período	Saldo
Diferenças temporárias	**22.064**	**16.118**	**38.182**
Provisões passivas	22.064	16.118	38.182
Total dos créditos tributários ativados	**22.064**	**16.118**	**38.182**
Imposto de Renda	13.790	7.600	21.390
Contribuição Social[(*)]	8.274	8.518	16.792

(*) Inclui, no 2º Semestre de 2015, o montante de R$ 2.852 relativo à ativação de créditos tributários decorrentes da elevação da alíquota da CSLL (Lei nº 13.169/2015).

Não ativado

Não existem créditos tributários não ativados.

Expectativa de realização

A expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos (créditos tributários) respalda-se em estudo técnico elaborado em 31 de dezembro de 2015.

	Valor nominal	Valor presente
Em 2016	15.980	14.701
Em 2017	8.852	7.473
Em 2018	8.176	6.325
Em 2019	3.158	2.220
Em 2020	2.016	1.290
Total de créditos tributários	**38.182**	**32.009**

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, observou-se a realização de créditos tributários na Companhia no montante de R$ 10.496 (R$ 12.722 em 2014), correspondente a 95% (100% em 2014) da respectiva projeção de utilização para o período de 2015, que constava no estudo técnico elaborado em 31 de dezembro de 2014.

Realização dos valores nominais de créditos tributários ativados

	Prejuízo Fiscal/CSLL a Compensar[(1)]	Diferenças Intertemporais[(2)]
Em 2016	-	42%
Em 2017	-	23%
Em 2018	-	22%
Em 2019	-	8%
Em 2020	-	5%

(1) Projeção de consumo vinculada à capacidade de gerar bases tributáveis de IRPJ e CSLL em períodos subsequentes; e

(2) A capacidade de consumo decorre das movimentações das provisões (expectativa de ocorrerem reversões, baixas e utilizações).

17. PARTES RELACIONADAS

Custos com remunerações e outros benefícios atribuídos ao Pessoal-Chave da Administração da Companhia, formado pela Diretoria:

	2º Semestre/2015	Exercício/2015	Exercício/2014
Honorários e pró-labore	431	864	1.392
Gratificações	550	5.848	2.228
Encargos sociais	514	2.507	1.297
Total	**1.495**	**9.219**	**4.917**

A Companhia não oferece benefícios pós-emprego ao Pessoal-Chave da Administração.

As operações com partes relacionadas compreendem as empresas que compõem o Conglomerado Financeiro Banco do Brasil e o Conglomerado Votorantim Participações, sendo as principais Votorantim Finanças S.A. e Votorantim Industrial S.A..

A Companhia realiza transações bancárias com as partes relacionadas, tais como depósitos em conta corrente (não remunerados), depósitos remunerados, captações no mercado aberto, instrumentos financeiros derivativos. Há ainda contratos de prestação de serviços.

A Companhia não concede empréstimos ao Pessoal-Chave da Administração, em conformidade com a proibição a toda instituição financeira estabelecida pelo Banco Central do Brasil.

31.12.2015	Conglomerado Banco do Brasil	Conglomerado Votorantim	Banco Votorantim e Controladas	Outras	Total
Ativos					
Disponibilidades	-	-	143	-	**143**
Aplicações interfinanceiras de liquidez	-	-	133.015	-	**133.015**
Outros créditos	-	-	2.309	-	**2.309**
Passivos					
Outras obrigações	-	-	(5.602)	-	**(5.602)**
Exercício/2015					
Rendas de juros e prestação de serviços	-	-	15.352	-	**15.352**
2º Semestre/2015					
Rendas de juros e prestação de serviços	-	-	8.713	-	**8.713**

31.12.2014	Conglomerado Banco do Brasil	Conglomerado Votorantim	Banco Votorantim e Controladas	Outras	Total
Ativos					
Disponibilidades	-	-	173	-	**173**
Aplicações interfinanceiras de liquidez	-	-	119.738	-	**119.738**
Outros créditos	-	-	133	-	**133**
Passivos					
Outras obrigações	-	-	(3.486)	-	**(3.486)**
Exercício/2014					
Rendas de juros e prestação de serviços	-	6.528	12.900	-	**19.428**
Despesas com captação, administrativas e outras despesas	-	-	(2.100)	-	**(2.100)**

18. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Não existem benefícios pós-emprego, tais como: pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida e assistência médica pós-emprego, outros benefícios de longo prazo a empregados, incluindo licença por anos de serviço ou outras licenças, jubileu ou outros benefícios por anos de serviço, remuneração baseada em ações e benefícios de rescisão de contrato de trabalho, com exceção dos previstos em acordo coletivo da categoria.

Programa de remuneração variável

A Companhia implementou no primeiro semestre de 2013 o Programa de Remuneração de Curto Prazo e Longo Prazo. São elegíveis ao programa os diretores e empregados do Conglomerado. Esse programa foi aprovado pelo Conselho de Administração em 10 de maio de 2012.

A Companhia possui 3 planos de incentivos de longo prazo que tem como objetivo (i) atração, motivação e retenção de talentos, (ii) alinhamento dos interesses dos diretores e empregados aos objetivos e interesses dos acionistas; (iii) geração de resultados e criação sustentável de valor; e (iv) criação de uma visão de longo prazo. São eles:

a) Incentivo Variável Condicionado: plano com duração de no mínimo 1 ano e no máximo 3 anos, que consiste na concessão de um incentivo em espécie condicionado à performance de cada ano. São elegíveis ao plano todos os empregados da Companhia.

b) Incentivo de Longo Prazo: plano com duração de 4 anos, que consiste na concessão de Unidades de Investimentos (denominadas "ações virtuais") da Companhia baseado na performance de cada ano. São elegíveis ao plano os diretores e os empregados de nível executivo.

c) Programa de Compra de Ações Virtuais: plano com duração de 4 anos, onde todos os diretores e empregados tem a oportunidade de investir parte ou total dade da remuneração variável disponível em Unidades de Investimentos (denominadas "ações virtuais") da Companhia e, em contrapartida, a Companhia entrega de forma progressiva Unidades de Investimentos adicionais.

Votorantim Asset Management Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

BALANÇO PATRIMONIAL

em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota	31.12.2017	31.12.2016
ATIVO CIRCULANTE		**251.397**	**175.848**
Disponibilidades	4	**883**	**711**
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5a	**203.271**	**138.935**
Aplicações em depósitos interfinanceiros		203.271	138.935
Outros Créditos		**47.131**	**35.707**
Rendas a receber		13.088	12.488
Diversos	7	34.043	23.219
Outros Valores e Bens	8	**112**	**495**
Despesas antecipadas		112	495
ATIVO NÃO CIRCULANTE		**16.607**	**30.513**
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		**11.105**	**25.553**
Títulos e Valores Mobiliários		**-**	**6.657**
Carteira própria	6a	-	6.657
Outros Créditos		**11.105**	**18.896**
Diversos	7	11.105	18.896
PERMANENTE		**5.502**	**4.960**
Investimentos		**2.537**	**2.461**
Outros investimentos	9	5.319	5.975
(Imparidade acumulada)	9	(2.782)	(3.514)
Imobilizado de Uso	10	**1.803**	**1.524**
Outras imobilizações de uso		6.985	5.951
(Depreciação acumulada)		(5.182)	(4.427)
Intangível	11	**1.162**	**975**
Ativos intangíveis		4.086	3.211
(Amortização acumulada)		(2.924)	(2.236)
TOTAL DO ATIVO		**268.004**	**206.361**

	Nota	31.12.2017	31.12.2016
PASSIVO CIRCULANTE		**132.702**	**74.682**
Outras Obrigações		**132.702**	**74.682**
Sociais e estatutárias		18.964	14.720
Fiscais e previdenciárias	12a	21.038	8.442
Negociação e intermediação de valores		6.790	7.190
Diversas	12b	85.910	44.330
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		**38.154**	**50.239**
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		**38.154**	**50.239**
Outras Obrigações		**38.154**	**50.239**
Fiscais e previdenciárias	12a	1.063	-
Negociação e intermediação de valores		9.207	12.660
Diversas	12b	27.884	37.579
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**97.148**	**81.440**
Capital		**57.011**	**50.884**
De domiciliados no País	15a	57.011	50.884
Reservas de lucros		**40.137**	**30.556**
TOTAL DO PASSIVO		**268.004**	**206.361**

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

IGEPREV Fl. ASSN

Votorantim Asset Management Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Exercicios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 e semestre findo em 31 de dezembro de 2017

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

	Nota	2º Semestre/2017	Exercicio/2017	Exercicio/2016
RECEITAS DE INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		**(703)**	**7.029**	**16.653**
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	6b	(703)	7.029	16.653
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		**(703)**	**7.029**	**16.653**
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS		**24.288**	**50.124**	**13.346**
Receitas de prestação de serviços	13a	71.515	139.972	119.567
Despesas de pessoal	13b	(29.783)	(59.563)	(70.779)
Outras despesas administrativas	13c	(11.386)	(19.356)	(18.427)
Despesas tributárias	16c	(5.304)	(10.753)	(11.211)
Outras receitas operacionais	13d	43	537	154
Outras despesas operacionais	13e	(797)	(713)	(5.958)
RESULTADO OPERACIONAL		**23.585**	**57.153**	**29.999**
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	14	**-**	**45**	**(600)**
Receitas não operacionais		-	55	-
Despesas não operacionais		-	(10)	(600)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS E PARTICIPAÇÕES		**23.585**	**57.198**	**29.399**
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	16a	**(11.319)**	**(24.834)**	**(9.701)**
PARTICIPAÇAO DE EMPREGADOS E ADMINISTRADORES NOS LUCROS E RESULTADOS		**(5.422)**	**(13.772)**	**(13.119)**
LUCRO LÍQUIDO		**6.844**	**18.592**	**6.579**
LUCRO POR QUOTA				
Lucro por lote de mil quotas - R$	15c	1,20	3,26	1,29
Quantidade de quotas (lote de mil)	15a	5.701.076	5.701.076	5.088.407

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

IGEPREV
Fl. 16
Ass.

Votorantim Asset Management Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Periodo de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2017 e 2016
e semestre findo em 31 de dezembro de 2017

(Valores expressos em milhares de Reais)

EVENTOS	Nota	Capital Social	Reservas de Lucros			Lucros / (Prejuízos) acumulados	Total
		Capital realizado	Reserva Legal	Expansão	Outras Reservas		
Saldos em 31.12.2015		**50.884**	**6.593**	**18.916**	**-**	**-**	**76.393**
Lucro Líquido do período		-	-	-	-	6.579	6.579
Destinações:							
Reserva legal		-	452	-	-	(452)	-
Dividendos	15c	-	-	-	-	(1.532)	(1.532)
Reserva especias de lucros		-	-	-	4.595	(4.595)	-
Saldos em 31.12.2016		**50.884**	**7.045**	**18.916**	**4.595**	**-**	**81.440**
Mutações do período		**-**	**452**	**-**	**4.595**	**-**	**5.047**
Saldos em 30.06.2017		**57.011**	**7.632**	**18.916**	**-**	**11.161**	**94.720**
Lucro Líquido do período		-	-	-	-	6.844	6.844
Destinações:							
Reserva legal		-	343	-	-	(343)	-
Dividendos	15c	-	-	-	-	(4.416)	(4.416)
Reserva especias de lucros		-	-	-	13.246	(13.246)	-
Saldos em 31.12.2017		**57.011**	**7.975**	**18.916**	**13.246**	**-**	**97.148**
Mutações do período		**-**	**343**	**-**	**13.246**	**(11.161)**	**2.428**
Saldos em 31.12.2016		**50.884**	**7.045**	**18.916**	**4.595**	**-**	**81.440**
Reversão dividendos propostos exercício anterior	15c	-	-	-	1.532	-	1.532
Aumento de capital	15a	6.127	-	-	(6.127)	-	-
Lucro Líquido do período		-	-	-	-	18.592	18.592
Destinações:							
Reserva legal		-	930	-	-	(930)	-
Dividendos	15c	-	-	-	-	(4.416)	(4.416)
Reserva especias de lucros		-	-	-	13.246	(13.246)	-
Saldos em 31.12.2017		**57.011**	**7.975**	**18.916**	**13.246**	**-**	**97.148**
Mutações do período		**6.127**	**930**	**-**	**8.651**	**-**	**15.708**

O Lucro por Quota está divulgado na Demonstração do Resultado.
As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Votorantim Asset Management Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 e
semestre findo em 31 de dezembro de 2017.

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota	2º Semestre/2017	Exercicio/2017	Exercicio/2016
Fluxos de caixa provenientes das operações				
Lucro antes dos Tributos e Participações		**23.585**	**57.198**	**29.399**
Ajustes ao Lucro antes dos Tributos e Participações		**(2.500)**	**(725)**	**2.518**
Depreciações e amortizações	13c	549	1.059	1.125
Resultado na avaliação do valor recuperável de ativos		-	(43)	2.332
Provisão (Reversão) para desvalorização de outros valores e bens	14	-	(12)	449
Despesas (Reversão) com provisões trabalhistas e fiscais		(3.049)	(1.729)	(1.388)
Lucro ajustado antes dos Tributos e Participações		**21.085**	**56.473**	**31.917**
Variações Patrimoniais		**(27.399)**	**(61.357)**	**(27.249)**
(Aumento) Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez		(73.094)	(64.336)	(5.920)
(Aumento) Redução em outros créditos líquidos dos impostos diferidos		(9.300)	(9.859)	910
(Aumento) Redução em outros valores e bens		401	438	(523)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(9.567)	(14.867)	(2.944)
(Redução) Aumento em outras obrigações		64.161	27.267	(18.772)
CAIXA GERADO (UTILIZADO) PELAS OPERAÇÕES		**(6.314)**	**(4.884)**	**4.668**
Fluxos de caixa provenientes das atividades de investimento				
(Aquisição / aumento líquido) de títulos disponíveis para venda		-	-	369
(Aquisição) de investimentos		(135)	(135)	(1.988)
(Aquisição) de imobilizado de uso		(773)	(1.063)	(1.131)
(Aquisição / ativação) de intangíveis		(471)	(875)	(1.375)
Alienação / redução líquida de títulos disponíveis para venda		7.043	6.657	-
Alienação de imobilizado de uso		403	413	-
Alienação / redução de investimentos		39	59	-
Alienação / baixa de intangíveis		-	-	7
CAIXA GERADO (UTILIZADO) PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		**6.106**	**5.056**	**(4.118)**
Variação Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa		**(208)**	**172**	**550**
Início do período		1.091	711	161
Fim do período	4	883	883	711
Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa		**(208)**	**172**	**550**

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

IGEPREV
Fl. 117
Ass.

Votorantim Asset Management Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
e semestre findo em 31 de dezembro de 2017

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota	2º Semestre/2017		Exercício/2017		Exercício/2016	
Receitas		**70.058**		**146.870**		**129.816**	
Receitas da intermediação financeira	6b	(703)		7.029		16.653	
Receitas de prestação de serviços	13a	71.515		139.972		119.567	
Outras receitas/(despesas)	13d / 13e / 14	(754)		(131)		(6.404)	
Insumos Adquiridos de Terceiros		**(9.387)**		**(15.573)**		**(14.249)**	
Materiais, água, energia e gás	13c	(305)		(502)		(256)	
Serviços de terceiros	13c	(8)		(9)		(67)	
Comunicações	13c	(176)		(265)		(234)	
Processamento de dados	13c	(2.272)		(4.166)		(4.390)	
Manutenção e conservação de bens	13c	(517)		(891)		(1.007)	
Transportes	13c	(320)		(607)		(539)	
Serviços de vigilância e segurança	13c	(52)		(89)		(39)	
Serviços técnicos especializados	13c	(3.238)		(4.709)		(3.434)	
Serviços do sistema financeiro	13c	(758)		(1.780)		(2.041)	
Publicações, Propaganda e publicidade	13c	(48)		(137)		(123)	
Emolumentos judiciais e cartorários	13c	(26)		(96)		(99)	
Outros	13c	(1.667)		(2.322)		(2.020)	
Valor Adicionado Bruto		**60.671**		**131.297**		**115.567**	
Despesas de depreciação e amortização	13c	(549)		(1.059)		(1.125)	
Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade		**60.122**		**130.238**		**114.442**	
Valor Adicionado a Distribuir		**60.122**	**100,00%**	**130.238**	**100,00%**	**114.442**	**100,00%**
Valor Adicionado Distribuído		**60.122**	**100,00%**	**130.238**	**100,00%**	**114.442**	**100,00%**
Pessoal		**31.364**	**52,17%**	**61.455**	**47,19%**	**73.228**	**63,99%**
Salários, honorários e demandas trabalhistas	13b	21.057		36.598		49.917	
Participação de empregados e administradores nos Lucros e Resultados		5.422		13.772		13.119	
Benefícios e treinamentos	13b	3.541		6.335		6.002	
FGTS		1.344		4.750		4.190	
Impostos, Taxas e Contribuições		**20.468**	**34,04%**	**47.467**	**36,45%**	**31.582**	**27,60%**
Federais		18.640		43.781		28.703	
Estaduais		1		1		1	
Municipais		1.827		3.685		2.878	
Remuneração de Capitais de Terceiros		**1.450**	**2,41%**	**2.724**	**2,09%**	**3.053**	**2,67%**
Aluguéis	13c	1.450		2.724		3.053	
Remuneração de Capitais Próprios		**6.840**	**11,38%**	**18.592**	**14,27%**	**6.579**	**5,74%**
Dividendos		4.416		4.416		1.532	
Lucro retido / (Prejuízo) absorvido		2.424		14.176		5.047	

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

CERTIDÃO ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÕES CÍVEIS

IGEPREV Fl. 118 Ass.

CERTIDÃO Nº: 026097648 **FOLHA: 1/1**

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça.

A Diretoria de Serviço Técnico de Informações Cíveis do(a) Comarca de São Paulo - Capital, no uso de suas atribuições legais,

CERTIFICA E DÁ FÉ que, pesquisando os registros de distribuições de **PEDIDOS DE FALÊNCIA, CONCORDATAS, RECUPERAÇÕES JUDICIAIS E EXTRAJUDICIAIS**, anteriores a 26/04/2018, verificou **NADA CONSTAR** como réu/requerido/interessado em nome de: **********

VOTORANTIM ASSET MANAGEMENT LTDA, CNPJ: 03.384.738/0001-98, conforme indicação constante do pedido de certidão.**********

Esta certidão não aponta ordinariamente os processos em que a pessoa cujo nome foi pesquisado figura como autor(a). São apontados os feitos com situação em andamento já cadastrados no sistema informatizado referentes a todas as Comarcas/Foros Regionais e Distritais do Estado de São Paulo.

A data de informatização de cada Comarca/Foro pode ser verificada no Comunicado nº 53/2015.

Esta certidão só tem validade mediante assinatura digital.

Esta certidão é sem custas.

São Paulo, 27 de abril de 2018.

PEDIDO Nº: 6097648

ASSINATURA TJSP SAJ

VotorantimAsset

55 11 5171 1900
Votorantim Asset Management
Av. das Nações Unidas 14171
Torre A | 11º andar
04794-000 | São Paulo | SP
www.vam.com.br

ANEXO

Índices	Fórmula		dez/16		jun/17		dez/17	
			Dados	Resultado	Dados	Resultado	Dados	Resultado
Índice de Liquidez Geral	ILG	AC+RLP	201.401	1,612227	183.874	1,950545	276.950	1,620956
		PC+ELP	124.921		94.268		170.856	
Índice de Solvência Geral	'ISG	AT	206.361	1,651932	188.988	2,004795	268.004	1,568596
		PC+ELP	124.921		94.268		170.856	
Índice de Liquidez Corrente	ILC	AC	175.848	2,354624	161.897	2,587247	251.397	1,894448
		PC	74.682		62.575		132.702	
Fonte dos dados	Balanço Publicado nos jornais							

Relações com Investidores

IGEPREV
Fl.
Ass.

IGEPREV
Fl. 120
Ass.

IGEPREVTO
Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Tocantins

OFÍCIO-CIRCULAR/GABPRES/Nº 011/2018. SGD: 2018/24839/17432

Em 16 de outubro de 2018.

Às Instituições Financeiras com pendências no processo de credenciamento junto ao IGEPREV/TO

Assunto: **Prazo para conclusão do Processo de Credenciamento.**

Senhores Diretores,

Considerando a Portaria MPS nº 519 de 24 de agosto de 2011, que exige que antes de qualquer operação as instituições escolhidas para receber aplicações tenham sido objeto de prévio credenciamento,

Considerando que o processo de Credenciamento do IGEPREV/TO se iniciou em maio de 2018 com a publicação do Edital nº 001/2018 no Diário Oficial do Estado n° 5.108 de 09 de maio de 2018,

Considerando que a documentação apresentada pelas instituições interessadas no credenciamento apresentou algumas irregularidades,

Considerando que já foram solicitadas inúmeras vezes via e-mail e através de contato telefônico que as referidas instituições sanassem as irregularidades verificadas,

Informamos às Instituições que estejam participando do processo de credenciamento perante o Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Tocantins – IGEPREV/TO, que em decorrência do não atendimento às solicitações de complementação da documentação apresentada, será

concedido o prazo de 10 (dez) dias para sanar as irregularidades, enviando a documentação necessária para conclusão do processo de credenciamento.

Caso a solicitação não seja atendida dentro do prazo determinado, será solicitado o resgate de todo o valor aplicado na instituição, conforme o item 4.2.1 do Edital de Credenciamento nº 001/2018. Estará proibido qualquer aporte de recursos por parte do IGEPREV/TO nos fundos sob sua gestão/administração.

Em ambos os casos, ao final do referido prazo, o processo de credenciamento será encerrado, e será incluída a informação "não credenciado" no CADPREV, no Demonstrativo das Aplicações e Investimentos dos Recursos - DAIR, conforme orientação da Coordenação Geral de Auditoria, Atuária, Contabilidade e Investimentos – CGAAI da Secretaria da Previdência (SPrev) do Ministério da Fazenda.

Atenciosamente,

SHARLLES FERNANDO BEZERRA LIMA
Presidente

Documento foi assinado digitalmente por SHARLLES FERNANDO BEZERRA LIMA EM 16/10/2018 16:02:23. A autenticidade deste documento pode ser verificada no site http://sgd.to.gov.br/verificador, informando o código verificador: CCFBB78B00407125

IGEPREV
Correios Brasil

AVISO DE RECEBIMENTO
AVIS CN07

AR

SGD:2018/24838/018178

JT 82454077 5 BR

DINVEST

DATA DE POSTAGEM / *DATE DE DÉPÔT*

25 OUT 2018
AC - PALMAS/TO

UNIDADE DE POSTAGEM / *BUREAU DE DEPÔT*

TENTATIVAS DE ENTREGA / *TENTATIVES DE LIVRAISON*

__/__/__ : h | __/__/__ : h | __/__/__ : h

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO
RETOUR

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / *NOM OU RAISON SOCIALE DU EXPÉDITEUR*

25.091.307/0001-76

Instituto de Gestão Previdenciaria
do Estado do Tocantins

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / *ADRESSE*

Av. Teotônio Segurado, 302 N. QI-01,
Al. 05, Lt. 02 e 03 - CEP: 77006-328

CIDADE / *LOCALITÉ*

PALMAS - TO

UF

BRASIL
BRÉSIL

IGEPREV TOCANTINS
DIACF
RECEBEMOS
06/12/2018
ASSINATURA E CARIMBO

- - - - - - - -

PREENCHER COM LETRA DE FORMA VOTORANTIN

AR

DESTINATÁRIO / DESTINATAIRE

NOM

CIALE DU DESTINATAIRE

ENI

Av. das Nações Unidas nº 14171 A,
andar 7
Vila Gertrudes – São Paulo – SP
Cep: 04794-000

CEP / CODE POSTAL	CIDADE / LOCALITÉ	UF	PAÍS / PAYS

DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (SUJEITO À VERIFICAÇÃO) / DISCRIMINACION

NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI
- ☐ PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE
- ☐ EMS
- ☐ SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR

Fabiana F. Freire de Sousa
RG: 25.906.710-6

DATA DE RECEBIMENTO
DATE DE LIVRATION
29 OUT 2018

CARIMBO DE ENTREGA
UNIDADE DE DESTINO
BUREAU DE DESTINATION

CDD GRANJA JULIETA
29 OUT 2018
SÃO PAULO - DR/SPM

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR

Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDIDOR

RUBRICA E MAT. DO EMPREGADO / SIGNATURE DE L'AGENT

JÓSE CARLOS
MAT. 8920650

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERS

75240203-0 FC0463 / 16 114 x 186 mm

IGEPREV Fl. 122 Ass.

OYA3743/TO	05230777000166	DETRAN	TO00190910	15/03/2018	16:24	5185-1
MVR4761/TO	04064642198	DETRAN	TO00190980	15/03/2018	16:41	5185-1
MWY0169/TO	88010287172	DETRAN	TO00190911	15/03/2018	16:27	5185-1
MWQ3638/TO	11141574659	DETRAN	TO00190979	15/03/2018	16:41	5185-1
NGZ6434/TO	87559994172	DETRAN	TO00190977	15/03/2018	16:38	5185-1
OLH9179/TO	01961700107	DETRAN	TO00190978	15/03/2018	16:40	5185-1
HNS5145/TO	01468942190	DETRAN	TO00190914	15/03/2018	16:41	5185-1
OLJ1968/TO	00145633128	DETRAN	TO00190915	15/03/2018	16:42	5185-1
QKA0064/TO	25053109000118	DETRAN	TO00191021	16/03/2018	08:26	5185-1
HDB6492/TO	34500421068	DETRAN	TO00190974	15/03/2018	16:35	5185-1
MXB0029/TO	87339927115	DETRAN	TO00191022	16/03/2018	08:27	5185-1
MWD7722/TO	11336672000199	DETRAN	TO00191023	16/03/2018	08:30	5185-1
GUH6668/TO	30977959104	DETRAN	TO00190970	15/03/2018	16:32	5185-1
MWK3667/TO	49923374149	DETRAN	TO00176793	12/03/2018	18:16	5622-2
OLL9470/TO	92289886149	DETRAN	TO00190862	15/03/2018	09:01	5185-1
MVM0639/TO	48464864191	DETRAN	TO00191018	16/03/2018	08:18	5185-1
NGF0980/TO	38304040182	DETRAN	TO00191015	16/03/2018	08:06	5185-1
MWW7231/TO	06776728887	DETRAN	TO00191014	16/03/2018	08:04	5185-1
OLJ9504/TO	25909546899	DETRAN	TO00191013	16/03/2018	08:03	5185-1
NLS3411/TO	06616625192	DETRAN	TO00191011	15/03/2018	17:13	5185-1
NLG4947/TO	10508402000155	DETRAN	TO00190918	15/03/2018	16:52	5185-1
HPR7354/TO	95356010168	DETRAN	TO00190919	15/03/2018	16:53	5185-1
QKE0726/TO	06974555000110	DETRAN	TO00191009	15/03/2018	17:11	5185-1
OLH7742/TO	34875832168	DETRAN	TO00190916	15/03/2018	16:43	5185-1
OQV7227/TO	91867762153	DETRAN	TO00191008	15/03/2018	17:09	5185-1
MXA9175/TO	13070339115	DETRAN	TO00190901	15/03/2018	15:41	5185-1
KEZ5864/TO	96407093104	DETRAN	TO00191007	15/03/2018	17:09	5185-1
QKK0234/TO	60924040000909	DETRAN	TO00191006	15/03/2018	17:08	5185-1
QKD9689/TO	31114008168	DETRAN	TO00191005	15/03/2018	17:07	5185-1
NWE5253/TO	96405686191	DETRAN	TO00191004	15/03/2018	17:06	5185-1
OLN0256/TO	81413750168	DETRAN	TO00190930	15/03/2018	17:12	5185-1
OLN6730/TO	60924040000909	DETRAN	TO00190931	15/03/2018	17:13	5185-1
MXG5808/TO	58680705187	DETRAN	TO00190932	15/03/2018	17:14	5185-1
NVU4508/TO	92220983153	DETRAN	TO00166718	13/03/2018	16:17	5967-0
MVU5596/TO	09432515168	DETRAN	TO00190934	15/03/2018	17:15	5185-1
OLH6220/TO	81076320600	DETRAN	TO00190905	15/03/2018	16:17	6580-0
OLH6315/TO	13678363000122	DETRAN	TO00190907	15/03/2018	16:19	5193-0
MWX3304/TO	98334069120	DETRAN	TO00166709	13/03/2018	15:25	7366-2
MXD7725/TO	00053946006	DETRAN	TO00166742	14/03/2018	09:05	7633-2
MVT9803/TO	91451094191	DETRAN	TO00166728	13/03/2018	20:02	7633-2
MVP4253/TO	28758331115	DETRAN	TO00166711	13/03/2018	16:08	7048-1
JVI2438/TO	01323316167	DETRAN	TO00190935	15/03/2018	17:17	5185-1
MXA1251/TO	08152632104	DETRAN	TO00190926	15/03/2018	17:05	5185-1
JPG1001/TO	86932888149	DETRAN	TO00190925	15/03/2018	17:04	5185-1
OQF3768/TO	96181680187	DETRAN	TO00190928	15/03/2018	17:09	5185-1
MWE2712/TO	17716322320	DETRAN	TO00190929	15/03/2018	17:10	5185-1
OLI0099/TO	07248660000135	DETRAN	TO00176797	13/03/2018	08:13	5185-1
JIP8515/TO	14763583115	DETRAN	TO00190927	15/03/2018	17:06	5185-1
DOD0833/TO	64244628134	DETRAN	TO00176795	13/03/2018	08:10	5185-1
MWE3789/TO	73599727104	DETRAN	TO00176794	13/03/2018	08:08	5185-1
OLN7082/TO	00896274000100	DETRAN	TO00191019	16/03/2018	08:19	5185-1
QKA3300/TO	00505900149	DETRAN	TO00191003	15/03/2018	17:01	5185-1
MWB4204/TO	02723671178	DETRAN	TO00191000	15/03/2018	16:59	5185-1
NRQ6653/TO	02294332199	DETRAN	TO00190997	15/03/2018	16:58	5185-1
OYC7724/TO	88433820125	DETRAN	TO00190995	15/03/2018	16:56	5185-1
MXE9579/TO	04996884304	DETRAN	TO00190996	15/03/2018	16:57	5185-1
MWW4830/TO	01007058129	DETRAN	TO00190994	15/03/2018	16:56	5185-1
HPN8974/TO	82693412153	DETRAN	TO00190989	15/03/2018	16:53	5185-1
OYC0770/TO	39859304815	DETRAN	TO00190990	15/03/2018	16:53	5185-1
OYC7038/TO	81198795115	DETRAN	TO00190986	15/03/2018	16:52	5185-1
MWY3821/TO	80813550149	DETRAN	TO00190985	15/03/2018	16:48	5185-1
KDV0795/TO	80325343187	DETRAN	TO00190982	15/03/2018	16:42	5185-1
KCN2782/TO	81735880159	DETRAN	TO00190936	16/03/2018	08:35	5010-0
NRQ6653/TO	02294332199	DETRAN	TO00190946	16/03/2018	08:10	7633-1
NVT9920/TO	55770991704	DETRAN	TO00176792	12/03/2018	15:40	5185-1
QKD0969/TO	34029567649	DETRAN	TO00176800	13/03/2018	09:37	5185-1
OLN6609/TO	04675602185	DETRAN	TO00176799	13/03/2018	09:37	5185-1
PVB4066/TO	92132618100	DETRAN	TO00190861	15/03/2018	09:01	5185-1
JEY4008/TO	05110692190	DETRAN	TO00190777	14/03/2018	09:37	6670-0
DUH2840/TO	85687642153	DETRAN	TO00190869	15/03/2018	09:17	5185-1
QKE1438/TO	85176753120	DETRAN	TO00190852	14/03/2018	15:36	5185-1
MXD2448/TO	11372147000129	DETRAN	TO00190854	14/03/2018	15:37	5185-1
HLB0042/TO	34557651810	DETRAN	TO00190855	14/03/2018	15:38	5185-1
MWE6631/TO	40979423104	DETRAN	TO00190856	14/03/2018	15:39	5185-1
MWX0265/TO	25052507000110	DETRAN	TO00190857	14/03/2018	15:39	5185-1
QKE1498/TO	00263142000141	DETRAN	TO00190859	15/03/2018	08:56	5185-1
NFG8458/TO	99089203168	DETRAN	TO00190860	15/03/2018	08:58	5185-1

IGEPREV-TOCANTINS

PORTARIA Nº 569, DE 07 DE MAIO DE 2018.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO DE GESTÃO PREVIDENCIÁRIA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso de suas atribuições legais, e consoante o disposto no art. 20, inc. X, da Lei nº 1.940, de 1º de julho de 2008,

Considerando o lançamento do Edital de Credenciamento de Instituições Financeiras e Fundos de Investimentos, por este Instituto;

RESOLVE:

Art. 1º Revogar a Portaria IGEPREV nº 729, de 19 de setembro de 2013, que aprova a Política de Credenciamento de Instituições Financeiras e Gestoras de Carteira do RPPS Tocantins.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SHARLLES FERNANDO BEZERRA LIMA
Presidente

EDITAL PARA CREDENCIAMENTO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS E FUNDOS DE INVESTIMENTOS

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 001/2018

O IGEPREV/TO - INSTITUTO DE GESTÃO PREVIDÊNCIA DO ESTADO DO TOCANTINS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 25.091.307/0001-76, com sede na Av. Teotônio Segurado, 302 Norte, QI 01, Al. 05, Lts. 02 e 03, Palmas/TO, neste ato representado pelo seu Presidente SHARLLES FERNANDO BEZERRA LIMA, servidor público, residente e domiciliado em Palmas/TO, Gestor do RPPS, conforme Ato nº 579, de 19 de abril de 2018, no uso de suas atribuições legais, torna público o CREDENCIAMENTO de instituições prestadoras de serviços de gestão financeira e fundos de investimentos, em conformidade com a Política de Investimentos do RPPS, com a Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 3.922, de 25 de novembro de 2010, a Portaria MPS nº 519, de 24 de agosto de 2011 e suas alterações, combinados com os artigos 27 a 30 e 34 a 37 da Lei nº 8.666/1993, de 21 de junho de 1993 e suas alterações.

1. DO OBJETO

1.1 O presente Edital tem por objeto o credenciamento de Instituições Financeiras e de Fundos de Investimentos que estejam autorizados, nos termos da Legislação em vigor, a atuar no Sistema Financeiro Nacional, com fiel observância das Normas que regulamentam as aplicações de recursos dos Regimes Próprios de Previdência Social - RPPS no Mercado Financeiro Nacional, em especial as estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional - CMN e Ministério da Fazenda/Secretaria da Previdência.

1.2 O credenciamento de fundos de investimento, instituições administradoras e gestoras de fundos de investimento, instituições e pessoas naturais integrantes do sistema de distribuição junto ao RPPS, é requisito prévio para fins de alocação dos recursos vinculados ao RPPS, devendo observar o disposto neste ato e em seus anexos.

1.3 O objetivo da administração dos recursos financeiros do Instituto de Previdência é a maximização da rentabilidade de seus ativos, buscando constituir reservas suficientes para pagamento dos benefícios de seus participantes, levando em consideração os fatores de risco, segurança, solvência, liquidez e transparência, constituindo todos os esforços para o atingimento do equilíbrio financeiro e atuarial dentro dos parâmetros legais e em consonância com o estabelecido na Política Anual de Investimentos vigente do INSTITUTO.

2. CONDIÇÕES PARA CREDENCIAMENTO

2.1 Poderão ser credenciadas as instituições financeiras e fundos de investimentos devidamente autorizados a funcionar no País pelo Banco Central do Brasil, cuja finalidade e ramo de atuação estejam em consonância com o objeto deste Credenciamento.

2.2 A participação neste Credenciamento implica na aceitação integral e irrestrita das condições estabelecidas neste Edital.

2.3 Estarão impedidos de participar de qualquer fase do processo, interessados que se enquadrem em uma ou mais das situações a seguir:

a) Estejam cumprindo penalidade de suspensão temporária imposta por qualquer órgão da Administração Pública;

b) Sejam declaradas inidôneas em qualquer esfera de Governo;

c) Estejam sob falência, recuperação judicial, dissolução ou liquidação, exceto quando na carteira de investimentos já existir aplicação financeira da instituição;

d) terceirizem a sua área de distribuição de produtos para investidores institucionais, excetuando aquelas que comprovem ter contrato de exclusividade.

3 ETAPAS DO PROCESSO DE CREDENCIAMENTO

Poderão requerer o Credenciamento junto ao RPPS quaisquer pessoas jurídicas ou naturais que atendam às condições exigidas no presente Edital, obedecidas as seguintes etapas:

3.1 PRIMEIRA ETAPA: HABILITAÇÃO

A Empresa que desejar participar do processo de credenciamento deverá apresentar os seguintes documentos:

3.1.1 Documentos Gerais:

a) Fornecer ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo Banco Central do Brasil ou pela Comissão de Valores Mobiliários;

b) Fornecer declaração na qual expressem que não efetuarão quaisquer retenções tributárias, dada a Imunidade Tributária dos Fundos Públicos de Previdência; Anexo I.

c) Apresentar declaração de inexistência de penalidade imputada pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), em razão de infração grave considerada pela Autarquia ao Administrador, nos 05 (cinco) anos anteriores ao credenciamento; Anexo II.

d) Comprovação de atendimento à exigência de classificação efetuada por agência classificadora de risco em funcionamento no País, como de boa qualidade de gestão e de ambiente de controle de investimento;

e) Comprovação de filiação à ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais ou ser aderente ao Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas de Fundos de Investimento ou ao Código ABVCAP/ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para o Mercado de FIP e FIEE.

3.1.2 Documentos Habilitação Jurídica:

a) Ato Constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor e alterações subsequentes devidamente registradas, em se tratando de Sociedade Comercial, e no caso de sociedade por ações acompanhadas da Ata arquivada da Assembleia da última eleição da Diretoria, com os respectivos cadastros de pessoa física - CPF e RG de seus atuais administradores;

b) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo Banco Central do Brasil e/ou Comissão de Valores Mobiliários ou órgão competente;

3.1.3 Documentos que Comprovem a Regularidade Fiscal:

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoal Jurídica (CNPJ);

b) Prova de regularidade junto à Receita Federal do Brasil, por meio de Certidão Negativa de Débitos conjunta da Receita Federal do Brasil e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (Tributos Federais e Dívida Ativa da União);

c) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede da instituição, na forma da Lei, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débito ou de Certidão de Não Contribuinte;

d) Prova de regularidade quanto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), por meio de Certidão de Regularidade do FGTS, emitida pela Caixa Econômica Federal;

e) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, emitida pelo Tribunal Superior do Trabalho.

3.1.4 Documentos Referentes à Qualificação Técnica:

a) Declaração da empresa de inexistência de fato superveniente impeditivo, e que concorda com todas as condições deste Edital; Anexo III e IV.

b) Declaração da empresa informando que os regulamentos, prospectos e termos de adesão dos fundos de investimentos estão em conformidade com a Resolução CMN 3.922/2010 ou outras que entrarem em vigor posteriormente; Anexo V.

c) Declaração de cumprimento do artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal, e Lei Federal nº 9.854/99, regulamentada pelo Decreto Federal nº 4.358/02, fornecida pela empresa e assinada por sócio, dirigente, proprietário ou procurador; Anexo VI.

d) Declaração de qualificação técnica do responsável e equipe; Anexo VII.

e) Preencher corretamente os Anexos VIII e IX ou fornecer Due Digiligence conforme previsão na NOTA TÉCNICA Nº 17/2017/ CGACI/DRPSP/SPPS/MF, sendo "Questionário Padrão Due Diligence para Fundos de Investimento - Seção 1 - Informações sobre a Empresa" e "Seção 2 - Informações sobre o Fundo de Investimento", devidamente preenchidos e com seus anexos;

f) Relatório de Rating's atualizado de Agência Classificadora de Risco com experiência internacional, podendo ser nacional, desde que aprovado pelo Comitê de Investimentos do IGEPREV-TOCANTINS, após análise da Equipe de Investimentos, cujo grau de avaliação será definido pela Política Anual de Investimentos do IGEPREV/TO;

3.2 Documentos Referentes à Qualificação Econômico-financeira:

a) Balanço Patrimonial dos 3 (três) últimos exercícios;

b) Certidão Negativa de Falência ou Concordata expedida pelo Cartório Distribuidor da sede da pessoa jurídica, datada de, no máximo, 60 (sessenta) dias anteriores à data de apresentação da documentação;

c) Demonstrativos constando os índices de liquidez corrente, índices de liquidez geral e índices de solvência geral ou índice de Basileia, extraídos dos balanços dos 3 (três) últimos exercícios, que comprovem a solidez da situação econômico-financeira da entidade.

3.2.1 Em caso de Fundos de Investimentos:

a) Quando tratar-se de aplicação em Fundos de Investimentos, o credenciamento recairá também sobre a figura do gestor e do administrador do fundo, que deverá apresentar, além de toda a documentação solicitada neste edital:

a. 1) Histórico e experiência de atuação do gestor e do administrador do fundo de investimento e de seus controladores;

a. 2) Volume de recursos sob sua gestão e administração, bem como qualificação do corpo técnico e comprovação de segregação de atividades;

a. 3) Lâmina do fundo de investimento que possibilite a avaliação da aderência da rentabilidade aos indicadores de desempenho e riscos assumidos pelos fundos de investimentos sob sua gestão e administração, no período mínimo de dois anos anteriores ao credenciamento.

3.2.2 As Instituições Financeiras habilitadas a participar do Processo de Credenciamento poderão ser submetidas a uma série de quesitos e à apresentação de documentos relacionados às condições de segurança, rentabilidade, solvência, transparência e legalidade de sua constituição e dos produtos ofertados por elas.

3.2.2.1 Os quesitos e documentos supramencionados serão submetidos à análise do Gestor do INSTITUTO.

IGEPREV
Fl. 123
Ass.

3.2.3 Será considerada não credenciada a Instituição Financeira que não apresentar quaisquer dos itens acima, ou apresentá-las com vícios, rasuras ou contrariando qualquer exigência contida neste Edital.

3.2.4 Os documentos exigidos neste Edital serão apresentados em original ou cópia reprográfica autenticada ou ainda publicação em órgão da imprensa oficial.

3.2.5 Os documentos expedidos pela Internet poderão ser apresentados em forma original ou cópia reprográfica sem autenticação, estando sujeitos à verificação de autenticidade através de consulta online.

3.2.6 Todas as certidões solicitadas deverão estar dentro de seu prazo de validade quando da apresentação do requerimento de credenciamento.

3.2.7 No documento em que o prazo de validade não esteja mencionado expressamente, será considerado o prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de sua respectiva emissão.

3.2.8 Apresentada a solicitação para credenciamento com toda a documentação exigida, a instituição declara, para todos os fins, a aceitação de todos os termos e condições expressos no presente Edital.

3.3 SEGUNDA ETAPA: QUALIFICAÇÃO

3.3.1 Serão habilitadas somente as instituições que atenderem integralmente o disposto no presente edital.

3.3.2 Os documentos de credenciamento serão analisados pela Diretoria de Investimentos do Instituto, que emitirá um Parecer Técnico, e pelo Comitê de Investimentos.

3.3.3 Em nenhuma hipótese será permitida a apresentação de protocolos, em substituição aos documentos exigidos.

3.3.4 A aceitação dos documentos e informações da instituição requerente, a emissão de Termo de Análise de Credenciamento ou Atestado de Credenciamento não geram para o INSTITUTO qualquer obrigação ou compromisso de realizar contratação ou alocação de recursos em veículos de investimento administrados, geridos ou distribuídos pela instituição ou agente credenciado.

4. ENTREGA DOS DOCUMENTOS

4.1 Os documentos deverão ser entregues na sede do INSTITUTO, nos dias úteis, no horário local das 8:00h às 18:00h, de segunda à sexta-feira, os quais serão protocolados, constituindo um processo administrativo único;

4.2 Toda instituição que possui aplicação financeira no Instituto está OBRIGADA a providenciar o credenciamento nos termos deste Edital no prazo máximo de 30 (trinta) dias da data da sua publicação, sob pena de ser declarada inapta para gestão dos recursos.

4.2.1 Após o decurso do prazo, não ocorrendo o credenciamento o Instituto solicitará resgate de todo valor aplicado na instituição que deixou de atender o chamamento público para o credenciamento.

4.3 A entrega dos documentos poderá acontecer a qualquer momento, durante a vigência do presente Edital, para as instituições que não possuam aplicações de recursos financeiros do Instituto.

5. DOS PRAZOS

5.1 Depois de instruída a solicitação para credenciamento, a Diretoria de Investimentos do IGEPREV-TOCANTINS terá o prazo de 20 (vinte) dias, contados a partir da data de recebimento da documentação, para analisar e emitir parecer técnico.

5.2 Caso, durante a análise da solicitação de credenciamento, seja verificado que algum documento não foi entregue ou foi entregue parcialmente, o Diretor de Investimentos emitirá Carta de Exigência à respectiva Instituição interessada, contendo a relação de documentos faltantes, a qual terá 30 (trinta) dias para apresentá-los, ficando suspenso o prazo de análise estabelecido no subitem anterior, retomando a contagem a partir da apresentação de todos os documentos solicitados.

5.3 A não apresentação da documentação no prazo estipulado para credenciamento, ou apresentação de documentos contendo vícios, rasuras ou contrariando qualquer exigência contida neste Edital, acarretará

5.4 Realizada a análise de que trata o subitem 5.1, havendo parecer favorável, o processo de credenciamento é submetido à aprovação do Comitê de Investimentos que, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, deliberará sobre a matéria, juntando a ata da reunião aos autos do processo.

5.5 Após aprovação do Comitê de Investimentos, o Presidente do IGEPREV-TOCANTINS, no prazo máximo de 10 (dez) dias, homologará o procedimento e declarará CREDENCIADA a Instituição.

5.6 Aprovado pelo Comitê de Investimentos e homologado pelo Presidente do Instituto, o processo de credenciamento é finalizado com o ato de publicação da Instituição credenciada no sitio do IGEPREV-TOCANTINS e na imprensa oficial do Estado, em no máximo 2 (dois) dias.

6. IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E RECURSOS

6.1 A Solicitação de Esclarecimentos ou Impugnação ao Edital poderá ser feita a qualquer tempo, durante sua vigência.

6.2 Não serão conhecidas as impugnações e os recursos meramente protelatórios ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pela instituição financeira.

6.3 Os recursos contra decisões do INSTITUTO não terão efeito suspensivo. Caberá ao Comitê de Investimentos decidir sobre a petição no prazo de 72 (setenta e duas) horas.

6.4 O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

6.5 Em caso de indeferimento do pedido de credenciamento, haverá comunicação expressa ao interessado, ficando assegurado o direito de recurso ao credenciante em até 5 (cinco) dias a contar da publicação na imprensa oficial do Estado.

5.6 Havendo indeferimento dos pedidos de credenciamento, facultam-se aos interessados apresentarem novos pedidos, a contar da data de publicação do indeferimento do credenciante na imprensa oficial do Estado.

7. DA VIGÊNCIA DO CREDENCIAMENTO

7.1 O presente credenciamento terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de homologação que deverá ser publicado no site do RPPS, visto que o "Atestado de Credenciamento" foi substituído pelo preenchimento da Aba Credenciamento do novo DAIR a partir de janeiro de 2017.

7.2 A cada 12 (doze) meses a instituição credenciada deverá apresentar as documentações exigidas no credenciamento, para fins de atualização cadastral, devendo os mesmos serem protocolados na sede do RPPS em até 30 (trinta) dias antes do vencimento deste prazo.

7.3 As instituições financeiras que já administram ou gerenciam recursos do INSTITUTO ficam cientes de que o não credenciamento implica na solicitação de resgate dos recursos aplicados ou solicitação de substituição da prestação de serviço, ou ainda, não havendo sucesso nos pleitos, comunicação formal a CVM e a SPS afim de não prejudicar o INSTITUTO na comunicação do DAIR.

8. DAS PENALIDADES

8.1 Sem prejuízos das demais sanções previstas em Lei, a credenciada ficará sujeita às penalidades impostas pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

9. DO DESCREDENCIAMENTO

9.1 O INSTITUTO poderá considerar descredenciado, sem que, por isso, seja obrigado a suportar ônus de indenização, multa ou pagamento extra, a qualquer título, a instituição ou fundo que:

a) Descumprir quaisquer das normas que regem os RPPS, bem como aos ditames da Resolução CMN nº 3.922/2010 ou de normas emitidas pela CVM ou pelo BCB;

b) Deixar de executar o serviço na forma e nos prazos estipulados no Regulamento de Credenciamento, ou infringir qualquer disposição contratada;

c) Descumprir quaisquer dos requisitos previstos neste

d) Inclusão da instituição em Cadastro Nacional de Empresas Punidas, sob responsabilidade da Controladoria-Geral da União - CGU, nos termos da Lei Federal nº 12.846/2013;

e) Não apresentar resultados satisfatórios na administração/ gestão de fundo de investimento, e estará impedida pelo período de 6 (seis) meses de requerer novo credenciamento.

9.2 Não se aplica o descredenciamento nas situações em que o IGEPREV-TOCANTINS tenha aplicado recursos em Fundos com prazo de carência ou vigência pré-definida, cessando a impossibilidade de aplicação da penalidade no cumprimento do respectivo prazo.

9.3 Para o descredenciamento nos termos aqui previstos, será aberto processo administrativo, no qual serão assegurados à instituição interessada o contraditório e a ampla defesa.

9.4 Na hipótese de descredenciamento o INSTITUTO emitirá Termo próprio, independentemente de quaisquer sanções legais aplicáveis ao caso.

10. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

10.1 O presente Edital e seus anexos estão disponíveis na sede do INSTITUTO e no site http://www.igeprev.to.gov.br/.

10.2 O credenciamento será cancelado em qualquer fase do processo seletivo, caso seja verificado o não cumprimento dos requisitos exigidos neste edital ou constatada a ocorrência de erro ou fraude na sua elaboração.

10.3 Não existirá um número mínimo ou máximo de vagas para credenciamento, pois se trata da formação de um banco de credenciados para prestação de serviços para o RPPS.

10.4 O credenciamento de Fundos de Investimentos e/ou Instituições Financeiras não estabelece obrigação ao INSTITUTO em efetuar aplicação em fundo de investimentos destas instituições ou qualquer solicitação de prestação de serviços.

10.5 As instituições financeiras são responsáveis, em qualquer época, pela fidelidade e legitimidade das informações constantes nos documentos apresentados.

10.6 Toda a documentação ficará à disposição dos Conselheiros, Membros do Comitê de Investimentos, Segurados, Aposentados e pensionistas para consulta.

10.7 Aos casos omissos neste Edital aplicam-se os dispositivos da Resolução CMN nº 3.922/2011 e da Portaria MPS nº 519/2011, sendo, em último recurso, dirimidos pelo Comitê de Investimentos do IGEPREV-TOCANTINS.

10.8 O presente edital tem vigência de 12 (doze) meses contados da sua publicação.

11. ANEXOS

11.1 Constituem anexos do edital e dele fazem parte integrante:

a) Anexo I: Declaração de não retenções tributárias;

b) Anexo II: Declaração de inexistência de penalidade imputada pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM);

c) Anexo III: Declaração da empresa de inexistência de fato superveniente impeditivo;

d) Anexo IV: Declaração de anuência com as condições deste Edital;

e) Anexo V: Declaração de conformidade com a Resolução CMN 3.922/2010 ou outras posteriores;

f) Anexo VI: Declaração de cumprimento de requisitos legais

g) Anexo VII: Declaração de qualificação técnica do responsável e equipe.

h) Anexo VIII: Termo de Análise de Credenciamento de Instituição Administradora ou Gestora, substituível pelo Questionário Due Diligence QDD - Seção 1;

i) Anexo IX: Termo de Análise de Credenciamento de Fundo de Investimento, substituível pelo Questionário Due Diligence QDD - Seção 2;

Palmas/TO, aos 7 dias do mês de maio de 2018.

SHARLLES FERNANDO BEZERRA LIMA
Presidente

ANEXO I

[TÍTULO]

MODELO DE DECLARAÇÃO DE NÃO RETENÇÕES TRIBUTÁRIAS

(papel com logomarca ou identificação da empresa)

(nome da empresa), inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____ e Inscrição Estadual nº _____, com sede na (endereço completo), neste ato representada por _____, portador da cédula de identidade RG nº _____ SSP/__ e do CPF/MF nº _____, declara que atende plenamente os requisitos de habilitação, DECLARA que reconhece a abrangência da Imunidade Tributária do INSTITUTO, e que não irá reter tributos sobre suas aplicações financeiras, dada a natureza pública dos recursos geridos por essa Entidade Gestora do Regime Próprio de Previdência.

[MUNICÍPIO/UF], _____ de _____ de 2018.

(assinatura e identificação do representante legal da empresa).

ANEXO II

[TÍTULO]

MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE PENALIDADE IMPUTADA PELA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS (CVM)

(papel com logomarca ou identificação da empresa)

(nome da empresa), inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____ e Inscrição Estadual nº _____, com sede na (endereço completo), neste ato representada por _____, portador da cédula de identidade RG nº _____ SSP/__ e do CPF/MF nº _____, declara que atende plenamente os requisitos de habilitação, DECLARA, que não possui penalidades imputadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Banco Central do Brasil (BACEN) e/ou Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA) em razão de infração grave considerada por estes ao Administrador/Gestor.

[MUNICÍPIO/UF], _____ de _____ de 2018.

(assinatura e identificação do representante legal da empresa).

ANEXO III

[TÍTULO]

MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO À HABILITAÇÃO
(papel com logomarca ou identificação da empresa)

(nome da empresa), inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____ e Inscrição Estadual nº _____, com sede na (endereço completo), neste ato representada por _____, portador da cédula de identidade RG nº _____ SSP/__ e do CPF/MF nº _____, declara que atende plenamente os requisitos de habilitação, DECLARA, sob as penalidades da Lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para a sua contratação com Administração Pública, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

[MUNICÍPIO/UF], _____ de _____ de 2018.

(assinatura e identificação do representante legal da empresa).

ANEXO IV

[TÍTULO]

MODELO DE DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO
(papel com logomarca ou identificação da empresa)

Ao Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Tocantins
XXXXX
Gestor do RPPS

(nome da empresa), inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____ e Inscrição Estadual nº _____, com sede na (endereço completo), neste ato representada por _____, portador da cédula de identidade RG nº _____ SSP/__ e do CPF/MF nº _____, DECLARA que está ciente de todos os termos do edital e anexos deste, sendo sabedores de todas as especificações nele contidas e que atende plenamente os requisitos de habilitação.

[MUNICÍPIO/UF], _____ de _____ de 2018.

(assinatura e identificação do representante legal da empresa).

IGEPREV
Fl. 124
Ass.

ANEXO V

[TÍTULO]

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE COM A RESOLUÇÃO CMN 3.922/2010

(papel com logomarca ou identificação da empresa)

(Razão Social da Instituição), inscrita no CNPJ sob o nº _____ sediada à (endereço completo), declara, sob as penas da Lei, que os regulamentos, prospectos e termos de adesão dos fundos de investimentos estão em conformidade com a Resolução CMN 3.922/2010, ou outras que entrarem em vigor posteriormente, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

[MUNICÍPIO/UF], _____ de _____ de 2018.

(assinatura e identificação do representante legal da empresa).

ANEXO VI

[TÍTULO]

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DE REQUISITOS LEGAIS

(papel com logomarca ou identificação da empresa)

(Nome da Empresa), inscrita no CNPJ Nº_____, sediada na Rua _____, nº ____, bairro _____, CEP _____ Município _____, por seu representante legal abaixo assinado, em cumprimento ao solicitado no [Título], DECLARA, sob as penas da Lei, que:

Até a presente data, inexistem fatos impeditivos para a sua habilitação, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menores de 16 (dezesseis) anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal e inciso V, art. 27, da Lei 8666/1993, com redação determinada pela Lei nº 9.854/1999.

Não possui em seu quadro de pessoal servidores públicos do Poder Executivo exercendo funções técnicas, comerciais, de gerência, administração ou tomada de decisão, (inciso III, do art. 9º da Lei 8666).

Por ser verdade, firmamos a presente declaração.

[MUNICÍPIO/UF], _____ de _____ de 2018.

(assinatura e identificação do representante legal da empresa).

ANEXO VII

[TÍTULO]

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

(papel com logomarca ou identificação da empresa)

Atestamos para fins de participação em licitações, a quem possa interessar, que a empresa _____, CNPJ _____, localizada à Rua _____ nº _____ bairro _____, neste município, já executou ou está executando os serviços (descrever os serviços realizados suficientemente detalhado, para permitir a caracterização das atividades desenvolvidas, objeto do [Título], de forma satisfatória, atendendo as especificações exigidas, onde cumpriu com todos os compromissos assumidos, inclusive, quanto ao prazo e à qualidade dos serviços prestados, e que até esta data não consta em nossos Registros, nenhum ato que macule ou desabone sua idoneidade, motivo pelo qual está apto a se candidatar à execução do objeto do presente certame.

[MUNICÍPIO/UF], _____ de _____ de 2018.

ANEXO VIII

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 001/2018

(Substituível pelo *Questionário Due Diligence QDD* – Seção 1)

TERMO DE ANÁLISE DE CREDENCIAMENTO SIMPLIFICADO

Número do Termo de Análise de Credenciamento	/2018
Número do Processo (Nº protocolo ou processo)	

I - REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL – RPPS

Ente Federativo	ESTADO DO TOCANTINS	CNPJ	
Unidade Gestora do RPPS	IGEPREV/TO	CNPJ	25.091.307/0001-76

Possui critérios preestabelecidos para credenciamento ou alocação de recursos do RPPS? (X) SIM ( ) NÃO

1. Tipo de ato normativo/edital	*EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 001/2018*	Data	

2. Critérios:

a. Atender a Resolução 3922/2010;

b. Atender a Resolução 519/2011; e

c. Atender a Política Anual de Investimentos do Instituto.

II– Instituição a ser credenciada

( ) Administrador	( ) Gestor	( ) Administrador/Gestor	( ) Corretora/Distribuidor	( ) Outros:

Razão Social		CNPJ	
Endereço		Data Constituição	
E-mail (s)		Telefone (s)	
Data do registro na CVM	Categoria (s)		

Principal contato com RPPS	Cargo	E-mail	Telefone

II.1 - Relação dos documentos referentes à análise da Instituição (art. 6º-E, III, Portaria MPS nº 519/2011):

Identificação do documento analisado	Data do doc.	Data de validade das certidões*	Página na internet em que o documento foi consultado ou disponibilizado pela instituição
1. Questionário Padrão Due Diligence para Fundos de Investimento – Seção 1 e seus Anexos			
2. Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social			
*3. Certidão da Fazenda Municipal**			
*4. Certidão da Fazenda Estadual ou Distrital**			
*5. Certidão de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União**			
*6. Certidão quanto a Contribuições para o FGTS**			
7. Relatórios de Gestão de Qualidade			
8. Relatórios de Rating			

II.2 - Informações relativas à pesquisa de padrão ético de conduta (art. 3º, §1º, Portaria MPS nº 519/2011):

Resultado de pesquisas ao site da CVM (ex.: http://sistemas.cvm.gov.br/) sobre Processos Administrativos e Processos Administrativos Sancionadores, no site do Bacen (ex.: http://www.bcb.gov.br/crsfn/crsfn.htm) sobre Processos Administrativos Punitivos, além de outras pesquisas de processos administrativos, judiciais, ou informações de conhecimento público que possam caracterizar indício de irregularidades na atuação da Instituição, seus controladores, sócios ou executivos:

Processo/Decisão	Assunto/objeto	Data	Fonte da informação

Resultado da análise destas informações:	

II.3 - Classificação do Risco da Instituição (art. 15, §2º da Resolução CMN nº 3.922/2010):

Tipo de Nota	Agência	Classificação obtida	Data

Principais riscos associados à Instituição:	

II.4 - Dados Gerais da Instituição e do Portfólio sob sua administração/Gestão (art. 3º, §2º, I, "b", Portaria MPS nº 519/2011):

Mês/Ano	Patrimônio da Instituição (R$)	Patrimônio total sob admin/ gestão (R$)	Patrimônio total dos RPPS sob admin/ gestão (R$)	Nº de fundos sob admin/ gestão	Nº de cotistas dos fundos sob admin/ gestão	Nº de cotistas RPPS dos fundos sob admin/ gestão
__/2016						
Dez/2015						
Dez/2014						
Dez/2013						
Dez/2012						

Comparação histórico, experiência, de volume de recursos, rentabilidade e riscos com outras Instituições credenciadas que ofertam mesma classe de produtos:

II.5 - Política de Distribuição - Integrantes do sistema de distribuição que atuam na abrangência do RPPS

Nome/Razão Social:	
Informações sobre a Política de Distribuição:	

II.6 – Dados gerais de Fundos sob sua administração/gestão (art. 3º, §2º, I, "b", Portaria MPS nº 519/2011):

II.7 - Perfil Atual da Carteira do RPPS

Fundos de Investimento sob administração/gestão por classificação Resolução CMN	Nº de fundos	Patrimônio total dos fundos (R$)	Nº total de cotistas	Nº de cotistas RPPS	% do Total de recursos do RPPS	Posição Atual (R$)	Situação do segmento da carteira quanto a performance/ comportamento dos riscos (texto)

FI Renda Fixa/Referenciados							
FI de Índices Referenciados em Renda Fixa							
FI de Renda Fixa							
FI de Índices Referenciados em Renda Fixa							
FI em Direitos Creditórios							
FI Renda Fixa "Crédito Privado"							
FI Ações referenciados							
FI de Índices Referenciados em Ações							
FI em Ações							
FI Multimercado							
FI em Participações							
FI Imobiliário							
FI Ações referenciados							

III – FUNDO(S) DE INVESTIMENTO DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA PARA FUTURA DECISÃO DE INVESTIMENTO			
Nome do(s) Fundo(s) de Investimento(s)	CNPJ do Fundo	Classificação Resolução CMN	Aderência ao benchmarking do mercado, ao perfil da carteira do RPPS e às estratégias da política de investimentos

IV – CONCLUSÃO DA ANÁLISE da Instituição administradora/gestora objeto do presente Credenciamento			
Data			
Responsáveis pela Análise:	**Cargo**	**CPF**	**Assinatura**

ANEXO IX

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 001/2018

(Substituível pelo *Questionário Due Diligence QDD* – Seção 2)

TERMO DE ANÁLISE DE CREDENCIAMENTO
Análise de Fundo de Investimento
(anexo ao Termo de Análise de Credenciamento da Instituição Administradora e Gestora)

VI– ☐ **FUNDO DE INVESTIMENTO** ☐ **Outros:** (nesse caso, utilizar documento sem formatação específica, que demonstre a análise das características, riscos, rentabilidade e aderência do respectivo ativo/produto)

Nome Fundo				CNPJ
Administrador		Nº Termo Credenciamento		CNPJ
Gestor		Nº Termo Credenciamento		CNPJ
Custodiante				CNPJ

Classificação do Fundo Resolução CMN 3.922:	Data de Início Atividades:
☐ 00% títulos do TN	☐ Ações referenciados
☐ enda Fixa/Referenciados	☐ de Índices Referenciados em Ações
☐ e Índices Referenciados em Renda Fixa	☐ em Ações
☐ e Renda Fixa	☐ Multimercado
☐ e Índices Referenciados em Renda Fixa	☐ em Participações
☐ m Direitos Creditórios	☐ Imobiliário
☐ enda Fixa "Crédito Privado"	☐ tros Ativos:

VII. 1 - Relação dos documentos do Fundo que instruem o Processo de Credenciamento obtidos na(s) seguinte(s) página(s) da Internet (art. 6º-E, III, Portaria MPS nº 519/2011

Identificação do documento analisado (obtido na página da internet da CVM, identificar)	Data do Documento	Data da Análise
Questionário Padrão *Due Diligence* para Fundo de Investimento – Seção 2 da ANBIMA – Informações sobre o Fundo de Investimento		
2. Regulamento		
3. Lâmina de Informações essenciais		
4. Formulário de informações complementares		
5. Perfil Mensal		
6. Demonstração de Desempenho		
7. Relatórios de Rating		
8. Demonstrações Contábeis		
9.....		

VII.2 – Análise das informações do Questionário Padrão *Due Diligence* para Fundo de Investimento – Seção 2 da ANBIMA – Informações sobre o Fundo de Investimento:

Identificação do Responsável pelo Questionário:

Resultado da análise do responsável pelo Credenciamento das principais informações apresentadas no Questionário:

VII.3 - Análise das informações relativas ao Fundo de Investimento e de sua aderência ao perfil de investidor, da carteira e da Política de Investimento do RPPS:

	Resumo das informações do Fundo de Investimento:			Análise do responsável pelo Credenciamento:
Público-alvo do Fundo:				
Principais cotistas do Fundo	Tipo de Investidor *(Item III.6 do Termo Cred.)*		% do PL	
Objetivos do Fundo:				
Política de Investimentos do Fundo	Descrição da Política			
	Índice de referência/objetivo de rentabilidade			
	Tipos de ativo	Mínimo	Máximo	
Condições de investimento – prazos/ condições para resgate	Prazo Duração do Fundo			
	Prazo de carência (dias)			
	Prazo para conversão de cotas (dias)			
	Prazo para pagamento dos resgates (dias)			
	Prazo Total (dias)			
Condições de Investimento – Taxas	Taxa de entrada			
	Taxa de saída			
	Taxa de administração			
	Taxa de Performance			
	Índice de referencia	Frequência	Linha-d'água	
	Custo total estimado do Fundo			
Mudanças de prestadores de serviços do Fundo	Data	Tipo (Adm/ Gestor/Cust)	Motivação	
Últimas Assembleias	Data	Resumo das deliberações		
Fatos Relevantes Divulgados	Data	Resumo		

Histórico de Rentabilidade do Fundo:

Ano	Nº de Cotistas	Patrimônio Líquido (PL) (R$)	VaR médio do Fundo	Valor da Cota do Fundo (R$)	Rentabilidade do Fundo (líquida de despesas, mas não de impostos)	Variação percentual do índice de referência	Contribuição em relação ao índice de referência/ ou Desempenho do fundo como % do índice de referência
/2016							
2015							
2014							
2013							
2012							

Cenários foram utilizados para simulação de desempenho de fundos estruturados					
Períodos de maior perda do Fundo	Período	Evento	Perda	Explicação	Tempo para Recuperação
Análise do responsável pelo Credenciamento sobre a rentabilidade do fundo ou simulação do seu desempenho, considerando o histórico, principalmente, dos últimos 12 meses					

	Resumo das informações do Fundo de Investimento: (Posição Atual):			Análise do responsável pelo Credenciamento:
Composição da carteira atual (5 espécies de ativos em que o Fundo concentra seus investimentos)	Espécie de ativo		% do PL	
Caso o Fundo aplique em cotas de outros Fundos de	CNPJ desse(s) Fundo(s)	Classificação Resolução CMN	% do PL do Fundo	
	1.			
	2.			
	3.			

Fl. 125

Investimento	.....				
	Fundo	Do gestor /adm. (S/N)	Espécies de ativos em que o Fundo concentra seus investimentos		
	1.				
	2.				
	3.				
	.....				
Total dos ativos de crédito privado em estoque do Fundo			% do PL do Fundo:		
Maiores emissores de títulos de crédito privado que o Fundo é credor	Emissor (CPF/CNPJ)		Parte relacionada (S/N) (art. 102, §1º, inc. II e III da ICVM 555/2014)	Sistema de registro e liquidação financeira do ativo	% do PL
Percentual da carteira do fundo vinculado a parte relacionada					
Prazo médio da carteira de títulos do fundo (em meses (30) dias)					
Classificação de risco de crédito contratada pelo Fundo	Classificação obtida				
	Agencia				
	Data				
	Outros				
Gestão de risco da carteira do Fundo	VAR (Valor de risco) de um dia como percentual do PL calculado para 21 dias úteis e 95% de confiança:				
	Classe de modelos utilizada informada:				
	Principal fator de risco a que o fundo está exposto:				
	Considerando o principal fator de risco, qual variação diária percentual esperada para o valor da cota do fundo no pior cenário de estresse:				
Metodologia e procedimentos de precificação de ativos de baixa liquidez					
Regras de liquidez para					
ativos específicas do Fundo					
Classificação de risco do Fundo pelo Administrador	Nota na escala de 1 a 5 de acordo com o risco envolvido na estratégia de investimento do Fundo:				
Outros critérios de análise					

VII.4 – Procedimentos de diligências/verificações/consultas realizados pelos responsáveis pela análise relativos à carteira do Fundo de Investimento:

VI.5 - Conclusão da análise do presente Fundo de Investimento, relacionado no Item V dos Termo(s) de Análise de Credenciamento nº /2018 e /2018, considerando as condições de segurança, rentabilidade, solvência e liquidez previstas na Resolução do Conselho Monetário Nacional – CMN nº 3.922, de 2010, a aderência ao perfil de investidor, da carteira e da Política de Investimento do RPPS:

Data			
Responsáveis pela Análise:	**Cargo**	**CPF**	**Assinatura**

EXTRATO DE CONVÊNIO Nº 005/2018

CONVÊNIO Nº: 005/2018
PROCESSO Nº: 2018.1071.401930PA
CONVENENTE: Instituto de Gestão Previdenciária do Estado Tocantins - IGEPREV
CONVENIADO: ASSOCIAÇÃO DOS ESCRIVÃES DE POLÍCIA DO ESTADO DO TOCANTINS - AEPTO.
OBJETO: Constituir a celebração do convênio à concessão de empréstimos e negociações, por meio do sistema de consignação VIABILLIZE com averbação das prestações decorrentes em folhas de pagamento, aos servidores que estão vinculados ao IGEPREV.
VIGÊNCIA: 05 (cinco) anos a partir da data da assinatura.
DATA DA ASSINATURA: 08/05/2018.
SIGNATÁRIOS: - Sharlles Fernando Bezerra Lima - IGEPREV/ TOCANTINS
- Priscila Duarte Bittar - AEPTO/TOCANTINS

NATURATINS

PORTARIA/NATURATINS Nº 193, DE 08 DE MAIO DE 2018.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NATUREZA DO TOCANTINS - NATURATINS, no uso das atribuições que lhes são conferidas através do Ato nº 579 - NM, de 19 de abril de 2017, publicado no DOE nº 5.095, pág. 01 e 02,

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR os servidores adiante nominados para, sem prejuízo de suas atribuições normais, exercerem os encargos de Fiscal de Contrato e respectivo substituto, nos casos de impedimentos e afastamento legal dos titular, do contrato elencado a seguir:

FISCAL	SUBSTITUTO	Nº PROCESSO E CONTRATO	OBJETO
Ivaci Rodrigues Souza Mat. 6230202	Francisco das chagas Silva Alves Mat. 39424	2018/4031/00132 Cont.010/2018	Assinatura anual de ferramenta de pesquisa - Banco de Preço

Art. 2º São atribuições do Fiscal:

I - acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento das cláusulas avençadas no Contrato;

II - anotar em registro próprio, em forma de relatório, as irregularidades encontradas, as providências que determinam os incidentes verificados e o resultado dessas medidas, bem como informar por escrito à Diretoria de Administração e Finanças, sobre tais eventos;

III - determinar providências de retificação das irregularidades encontradas e incidentes, e comunicar imediatamente através de relatório à Diretoria de Administração e Finanças, para ciência e apreciação das providências;

IV - relatar o resultado das medidas retificadoras, de forma conclusiva ao prosseguimento ou não do contrato;

V - opinar sobre a oportunidade e conveniência de prorrogação de vigência ou aditamento de objeto, com antecedência de 60 dias do final da vigência, logo após encaminhar para a Diretoria de Administração e Finanças para as devidas providências;

VI - justificar ocorrências e promover o atendimento de eventuais diligências dos órgãos de controle;

VII - atestar a realização dos serviços efetivamente prestados e/ou recebimento dos materiais;

VIII - observar a execução do contrato, dentro dos limites dos créditos orçamentários para ele determinados;

IX - manifestar-se por escrito, mensalmente, em forma de relatório juntado aos autos acerca da exequibilidade do referido ajuste contratual;

X - exigir que o contratado repare, corrija, remova, reconstrua ou substitua, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, nos termos contidos no contrato e no art. 69 da Lei nº 8.666/93.

XI - desempenhar outras atribuições correlatas ao encargo.

Art. 3º Revogam-se as Disposições em contrário.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE KLEBER NEIVA BRITO
Presidente

IGEPREV
Fl. 126
Visto

IGEPREVTO
Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Tocantins

SGD: 2018/24839/023590

PROCESSO Nº: 2018/24830/003020
INTERESSADO: VOTORANTIN ASSET MANAGEMENT DTVM LTDA.
CNPJ nº: 03.384.738/0001-98
ASSUNTO: Credenciamento de Instituição Financeira.

DESPACHO Nº 48/2018/DINVEST

Conforme as exigências da Portaria MPS nº 519, de 24 de agosto de 2011, que define normas complementares previstas na Resolução CMN nº 3.922, de 25 de novembro de 2010, para credenciamento de Instituições Financeiras prestadoras de serviço de administração e gestão de recursos financeiros, e ainda, conforme o Edital de Credenciamento nº 001/2018 de 09/05/2018, publicado no Diário Oficial do Estado nº 5108, a documentação analisada do **VOTORANTIN ASSET MANAGEMENT DTVM LTDA.** *está incompleta*, de acordo com o disposto no item 3.1 do referido Edital, motivo pelo qual INABILITAMOS o credenciamento.

Documentos faltantes:

1. Declaração de não retenções tributárias, dada a Imunidade Tributária dos Fundos Públicos de Previdência;
2. Declaração de inexistência de penalidade imputada pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), em razão de infração grave considerada pela Autarquia ao Administrador, nos 05 (cinco) anos anteriores ao credenciamento;
3. Ato Constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor e alterações;
4. Cópia do RG e CPF autenticados dos representantes;
5. Declaração da empresa informando que os regulamentos, prospectos e termos de adesão dos fundos de investimentos estão em conformidade com a Resolução CMN 3.922/2010 ou outras que entrarem em vigor posteriormente; Anexo V.;
6. Declaração de cumprimento do artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal, e Lei Federal nº 9.854/99, regulamentada pelo Decreto Federal nº 4.358/02, fornecida pela empresa e assinada por sócio, dirigente, proprietário ou procurador; Anexo VI;
7. Declaração de qualificação técnica do responsável e equipe; Anexo VII;
8. Original ou cópia autenticada corretamente (assinar identificando com nome, cargo, matricula, etc, mandar original) do *Duo Diligence*, sendo "Questionário Padrão Duo *Diligence* para Fundos de Investimento – Seção 1 – Informações sobre a Empresa" e " Seção 2 – Informações sobre o Fundo de Investimento", devidamente preenchidos e com seus anexos – Original ou cópia autenticada, e seção 3;

9. Relatório de Rating's atualizado de Agência Classificadora de Risco;
10. Demonstrativos constando os índices de liquidez corrente, índices de liquidez geral e índices de solvência geral ou índice de Basileia;
11. Histórico e experiência de atuação do gestor e do administrador do fundo de investimento e de seus controladores;
12. Volume de recursos sob sua gestão e administração, bem como qualificação do corpo técnico e comprovação de segregação de atividades;
13. Lâmina do fundo de investimento que possibilite a avaliação da aderência da rentabilidade aos indicadores de desempenho e riscos assumidos pelos fundos de investimentos sob sua gestão e administração, no período mínimo de dois anos anteriores ao credenciamento.

Considerando que é uma Instituição gestora de fundo presente em nossa carteira, encaminhem-se os autos ao Comitê de Investimentos para análise e deliberação.

DIRETORIA DE INVESTIMENTOS, aos 17 dias do mês de dezembro de 2018.

(Documento Assinado Eletronicamente)

MILENE MARTINS RAMOS
Diretora de Investimentos

Documento foi assinado digitalmente por MILENE MARTINS RAMOS EM 17/12/2018 11:55:39. A autenticidade deste documento pode ser verificada no site http://sgd.to.gov.br/verificador, informando o código verificador: 8A83AF1B0046571A

IGEPREV
Fl. 127
ASS

IGEPREVTO
Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Tocantins
Comitê de Investimentos

ATA DA 2ª REUNIÃO DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS - 2019

I. **DATA E HORA:** 08 de maio de 2019, às 09h.

II. **LOCAL:** Gabinete da Vice-Presidência do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Tocantins – IGEPREV-TOCANTINS.

III. **PRESENÇA: Membros do Comitê: Ana Cláudia Pereira da Cunha**, Vice-Presidente Executiva; **Hélio Andrade de Aguiar Sobrinho**, Diretor de Previdência; **Milene Martins Ramos**, Economista; **Odirce Soares do Nascimento**, Assistente Administrativo. Convidado: **Reynaldo Ferreira de Melo**, Diretor de Investimentos.

IV. **ORDEM DO DIA:** *Credenciamento de instituições Financeiras:*

V. **PARECER DO COMITÊ: (1) – Credenciamento de instituições Financeiras**: A reunião teve início com a discussão sobre o credenciamento de instituições financeiras. O Comitê examinou os processos correntes e mediante os Despachos da Diretoria de Investimentos, que atesta sobre a regularidade das documentações, bem como após avaliar a conformidade com a Política de Investimentos do RPPS, o atendimento às exigências da Portaria MPS nº 519, de 24 de agosto de 2011, e suas alterações, e ainda o atendimento à Resolução CMN nº 3.922, de 25 de novembro de 2010, para credenciamento de Instituições Financeiras prestadoras de serviço de administração e gestão de recursos financeiros, o Comitê avaliou da seguinte forma:

1. Instituições que estão aptas ao credenciamento, por estarem em conformidade com a Política de Investimentos do RPPS e por atenderem às exigências da Portaria MPS nº 519, bem como à Resolução CMN nº 3.922, conforme Despacho da Diretoria de Investimentos anexado aos respectivos processos:

PROCESSO	CNPJ	INSTITUIÇÃO
2018/24830/002962	90.400.888/0001-42	BANCO SANTANDER BRASIL S.A
2018/24830/003022	10.231.177/0001-52	SANTANDER BRASIL GESTÃO DE RECURSOS LTDA
2018/24830/002934	06.947.853/0001-11	J. SAFRA SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO FIDUCIÁRIA LTDA
2018/24830/002935	62.180.047/0001-31	J. SAFRA ASSET MANAGEMENT LTDA
2018/24830/002656	33.311.713/0001-25	BANCO ITAU UNIBANCO S.A
2018/24830/003441	62.418.140/0001-31	ITAÚ DTVM S.A
2018/24830/002963	07.397.614/0001-06	BANCOOB DTVM LTDA
2018/24830/002667	30.822.936/0001-69	BB GESTÃO DE RECURSOS DTVM S.A
2018/24830/002711	00.360.305/0001-04	CAIXA ECONOMICA FEDERAL
2018/24830/003019	13.421.810/0001-63	VINCI GESTÃO DE PATRIMÔNIO LTDA
2018/24830/003018	10.917.835/0001-64	VINCI EQUITIES GESTORA DE RECURSOS LTDA.
2018/24830/002964	33.850.686/0001-69	BRB DTVM S.A

IGEPREVTO
Instituto de Gestão Previdenciária do
Estado do Tocantins
Comitê de Investimentos

2018/24830/003975	04.506.394/0001-05	AZ QUEST INVESTIMENTOS LTDA.
2018/24839/003978	68.622.174/0001-20	ICATU VANGUARDA GESTÃO DE RECURSOS LTDA.

2. Instituições que não estão aptas ao credenciamento por falta de documentação, conforme Item 4.2 e 7.3 do Edital nº 001/2018, publicado no Diário Oficial do Estado, Edição nº 5.108, de 09 de maio de 2018. As instituições serão, no entanto, credenciadas pelo fato de serem gestoras/administradoras do fundo RB CAPITAL, não sendo possível realizar operação de resgate por se tratar de Fundo imobiliário, mas não receberão novas aplicações ou aportes.

PROCESSO	CNPJ	INSTITUIÇÃO
2018/24830/003088	07.981.934/0001-09	RB CAPITAL ASSET MANAGEMENT LTDA.
2018/24830/003020	03.384.738/0001-98	VOTORATIM ASSET MANAGEMENT DTVM LTDA.

3. Instituições que estão aptas ao credenciamento, porém, não estão aderentes à Política de Investimentos do RPPS. As mesmas serão credenciadas pelo fato de serem gestoras/administradoras de Fundos problemáticos dos quais não é possível fazer operação de resgate, mas não receberão novas aplicações ou aportes, conforme a Resolução CMN 4695/2018 e a Lista Exaustiva da Secretaria da Previdência publicada em 26/11/2018, e conforme ainda o item 7.3 do Edital nº 001/2018, publicado no Diário Oficial do Estado, Edição nº 5.108, de 09 de maio de 2018.

PROCESSO	CNPJ	INSTITUIÇÃO
2018/24830/002666	11.010.779/0001-42	BRIDGE ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS LTDA
2018/24830/002901	05.599.583/0001-32	INFRA ASSET MANAGEMENT LTDA
2018/24830/002669	15.403.817/0001-88	GRAPHEN INVESTIMENTOS LTDA

4. Instituições que não estão aptas ao credenciamento por falta de documentação, além de não estarem aderentes à Política de Investimentos do RPPS. As mesmas serão credenciadas pelo fato de serem gestoras/administradoras de Fundos problemáticos, dos quais não é possível fazer operação de resgate, mas não receberão novas aplicações ou aportes, conforme a Resolução CMN 4695/2018 e a Lista Exaustiva da Secretaria da Previdência publicada em 26/11/2018, e conforme ainda o item 7.3 do Edital nº 001/2018, publicado no Diário Oficial do Estado, Edição nº 5.108, de 09 de maio de 2018.

PROCESSO	CNPJ	INSTITUIÇÃO
2018/24830/002933	02.201.501/0001-61	BNY MELLON SERVIÇOS FINANCEIROS DTVM S.A
2018/24830/002898	28.048.783/0001-00	ELITE CCVM
2018/24830/002967	00.329.598/0001-67	FOCO DTVM LTDA.
2018/24830/002966	92.904.564/0000-77	ORLA DTVM S.A
2018/24830/002969	28.376.231/0001-13	LAD CAPITAL GESTORA DE RECURSOS LTDA.
2018/24830/002932	22.119.959/0001-83	BRPP GESTÃO DE PRODUTOS

IGEPREV
Fl. 129
Rss.

		DE RECURSOS S.A
201/24839/003908	00.806.535/0001-54	PLANNER CORRETORA DE VALORES S.A.
2018/24830/002897	42.066.258/0002-11	RJI CTVM LTDA.
2018/24830/003977	11.886.095/0001-09	ELLEVEN GESTORA DE RECURSOS LTDA.
2018/24839/002668	08.964.545/0001-20	AQ3 ASSET MANAGEMENT LTDA.

5. Instituições que não estão aptas ao credenciamento por falta de documentação, conforme o Item 4.2 e 7.3 do Edital nº 001/2018, publicado no Diário Oficial do Estado, Edição nº 5.108, de 09 de maio de 2018.

PROCESSO	CNPJ	INSTITUIÇÃO
2018/24830/002929	60.746.948/0001-12	BANCO BRADESCO S.A
2018/24830/002905	62.375.134/0001-44	BRAM - BRADESCO ASSET MANAGEMENT S.A DTVM
2018/24830/002899	01.181.521/0001-55	BANCO COOPERATIVO SICRED S.A.
2018/24830/003442	03.795.072/0001-60	CONFEDERAÇÃO SICREDI
2018/24830/002931	11.504.852/0001-32	NOVA SRM ADM. DE RECURSOS LTDA.
2018/24830/003087	18.606.232/0001-53	REAG GESTORA DE RECURSOS LTDA.
2018/24830/002684	19.182.613/0001-15	PHENON CAPITAL ADM. DE RECURSOS S.A.

VI. ENCAMINHAMENTO: Submeter o presente documento à Presidência para decisão quanto à homologação dos credenciamentos.

VII. ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar, a reunião do Comitê de Investimentos foi encerrada, sendo esta Ata transcrita, lida, aprovada e assinada por todos os presentes.

Ana Cláudia Pereira da Cunha
Vice Presidente Executiva

Hélio Andrade de Aguiar Sobrinho
Diretor de Previdência

Milene Martins Ramos
Economista

Odirce Soares do Nascimento
Assistente Administrativo

SGD: 2019/24839/010778

DESPACHO Nº 1366/2019/GABPRES

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições e consoante o disposto no Edital de Credenciamento nº 001/2018, de 07 de maio de 2018, publicado no Diário Oficial do Estado nº 5.108,

CONSIDERANDO o disposto nos **Pareceres Dinvest/Análise de Credenciamento** constantes nos processo abaixo referidos, que atesta a regularidade da documentação apresentada pelos interessados em se tornar aptos ao credenciamento;

CONSIDERANDO o disposto na **Ata da 2ª Reunião do Comitê de Investimentos,** de 08 de maio de 2019, que lista as Instituições aptas ao credenciamento e que estão em conformidade com a Política de Investimentos de 2018 do Instituto;

RESOLVE:

HOMOLOGAR o credenciamento das instituições a seguir, para atuarem na Administração e Gestão de recursos do RPPS-TO pelo prazo de 12 (doze) meses, a contar desta data.

PROCESSO	PARECER DINVEST Nº	CNPJ	INSTITUIÇÃO	TIPO
2018/24830/002962	015/2018	90.400.888/0001-42	BANCO SANTANDER BRASIL S.A	Administrador
2018/24830/003022	016/2018	10.231.177/0001-52	SANTANDER BRASIL GESTÃO DE RECURSOS LTDA.	Gestor
2018/24830/002934	013/2018	06.947.853/0001-11	J. SAFRA SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO FIDUCIÁRIA LTDA	Administrador
2018/24830/002935	014/2018	62.180.047/0001-31	J. SAFRA ASSET MANAGEMENT LTDA.	Gestor
2018/24830/002656	002/2018	60.701.190/0001-04	BANCO ITAU UNIBANCO S.A	Administrador
2018/24830/003441	017/2018	62.418.140/0001-31	ITAÚ DTVM S.A	Gestor
2018/24830/002963	020/2018	07.397.614/0001-06	BANCOOB DTVM LTDA	Administrador /Gestor
2018/24830/002667	003/2018	30.822.936/0001-69	BB GESTÃO DE RECURSOS DTVM S.A	Administrador /Gestor
2018/24830/002711	004/2018	00.360.305/0001-04	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	Administrador/Gestor
2018/24830/003019	025/2018	13.421.810/0001-63	VINCI GESTÃO DE PATRIMÔNIO LTDA.	Administrador

Documento foi assinado digitalmente por SHARLLES FERNANDO BEZERRA LIMA EM 06/06/2019 14:56:32. A autenticidade deste documento pode ser verificada no site http://sgd.to.gov.br/verificador, informando o código verificador: E349B0B8005A7DAF

2018/24830/003018	024/2018	10.917.835/0001-64	VINCI EQUITIES GESTORA DE RECURSOS LTDA.	Gestor
2018/24830/002964	002/2019	33.850.686/0001-69	BRB DTVM S.A	Gestor
2018/24830/002900	023/2018	59.281.253/0001-23	BTG PACTUAL SERVIÇOS FINANCEIROS S.A. DTVM	Administrador
2018/24830/003976	022/2018	29.650.082/0001-00	BTG PACTUAL ASSET MANAGEMENT S.A. DTVM	Gestor
2018/24830/003975	001/2019	04.506.394/0001-05	AZ QUEST INVESTIMENTOS LTDA.	Gestor
2018/24839/003978	021/2018	68.622.174/0001-20	ICATU VANGUARDA GESTÃO DE RECURSOS LTDA.	Gestor

GABINETE DO PRESIDENTE DO INSTITUTO DE GESTÃO PREVIDENCIÁRIA DO ESTADO DO TOCANTINS, aos 06 dias do mês de junho de 2019.

(assinado eletronicamente)
SHARLLES FERNANDO BEZERRA LIMA
Presidente

Documento foi assinado digitalmente por SHARLLES FERNANDO BEZERRA LIMA EM 06/06/2019 14:56:32. A autenticidade deste documento pode ser verificada no site http://sgd.to.gov.br/verificador, informando o código verificador: E349B0B8005A7DAF

IGEPREV
Fls. 131
Ass

IGEPREVTO
Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Tocantins

UNIDADE: DIRETORIA DE INVESTIMENTOS

PROCESSO Nº: 2018/24830/003020

TERMO DE ENCERRAMENTO DE PROCESSO

Aos 14 (quatorze) dias do mês de junho de 2019 neste Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Tocantins, procedemos ao encerramento do Processo nº. 2018/24830/003020 contendo 131 folhas no total, incluindo este Termo, em observância ao disposto na Portaria nº 63/2009, de 29 de julho de 2009.

Para constar, eu, Meire Gomes da Luz, subscrevo e assino.

Meire Gomes da Luz
Operador de Microcomputador
Matrícula nº 992814-1